


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPÇÃO

**ANÁLISE ORGANIZACIONAL DO PARTIDO DA
SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA NO
ESTADO DE SÃO PAULO (1988-2006): a
estrutura relacional e o capital político**



Araraquara – SP

2008

RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPÇÃO

ANÁLISE ORGANIZACIONAL DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO (1988-2006): a estrutura relacional e o capital político

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Estado, Governo e Políticas Públicas

Orientador: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

**Araraquara – SP
2008**

RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPÇÃO

ANÁLISE ORGANIZACIONAL DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO (1988-2006): a estrutura relacional e o capital político

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Estado, Governo e Políticas Públicas

Orientador: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Data de aprovação: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Antonio Segato
Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Milton Lahuerta
Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara

Membro Titular:

Membro Titular:

Local: Universidade Estadual Paulista – UNESP/ Campus de Araraquara
Faculdade de Ciências e Letras

**A todos aqueles que se
aventuram ao difícil trabalho
de produzir conhecimentos**

AGRADECIMENTOS

Embora a elaboração e a defesa de uma tese de doutorado seja uma responsabilidade, predominantemente, individual, a experiência vivida me mostrou que o produto final resulta de uma construção coletiva, um processo constituído por inúmeras contribuições, relações, desafios, angústias, desejos, frustrações e conquistas.

Esta tese contou com a colaboração de muitas pessoas. A todas registro minha gratidão.

À Profa. Dra. Maria Teresa Micelli Kerbauy, a quem tive a oportunidade de conhecer na academia, ainda no período da graduação, meus irrestritos agradecimentos. Reconheço o papel fundamental que ela desempenhou para que a pesquisa desenvolvida fosse defendida enquanto tese de doutorado. Agradeço tanto pela orientação deste trabalho, como pela relação estabelecida, em especial pela compreensão nos momentos difíceis pelos quais passei, permitindo, respeitosamente, que meu tempo interno fluísse e, ao mesmo tempo, com a sua forma exigente e crítica de argüir, me estimulou e me fortaleceu para que eu buscasse caminhos para alcançar o meu objetivo. Nesse processo muito aprendi.

Ao Prof. Dr. Milton Lahuerta e Prof. Dr. Antonio Segatto pela disponibilidade irrestrita e contribuições oferecidas ao longo do meu processo de formação profissional, pelas excelentes sugestões oferecidas durante o exame de qualificação e pela participação na Banca do exame final.

Aos demais membros da Banca de defesa da Tese pela disponibilidade em trocar informações e analisar criticamente o trabalho de pesquisa desenvolvido.

Aos funcionários e membros do PSDB-SP e PSDB nacional pela atenção, pela disponibilidade em fornecer informações e por possibilitar o acesso a determinados dados. Agradeço especialmente ao Evandro Losacco e Raul Christiano pelas valiosas informações e referências para a pesquisa; a Eliane e a Mara por viabilizar o acesso aos dados oficiais do partido; ao Sílvio Torres, Priscila, Ricardo Tripoli, Stella, Roberto Engler, Marcos Campagnole, Havanir Nimtz, Luís

Carvalho, Pedro Tobias, Sérgio Fernandes, João Paulo Rizek, Marcos Arruda, Vera Debs e Benedito Viviane pela disponibilidade e pelas informações.

Aos membros da diretoria do Instituto Paulo Freire (Gadotti, Salete, Ângela e Padilha) e da Faculdade de Mauá – FAMA (Alexchander, Ilca e Francisca Pini) por permitirem a flexibilização da minha jornada de trabalho, sem a qual a realização desta tese seria impossível, e incentivo permanente para que a mesma fosse concluída.

Às funcionárias da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (em especial Cristiana e Renata) que foram tão importantes durante meu ingresso e permanência no programa.

À Renata Bichir, pela amizade construída no processo de elaboração da tese, pelo conhecimento transmitido acerca da análise de redes sociais e pelas excelentes contribuições a respeito do meu trabalho.

Ao Eduardo, Wanderson, Lidu, Ana Lívía, Rodrigo, Augusto, Ju Notari e Francisca Pini pela amizade toda especial que partilhamos desde nosso primeiro encontro e pelo permanente interesse em meu trabalho e meu bem-estar. Eterna gratidão.

À Luana, pelo incentivo e construção do *abstract*, e à Renata, pela contribuição na diagramação, deixo aqui meu muito obrigado.

Ao Gustavo Afonso pela elaboração do projeto de geoprocessamento e banco de dados eleitorais.

Aos amigos Zite (in memoriam), Antonio, Mirthys, Sílvia, André, Expedito, Tadeu e Maria, que me deram suporte afetivo durante o período de dedicação à tese.

Ao Wagner por compreender a minha relativa ausência, compartilhar das minhas angústias e fragilidades e ainda encorajando-me na elaboração desta tese. Sua presença foi responsável por minha saúde afetiva. Meus agradecimentos.

À minha querida irmã Richele e minha mãe Edinete, pela vigia, cuidado e amor manifestado; pelo incentivo e pela disponibilidade para as múltiplas necessidades que surgiram nesse processo. Meu reconhecimento eterno e dívida impagável.

Ao meu pai Laércio e meu irmão Maico pelo afeto permanente, mesmo que distanciado. Meus eternos agradecimentos e reciprocidade.

A todas as pessoas citadas agradeço, profundamente, e dedico o resultado deste trabalho.

RESUMO

A finalidade desta análise é abordar a dinâmica organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no estado de São Paulo, no período entre 1988 e 2006. As questões que motivaram o desenvolvimento da presente pesquisa foram decorrentes do debate permanente acerca do significado dos partidos políticos na atualidade. Partiu-se da hipótese de que a estrutura e as normas institucionais de determinado partido, ou ainda os seus resultados eleitorais, seriam insuficientes para explicar tanto o funcionamento interno como o papel da organização partidária no sistema político-eleitoral. A dinâmica do partido decorreria, isto sim, do resultado das relações entre os filiados, especialmente dos vínculos estabelecidos com os líderes partidários, com vistas a atender seus objetivos políticos. Por meio de uma abordagem que articula os padrões relacionais, os resultados eleitorais e a ocupação de cargos na Comissão do Diretório Estadual do partido, foi possível identificar os fatores que explicam a organicidade e a capilaridade do PSDB/SP. A análise de redes revelou as posições de poder na organização e os atores que as ocuparam ao longo da trajetória do partido. A partir da definição do padrão relacional da organização realizou-se um mapeamento dos atributos e vínculos dos líderes partidários e dos membros que compuseram as diversas gestões da Comissão Executiva do diretório estadual. Os dados obtidos foram referência para análise dos resultados eleitorais do período. Tais procedimentos possibilitaram ainda mapear geograficamente a base eleitoral do partido e identificar a capacidade do capital político de determinados atores de influenciar os resultados eleitorais. Comprovou-se a hipótese de que a dinâmica funcional do partido decorreu das relações entre os atores políticos, os quais, por sua vez, consideraram os aspectos institucionais para estabelecer as estratégias político-eleitorais. A posição organizacional do ator foi construída por meio de seus vínculos relacionais e pelo acesso aos recursos oferecidos pela instituição. Esse processo constituiu o capital político que circulou no interior do partido e garantiu a sua dinâmica organizacional ao longo dos períodos analisados.

Palavras-chave: Redes Sociais; Partido Político; Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Estratégias Político-Eleitorais; Resultado Eleitoral.

ABSTRACT

This thesis analyses the organizational dynamic of the Brazilian Social Democratic Party (PSDB) in the state of São Paulo, between 1988 and 2006. The questions that motivated the development of this research emerged from the permanent debate around the significance of political parties nowadays. The research stems from the hypothesis that the institutional structure and norms, or even that the electoral results of any given party, would be insufficient to explain its internal functioning and the role of the organization in the political-electoral system. The dynamics of the party arise from the result of the relations between its members, especially in the links established with the party's leaders, in regard to achieving its political objectives. Through a process which articulates the standard relations, the electoral results and the filling of positions on the party's State Directors Commission, the explanatory factors for the PSDB's organizational and capillary dynamics have been identified. The analysis of networks revealed the positions of power in the organization and the actors who have occupied them during the trajectory of the party. After defining the organization's relational model, this study mapped the attributes and links of the party's leaders and members that made up the numerous mandates of the Executive Commission of the State Directory. The results obtained were used to analyze the electoral results of the period. These procedures ensured even to map geographically the electoral base of the party and to identify the capacity of the political capital of specific actors in influencing the electoral results. It proved the hypothesis that the party's functional dynamics arise from the relations between the political actors which consider the institutional aspects to establish their political-electoral strategies. The organizational position of the actor is constructed by their relational links and access to the resources offered by the institution. This process has constituted the political capital that circulated in the interior of the party and that guaranteed its organizational dynamic throughout the periods analyzed.

Keywords: Social Networks; Political Party; Brazilian Social Democratic Party (PSDB); Electoral Political Strategies; Electoral Result.

Lista de Quadros

Anexo B

1 – Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 0 (1988-1989).....	225
2 – Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 1 (1990-1993).....	227
3 – Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 2 (1994-1998).....	229
4 – Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 3 (1999-2002).....	230
5 – Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 4 (2003-2006).....	231

Anexo C

6 – Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 0 (1988-1989).....	233
7 – Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 1(1990-1993).....	234
8 – Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 2 (1994-1998).....	235
9 – Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 3 (1999-2002).....	236
10 – Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 4 (2003-2006).....	237
11 – Número de membros da rede interna do PSDB-SP – 1988 a 2006.....	115

Anexo E

12 – Comissão Executiva Estadual – 1ª Gestão – 1989 a 1991.....	245
13 – Comissão Executiva Estadual – 2ª Gestão – 1991 a 1993.....	246
14 – Comissão Executiva Estadual – 3ª Gestão – 1993 a 1995.....	247
15 – Comissão Executiva Estadual – 3ª Gestão (Interina) – 1994 a 1995.....	248
16 – Comissão Executiva Estadual – 4ª Gestão – 1995 a 1997.....	249
17 – Comissão Executiva Estadual – 5ª Gestão – 1997 a 1999.....	250
18 – Comissão Executiva Estadual – 6ª Gestão – 1999 a 2001.....	251
19 – Comissão Executiva Estadual – 7ª Gestão – 2001 a 2003.....	252
20 – Comissão Executiva Estadual – 8ª Gestão – 2003 a 2005.....	254

Anexo F

21 – Número de municípios e de habitantes que compõem cada microrregião do estado de São Paulo.....	257
22 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1988 (disputa para os cargos de prefeito e vereador).....	259
23 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1989 (disputa para o cargo de presidente) por microrregião.....	261
24 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1990 (disputa para os cargos de governador, deputado federal e estadual) por microrregião.....	262
25 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1992 (disputa para os cargos de prefeito e vereador).....	264
26 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994 (disputa para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual) por microrregião....	275
27 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1996 (disputa para os cargos de prefeito e vereador).....	279
28 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1998 (disputa para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual) por microrregião...	297
29 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2000 (disputa para os cargos de prefeito e vereador).....	301
30 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2002 (disputa para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual) por microrregião...	319
31 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2004 (disputa para os cargos de prefeito e vereador).....	323
32 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2006 (disputa para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual) por microrregião...	340
33 – Resultados Eleitorais do PSDB no estado de São Paulo em 1988 (disputa para os cargos de prefeito e vereador).....	154
34 – Resultados Eleitorais do PSDB nos municípios do estado de São Paulo em que o candidato ao cargo de governador obteve votação acima da média em 1990.....	157
35 – Resultados Eleitorais do PSDB no estado de São Paulo em 1992 (disputa para os cargos de prefeito e vereador).....	159
36 – Resultados Eleitorais do PSDB-SP: disputa para os cargos de prefeito (1988 e 1992), presidente (1989), governador, deputado federal e estadual (1990).....	161
37 – Resultados Eleitorais do PSDB no estado de São Paulo em 1996 (disputa para os	

cargos de prefeito e vereador).....	169
38 – Resultados Eleitorais do PSDB em 1998 (disputa para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual).....	175
39 – Resultados Eleitorais do PSDB no estado de São Paulo em 2000 (disputa para os cargos de prefeito e vereador).....	179
40 – Resultados Eleitorais do PSDB em 2000, 2002 e 2006 (disputa para os cargos de prefeito, presidente, governador, deputado federal e estadual).....	185
41 – Resultados Eleitorais do PSDB no estado de São Paulo em 2004 (disputa para os cargos de prefeito e vereador).....	188
42 – Resultados Eleitorais do PSDB em 2004 e 2006 (disputa para os cargos de prefeito, presidente, governador, deputado federal e estadual).....	192

Anexo H

43 – Lista de fundadores do partido político PSDB provenientes de São Paulo.....	358
--	-----

Lista de Tabelas

1 – Composição da rede interna do PSDB-SP por cargo ocupado – 1988 a 2006.....	119
2 – Composição da rede interna do PSDB-SP por local de origem ou atuação política – 1988 a 2006.....	122

Lista de Gráficos

1 – Composição da rede interna do PSDB-SP por cargo ocupado – 1988 a 2006.....	121
--	-----

Lista de Figuras

Anexo A

1 – Estrutura Organizacional do PSDB.....	223
---	-----

Anexo D

2 – Sociograma I – Tempo 0 (1988-1989).....	240
3 – Sociograma II –Tempo 1 (1990-1993).....	241

4 – Sociograma III – Tempo 2 (1994-1998).....	242
5 – Sociograma IV – Tempo 3 (1999-2003).....	243
6 – Sociograma V – Tempo 4 (2003-2006).....	244
7 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (1ª Gestão – 1989 a 1991).....	125
8 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (2ª Gestão – 1991 a 1993).....	128
9 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (3ª Gestão – 1993 a 1995).....	130
10 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (3ª Gestão – interina - 1993 a 1995).....	132
11 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (4ª Gestão – 1995 a 1997).....	133
12 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (5ª Gestão – 1997 a 1999).....	135
13 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (6ª Gestão – 1999 a 2001).....	137
14 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (7ª Gestão – 2001 a 2003).....	139
15 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (8ª Gestão – 2003 a 2005).....	140

Lista de Mapas

Anexo G

1 – Representação da unidade de análise dos resultados eleitorais do PSDB no estado de São Paulo (1988 a 2006): microrregiões.....	346
2 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1988 para o cargo de prefeito: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos....	347
305 3 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1988 para o cargo de vereador: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos...	347
4 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1990 para o cargo de deputado federal: municípios e microrregiões em que o candidato do partido esteve	

entre os mais votados.....	348
5 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1990 para o cargo de deputado estadual: municípios e microrregiões em que o candidato do partido esteve entre os mais votados.....	348
6 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1990 para o cargo de senador: municípios e microrregiões em que o candidato do partido esteve entre os mais votados.....	349
7 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1992 para o cargo de prefeito: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos.....	349
8 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1992 para o cargo de vereador: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos.....	350
9 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994 para o cargo de deputado federal: municípios e microrregiões em que o candidato do partido esteve entre os mais votados.....	350
10 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994 para o cargo de deputado estadual: municípios e microrregiões em que o candidato do partido esteve entre os mais votados.....	351
11 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994 para o cargo de senador: municípios e microrregiões em que o candidato do partido esteve entre os mais votados.....	351
12 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1996 para o cargo de prefeito: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos.....	352
13 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1996 para o cargo de vereador: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos.....	352
14 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1998 para o cargo de deputado federal: municípios e microrregiões em que o candidato do partido esteve entre os mais votados.....	353
15 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1998 para o cargo de deputado estadual: municípios e microrregiões em que o candidato do partido esteve entre os mais votados.....	353
16 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2000 para o cargo de prefeito: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos.....	354
17 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2000 para o cargo de vereador: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos.....	354

18 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2002 para o cargo de deputado federal: municípios e microrregiões em que o candidato do partido esteve entre os mais votados.....	355
19 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2002 para o cargo de deputado estadual: municípios e microrregiões em que o candidato do partido esteve entre os mais votados.....	355
20 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2002 para o cargo de senador: municípios e microrregiões em que o candidato do partido esteve entre os mais votados.....	356
21 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2004 para o cargo de prefeito: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos.....	356
22 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2004 para o cargo de vereador: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos.....	357

Lista de Banco de Dados

Anexo I

1 – Resultados eleitorais do PSDB no estado de São Paulo (1988 a 2006).....	374
2 – Mapeamento dos vínculos políticos e dos atributos dos membros das várias gestões da comissão executiva estadual do PSDB-SP e dos membros que compuseram a rede de relações interna do partido – sociogramas e medidas estatísticas da análise de rede.....	382

SUMÁRIO

Introdução	20
Procedimentos Metodológicos.....	25
Capítulo 1 – PARTIDO POLÍTICO, REDES SOCIAIS E CAPITAL POLÍTICO – Conceitos e abordagem de análise.....	33
1.1. Partidos políticos: aportes teórico-metodológicos.....	35
1.1.1. Análises sobre a questão partidária: abordagens e argumentos.....	35
1.1.2. Aportes teórico-metodológicos: debate a respeito dos partidos políticos brasileiros	43
1.2. Abordagem organizacional do partido político: metodologia da análise de redes.....	52
1.3. Redes sociais e recursos políticos: análise do desenvolvimento organizacional partidário	60
Capítulo 2 – HISTÓRIA, ESTRUTURA E DINÂMICA PARTIDÁRIA – aspectos formais e procedimentos informais na constituição e no funcionamento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no estado de São Paulo.....	71
2.1. Surgimento do PSDB e o contexto político-institucional: a redemocratização no Brasil nos anos 80.....	73
2.2. A origem do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB): o cenário político paulista e as estratégias político-eleitorais dos atores.....	81
2.3. O modelo de organização estatutário e a dinâmica político-eleitoral: um resgate histórico do PSDB.....	86
Capítulo 3 – ESTRUTURA RELACIONAL DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB) PAULISTA – aspectos explicativos da dinâmica da organização partidária	103
3.1. O “tecido relacional” do PSDB-SP: análise da dinâmica organizacional.....	104
3.1.1. A rede do PSDB-SP e sua dinâmica: características da organização partidária.....	106
3.1.2. A estrutura relacional do PSDB-SP: padrões e tendências.....	115
3.2. A composição da Comissão Executiva do Diretório Estadual do PSDB-SP e os	

vínculos relacionais (1988-2006).....	123
3.3. A relação entre estrutura relacional e mecanismos institucionais: algumas considerações a respeito da dinâmica interna do PSDB-SP.....	143
Capítulo 4 – OS RESULTADOS ELEITORAIS E A DINÂMICA ORGANIZACIONAL DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB) PAULISTA (1988 A 2006)....	147
4.1. O debate sobre identificação partidária na literatura internacional e brasileira...	148
4.2. O desempenho eleitoral do PSDB no Estado de São Paulo (1988-2006): análise comparativa entre base territorial e estrutura relacional.....	153
4.3. A relação entre a estrutura relacional e os resultados eleitorais do PSDB-SP.....	194
Capítulo 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
Referências	204
Obras consultadas.....	218
Anexos	222
Anexo A.....	223
Anexo B.....	225
Anexo C.....	232
Anexo D.....	238
Anexo E.....	245
Anexo F.....	256
Anexo G.....	345
Anexo H.....	358
Anexo I.....	373

INTRODUÇÃO

Os partidos políticos têm suscitado inúmeros debates teóricos no âmbito acadêmico e nos meios de comunicação de massa. As transformações sociais ocorridas nos cenários nacional e internacional, especialmente a partir da década de 80, geraram posições adversas a respeito do papel dessas instituições políticas representativas. Por outro lado, a sua importância para o funcionamento do regime democrático é reconhecida, mas, ao mesmo tempo, questiona-se a sua função para efetivar ações que possam solucionar os problemas que afetam a sociedade.

O questionamento referente ao significado da organização partidária estimulou o desenvolvimento deste estudo, em especial o debate a respeito da complexidade que envolve a relação entre atores políticos e as organizações partidárias do sistema político brasileiro¹.

Tal debate tem sido orientado para o papel dos partidos brasileiros especialmente no que diz respeito à sua atuação, enquanto organização que viabiliza a representação política, e à gestão pública. A ausência de resultados no combate aos problemas sociais e a existência de inúmeras alternativas de mobilização e representação política, tais como movimentos sociais, conselhos, fóruns e comissões populares, motivou uma série de estudos que possibilitaram a ampliação desse debate e a um maior aprofundamento dos vários aspectos que moldaram o perfil dos partidos brasileiros².

A maioria desses estudos, porém, analisa fundamentalmente a atuação dessas organizações no sistema partidário-eleitoral ou na arena governamental e não a partir de uma abordagem organizacional, como sugere o presente estudo.

No Brasil, houve historicamente o predomínio da análise do grau de desenvolvimento dos partidos por meio da identificação da relação dessas instituições com as bases sociais, cujo parâmetro clássico é o partido de massa. Como ressalta Lima Jr. (1989), são poucos os estudos voltados para as instituições

¹ Fleischer (1981); Benevides (1981, 1989); Diniz (1982); Sampaio (1982); Chacon (1981); Hippolito (1985); Lamounier e Meneguello (1986); Keck (1991); Lima Júnior (1993); Kinzo (1993, 1999); Brandão (1995), Mainwaring e Scully (1994; 1997); Couto (1995, 1998), Meneguello (1998); Figueiredo e Limongi (1999); Stepan (1999); Schmitt (2000); Mainwaring (2001).

² Lawson e Merkl (1988); Panebianco (1988).

partidárias como unidade de análise. Entre as pesquisas que utilizaram essa abordagem, a maioria refere-se aos partidos chamados de esquerda³.

As mudanças institucionais ocorridas no Brasil nos anos 80, em virtude da vigência do regime democrático, alteraram o perfil e a atuação dos partidos, especialmente a relação dessas organizações com o Estado. Essa nova conjuntura fortaleceu também uma nova abordagem nos estudos a respeito dos partidos políticos no Brasil: a análise da organização partidária com base na sua relação ou forma de atuação na arena governamental. Segundo Figueiredo e Limongi (1999), os partidos são importantes para o funcionamento dos governos, pois é por meio das relações estabelecidas no âmbito do Estado que se legitimam e se desenvolvem como organização política⁴.

No contexto brasileiro pós-1985 vários partidos foram criados e disputaram eleições, entre eles o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fundado em 1988. Em um curto período (1988–2006), este partido teve uma rápida e expressiva expansão organizacional e eleitoral, bem como assumiu inúmeros cargos nas diferentes esferas de governo, no poder Legislativo e no Executivo. No Estado de São Paulo, desde a sua criação, apresentou candidatos para disputar todos os pleitos eleitorais. Assumiu o governo do Estado desde 1994 e grande parte dos cargos da Assembléia Legislativa.

Apesar da relevância desse partido, não há pesquisas acerca do PSDB paulista que tenham utilizado a abordagem organizacional, relacionando dados institucionais e relacionais com os resultados eleitorais. A ausência de estudos dessa natureza expressa a dificuldade de estabelecer subsídios teórico-metodológicos para compreender a dinâmica interna dos partidos para além dos dados formais e demonstra o não reconhecimento da importância da esfera estadual a partir do pacto federativo, assumido legalmente no Brasil após a Constituição de 1988.

A análise realizada nesta pesquisa partiu do pressuposto de que os aspectos formais são parâmetros para a ação dos atores políticos. O funcionamento interno

³ Gadotti e Pereira (1989); Meneguello (1989); Benevides (1981, 1989); Hippolito (1985); Keck (1991); Couto (1998); Roma (1999).

⁴ Figueiredo e Limongi (1999); Krehbiel (1988, 1991).

dessas instituições decorre da reciprocidade e da tensão permanente entre os atores que são reconhecidos por seu *capital político*⁵ e motivados pela possibilidade de ampliá-lo ao fazerem parte da organização.

Nesse sentido, partiu-se do pressuposto de que a dinâmica do partido político – de natureza interpessoal e institucional⁶ – é impulsionada pelas estratégias estabelecidas pelos atores políticos que compõem a organização, em especial por aqueles que ocupam posições estratégicas no acesso aos recursos políticos do partido.

Diante de tal complexidade, a análise realizada para explicar a dinâmica organizacional do PSDB (SP) observou, além dos elementos considerados na maioria das análises sobre partidos – tais como os dados referentes à composição do órgão deliberativo do partido e aos resultados eleitorais –, os aspectos relacionais decorrentes dos vínculos estabelecidos entre os atores.

Entre as questões que orientaram o desenvolvimento da análise, destacam-se: a) quais foram os fatores determinantes na organização e no funcionamento do PSDB (SP)?; b) quais elementos motivaram a permanência ou o desligamento dos atores políticos dessa organização?; c) qual a relação entre as motivações individuais dos políticos, o funcionamento da organização partidária e os resultados eleitorais?

O resultado da pesquisa foi organizado em cinco capítulos. No primeiro, apresentam-se brevemente o debate teórico atual a respeito da questão partidária e as bases teórico-metodológicas desta pesquisa.

O segundo capítulo trata especificamente da origem do PSDB. Reconstitui o processo de criação e de desenvolvimento do partido até 2006, considerando os aspectos referentes ao sistema político-institucional e à trajetória política dos

⁵ Esse conceito possui como fundamento a formulação de Foucault (1988) de que o poder é dotado de processualidade interna e se constrói historicamente. Para o autor, o poder é exercido entre relações de pessoas, grupos e instituições de forma não excludente; poder é ação, e ação pressupõe relação. O poder perpassa os sujeitos até as instituições e das instituições aos sujeitos, numa relação dialética. O poder confere significado às instituições, porém, estas só o exercem através dos sujeitos que são seus portadores.

⁶ Consideraram-se como aspectos institucionais os mecanismos de escolha e ocupação dos cargos da comissão do diretório estadual do partido e dos cargos eletivos pelo partido (vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores, governador e presidente) e como aspectos relacionais o padrão de relações estabelecido pelos atores políticos no interior do partido.

principais atores, tanto no cenário nacional como no contexto paulista. Apresenta, ainda, o modelo institucional do partido (sua organização e normas de funcionamento) e discussões sobre a influência dos elementos formais no funcionamento interno das organizações partidárias.

No terceiro capítulo, encontra-se parte dos dados referentes à pesquisa empírica. Discute-se a respeito da dinâmica organizacional do PSDB (SP) com base na análise conjugada dos dados referentes aos vínculos relacionais (considerando os atributos dos atores políticos da rede interna do partido), à ocupação de cargos institucionais no partido e à capilaridade organizacional. Apresenta-se, nos diversos tempos da trajetória do partido, a estrutura relacional interna da organização partidária, abordando suas características e identificando o padrão constituído. Demonstra-se, por conseguinte, o resultado da análise dos vínculos entre os membros que compuseram as diversas gestões da Comissão Executiva do diretório Estadual e os principais líderes partidários, bem como a associação existente entre a estrutura relacional e o desempenho organizacional do partido.

O quarto capítulo apresenta a possibilidade de compreender a dinâmica organizacional dos partidos políticos brasileiros por meio da análise articulada das relações entre os atores políticos e os aspectos político-institucionais. Os dados referentes aos vínculos entre os políticos, associados à ocupação dos cargos no órgão deliberativo e à base geográfica do desempenho eleitoral dos candidatos, constituíram o material empírico para a explicação sobre a organicidade e a capilaridade das ações partidárias. O objetivo foi identificar nos elementos relacionais e institucionais do PSDB (SP) fatores explicativos para a sua dinâmica interna. O resultado foi obtido por meio da análise dos padrões de relações que estruturaram internamente o PSDB (SP), no período entre 1988 e 2006, conjuntamente com as informações sobre os aspectos conjunturais, normativos e o mapeamento eleitoral desse partido, no Estado de São Paulo, no mesmo período.

Para finalizar, o quinto capítulo enfatiza as contribuições desta pesquisa para discutir a questão partidária no Brasil. A investigação realizada apresenta um exercício metodológico diferenciado de outros estudos que utilizaram uma abordagem organizacional. A metodologia adotada – a análise de redes –

possibilitou analisar a complexa relação entre os atores e a organização partidária. A contribuição deste trabalho também se refere à apresentação de fatores que explicam a dinâmica interna do PSDB (SP). Nesse sentido, foi possível identificar que o funcionamento do partido decorreu da influência conjugada e articulada do seu desenho institucional e da sua estrutura relacional na atuação política, com vistas ao desempenho eleitoral.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada valeu-se de várias fontes de informação. Os dados históricos e institucionais referentes à organização partidária estudada – o PSDB - SP – foram coletados em materiais midiáticos da época⁷, nos bancos de dados do ITV (Instituto Teotônio Vilela) e dos Diretórios Nacional e Estadual-SP⁸. Os dados eleitorais foram obtidos por um levantamento nos *sites* do TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo), TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e Banco de dados eleitorais da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo). Para a identificação dos vínculos entre os atores políticos e os seus atributos, especialmente o reconhecimento dos líderes, foi necessário recorrer às fontes primárias, especificamente aos documentos internos do partido e às entrevistas. As informações obtidas por esses procedimentos de pesquisa possibilitaram a constituição de dois bancos de dados.

O primeiro banco de dados contém informações referentes aos membros das várias gestões da comissão executiva do diretório estadual do PSDB -SP e aos membros que compuseram a rede de relações interna do partido. Este banco é composto pelo mapeamento dos vínculos políticos entre esses atores e pela identificação dos principais líderes e de seus atributos. Isso foi feito por meio dos *sociogramas*⁹ e das medidas estatísticas da análise de rede¹⁰.

⁷ Arquivos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, do Diretório Nacional e Estadual do PSDB.

⁸ As informações existentes nesses órgãos restringem-se a circulares de propaganda e a publicações sobre a origem e concepções defendidas pelo partido, bem como a trajetória das lideranças reconhecidas internamente no partido.

⁹ Os *sociogramas* são representações gráficas nos quais cada ponto representa um ator e os traços representam as relações entre esses atores. O tamanho e os sentidos (direita ou esquerda) dos traços não têm função explicativa, pois são arbitrários.

¹⁰ Elabora-se um conjunto de matrizes relacionais – denominadas matrizes de conectividade –, para que sejam tiradas medidas, por meio do software de análise de redes “Ucinet”, e apresentem visualmente as relações estabelecidas, através do software “Netdraw”. Esses procedimentos fornecem dados, que associados às hipóteses e ao referencial teórico da análise, permitem analisar as características das posições dos atores e a estrutura da rede.

A montagem e a análise da rede tiveram como base empírica os dados levantados nas entrevistas¹¹ e nos documentos do diretório estadual do partido (atas, cadastros, fichas de filiação e estatuto). As redes não representam a totalidade dos vínculos existentes no interior da organização, tampouco os vínculos estabelecidos por extra-organização partidária. Consistem, apenas, na representação da malha mais densa de relações entre os atores políticos pertencentes ao PSDB-SP. Essa consequência da abordagem adotada explica o fato de haver em alguns momentos atores isolados na rede (uma vez que isto não significa a ausência de vínculos relacionais no interior do partido, mas a perda do vínculo mais forte que esses atores possuíam)¹².

O conjunto de atores entrevistados não foi definido a priori, mas com base nas redes de referências obtidas nas próprias entrevistas¹³. Inicialmente, foram entrevistados os funcionários do diretório estadual e os membros que compuseram a comissão executiva do diretório estadual em algumas das gestões (entre 1988 e 2006) e que no período da coleta de dados exerciam mandato eletivo de abrangência estadual, ou seus assessores¹⁴.

As entrevistas foram abertas e conduzidas pelas seguintes questões: a) perfil do entrevistado; b) processo de engajamento no partido; c) vínculos políticos internos e externos à organização; d) base e estratégia eleitoral; e) o reconhecimento e indicação de líderes no partido. Durante as entrevistas, foi solicitada a indicação de nomes de líderes na trajetória do partido no âmbito

¹¹ Foram realizadas vinte (20) entrevistas. Nas entrevistas, foi citado um total de cento e nove (109) atores.

¹² Esses atores foram mantidos na rede em razão de esta pesquisa analisar a associação entre os dados da estrutura relacional interna do partido, da composição do órgão deliberativo e dos resultados eleitorais.

¹³ Por meio da técnica denominada *snowball*, construiu-se, empiricamente, o universo da pesquisa. Essa técnica é bastante utilizada em análises de redes sociais (Scott, 1992).

¹⁴ Mara (funcionária do diretório nacional); Eliane Berg (funcionária do diretório estadual); Evandro Losacco (secretário estadual do PSDB na 8ª gestão); Raul Christiano (membro da executiva do diretório estadual do PSDB na 8ª gestão); Sílvio Torres (deputado federal e presidente do ITV na 4ª gestão); Ricardo Tripoli (deputado estadual) e seu assessor Luís Carvalho; Roberto Engler (deputado estadual); Marcos Campagnole (membro da executiva do ITV na 4ª gestão); Havanir Nimitz (deputada estadual); Pedro Tobias (deputado estadual); Rodolfo Costa e Silva (deputado estadual) e seu assessor, Sérgio Fernandes; José Carlos Stangarlini (deputado estadual) e seu assessor, João Paulo Rizek; Vaz de Lima (deputado estadual) e seu assessor, Marcos Arruda; Célia Leão (deputada estadual) e sua assessora Vera Debs; Celino Cardoso (deputado estadual) e seu assessor, Benedito Viviani.

estadual e dois nomes de pessoas relacionadas a esse ator. A partir desse momento, as entrevistas priorizaram: a) identificação dos atributos do ator indicado (cargo ocupado e local de origem ou atuação); b) o momento de filiação desse ator no partido e do estabelecimento desse vínculo.

Os atores foram inseridos e/ou retirados da rede de acordo com as informações obtidas nas entrevistas nos diferentes tempos analisados. O critério utilizado para inserir um ator na rede foi a frequência da citação do seu nome e o reconhecimento de seus vínculos por vários entrevistados. Quanto à retirada dos atores da rede, ocorreu por motivo de falecimento ou por estes terem deixado de ser filiados ao partido.

Com a realização de 20 entrevistas, foi possível constatar que haviam sido mapeadas as relações centrais do interior da organização partidária, pois os nomes dos atores e os vínculos passaram a se repetir (foram citados 109 nomes e 233 relações, ou seja, um mesmo ator foi identificado com mais de um vínculo relacional).

Para atender aos objetivos desta pesquisa (investigar a dinâmica organizacional do partido), optou-se – entre as diversas estratégias analíticas oferecidas pela análise de redes sociais – pela utilização das medidas que identificam o grau de coesão e de centralidade da estrutura relacional da organização analisada¹⁵. Essas medidas e suas interpretações indicam as possibilidades de ação dos atores no interior da rede de relações, ou seja, apresenta como são definidos os padrões de vínculos estabelecidos pelos atores que estruturaram uma rede, entre as inúmeras possibilidades de interação e constrangimento de certas alternativas.

O primeiro procedimento adotado no desenvolvimento da análise foi a identificação dos aspectos gerais da rede estudada. As medidas de coesão foram utilizadas para caracterizar a organicidade da rede, ou seja, indicar, nos diferentes Tempos que compuseram a trajetória do partido, os elementos que viabilizaram a ligação entre os diversos membros que constituíram internamente o PSDB-SP.

¹⁵ Os padrões estruturais de inserção dos atores na rede foram construídos após a análise integrada de todas as medidas geradas. Os valores das medidas serviram como parâmetro para análise da rede interna da organização.

Os dados obtidos, por meio de tais medidas, revelaram, entre os vários aspectos da estrutura relacional constituída no interior do partido, o tamanho da rede de relações¹⁶, a sua densidade¹⁷, as distâncias existentes entre cada um dos atores¹⁸ e o número de atores que poderiam ser alcançados no interior dessa rede¹⁹. Indicaram ainda que tais características têm implicações mútuas na hierarquia posicional, portanto, com relação ao tipo de atuação que cada um dos atores desenvolve no interior da organização.

Posteriormente, mapeou-se o perfil da estrutura dessa rede²⁰, especialmente a identificação das posições e os papéis dos atores estruturalmente. A posição relativa de cada um dos atores na rede foi identificada e analisada com base em algumas medidas de centralidade.

Entre as medidas existentes na análise de redes, foram utilizadas aquelas que indicaram os atores considerados referência para o conjunto dos membros da rede²¹. Outros aspectos abordados foram: intermediação²², isto é, identificaram-se os atores que conectaram diversos atores e controlaram os fluxos entre eles; pontos com “vantagem estrutural”²³, ou seja, aqueles que estiveram relativamente próximos de vários outros atores; e, ainda, aqueles pontos que geraram a dependência de

¹⁶ O tamanho da rede corresponde ao número total de atores e as interações possíveis (medida do Ucinet: *degree*).

¹⁷ A densidade corresponde à proporção de vínculos realmente existentes entre o total de vínculos possíveis (medida do Ucinet: *density*).

¹⁸ As distâncias são importantes para caracterizar a rede como um todo, pois indicam o “tempo” necessário para a difusão de informações na rede. A menor distância possível entre dois atores é denominada distância geodésica (medida do Ucinet: *geodesic distance*).

¹⁹ Medida do Ucinet: *reachability*.

²⁰ O período estudado (1988-2006) foi dividido em quatro tempos, definidos a partir dos dados referentes às características da rede, aos fatos político-institucionais e aos resultados eleitorais obtidos pelo partido.

²¹ Medida do Ucinet: *degree*. (*indegree*). O *degree* demonstra o número de vínculos de cada ator. O *indegree* indica prestígio ou referência.

²² Medida do Ucinet: *betweenness*. É um indicador de quanto um nó particular está entre os vários outros nós na rede. Em relação à proximidade, um ator é tão mais central quanto menor o caminho que ele precisa percorrer para alcançar os outros elos da rede. Isso mede, em última análise, a sua independência em relação ao controle de outros.

²³ Medida do Ucinet: *closeness*. Demonstra uma posição favorável, a capacidade de ação e de coordenação do ator. (Hanneman, 2001, p. 65). A centralidade de intermediação (*betweenness centrality*) é o potencial daqueles que servem de intermediários. Calcula o quanto um ator atua como “ponte”, facilitando o fluxo de informação em uma determinada rede.

outros atores, estabelecendo relações de assimetria de poder.²⁴ Por último, foram observados os atores com destaque no acesso à informação no interior da rede²⁵.

Os resultados dessas medidas, que indicam os atores mais centrais e outros mais periféricos da rede, possibilitaram definir a estratificação dos membros da rede (atores centrais, de articulação e intermediários). Foram considerados atores centrais aqueles que obtiveram destaque no resultado de mais de três medidas, especialmente naquelas que indicam os atores considerados referência e com vantagem estrutural na rede; como atores articuladores foram classificados aqueles que obtiveram resultados acima da maioria dos membros da rede nas mesmas medidas dos atores centrais ou nas medidas que expressam a capacidade de intermediação e o acesso às informações. Os atores que não se destacaram nos resultados das medidas de centralidade foram classificados como intermediários, pois são membros da rede interna do partido; portanto, têm contato com os principais líderes e, ao mesmo tempo, com a base do partido.

De modo geral, essas estratégias metodológicas possibilitaram caracterizar a estrutura da rede e identificar um padrão na posição dos atores no seu interior, ou seja, contribuíram para o mapeamento dos atores centrais, articuladores e intermediários.

Para identificar o perfil dos membros dessa rede, foram definidas algumas variáveis, tais como: a ocupação de cargos políticos, o local de origem ou de atuação e o período de filiação. Os dados obtidos permitiram reconhecer a importância de cada atributo no padrão relacional da organização partidária e nos diversos tempos da sua trajetória.

Como citado anteriormente, o período analisado nessa pesquisa (1988-2006) foi dividido em quatro tempos, delimitados a partir das mudanças significativas na trajetória do partido²⁶. A reconstrução histórica dos principais elementos que influenciaram na criação e no desenvolvimento do PSDB-SP, apresentada no

²⁴ Medida do Ucinet: *power*. É um indicador de quanto um nó particular tem de poder em relação aos vários outros da rede.

²⁵ Medida do Ucinet: *information*. Indica uma posição favorável por ter acesso às informações. Um indivíduo é central em relação à informação, quando, por seu posicionamento, recebe informações vindas da maior parte do ambiente da rede, o que o torna, entre outras coisas, uma fonte estratégica.

²⁶ Os resultados referentes à estrutura relacional de cada um dos tempos que constituíram a trajetória do PSDB-SP foram apresentados pelos *sociogramas*.

Capítulo II, indicou os resultados eleitorais como parâmetro para delimitar os tempos de análise da rede²⁷:

- Tempo 0 – T0 (1988-1989): momento da fundação do partido;
- Tempo 1 – T1 (1990-1993): fase de organização, desenvolvimento e participação nas disputas eleitorais;
- Tempo 2 – T2 (1994-1998): fase em que membros do partido exerceram mandatos eletivos no Poder Executivo e Legislativo, conjuntamente nas instâncias federal, estadual e municipal;
- Tempo 3 – T3 (1999-2002): fase em que um número expressivo dos membros do partido foi reeleito para exercer os mandatos eletivos no Poder Executivo e Legislativo, nas instâncias federal, estadual e municipal;
- Tempo 4 – T4 (2003-06): fase em que o partido manteve o número de candidatos eleitos, tanto no Poder Legislativo como no Executivo, somente nas instâncias estadual e municipal.

Por meio da análise da rede de relações internas do PSDB-SP foi possível identificar a característica da estrutura relacional do partido e reconhecer alguns elementos que garantem o vínculo entre os atores partidários no interior da organização.

O segundo banco de dados é composto por resultados eleitorais e pelo mapeamento geográfico do desempenho dos candidatos do PSDB-SP em todos os pleitos e cargos eletivos no período de 1988 a 2006 – vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal, senador e presidente. O mapeamento da votação do PSDB-SP²⁸ teve o objetivo de confirmar a hipótese estabelecida para o desenvolvimento da pesquisa: o PSDB-SP utilizou a via eleitoral como estratégia para viabilizar a sua organização e o seu funcionamento. Assim, a pesquisa

²⁷ A divisão do período analisado em “tempos” não expressa uma significativa mudança na estrutura da rede interna do partido, apenas na composição dos membros.

²⁸ Não foi considerada a influência das coligações nos resultados obtidos, devido à definição do foco da análise: a organização partidária PSDB-SP.

realizada definiu como base de análise os municípios²⁹ e como variáveis a quantidade populacional e a localização geográfica, tendo como referência o local de origem ou a atuação dos membros da rede interna do partido.

Para identificar as diferenças nas votações dos candidatos que disputaram as eleições sob a legenda do PSDB no estado de São Paulo, no período de 1988 a 2006, criou-se um critério: foram considerados como base para a análise os municípios nos quais o candidato do partido obteve nas eleições para os cargos a presidente e governador pelo menos 25% dos votos no primeiro turno e 50% dos votos no segundo turno. No caso das eleições para os cargos de deputado estadual e federal, bem como de senador, observou-se primeiramente se existiam candidatos do PSDB entre os cinco mais votados nos municípios com menos de 200.000 habitantes e entre os 10 mais votados para os municípios acima de 200.000 habitantes. Para os cargos a prefeito, identificou-se apenas se houve o lançamento de candidaturas pelo partido e se o candidato foi eleito. Quanto ao cargo a vereador, a análise seguiu o critério populacional e, conseqüentemente, o número de cadeiras existentes em cada município. Como parâmetro para a análise, estabeleceu-se que nos municípios com menos de 10.000 habitantes o número de vereadores eleitos pelo partido seria 3; entre 10.000 e 20.000 habitantes, 4; entre 20.000 e 40.000 habitantes, 5; entre 40.000 e 80.000 habitantes, 6; entre 80.000 e 120.000 habitantes, 7; entre 120.000 e 200.000 habitantes, 8; entre 200.000 e 1.000.000 habitantes, 9; entre 1.000.000 e 1.700.000 habitantes, 10; entre 1.700.000 e 4.000.000 habitantes, 12; e acima de 4.000.000 habitantes, 15.

Para indicar a inter-relação entre os resultados eleitorais para os diversos cargos, nas diversas eleições, adotou-se outro nível de análise: a microrregião.

²⁹ O território estadual divide-se em 645 municípios, conforme as Constituições Federal e Estadual, computados os criados até o final de 1999. A Lei Complementar nº 651, de 31/07/90, estabelece condições para a criação de novos municípios.

Seguiu-se a regionalização estabelecida pelo IBGE³⁰ para o estado de São Paulo. Por meio desses procedimentos metodológicos, viabilizou-se a identificação da base eleitoral do partido e foi possível mapear a relação do resultado eleitoral dos candidatos do PSDB com seu respectivo capital político.

Desse modo, outro elemento abordado nesta pesquisa foi a capacidade do capital político de determinado ator político membro da rede interna da organização partidária, no âmbito da microrregião, influenciar na definição dos resultados eleitorais. Utilizou-se como referência da influência do capital político de um ator ou grupo político do partido em determinada microrregião ou município o corte histórico: o fato de ter havido, em eleições simultâneas, um desempenho eleitoral satisfatório (os candidatos do PSDB serem eleitos ao cargo de prefeito e vereador, e na eleição seguinte os candidatos do PSDB aos cargos de deputado estadual, federal, senador, governador e presidente serem os mais votados e vice-versa).

A análise dos dados correspondentes aos atributos e aos vínculos relacionais dos atores, à composição do órgão deliberativo do partido e ao mapeamento geográfico dos resultados eleitorais, revelou fatores que explicam a organicidade do partido estudado e apresentou, empiricamente, uma via de análise a respeito da dinâmica organizacional das diversas organizações partidárias brasileiras.

³⁰ De acordo com a divisão adotada pela Fundação IBGE, vigente a partir de 1995, o estado de São Paulo divide-se em 63 microrregiões geográficas: Adamantina, Amparo, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Assis, Aurifloma, Avaré, Bananal, Barretos, Batatais, Bauru, Birigüi, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Capão Bonito, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Catanduva, Dracena, Fernandópolis, Franca, Franco da Rocha, Guaratinguetá, Guarulhos, Itanhaém, Itapeverica da Serra, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Jaboticabal, Jales, Jaú, Jundiá, Limeira, Lins, Marília, Mogi das Cruzes, Mogi-Mirim, Nhandeara, Novo Horizonte, Osasco, Ourinhos, Paraibuna/Paraitinga, Piedade, Piracicaba, Pirassununga, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo, Sorocaba, Tatuí, Tupã e Votuporanga. A finalidade dessa instância territorial é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual (Lei Complementar Estadual nº 760, de 1 de agosto de 1994 – Estabelece diretrizes para a organização Regional do Estado de São. Artigo 5º – Considerar-se-á microrregião o agrupamento de municípios limítrofes a exigir planejamento integrado para seu desenvolvimento e integração regional, que apresente, cumulativamente, características de integração funcional de natureza físico-territorial, econômico-social e administrativa).

CAPÍTULO 1 – PARTIDO POLÍTICO, REDES SOCIAIS E CAPITAL POLÍTICO – Conceitos e abordagem de análise

O referencial teórico construído com base nas experiências dos partidos políticos evidencia sua importância nas democracias representativas contemporâneas. A literatura – estrangeira³¹ e nacional³² – a respeito da temática indica que a organização partidária, em meio às funções que desempenha no sistema político democrático, tem a singularidade de estruturar as candidaturas para a disputa eleitoral e, portanto, o acesso dos eleitos à arena decisória.

No entanto, as inúmeras mudanças sociais das últimas décadas geraram debates a respeito do papel das organizações partidárias no sistema político e, conseqüentemente, instauraram a necessidade da reformulação dos paradigmas referentes a essa questão.

As abordagens fundadas nas clivagens e no padrão das preferências eleitorais foram comprometidas ante a profissionalização das campanhas eleitorais, o uso intenso dos meios de comunicação de massa e o surgimento de outros padrões de financiamento das organizações partidárias³³. Houve maior indefinição na relação entre os partidos políticos e os eleitores, e ainda a diminuição do reconhecimento da importância dos militantes de base e dos filiados, ou seja, um afrouxamento dos vínculos estabelecidos com os grupos sociais de referência.

Esse contexto, marcado por maior instabilidade nas relações entre as organizações partidárias e os atores sociais – sejam os membros filiados ou os eleitores –, levou parte da literatura especializada em partidos políticos a retomar a abordagem organizacional³⁴. Essa abordagem considera o partido como unidade de análise; por isso, defende ser fundamental para explicar o seu desempenho nas

³¹ Criddle (1987); Panebianco (1988); Lawson e Merkl (1988); Strom (1990); Katz e Mair (1994); Aldrich (1995); Anderson (1998); Müller e Strom (1999); Dalton (2000).

³² Lamounier e Meneguello (1986); Lima Júnior (1993); Kinzo (1993, 1999); Mainwaring e Scully (1994, 1997); Meneguello (1998); Figueiredo e Limongi (1999); Stepan (1999); Mainwaring (2001).

³³ Kirscheimer (1966) e Panebianco (1990). Ver também Dalton e Wattenberg (2000).

³⁴ Weber (1984); Michels (1982); Panebianco (1990); Katz e Mair (1994).

disputas eleitorais e a sua atuação na arena governamental³⁵ compreender os elementos que compõem a sua dinâmica como instituição política.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que são as regras e as relações entre os atores que estruturam processualmente o comportamento organizacional partidário³⁶. Analisar, em uma perspectiva histórica, os padrões de comportamento³⁷ dos atores diante dos aspectos institucionais permite compreender as relações internas de poder e a atuação do partido nas arenas de disputa e decisão política³⁸.

Pautada nesse referencial, esta pesquisa apresenta uma contribuição para o debate a respeito do atual significado dos partidos no sistema político. Por conseguinte, ao estudar o PSDB-SP apropriou-se de uma via interpretativa que possibilita a compreensão da dinâmica organizacional de outros partidos que atuam no sistema político brasileiro. Evidenciou, também, que, investigados em uma perspectiva histórica, os processos e os recursos organizacionais, disponíveis aos atores partidários para fomentar lealdades eleitorais, passam a ser fundamentais para desvelar a dinâmica do partido, especialmente se duas categorias forem consideradas no desenvolvimento da análise: as relações de poder entre os atores partidários e os resultados eleitorais para o acesso aos cargos públicos.

Este primeiro capítulo apresenta o quadro conceitual que fundamenta o percurso teórico-metodológico da pesquisa realizada. O primeiro tópico contém os principais argumentos e abordagens referentes às análises desenvolvidas a respeito das organizações partidárias, especialmente as brasileiras. O tópico seguinte é composto pelos principais fundamentos teóricos da metodologia de análise de redes sociais, na perspectiva de apresentar mais um recurso que favorece, por meio de uma abordagem organizacional, os estudos sobre os partidos políticos. No último tópico, discute-se o conceito de capital político, buscando constituí-lo como variável explicativa para a organização e o funcionamento dos partidos políticos em geral.

³⁵ Kirschheimer (1966); Duverger (1970); Michels (1977).

³⁶ Immergut (1996); Steinmo e Thelen (1992).

³⁷ Panebianco (1990).

³⁸ Lawson e Merkl (1988); Lawson (1994); Strom (1990).

1.1. Partidos políticos: aportes teórico-metodológicos

1.1.1. Análises sobre a questão partidária: abordagens e argumentos

O conjunto de estudos desenvolvidos a respeito dos partidos políticos nas últimas décadas gerou a utilização de diversas abordagens de análise, possibilitou o conhecimento de vários aspectos e ampliou os questionamentos acerca dessas organizações como instituição política, em especial sobre o seu papel na atualidade.

O partido político é uma instituição caracterizada por ser uma organização que atua de forma singular na arena eleitoral e de natureza competitiva, adotando determinados princípios e defendendo algumas propostas que o diferenciam de outras instituições, como também definem a sua posição no sistema partidário. Consiste em estruturar a competição pelo voto do eleitorado.

Somente as organizações partidárias podem apresentar as candidaturas possíveis de ser legitimadas para o exercício do poder político. Nesse sentido, os partidos são organizações que, *a priori*, estabelecem uma estrutura interna de poder, delimitam as regras de filiação, definem o programa e as diretrizes políticas que orientarão a ação partidária na disputa pela anuência dos cidadãos, por meio das eleições³⁹.

Em linhas gerais, isso significa conceber que as funções e instâncias constitutivas dos partidos – as relações com as bases e eleitores, a relação no parlamento com outras forças do sistema partidário e seu papel no governo – sofrem processos diversos de desenvolvimento e adquirem graus diversos de importância no sistema político (Meneguello, 1998, p. 28).

As análises desenvolvidas nas últimas décadas, tanto nas democracias representativas consolidadas como nas democracias em processo de consolidação, afirmam que, embora os partidos políticos tenham se organizado, inclusive

³⁹ Lawson e Merkl (1988); Lawson (1994); Strom (1990).

garantindo um número razoável de filiados, essa estrutura não se traduz, necessariamente, em coerência organizacional e resultado eleitoral⁴⁰.

O dilema da representação política tem sido o foco do debate a respeito dos partidos políticos. A principal questão discutida se refere ao papel dessas organizações na relação entre cidadãos e arena política, especificamente no que tange à sua capacidade de estabelecer vínculo com o eleitorado.

Em meio às análises realizadas pela literatura estrangeira a respeito dessa questão, destacam-se as abordagens funcionalista, a organizacional, a fundamentada na teoria da escolha racional e a que se pauta no contexto sócio-histórico para explicar as transformações temporais da organização.

Segundo a concepção funcionalista, os partidos políticos são estruturas de conexão, ou integração, entre o cidadão e o sistema político: estruturam a disputa eleitoral pelo voto, mobilizam interesses sociais e defendem determinadas posições ideológicas.

Essa concepção foi inicialmente defendida por Lipset e Rokkan (1967), ao considerarem que os partidos políticos têm a função de integrar os cidadãos às esferas de poder (atuando como um canalizador do conflito para a manutenção do sistema). Sartori (1982) também é um dos estudiosos que defendem essa concepção. Segundo o autor, os partidos, em um contexto político pluralista como o democrático, são elementos funcionais do sistema, ou seja, buscam servir aos propósitos deste sistema como um todo. São meios de representação de interesses; portanto, expressam reivindicações para constituir a vontade pública.

Eldersveld (1982) elaborou a terminologia *linkage structure*⁴¹ para definir os partidos políticos. O autor compreende que essas organizações têm, nas democracias consolidadas, a função peculiar de serem mediadoras de conflitos entre os atores que interagem no sistema político. Para o teórico, o funcionamento do sistema político moderno, em razão da sua complexa constituição e do número

⁴⁰ Esse argumento é defendido por Souraf (1963), ao analisar o sistema partidário norte-americano do pós-Segunda Guerra Mundial. De acordo com o autor, isso ocorre em função de a maioria dos partidos políticos desenvolverem atividades sem clareza ideológica e de forma descontínua no tempo, com pouca articulação entre as instâncias institucionais e com baixa participação dos eleitores ou mesmo dos membros partidários, ficando centrados nas lideranças partidárias.

⁴¹ Estrutura de conexão.

de atores que nele atuam, depende da atuação do partido político para a conexão entre os envolvidos: governo (estrutura estatal, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), grupos de interesses organizados e cidadãos. Trata-se de uma estrutura de ligação entre os membros dos poderes institucionais (Poder Legislativo e Poder Executivo), um canal de pressão dos grupos de interesses nas questões referentes às políticas públicas, um mecanismo para a indicação de candidatos a cargos e, ainda, de comunicação entre os cidadãos e as arenas decisórias. Portanto, o partido político consiste em um espaço no qual são estabelecidos compromissos entre os grupos de interesse, como também é definida a relação entre líderes e eleitores.

A teoria da escolha racional enfatiza o papel dos partidos políticos na esfera de poder. Dows (1999) afirma que os partidos se configuram em equipes ou coalizões (indivíduos com o mesmo objetivo cooperando entre si para atingi-lo) que buscam, por meio de eleições devidamente estruturadas, assumir cargos para controlar o aparato estatal.

Utilizando a mesma abordagem, Aldrich (1995) defende a idéia de que as análises a respeito da dinâmica das organizações partidárias devem considerar, nos diferentes contextos históricos, os interesses dos atores políticos, relacionando-os com o arranjo institucional referente ao processo eleitoral e com o funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo. De acordo com o autor, os partidos são criados para que os atores políticos acessem os cargos de poder e se mantenham neles. Assim, a forma, o fortalecimento ou a fragilidade dessas organizações dependerão dos interesses dos atores envolvidos, que consideram os arranjos institucionais para atuar. Portanto, os partidos são instrumentos para o alcance de objetivos dos atores, decorrentes do sistema político em que atuam.

Outra abordagem, utilizada em inúmeros estudos sobre a temática partidária⁴², apresenta como eixo de análise as transformações que a organização partidária sofreu. Esses estudos indicaram alterações na constituição e na dinâmica organizacional dos partidos, assim como na sua atuação no sistema político. Os partidos passaram a dar menos ênfase à sua atuação como mobilizadores sociais –

⁴² Entre os principais: Kirchheimer (1966); Duverger (1970); Mair (1997).

o que implicou na diminuição da lealdade coletiva – e priorizaram a atuação no âmbito do Estado.

Com o sufrágio universal, instituído inicialmente na Europa, os partidos foram elementos importantes para integrar a classe média e trabalhadora ao sistema eleitoral. No contexto do final do século XIX e início do XX, os partidos de elite passaram a conviver com os partidos de massa, que representavam os grupos sociais emergentes, viabilizando o seu acesso aos espaços de poder político – o Estado. Estes partidos tinham como características fundamentais a atuação focada na mobilização social, a organização pautada na burocracia e na hierarquia, a propaganda própria, o financiamento originário da contribuição dos filiados, o recrutamento dos líderes entre os membros do partido e o papel fundamental da direção em seu desenvolvimento organizacional. A ideologia era um elemento importante para esse modelo de partido⁴³.

A partir das décadas de 1950 e 1960 os partidos passaram por algumas transformações em decorrência do rompimento de inúmeros padrões sociais tradicionais, pelas conquistas de diversos direitos, pela melhoria na qualidade de vida dos eleitores e pelo desgaste gerado pelos limites impostos para os cargos governamentais. Diante das características desse contexto o modelo de partido de massas perdeu espaço na dinâmica do sistema político.

Os partidos adotaram temas mais gerais para estabelecer o diálogo com diferentes grupos de interesse; conseqüentemente, houve o enfraquecimento da relação com os sindicatos e as associações. Priorizou-se como forma de comunicação o diálogo entre os líderes e o eleitorado em geral, que atua mais como consumidor e menos como participante ativo da política.

Segundo Dalton (2000), o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa influenciou o estabelecimento dos vínculos entre partidos e eleitores. A presença efetiva da televisão, o uso de novas tecnologias e a profissionalização das campanhas substituíram, pela imagem midiática e pelo personalismo, a comunicação direta com o eleitorado ou por meio da militância, estratégia

⁴³ Segundo Mair (1997), esse modelo de partido é encontrado com maior freqüência à esquerda do espectro partidário (especialmente entre aqueles que se coadunam com os princípios socialistas).

historicamente utilizada pelos partidos. Considerando esses dados, o autor afirma que as transformações funcionais dos partidos estão relacionadas com as atitudes e o comportamento dos eleitores. As transformações sociais, como o aumento do nível educacional dos cidadãos, as mudanças nos padrões de comunicação de massa e a proliferação de grupos de interesses alteraram o relacionamento entre os cidadãos e a política.

Kirchheimer (1966) já havia reconhecido alterações das funções tradicionais dos partidos políticos. Segundo o autor, os partidos políticos – que historicamente estruturaram as demandas gerais com base na configuração de uma identidade coletiva e ideológica, bem como viabilizaram a seleção dos candidatos para cargos públicos e a tomada de decisões por meio da negociação para a definição e/ou implementação da política estatal – passaram a atuar com o objetivo de obter ganhos eleitorais e se organizar para serem competitivos, tornando-se partido *catch all*.

A passagem do partido de massa para partido *catch all* pode ser mensurada, conforme Kirchheimer (1966), pela transformação de importantes aspectos organizacionais. Nesse processo, as organizações passaram a assumir posições políticas que viabilizaram o diálogo com diversos setores da sociedade. Os líderes assumiram a interlocução com os eleitores e a captação de recursos financeiros, influenciando a configuração dos vínculos no interior da organização partidária – conferindo maior reconhecimento aos representantes públicos. O financiamento desse modelo de partido, em geral, é obtido junto aos grupos de interesse e fundos públicos. Houve uma progressiva ênfase na profissionalização dos partidos e nas ações concretas, em detrimento dos princípios ideológicos⁴⁴. A alteração do foco na ação partidária e, conseqüentemente, a adoção de outra dinâmica organizacional fragilizaram a relação entre o partido político e o eleitorado. Segundo Mair (1997), o partido político passou a ser um grupo de líderes profissionais que competem pela oportunidade de ocupar cargos no governo e de prestar contas em suas eleições futuras. O autor afirma que a existência desse modelo de partido aumentou a

⁴⁴ Esse tema já havia sido abordado por Weber (1984) e Michels (1982) no início do século XX.

volatilidade eleitoral, gerou mais incertezas em relação aos resultados eleitorais e tornou mais difíceis a filiação e a lealdade partidária.

Essas mudanças também influenciaram a relação entre os partidos e o Estado. A aproximação entre organização partidária e o Estado gerou outro modelo de partido, que Mair (1997) denominou de partido *cartel*. Esse modelo caracteriza-se pela incorporação do partido pelo Estado, pela coalizão intrapartidária, pela baixa participação dos filiados e pela profissionalização, com campanha especializada e publicidade de massa.

No entanto, mesmo diante desse cenário, os estudos que abordaram a atuação dos partidos políticos no âmbito governamental os identificaram como fundamentais na articulação dos processos decisórios. Nessa perspectiva, os partidos são responsáveis pela formação dos governos, pela distribuição e ocupação de cargos, assim como pela produção de políticas públicas. Portanto, interferem na dinâmica das relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, ou seja, no interior das legislaturas⁴⁵ – na proposição de projetos de lei, na organização de comitês e pautas de votação, e, de forma peculiar, na correlação de forças no processo de aprovação das matérias em votação⁴⁶.

Com base nesses referenciais teóricos, compreende-se que a dinâmica organizacional de determinado partido político é decorrente das estratégias estabelecidas para atingir os seus objetivos, seja a obtenção de votos, seja a conquista de postos no governo, seja a implementação de políticas públicas. Segundo Strom (1990), a dinâmica partidária decorre da concepção de organização e dos objetivos estabelecidos por seus membros, principalmente pelos líderes⁴⁷ do partido. É na interação com o sistema político que o partido privilegia algumas das suas estratégias, as quais o caracterizam como *vote-seeking party*, *office-seeking party* e *policy-seeking party*.

⁴⁵ Epstein (1982); Fiorina (1997); Mayhew (1974); Cox e McCubbins (1993). Estes estudos analisaram o contexto norte-americano.

⁴⁶ Na literatura internacional, Krehbiel (1988, 1991) desenvolveu um estudo detalhado sobre as estratégias utilizadas pelos agentes políticos envolvidos no processo de produção de leis nos Estados Unidos. No Brasil, Figueiredo e Limongi (1999) analisaram os aspectos institucionais do processo de produção de leis.

⁴⁷ Os líderes partidários têm um papel central: compatibilizar as múltiplas demandas dos agentes que compõem a ação coletiva e garantir a coesão partidária.

O modelo *vote-seeking party*, que deriva da *rational choice theory* (teoria da escolha racional), concebe a organização partidária como meio para potencializar seu apoio eleitoral e controlar o governo. Assim, a formação de coligações eleitorais tem sido a principal estratégia utilizada para a obtenção de tal objetivo. Por sua vez, o *office-seeking party* busca elevar a obtenção de postos governamentais para controlar os recursos do Estado, enquanto o *policy-seeking party* objetiva maximizar sua influência na elaboração e implementação de políticas públicas.

O pressuposto de que os partidos políticos constituem-se como resultado da interatividade da função representativa e governamental⁴⁸ levou os primeiros estudos sobre a temática partidária⁴⁹ a adotarem a abordagem organizacional. Essa abordagem, que tem sido retomada pelas pesquisas contemporâneas⁵⁰, parte da premissa de que a configuração e as funções dos partidos políticos efetivam-se com o estabelecimento de padrões nos procedimentos eleitorais e na participação no processo decisório⁵¹. Portanto, a compreensão de determinado partido político requer a análise das estratégias elaboradas pela organização para sua sobrevivência no ambiente político. Segundo Panebianco (1988), os partidos são organizações exclusivas no ambiente específico em que atuam, ou seja, são a única instituição que age na arena eleitoral e compete por votos. O autor sustenta que os partidos políticos diferenciam-se pelos ambientes de atuação e pelas atividades executadas em relação a esses ambientes. Já a sobrevivência de um partido depende de sua capacidade de distribuir incentivos, isto é, está sujeita às relações de poder em seu interior.

O autor propõe, para o desenvolvimento de análises acerca das organizações partidárias, que sejam considerados dois elementos estruturais: a história organizativa dessas instituições e a relação que estabelecem com a dinâmica do

⁴⁸ Katz e Mair (1994) afirmam que o grau de desenvolvimento da organização partidária pode ser buscado nas diferentes instâncias em que atua na esfera societal, na capacidade de vinculação com os atores sociais e na dinâmica das relações estabelecidas na arena governamental.

⁴⁹ Michels (1977); Ostrogorski (1970); Duverger (1970).

⁵⁰ Panebianco (1988); Lawson e Merkl (1988); Strom (1990); Müller e Strom (1999).

⁵¹ Duverger (1970) desenvolveu uma teoria sobre os partidos políticos, com base em uma abordagem organizacional, definindo-os como organizações que têm a função peculiar de conquistar e exercer o poder.

ambiente em que atuam. Para tanto, apresenta duas referências: o processo de origem e de institucionalização do partido.

Segundo o estudioso, o processo de origem imprime algumas características na organização partidária. Em meio aos diversos fatores que influenciam a definição do perfil organizacional, o autor aponta o modo como se inicia e se desenvolve o partido: por meio da penetração territorial (há um centro responsável pela fundação da organização, que se expande processualmente); da difusão territorial (núcleos isolados criam organizações que se fundem); das organizações mistas (combinam os dois processos); da presença ou não de uma instituição externa responsável pela criação do partido; ou da afirmação de líderes políticos, especialmente os carismáticos. A outra referência importante na análise das organizações partidárias é o grau de institucionalização alcançado, que decorre da modalidade do processo de formação do partido e também do ambiente em que ele atua. De acordo com Panebianco (1988), o grau de institucionalização pode ser medido (ao considerarem-se duas variáveis: a autonomia em relação ao ambiente em que atua e a interdependência das partes internas do partido) e avaliado por meio de uma escala entre o mínimo e o máximo (respectivamente, partidos de institucionalização débeis ou fortes).

Mais uma vez pode-se verificar que, nas democracias representativas contemporâneas, a importância das organizações partidárias é identificada pelas funções que desempenham, entre as quais se destacam a estruturação do voto na disputa eleitoral e a articulação para a tomada de decisões governamentais⁵².

Outros estudos recentes, desenvolvidos segundo a abordagem neo-institucionalista⁵³, têm mostrado que a estrutura de tomada de decisões de qualquer organização partidária (portanto, as relações internas de poder) e fatores vinculados ao sistema político influenciam diretamente o processo de seleção dos candidatos. Nesse sentido, identificar a natureza e a força das relações intrapartidárias (mais especificamente referentes aos líderes partidários), relacionando-as com os

⁵² Soares (1973); Fleischer (1981); Lima Júnior (1983, 1993); Lamounier e Meneguello (1986); Kinzo (1993, 1994, 1999); Stepan (1999); Mainwaring e Scully (1994); Meneguello (1994, 1998); Mainwaring (2001).

⁵³ Ver, entre os estudiosos contemporâneos, os trabalhos de Gallagher (1988a e 1988b), Katz e Mair (1994) e Norris (1997, 1999).

resultados eleitorais, representa um exercício interessante não só para explicar a dinâmica organizacional do partido, como também para contribuir com a discussão acerca do seu papel no sistema político.

Apesar de os estudos trazerem avanços para o debate sobre a questão – utilizando, inclusive, diversas abordagens – e apresentarem dados que corroboram a importância fundamental dos partidos políticos no sistema político moderno⁵⁴, há a necessidade de novas pesquisas, tanto para oferecer argumentos a respeito do significado dessas organizações no sistema político atual quanto para reforçar ou indicar perspectivas e outras formas de análise.

1.1.2. Aportes teórico-metodológicos: debate a respeito dos partidos políticos brasileiros

As pesquisas recentes que analisaram o desenvolvimento dos partidos políticos brasileiros⁵⁵ reconheceram a função peculiar dos partidos no processo político-eleitoral. Há consenso entre os pesquisadores de que essas organizações desempenham um papel exclusivo na disputa eleitoral (estruturação do voto) e de que o processo de redemocratização no Brasil, a partir dos anos 80, ampliou o acesso dos partidos, e assim a sua relevância, no âmbito das arenas decisórias.

No entanto, existe um intenso debate a respeito da consolidação das organizações e do sistema partidário brasileiro. Foram utilizadas diversas abordagens e apresentados diferentes resultados. Entre os temas mais polêmicos sobre essa questão se encontram a estabilidade do sistema, a consistência

⁵⁴ Sartori (1982) afirma que o surgimento dos partidos políticos modernos – constituídos como organizações e não apenas como facções – ocorreu simultaneamente à aceitação processual da diversidade como característica da dimensão política da sociedade. Segundo Aldrich (1995, p. 3), as democracias modernas necessitam dos partidos políticos, pois são organizações que expressam o pluralismo desses regimes políticos. Epstein (1982) analisa a atuação do partido político na arena eleitoral, argumentando que a atividade dessa organização é estruturar votos, pois possibilita que os eleitores façam suas escolhas mediante a apresentação de uma sigla. Eldersveld (1982) atribui a importância dos partidos políticos à função que desempenham, ou seja, são estruturas intermediárias na relação entre cidadãos e governo (*linkage structures*).

⁵⁵ Novaes (1994); Ames (1994); Nicolau (1996, 1997); Schmitt (1998); Peres (2000); Kinzo (1993, 1994, 1999); Meneguello (1994, 1998); Figueiredo e Limongi (1995; 1998; 1999).

organizacional dos partidos, o vínculo com os eleitores e os mecanismos de representação, a relação do partido com o Estado, a lógica das coligações (afinidades ideológicas e/ou programáticas) e coalizões, as migrações e a disciplina partidária.

As primeiras análises a respeito dos partidos políticos brasileiros, desenvolvidas a partir dos anos 1960, tiveram como preocupação a questão da consistência dessas organizações. O estudo desenvolvido por Soares (1973) destacou o subdesenvolvimento partidário, apresentando-o como decorrente das relações clientelistas e do controle oligárquico do voto. O autor chamou atenção também para o impacto e a influência dos processos de urbanização na dinâmica partidária: o crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e da União Democrática Nacional – UDN (urbana e ideológica) paralelamente ao declínio do Partido Social Democrata (PSD).

O estudo de Souza (1976), que introduziu a abordagem institucional para análises da temática partidária no Brasil, também identificou um grau significativo de inconsistência nos partidos políticos, atribuindo essa característica à estratégia adotada pelo Estado: a centralização da máquina administrativa, prévia à expansão da competição eleitoral, que os tornou prolongamentos da burocracia estatal.

As pesquisas acerca dos partidos políticos brasileiros, desenvolvidos a partir da vigência do regime democrático (com o restabelecimento do multipartidarismo a partir de 1979), ampliaram o debate sobre o significado dessas organizações. Entre os estudos realizados, em especial aqueles que analisaram os primeiros anos do regime, permanece o diagnóstico negativo a respeito do sistema partidário brasileiro.

Lamounier e Meneguello (1986) apontam para a não-consolidação de padrões eleitorais e parlamentares (ou seja, sua alta volatilidade). Indicam também uma fragmentação do sistema partidário gerada pelas facilidades oferecidas pelo sistema eleitoral, além de um posicionamento político-ideológico dos partidos apenas em matéria constitucional e eleições presidenciais. Diante desse cenário, caracterizaram os partidos políticos brasileiros como subdesenvolvidos⁵⁶.

⁵⁶ Se analisada a caracterização do sistema partidário nas diversas fases da história política do Brasil como nação independente, de 1822 a 1986, o país conheceu nada menos do que sete formações

O amorfismo organizacional e a ausência de diferenças marcantes nas posições político-ideológicas são fatores, segundo Lamounier (1989), que dificultam a constituição de partidos, concomitantemente, nacionais, coesos, ideológicos e capazes de mobilizar os eleitores.

Mainwaring (1991) considera também fatores internos e externos às organizações partidárias como responsáveis por um sistema partidário subdesenvolvido, tais como a preponderância do Poder Executivo em relação ao Legislativo, a preferência dos políticos por uma legislação eleitoral e partidária permissiva (que prioriza o individualismo em detrimento da lealdade partidária) e o fato de as estruturas do pacto federativo permearem as relações de poder.

Lima Júnior (1993)⁵⁷ dedicou-se a compreender a dimensão federativa da dinâmica que constitui o quadro partidário brasileiro. Desse modo, identificou a existência de um sistema partidário nacional que assumiu formatos diferenciados nas distintas regiões do país, devido à ocorrência de práticas intra-institucionais ocultadas da decisão eleitoral. Nesse sentido, demonstra a debilidade do partido político por meio do descompasso entre a votação e a composição partidária no âmbito legislativo.

Alguns estudos recentes⁵⁸ ainda reforçam o argumento da ausência de consolidação do sistema partidário brasileiro, especialmente aqueles que abordam a temática por meio dos aspectos institucionais. Entre os elementos que fundamentam esse diagnóstico estão a prevalência da alta volatilidade eleitoral, a indisciplina partidária e a fragilidade organizacional dos partidos políticos. Esses dados reforçam

partidárias distintas: 1) liberais *versus* conservadores, de 1837 até a proclamação da República, em 1889; 2) partidos estaduais-republicanos, da primeira República até a Revolução de 1930; 3) um pluripartidarismo embrionário (polarizado nos extremos pelos movimentos integralista e comunista) até o golpe que instaurou o Estado Novo, em 1937; 4) um pluripartidarismo que teve melhor configuração a partir de 1945, até a sua extinção pelo AI-2, em 1965; 5) um bipartidarismo tutelado (Arena *versus* MDB) no âmbito do regime militar, de 1965 a 1979; 6) retorno controlado ao pluripartidarismo por meio da reforma partidária de 1979, tendo como principais organizações o PDS e o PMDB, sucessores, respectivamente, da Arena e do MDB, até 1985; 7) ampliação do leque pluripartidário a partir da Emenda Constitucional de número 25 (maio de 1985), que permitiu, inclusive, a legalização dos partidos de orientação marxista e suspendeu as restrições à formação de novos partidos (Lamounier e Meneguello, 1986).

⁵⁷ Análise da competição e do resultado eleitoral no nível federal – período de 1982 a 1990 no Brasil.

⁵⁸ Mainwaring (2001); Mainwaring e Liñán (1998).

o argumento que tem sido defendido freqüentemente por diversos autores⁵⁹: o nível de fragmentação e a indisciplina dos partidos políticos estão altamente relacionados com as regras pelas quais os legisladores são selecionados pelos cidadãos.

No entanto, outro conjunto de estudos recentes – que analisam a representação político-eleitoral das organizações partidárias no contexto brasileiro da redemocratização, especialmente a partir dos anos 90 – apresenta uma avaliação um pouco mais positiva acerca das organizações partidárias⁶⁰.

Kinzo (1990), ao buscar identificar os impedimentos para o desenvolvimento do quadro partidário brasileiro e as causas da sua instabilidade, reconheceu que a coexistência de aspectos conjunturais e estruturais contraditórios, nos diversos momentos políticos do país, influenciou a composição e a dinâmica partidária⁶¹.

Embora a autora tenha indicado que o sistema partidário brasileiro estivesse distante do que pode ser considerado como consolidado, ressaltou o papel importante que os partidos assumiram em alguns espaços políticos no período pós-redemocratização. Ao analisar a atuação dos partidos políticos em relação aos grandes temas deliberados na Assembléia Nacional Constituinte, a autora identificou diferenciações nos posicionamentos, ou seja, a constituição de clivagens partidárias:

[...] Para compatibilizar a democracia com a necessária eficácia decisória, são imprescindíveis organizações que estabeleçam esse vínculo entre a sociedade e as estruturas governamentais [...] Portanto, a relevância dos partidos para a consolidação de um sistema político democrático decorre de pelo menos quatro funções: 1) estruturar a participação popular; 2) conferir inteligibilidade ao processo eleitoral, propiciando aos cidadãos algum grau de controle sobre os eleitos; 3) organizar a competição de diferentes grupos pelo poder; 4) estimular a negociação política e a construção de consensos (Kinzo, 1994, p. 2).

⁵⁹ Ames (1995a, 1995b, 2001); Mainwaring (1999); Mainwaring e Shugart (1997); Mainwaring e Scully (1995); Haggard (1995); Haggard e Kaufman (1992); Lamounier (1989).

⁶⁰ Em geral, esses trabalhos dedicaram-se a aspectos específicos do sistema partidário. Portanto, são análises mais profundas e detalhistas dos aspectos que, historicamente, foram indicados como fragilidades do sistema político brasileiro: a alta fragmentação do sistema partidário, a fragilidade organizacional, a baixa fidelidade, a indisciplina partidária e a permissão de coligações (especialmente em eleições proporcionais).

⁶¹ Ora a vigência de um regime ditatorial com perfil modernizador e a permanência de instituições democráticas, ora a transição democrática controlada, com sucessão presidencial negociada e funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

No entanto, a autora reafirma que os partidos políticos brasileiros desse período não podem ser considerados institucionalizados, pois, apesar de possuírem um perfil político-ideológico definido (clivagens ideológicas substanciais), a coesão interna era precária. Kinzo (1993) aponta a questão regional – federalismo –, aliada à representação proporcional baseada no voto uninominal e à permissividade da legislação partidária, como um aspecto que propicia maior fragilidade à organização partidária:

[...] o Brasil não desenvolveu um sistema partidário com perfil definido e duradouro. Essa fragilidade não significa, porém, que estejamos no marco zero de um processo de desenvolvimento partidário. Entendidos como agremiações que atuam no mercado eleitoral e como agentes que de algum modo interferem no processo decisório governamental, certamente existem partidos no Brasil [...] O problema maior está na alta fragmentação e inconsistência do quadro partidário e na medida em que os partidos se formam, se dissolvem e se fundem sem maiores constrangimentos estruturais e legais [...] a debilidade do sistema de partidos é fonte de incertezas e de riscos para a própria estabilidade político-institucional [...] Partidos e democracia são termos indissociáveis; sem um sistema de partido viável não há democracia (Kinzo, 1994, p. 1).

Buscando também caracterizar o sistema partidário constituído no Brasil a partir da redemocratização e explicitá-lo, Nicolau (1996) estabeleceu como objeto de análise a alta fragmentação. A primeira constatação é de que, embora haja um multipartidarismo exacerbado, apenas parte dos partidos é relevante no âmbito eleitoral e influencia o sistema partidário.

O autor apresenta ressalvas em relação aos estudos que definem, de forma unilateral, a composição do sistema partidário como efeito do sistema eleitoral vigente no Brasil. O estudioso demonstra que existe um favorecimento aos grandes partidos e um estímulo à fragmentação, que é gerada por inúmeros fatores, como a possibilidade de os parlamentares trocarem livremente de partidos, a permissão de coligação em eleições parlamentares, a elevada magnitude de alguns distritos eleitorais e os diferentes graus de nacionalização dos partidos políticos.

Diante do mesmo problema – a fragmentação do sistema partidário –, Lima Júnior (1997b) apresentou uma análise considerando os âmbitos estadual e federal. O autor constatou a efetiva implementação, nos dois âmbitos, de um sistema partidário eleitoral, bem como uma redução da taxa de volatilidade eleitoral e uma

maior volatilidade no interior do mesmo bloco ideológico. Com esses dados, Lima Junior (1997b) reafirma o argumento do seu estudo anterior: embora os partidos tenham resultado de um processo de criação de cima para baixo, ou de cisões intrapartidárias, nacionalizou-se um sistema partidário. No entanto, devido aos impactos das condições locais (arranjos eleitorais das elites políticas em relação aos objetivos de maximização eleitoral), sob o mesmo marco institucional legal foram gerados subsistemas estaduais com formatos diferentes.

Outros estudos recentes permitiram definir um diagnóstico a respeito do sistema partidário brasileiro nos anos 90, o qual indica tendências à estruturação da preferência eleitoral, ao declínio da volatilidade ideológica⁶² e à redução da migração partidária⁶³.

Novaes (1994, p. 13) afirma que, além da redução da migração partidária no âmbito federal, a maioria das mudanças nessas organizações ocorreu no interior de um mesmo bloco ideológico. No que se refere às coligações partidárias realizadas nesse período, no âmbito federal, Schmitt (1998) afirma que a maioria dessas estruturas tinha afinidade ideológica; portanto, eram mais ou menos consistentes ideologicamente. No entanto, Rodrigues (2002) apresenta ressalvas a esse aspecto, indicando ser necessário considerar na análise a inconsistência programática dos partidos e o fato de as mudanças não serem feitas aleatoriamente.

Braga (2003) contribui com esse debate acerca da consolidação do sistema partidário brasileiro, ao apresentar dados e argumentos que indicam a nacionalização das estratégias de competição eleitoral, que, por sua vez, tem levado à nacionalização dos principais partidos. A autora afirma que houve uma redução do número de partidos relevantes, embora com perfis distintos, tanto na arena eleitoral como governamental.

Esse diagnóstico mais otimista também foi apresentado pelo conjunto de trabalhos que discute a questão partidária com base na análise da relação entre sistema partidário e comportamento governamental. O recorte analítico desloca-se do processo eleitoral para o exercício da representação.

⁶² Peres (2000).

⁶³ Nicolau (1997).

Embora esse enfoque tenha alterado a abordagem de estudo dos partidos brasileiros, foi fundamental para compreender o estabelecimento das novas relações institucionais que estão fortalecendo tais organizações⁶⁴.

Segundo Meneguello (1995), os arranjos institucionais adotados no processo de transição democrática estabeleceram condições positivas para a institucionalização do sistema partidário e o fortalecimento dos partidos, sobretudo no que se refere à formação de identidades políticas dentro do eleitorado e ao seu papel na dinâmica de formação de governos.

No entanto, a autora ressalta que reconhecer esses avanços requer desprendimento em relação aos parâmetros organizacionais clássicos. Segundo argumenta, o tradicional modelo de partido de massas não permite considerar novas experiências e novos recursos organizacionais obtidos pelos partidos, pois se centra nas relações entre partido e sociedade civil. Na abordagem tradicional, a organização é avaliada, sobretudo, pelo tamanho da base e dos filiados, e pela capacidade de estabelecer uma estrutura interna coesa e de se aproximar dos setores sociais. Meneguello (1995) sugere que sejam considerados aspectos referentes à organização partidária, tais como a sua relação com o Estado e o funcionamento do governo.

Vários estudos que analisaram os partidos políticos por meio da atuação dessas organizações na arena governamental reconheceram as suas influências, principalmente no funcionamento do Congresso e do Poder Executivo⁶⁵. Segundo Figueiredo e Limongi (1999), ao articular os interesses no processo de tomada de decisões, tanto na distribuição de cargos como na obtenção de recursos, delineia-se um grau substantivo de coesão partidária, devido às regras e aos procedimentos existentes que favorecem a ação dos líderes partidários nas decisões das bancadas.

⁶⁴ Segundo Meneguello (1995), o “processo de governamentalização” dos partidos, ou seja, a ênfase dada ao papel dos partidos nos cargos públicos e nos postos executivos deve ser considerada como recurso fundamental para a representação de interesses e a obtenção de força política para a condução do processo de democratização.

⁶⁵ Figueiredo e Limongi (1995; 1997; 1999; 2000a; 2000b; 2002); Amorim Neto e Santos (2001); Amorim Neto (2002); Pereira e Mueller (2000); Meneguello (1998).

A disciplina partidária e a coerência ideológica foram ressaltadas nesse estudo sobre a atuação partidária no Legislativo Federal.

Pautado no mesmo referencial empírico, Melo (1999; 2000) reafirma a tese de que a disciplina dos partidos políticos na atualidade concretiza-se no plenário. No entanto, ressalta que a disciplina dos partidos políticos, identificada nas votações do plenário, não se expressa no funcionamento organizacional dessas instituições. Segundo o autor, há uma alta rotatividade dos candidatos eleitos entre as legendas, e esse comportamento reflete a racionalidade dos atores políticos na sua atuação, ou seja, a carreira política é um elemento preponderante em detrimento da organização partidária.

Nesse sentido, constata-se que o partido político não se constitui como critério único nessa dinâmica que compõe o sistema político; os vínculos pessoais entre os agentes políticos, o critério regional e a conjuntura política também são elementos considerados.

Meneguello (1998) estimula esse debate ao apresentar o argumento do benefício mútuo entre governos (governabilidade nos espaços de poderes institucionais) e organizações partidárias.

Ao analisar a atuação dos partidos para a formação e o desenvolvimento dos governos no âmbito nacional, no período da redemocratização brasileira (pós-1985), a autora constatou que existe um interesse recíproco entre partidos políticos e governos. Ao mesmo tempo em que os partidos se fortalecem ao participar da composição dos governos, os governos têm maior estabilidade se detiverem em sua base de sustentação parlamentar uma coalizão composta pela maioria e por partidos fortes. Ainda é possível que o Poder Legislativo controle as ações do Poder Executivo quando a oposição é constituída pela maioria e por partidos fortes. Assim, os partidos têm uma função fundamental na organização e no funcionamento do Poder Executivo, assim como no relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo. Meneguello (1998) conclui que há um círculo virtuoso de fortalecimento dos partidos quando estes atuam no governo, que, por seu turno, potencializa a capacidade de representação dessas instituições e aumenta os seus recursos organizacionais.

Embora essa literatura apresente um diagnóstico polêmico sobre os partidos brasileiros, revela uma tendência ao fortalecimento da organização partidária. Entre os indicativos constam a configuração de um sistema partidário competitivo eleitoralmente e representativo politicamente, a nacionalização dos principais partidos políticos e a existência de estabilidade institucional.

Apesar desses resultados acerca das organizações partidárias brasileiras, as explicações sobre sua configuração e dinâmica organizacional requerem outros estudos. Seria necessário ampliar a discussão por meio de análises que abordem diversos aspectos referentes ao seu funcionamento e à sua atuação. Ainda são incipientes os estudos atuais a respeito dos partidos políticos brasileiros que adotam a abordagem organizacional e, em menor proporção, aqueles que consideram os aspectos formais e informais dessa organização. Segundo Rodrigues (2002), é freqüente a utilização da abordagem institucional, enquanto as fontes sociais que viabilizam o desenvolvimento organizacional, em especial as lideranças partidárias, têm sido pouco estudadas. No entanto, o mesmo autor indica uma tendência revisionista das divergências existentes nos resultados e nas metodologias de análise desses estudos sobre as instituições partidárias.

Ante os desafios metodológicos e analíticos a respeito da configuração e dinâmica partidária, em especial a complexidade que envolve a relação entre atores e organizações, optou-se, nesta pesquisa, por discutir tais questões para além do aspecto fragilidade / fortalecimento institucional. Buscou-se analisar a dinâmica organizacional – compreender as condições e os processos que compõem e sustentam o poder posicional dos atores políticos e o poder institucional de um partido político – por meio da análise de redes sociais e do mapeamento dos resultados eleitorais.

Estudar as duas dimensões, individual e organizacional, de forma articulada, é uma possibilidade para compreender a dinâmica interna dos partidos políticos, isto é, como são construídas a posição política dos sujeitos e a relação destes com os aspectos de natureza organizacional, prioritariamente as redes de relações e os recursos políticos institucionais.

1.2. Abordagem organizacional do partido político: metodologia da análise de redes

Compreender a multidimensionalidade de processos sociais em que estão envolvidos os partidos políticos – as concepções político-ideológicas, as negociações de interesses, as informações simultâneas, as articulações e as relações de poder, que colidem e disputam entre si – requer uma análise que contemple os planos micro e macro das relações políticas.

Vários referenciais teórico-metodológicos contribuíram com os estudos dos partidos políticos que adotaram a abordagem organizacional, como a teoria da escolha racional, a sociologia relacional e a vertente histórica do neo-institucionalismo⁶⁶.

Entretanto, partir do pressuposto de que o partido político é resultante da interatividade das relações sociais e institucionais, tal como se privilegiou nesta investigação, exigiu a adoção de um procedimento metodológico que apresentasse possibilidades analíticas para compreender a reciprocidade das relações interpessoais dos atores políticos e a repercussão na organização e dinâmica partidária.

A análise de redes sociais é um recurso metodológico que permite identificar as relações, seus efeitos e suas influências na composição organizacional, ou seja, a constituição e a recriação da rede organizacional. A racionalidade da ação dos atores é compreendida em um processo mutável, conforme o contexto conjuntural e institucional.

As análises das instituições políticas, desenvolvidas por meio da rede de relações sociais, atribuem o funcionamento das organizações políticas à interação social dos indivíduos. Amplo número de estudos sobre o desempenho das instituições políticas democráticas, em especial sobre os movimentos sociais⁶⁷ e

⁶⁶ Marques (2000).

⁶⁷ Gould (1991); McAdam (1986); Rosenthal et al. (1985).

culturais⁶⁸, destaca a importância dessa metodologia para analisar a interatividade dos indivíduos, das organizações e da sociedade.

As análises de redes sociais surgem como um plano intermediário de análise, gerando mudanças de perspectiva tanto na compreensão do plano macro (da sociedade) quanto do micro (plano dos indivíduos). No plano macro, a sociedade não é interpretada como um sistema autônomo, internamente organizado e auto-sustentável, mas sim são destacadas as múltiplas redes de interação social que compõem a sociedade e se sobrepõem de modo complexo. No plano micro, os indivíduos não são tomados como entidades pré-constituídas e bem definidas; ao contrário, destaca-se que a formação dos próprios indivíduos ocorre por meio de interações complexas – ou seja, a noção cara à sociologia de que o indivíduo só existe em relação social é levada ao extremo. Porém, é importante destacar que a análise de redes sociais não constitui uma teoria e nem tampouco um conjunto de técnicas estatísticas complexas, mas sim uma estratégia analítica (Bichir, 2004, p. 14).

Para Wasserman e Faust (1994), a rede social é uma estrutura mutante e heterogênea, ou seja, em constante processo de reconstituição. Diferentemente das estruturas formais, as redes são orientadas pela lógica da interatividade e definidas pela multiplicidade quantitativa e qualitativa dos vínculos entre os seus diferentes membros. Entretanto, essa estrutura não exclui a existência de relações de poder e de dependência, tanto internamente como nas relações com unidades externas. Afinal, as relações de poder dinamizam e garantem a construção permanente das redes sociais.

Segundo Hanneman (1997), as redes têm a singularidade de atuar como estruturas emergentes, próprias de sistemas complexos e dinâmicos. Em outras palavras, as redes revelam estruturas sociais (padrões de interação) que podem evoluir de forma não-linear e, portanto, produzir conseqüências imprevistas sobre determinado contexto. O importante é que essa ação emergente tem implicações nas dimensões macro e micro, e a compreensão desse processo crítico aproxima este estudo muito mais da realidade cotidiana.

⁶⁸ Mische e Pattison (1999); Mische (1997); Mohr (1994); Emirbayer e Goodwin (1994).

Desse modo, adotar a análise de redes como recurso metodológico possibilita identificar as ações e as relações entre os atores políticos, considerando os aspectos organizacionais dos espaços em que esses atores atuam.

Segundo Tilly (1990), o envolvimento e as relações entre os atores são pautados no reconhecimento da importância das organizações locais ou microrrelações. Nesse sentido, a dinâmica organizacional seria definida por estruturas sociais próprias de cada coletividade organizada localmente – redes e categorias diferenciadas –, e o próprio processo de seleção e adaptação dos indivíduos dependeria dos constrangimentos estruturais de tais “redes locais”. As redes consistem em laços sociais que ligam atores de diversas origens a pontos específicos de destino. Esses laços unem atores em uma teia complexa de papéis sociais e relações interpessoais complementares, mantidos por conjuntos informais de expectativas recíprocas e comportamentos prescritos.

A análise do desenvolvimento organizacional, pautada nesse referencial, parte do pressuposto de que a estrutura relacional pode ser compreendida por meio das relações estabelecidas entre os atores que constituíram a organização. Desse modo, admite que os atores, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações por meio e em função da sociabilidade, da permeabilidade e da articulação suscitada no processo de desenvolvimento das relações. Por meio da identificação das posições e dos papéis desempenhados na estrutura social de uma rede é possível determinar os padrões de relações entre os atores e, conseqüentemente, comparar diferentes processos interativos.

Embora seu potencial metodológico ainda não tenha sido totalmente explorado, as redes têm sido amplamente utilizadas como procedimento metodológico nas ciências sociais, especialmente pela corrente francesa da sociologia das organizações⁶⁹ e pela ciência política, nos estudos sobre o Estado⁷⁰ e

⁶⁹ Lazega (1994); Lazega e Ebeaux (1995). Segundo Marques (2000), a utilização da análise de redes pela sociologia francesa pode ser atribuída à possibilidade metodológica de operacionalizar conceitos fundamentais em estudos empíricos, tais como *capital social*, de Pierre Bourdieu (1986), e *estrutura*, composta pelos contatos e posições, defendida por Raymond Boudon.

⁷⁰ Taira e Wada (1987); Laumann e Knoke (1987); Laumann et al. (1992); Marques (1999, 2000); Marques e Bichir (2003).

as elites políticas⁷¹ – seja como metáfora, seja na abordagem das relações de poder interno⁷²; ou, ainda, para referenciar, complementar ou reafirmar determinados argumentos ou dados empíricos⁷³.

Dessa forma, confirma-se que esta abordagem não é uma inovação teórico-metodológica, mas mantém, por meio de um novo patamar analítico, o que é específico da análise de redes e também uma preocupação antiga das ciências sociais: as relações sociais. Os métodos e as técnicas recentes permitiram focalizar as relações, em vez dos atributos de grupos e indivíduos, como ocorreu historicamente.

Segundo Marques (2000; 2003), os esforços analíticos contemporâneos das pesquisas sobre redes sociais indicam a preocupação com a fundação de uma “sociologia relacional”, expressa com a recuperação dos clássicos da Sociologia, especialmente Georg Simmel⁷⁴, associados a outras bases técnicas e integrada a determinados estudos sobre economia e sociedade, como os de Max Weber e Karl Polanyi⁷⁵.

Constata-se, dessa forma, que a fundamentação teórica das redes sociais se baseia em diversas vertentes, desde o pensamento clássico⁷⁶ até as análises desenvolvidas a partir dos anos 1980.

Os estudos contemporâneos desenvolvidos sobre as redes sociais criticam a abordagem tradicional, por priorizar os atributos dos indivíduos em detrimento das conexões que os relacionam, ou seja, a própria rede. Diversos autores⁷⁷ censuram as análises que tentam compreender os fenômenos sociais enfatizando as

⁷¹ Domhoff (1979); Gill-Mendieta et al. (1997); Schwartz (1987).

⁷² Krackhardt e Brass (1992); Brass (1992).

⁷³ Os antropólogos J. A. Barnes (1972) e E. Bott (1976), autores clássicos e pioneiros dos estudos de redes sociais, mostram que esse conceito pode ser empregado em diversas teorias, pois é um instrumento de análise e não de construção teórica. Os autores apontam para a necessidade de uma pesquisa etnográfica, para que tal conceito assuma a sua essência. Emirbayer (1994) também contribuiu com esse debate, ao realizar uma revisão dos estudos sobre redes sociais, pautando-se nos pressupostos teóricos. O autor identificou um crescimento dessa área de estudos e reafirmou a ausência de bases teóricas e de críticas consistentes; portanto, trata-se de um campo fortemente marcado pela empiria.

⁷⁴ Estudos realizados por Emirbayer (1997); Emirbayer e Goodwin (1994); White (1992).

⁷⁵ Vistos nos trabalhos de Granovetter (1973), White (1981) e Burt (1992).

⁷⁶ Émile Durkheim, no estudo da interiorização das normas sociais e sua funcionalidade; Karl Marx, na compreensão da construção da solidariedade das classes; Max Weber, na explicação do sentido da ação.

⁷⁷ Scott (1992); Emirbayer (1997); Emirbayer e Goodwin (1994).

categorias ou atributos dos atores sociais, sem adotar como foco central as informações referentes às relações.

Apesar de importantes para a descrição de inúmeros fenômenos, as características ou atributos não dizem respeito propriamente às ações sociais, mas referem-se aos seus atores (propriedades individuais). Nesse sentido, elas explicam uma parte dos fenômenos (pela soma das características individuais)⁷⁸, mas não abordam importantes processos referentes aos vínculos e às relações (propriedades coletivas), que são passíveis de estudo.

Em pesquisas recentes⁷⁹ defende-se que os dados dos atributos dizem respeito às características ou qualidades dos atores, enquanto os dados relacionais referem-se aos contatos, vínculos e conexões que expressam as relações entre os atores. Portanto, o que deve ser abordado é o conjunto das relações, pois os processos e as dinâmicas organizacionais só podem ser compreendidos com base nos múltiplos e interativos vínculos estabelecidos.

Para Wasserman e Faust (1994) e Hanneman (2000), a característica fundamental da análise de redes sociais é possibilitar a obtenção de dados que expressam relações diversas. Assim, o foco da análise é deslocado dos atributos individuais (abordagem tradicional nas ciências sociais) para as relações que esses indivíduos estabelecem com outros co-participantes em determinado contexto social.

De acordo com alguns estudos⁸⁰ dessa vertente de análise, as instituições, as organizações, a estrutura social e as características de indivíduos e grupos são cristalizações dos movimentos, trocas e “encontros”, nas múltiplas e intercambiantes redes de relações ligadas e superpostas. O objeto de análise das ciências sociais seria, portanto, o conjunto das relações, dos vínculos e das trocas entre os envolvidos.

Nesse sentido, justifica-se, no âmbito da literatura sobre a temática, a busca permanente de uma “teoria das redes sociais”. Segundo Tilly (1992), a sociologia

⁷⁸ É importante salientar, entretanto, que a potencialidade aberta pela metodologia da análise de redes não substitui a análise de atributos e estruturas formais que inúmeras outras perspectivas, como o neo-institucionalismo, a escolha racional e a análise espacial, têm a oferecer.

⁷⁹ Scott (1991); Wirth (1992); Tilly (1992).

⁸⁰ White (1992); Tilly (1992).

relacional, ainda em fase de constituição, difere das posições estruturalistas, anteriormente vigentes na Sociologia, por considerar as postulações de larga escala sobre as estruturas sociais e tentar derivar delas os fenômenos sociais.

Com base nesse pressuposto, alguns teóricos atuais⁸¹, que buscam constituir a sociologia “relacional”, indicam orientações metodológicas para o desenvolvimento das análises, as quais se pautam no seguinte percurso: partir de uma série de situações concretas para investigar a interação entre as estruturas sociais (constituídas pelos padrões de interações, trocas e as posições particulares dos vários atores) e as ações, estratégias, constrangimentos, identidades e valores dos atores envolvidos. Para essa linha de análise, as redes, as ações e as estratégias sofrem influências mútuas, ou seja, as redes moldam as ações e estratégias, mas estas constroem e reconstroem continuamente a rede, em um processo dinâmico e contínuo. Da mesma forma, redes e identidades constituem-se mutuamente.

Diante da constatação da coexistência de múltiplos elementos, evidencia-se que a análise de redes sociais permite a realização de investigações sobre os padrões de relação entre indivíduos e grupos, reconhecendo os microfundamentos da ação social sem perder a visão da estrutura, tal como assinala Wellman:

[...] a essência da análise de redes sociais está no foco sobre as relações e estruturas sociais – onde quer que possam ser localizadas e quaisquer que sejam os atores envolvidos. A análise de redes não afirma que o mundo é sempre composto por indivíduos normativamente orientados, agregados em grupos fechados ou regiões isoladas. [...] concebe a estrutura social como organizações-padrão de membros e seus relacionamentos em uma rede (2000, p. 11).

Segundo Degenne e Forsé (1999), a análise de redes sociais é um meio para identificar conexões (laços ou relações) e pontos (nós ou atores) dentro de um sistema determinado (uma rede pessoal ou organizacional). Portanto, destina-se a representar padrões estruturais de relações que podem ser mais ou menos

⁸¹ Ferrand (1997); White (1992); Tilly (1992); Knoke (1990); Forsé e Langlois (1997).

constantes, ou totalmente imprevisíveis e não-lineares (relações emergentes). De acordo com os autores

[...] deparamo-nos, inevitavelmente, com o fato de que pessoas, bens materiais, informações e valores em “movimento” de um local ao outro, podem ser quase intuitivamente pensados como fluxos que se conectam internamente (nesse sistema) segundo algum padrão determinado (Degenne e Forsé, 1999, 9-10).

Degenne e Forsé (1999, p. 13) assinalam que o primeiro procedimento da pesquisa relacional é a definição da abordagem⁸² da análise de redes a ser adotada, pois esse é o momento crucial das “fronteiras estruturais” da rede social concreta. É o analista quem deve decidir qual é a melhor abordagem metodológica, conforme o problema empírico a ser analisado. Esse é um problema concernente ao desenho da pesquisa.

Um segundo procedimento da análise de redes é a observação de todas as relações, em um processo indutivo, visando a identificar padrões de comportamentos e os grupos ou estratos sociais que se correlacionam com tais padrões. Nesse sentido, essa metodologia define a posteriori os grupos pertinentes e aponta constrangimentos concretos da estrutura sobre os comportamentos, ao mesmo tempo em que revela os constrangimentos à estrutura, decorrentes das interações dos grupos.

Reafirma-se, portanto, que a análise de redes, por meio dos seus procedimentos metodológicos, não tem como definir, previamente, quais grupos ou posições sociais serão criados, ou seja, como as combinações de relações serão formadas. Conforme Degenne e Forsé,

⁸² Segundo Wasserman e Faust (1994); Degenne e Forsé (1999), a ARS (Análise de Redes Sociais) utiliza-se basicamente de duas abordagens de redes, não excludentes e complementares: abordagem das “redes egocentradas” (*egocentric networks*) ou das “redes totais” (*full networks*). A análise de redes pessoais é o primeiro tipo e mais básico da ARS, pois captura os dados relacionais em torno de um indivíduo. Para uma compreensão das estruturas e dos constrangimentos emergentes nas interações, dado o efeito de “multiplexidade”, as redes totais se fazem necessárias para explicar a ocorrência de diferentes estruturas e como elas interferem ou não nos comportamentos dos atores. Na rede total se apresentam diversos atores conectados uns aos outros (sem haver necessariamente um único centro), formando agrupamentos mais ou menos homogêneos (cliques) e revelando a estrutura social completa de uma coletividade de atores (ou nós).

[...] quatro pontos fundamentais sintetizam a análise estrutural das redes sociais: 1) a estrutura afeta a ação formalmente através de um fraco determinismo: concentração ou disposição de determinadas estruturas favorece ou facilita a ação para esse caminho; 2) a estrutura afeta as percepções de auto-interesse: o ator percebe mais facilmente as alternativas pessoais de escolha que fazem parte de seus relacionamentos, e por isso fazem mais sentido, objetiva e (inter)subjetivamente; 3) Princípio da Racionalidade: indivíduos racionais tomam suas decisões como função de interesses pessoais (em uma escala de preferências), o que induz efetivamente a ação; 4) a estrutura é um efeito emergente das interações sociais: cada interação em um sentido, reforça o arranjo estrutural desse sentido (1999, 9-10).

Gurak e Caces (1992, p. 155) afirmam que as redes, por atuarem como meio de ligação e mecanismo de transmissão de recursos e informações, exercem uma influência determinante na seleção dos atores envolvidos. Os autores consideram as redes sociais um princípio organizacional compartilhado, portanto estruturas coletivas passíveis de mudança e reorganização.

Para Degenne e Forsé, a “[...] análise de redes sociais começa com a idéia de que as relações não surgem aleatoriamente, mas estão vinculadas na rede. A idéia é explicar tais relações a partir de sua distribuição e localização em uma rede concreta” (1999, p. 7).

Por adotar esses procedimentos metodológicos, a análise de redes sociais recebeu inúmeras críticas, entre as quais sua baixa compreensão a respeito da dinâmica dos processos e da escolha dos atores, a junção de estruturas de diversas naturezas sociais e o procedimento de auto-definição da fronteira da rede pelo pesquisador.

Marques (2000, 2003) retoma os princípios metodológicos da construção da rede para contra-argumentar as críticas com relação à definição da fronteira e à junção de diferentes estruturas sociais. Segundo o autor, a rede constitui-se por indicação dos membros envolvidos; portanto, são os atores e a frequência com a qual são citados que permitirão delimitar a fronteira da rede e expressar as estruturas sociais que a compõem (definindo um estruturalismo de origem empírica). A rede social apresenta-se como um campo presente em determinado momento, composto por várias “camadas”, estruturado por vínculos entre indivíduos e/ou grupos associados a um tipo de relação e a um dado período temporal. O campo

promove interação, considerando as influências das relações herdadas ou estabelecidas ao longo do tempo; é, portanto, passível de transformações.

Outras limitações apontadas acerca do uso metodológico da análise de redes sociais estão associadas às abordagens e aos temas de pesquisas. Alguns estudos⁸³ recentes sobre a governabilidade e a burocracia estatal, desenvolvidos pela teoria dos jogos, têm contribuído para a análise do processo de escolha dos atores pertencentes às redes.

Segundo Marques (2000, 2003) as redes são, em uma situação concreta, a estrutura do campo na qual estão atuando os atores sociais relevantes.

De acordo com Degenne e Forsé, a “[...] estrutura é considerada tanto uma rede de relações quanto um constrangimento que opera sobre as preferências pessoais, padrões de comportamento, opiniões individuais etc.” (1999, p. 3).

Em seus estudos, Knoke e Kuklinski (1982) e Scott (2000) afirmam que os padrões de interação, ou recorrências estruturais, podem ser compreendidos como unidades topológicas das redes, ou seja, estruturas mais ou menos duráveis que seguem, teoricamente, determinações lógicas intrínsecas do sistema do qual fazem parte.

Assim, parte-se do pressuposto de que existe uma influência mútua entre a estrutura geral, as posições dos atores na rede, as suas ações e estratégias (constrangendo, inclusive, acordos e conflitos possíveis). A dinâmica do campo é constituída por inúmeras dessas redes de relacionamento pessoal e organizacional. Portanto, as redes favorecem a construção de preferências, de projetos e de concepções e dão acesso diferenciado a recursos de poder (*status*, prestígio, recursos financeiros e informação).

1.3. Redes sociais e recursos políticos: análise do desenvolvimento organizacional partidário

⁸³ Laumann et al. (1992).

Esta pesquisa, como já se mencionou anteriormente, partiu da concepção de que a organização partidária é resultante dos múltiplos processos gerados pelas diversas relações entre os atores políticos que atuam orientados por determinadas normas institucionais, em diferentes localidades geográficas e momentos históricos.

Segundo Morin (2002), as organizações em geral constituem-se e funcionam por meio de uma dinâmica impulsionada pela alteração da “ordem” estabelecida. No início, a instabilidade gera a dissipação dos membros da organização e, simultaneamente, a sua (re)articulação. A desestabilização (desequilíbrio) é concebida como possibilidade para a gênese de uma nova dinâmica organizacional, sendo um processo permanente de constituição e funcionamento da organização. Assim, são as mudanças / rupturas que ocorrem na organização, em qualquer um de seus aspectos (formato, composição, funcionamento ou desintegração) que geram, concomitantemente, uma articulação, a qual resulta em outra organização.

Essa constatação do autor também pode ser utilizada para compreender a dinâmica das organizações partidárias. A gênese dos partidos políticos ocorre em função de mudanças em outro partido ou no sistema político. As interações, estabelecidas em determinado contexto e sob determinadas normas, possibilitam a constituição e impulsionam a dinâmica dos partidos.

Tais interações são efetivadas pelos atores políticos quando estes estabelecem vínculos (que podem ser de diversas naturezas: institucionais, geográficos, ideológicos, profissionais, afetivo, entre outros). A título de exemplo, veja-se a criação do PSDB, analisada por Roma:

[...] O PSDB surgiu em 1988 como resultado de uma cisão coletiva de parlamentares do PMDB que se autodenominavam a ala mais progressista e à esquerda deste partido. Embora se intitulasse como um partido social-democrata, diferentemente dos partidos social-democratas clássicos europeus, que se originaram articulados às massas trabalhadoras e aos sindicatos, o PSDB teve uma origem exclusivamente parlamentar, já tendo, portanto, em sua composição inicial, políticos bastante influentes no cenário político nacional. [...] criado por parlamentares em busca de espaço de poder, portanto, a partir de uma ação estratégica pragmática. Sua criação como partido interno ao sistema parlamentar propiciou uma estrutura organizacional fraca, descentralizada, a inexistência de atividades extra-eleitorais e pequena participação dos filiados e a falta de instâncias democráticas de veto às decisões das elites dirigentes. Essa estrutura, por sua vez, facilitou a aproximação entre o partido e o PFL, principalmente

porque o programa de governo de ambos os partidos apresenta uma visão ideológica próxima do liberalismo (2002, p. 72-73).⁸⁴

Apesar de a instituição partidária tratar-se de uma organização política com singularidade, a reciprocidade existente, que é propulsora da sua dinâmica organizacional, também é mediada por recursos, estes de natureza política. Por sua vez, o recurso político, como qualquer outro, existe de forma escassa; portanto, o acesso a ele ocorre por meio de disputas e concretiza-se de forma diferenciada.

Nesse sentido, um estudo que se propõe a compreender o partido político por meio de uma abordagem organizacional deve analisar a forma de produção e de acesso aos recursos políticos. Com esta intenção, a presente pesquisa apropria-se do conceito de capital político para abordar o numeroso e complexo conjunto de relações que coexistem no processo de constituição e consolidação de um partido, apropriadamente definido, nesta investigação, como capital político.

O conceito de capital político favorece o desenvolvimento de uma análise organizacional a respeito dos partidos porque indica o reconhecimento, entre os atores, das lideranças, ou seja, o melhor acesso de alguns aos recursos que viabilizam a ação política. Tal relação pressupõe uma reciprocidade entre os atores envolvidos, seja pela identidade ideológica, seja pela afetividade ou pela relação de troca ou confiança – favores, recursos materiais ou de outra natureza.

A definição desse conceito tem como fundamento teórico as discussões e os argumentos apresentados por Bourdieu (1986), especialmente o conceito de campo⁸⁵. O *campo político*⁸⁶, segundo o autor, organiza-se por patamares; portanto,

⁸⁴ O PFL (Partido da Frente Liberal) passou a ser denominado DEM (Democratas) em 28 de março de 2007. O partido alterou alguns pontos de seu programa e mudou o nome para recuperar sua imagem após resultados nas eleições de 2006, em que perdeu dezenove cadeiras na Câmara dos Deputados e uma cadeira no Senado, além de conquistar apenas o governo do Distrito Federal.

⁸⁵ *Campo* é um sistema de relações sociais, que estabelece como legítimos certos objetivos que se impõem “naturalmente” aos sujeitos que dele participam. Esses sujeitos interiorizam o *campo* ao incorporarem, por sua vez, suas regras, também de maneira “natural”, em suas ações. É o que Bourdieu (1986) define como *habitus*.

⁸⁶ Bourdieu (2000a, p. 52) define o *campo político* como “um universo obedecendo às suas próprias leis”. É uma forma de *capital simbólico*, ou seja, depende do reconhecimento dos sujeitos envolvidos, fundamentalmente da crença social difundida na sua validade (Bourdieu, 1980, p. 203-204). O *campo político* é o espaço de convivência mútua e de luta entre as forças, com vistas a transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento. Os efeitos das necessidades externas nesse campo decorrem, sobretudo por meio das lideranças, da diferença no acesso aos instrumentos de produção política dos diversos sujeitos políticos pertencentes à organização

o acesso aos diferentes espaços gera uma competição permanente. Se as perspectivas são de alcançar os patamares mais elevados, é necessário ter capital e ampliá-lo. Essa dinâmica pressupõe, além do poder efetivo dos atores políticos, a sua visibilidade e aceitação no *campo político*.

Desse modo, os diferentes sujeitos disputam o acesso às posições dominantes no interior do campo, por meio da valorização de seus atributos em detrimento dos atributos de seus concorrentes. Os objetivos e as estratégias de atuação são estabelecidos mediante critérios próprios de avaliação da realidade.

Nesse sentido, a estrutura do *campo político*, composta pela permanente competição entre os envolvidos na busca pelo poder político⁸⁷, decorre de um processo com autonomia relativa. Constitui-se por uma mútua interferência e resistência entre as forças relacionais e institucionais, ou seja, está sujeita a intromissões dos aspectos político-institucionais do sistema eleitoral e da disputa eleitoral, especificamente da composição do sistema partidário. Miguel (2003) define essa relação como *simbiose tensionada*.

A rede de relações, impulsionada pelos recursos políticos, viabiliza o processo de configuração da organização partidária e garante, por meio dessa força de coesão, a sua estabilidade. É a busca pelo capital político que tensiona, dinamiza e assegura a estabilidade da organização partidária.

Nesse sentido, constata-se que o desenvolvimento do partido político é um processo que se configura no funcionamento da organização, decorrente da reciprocidade estabelecida na (e pela) rede que a compõe (composta por relações sociais e fluxo de recursos). É a articulação estabelecida internamente e a sua interação com os demais aspectos do contexto político-institucional que constituem a ação partidária e possibilitam a sua permanência organizacional, estabelecendo e implementando as estratégias político-eleitorais.

partidária. “O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação no mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos [...]” (id., 1986, p. 164).

⁸⁷ Miguel (2003).

Embora a organização partidária estruture-se formalmente, no seu interior surgem, informalmente, as relações de poder entre os próprios membros que a constituem. A identificação da rede de reciprocidade estabelecida entre os atores políticos – relações de dominação, cooperação, confiança, articulação e negociação – apresenta-se como uma via explicativa para o funcionamento organizacional dos partidos políticos brasileiros.

A estrutura de redes é constituída por um capital social que tem uma natureza multidimensional. O capital social está imerso nas redes compostas por características horizontais, mas que geram posições de autoridade em decorrência da intermediação dos recursos para o desenvolvimento do coletivo (*linking social capital* ou “capital social de conexão”).

Segundo Granovetter (1973), a intermediação ocorre em decorrência de pelo menos uma dessas situações: a) pela confiança e comprometimento; b) pela ampliação das fontes de informações e conhecimento; c) pelo acesso às instituições e ao poder. Nessa abordagem, o capital social é constituído por normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. A construção de redes sociais e, conseqüentemente, a aquisição de capital social são condicionadas por fatores culturais, políticos e sociais de determinada conjuntura. Reconhece-se que o capital social não pode ser isolado de seu contexto e construído artificialmente, pois os fatos e os fatores de que se origina têm impacto em uma série de comportamentos humanos e ações sociais.

A utilização pioneira do termo capital social é atribuída, conforme Meda (2002), a Hanifan (1916), que o definiu como um conjunto de elementos relevantes para a vida cotidiana das pessoas no coletivo, como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família. Jacobs (1961) foi a primeira autora a teorizar e a utilizar a terminologia como conceito para desenvolver análises, seguida por Glenn Loury, Pierre Bourdieu e Ekkehart Schlicht.

Mas, segundo Putnam (1995), o significado atual do termo capital social foi constituído com base nas análises feitas nos Estados Unidos para compreender as relações entre a riqueza da sociedade civil e o processo de construção da

democracia. Desde os estudos de Alexis de Tocqueville no século XIX⁸⁸, a maioria das análises sobre a sociedade norte-americana salienta o impacto da combinação entre compromisso cívico comunitário e liberdades individuais, o que resultaria no conceito de capital social, base da democracia liberal desta sociedade. Na Europa, em decorrência do desenvolvimento político e histórico das relações entre Estado e sociedade, houve uma quantidade menor de estudos referentes a esse conceito ou que o utilizaram; os existentes o relacionam aos benefícios individuais e de classe oriundos de relações pessoais e valores socialmente compartilhados.

James Coleman é considerado um dos autores que mais contribuiu para o desenvolvimento e a difusão do conceito de capital social. Na concepção de Coleman (1990), adepto da teoria da escolha racional (e de sua aplicação na sociologia), o capital social consistiria em elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses, ou seja, os *social exchanges* são o somatório de interações individuais, decorrentes da identidade e reciprocidade entre pessoas ou grupos sociais. No entanto, o autor assume um foco utilitarista, isto é, o capital social é entendido em termos funcionais e está relacionado com os fundamentos normativos capazes de produzir uma integração social. Nas palavras de Coleman, tal como as outras formas de capital,

[...] o capital social é produtivo, tornando possível a consecução de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Como o capital físico e o capital humano, o capital social não é totalmente tangível, mas pode ser específico para certas atividades (1999, p. 20).

A crítica a essa posição refere-se à compreensão a respeito das normas sociais, consideradas como recurso da ação, isto é, as normas têm a função de controlar, pela inibição ou pelas sanções positivas ou negativas, os comportamentos que geram efeitos negativos sobre os demais atores. A estratégia dominante, pautada na racionalidade instrumental, conduz a um equilíbrio deficiente no qual ninguém colabora.

⁸⁸ Entre os quais se destaca *A democracia na América*.

Bourdieu (1980) também é considerado um dos autores responsáveis pela definição do atual conceito de capital social. O teórico destaca a dimensão política desse conceito e, conseqüentemente, critica – especialmente no interior da teoria econômica – as posições que se fixam no universo da troca mercantil, nas quais os agentes econômicos procuram a maximização de seus interesses.

Como alternativa a essa redução, o autor propõe o desenvolvimento de uma ciência geral da economia que seja capaz de estudar o capital, entendido como poder, incluindo o capital social e o cultural. Assim, define capital social como um conjunto de recursos (econômicos, simbólicos, históricos e culturais), reais ou potenciais, resultantes de relações mútuas e participação em redes, mais ou menos institucionalizadas, que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo, o seu grupo ou classe social. Dessa forma, é propriedade do indivíduo e do coletivo a que pertence. É, concomitantemente, o estoque e a base de um processo que garante uma posição ao indivíduo e, conjuntamente, a constituição de uma estrutura que apresenta condições para os atores atuarem (as conexões que a rede pode efetivamente mobilizar).

Essa abordagem foi objeto de diversas críticas, entre as quais a análise do poder e da dominação, considerada mecanicista por não levar em conta a iniciativa humana e as complexas dinâmicas de criação, resistência e acomodação social.

Putnam (1995) é atualmente a principal referência teórica na literatura a respeito do conceito de capital social. Segundo Higgins (2001), o autor toma como ponto de partida epistemológico o referencial colemaniano, desenvolvendo instrumentos empíricos para verificar em que medida o capital social pode resolver os problemas da ação coletiva, no sentido de obter cooperação social. Tanto na concepção de Putnam (1995) como na de Bourdieu (1990), a dimensão política das relações sociais sobrepõe-se à dimensão econômica. Putnam (1995) afirma que determinados aspectos da organização social, tais como o conjunto das relações, as normas e a confiança, facilitam a coordenação e a cooperação para ocorrer o benefício mútuo. Nesse sentido, a “performance institucional” está condicionada às atuações, individuais e coletivas, dos atores.

De acordo com Higgins (2001), a construção do capital social é composta por dois focos, um político e outro econômico. No primeiro, distinguem-se assimetrias na obtenção de recursos por intermédio de redes de relação social; no segundo, parte-se do pressuposto de que as relações de troca simétricas permitem a obtenção de recursos presentes nas estruturas de relação social. No entanto, o autor considera as duas perspectivas convergentes na idéia de que as relações sociais constituem um patrimônio “não-visível”, altamente eficaz para os atores sociais, sejam estes individuais ou coletivos. Nessa perspectiva, “se as relações sociais estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo – caso contrário haveria sanção social –, os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação” (p. 29).

Pela natureza das questões abordadas nos estudos que utilizaram o conceito de capital social, ou naqueles que discutiram o próprio conceito, é possível reconhecer contribuições de várias ciências humanas, tais como Economia, Ciência Política, Sociologia e Antropologia. Diversas teorias de autores clássicos e contemporâneos do pensamento político e sociológico permitiram entender as raízes do conceito atual de capital social, especialmente o conceito funcional de integração social, tal como é desenvolvido por Durkheim, e o conceito de ação social, de inspiração weberiana, mas ampliado pela teoria da ação comunicativa de Habermas.

No campo particular da Ciência Política, o conceito de capital social tem sido referência especialmente para as análises acerca da cultura política, na qual se considera a não-autonomia dos arranjos constitucionais e institucionais em relação aos padrões culturais. Fukuyama (2001) afirma que o compartilhamento de normas não produz capital social e associa a idéia de capital social à noção de cultura. O conceito de capital social é definido pelo autor como um conjunto de valores ou normas informais partilhado por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si e confiar uns nos outros. A confiança levaria qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência (Fukuyama, 2001, p. 155).

Para o contexto atual, Higgins (2001) reafirma um modelo de capital social propondo a retomada do enfoque de Bourdieu, com sua perspectiva do conflito, a distinção entre poder estratégico e poder deliberativo, e a conjugação dessa

perspectiva do conflito com a sociologia do fato moral de Durkheim. O modelo proposto parece resultar em uma sugestão de diálogo entre Bourdieu, Durkheim e Habermas sobre as lacunas das perspectivas dominantes, defendidas por Coleman e Putnam.

Segundo Miguel (2003), a utilização das categorias estabelecidas por Bourdieu (1986) permite conceituar o capital político, ao possibilitar a compreensão da reciprocidade que configura as organizações políticas, especialmente os partidos políticos.

Ao analisar a contribuição das categorias propostas por Bourdieu⁸⁹ para os estudos a respeito da forma de produção do capital político no sistema político brasileiro, Miguel (2003) propõe uma readequação dessas categorias. Para tanto, organizou-as em dois subgrupos:

a) *Capital delegado*, entendido como o capital originário do próprio campo político e/ou estatal. Isto é, o ator tem uma notoriedade advinda de mandatos eletivos anteriores, da ocupação de cargos públicos (de confiança) no Poder Executivo e da militância partidária. É o produto da transferência limitada e provisória – apesar de renovável e, por vezes, vitaliciamente – de um capital detido e controlado pela instituição, ou seja, é o partido que, por meio da ação de seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da sua história um capital simbólico de reconhecimento⁹⁰. O político é depositário de um capital que pertence, na verdade, à organização.

b) *Capital convertido*, construído por meio da popularidade conseguida em outros campos e deslocada para a política, assim como a transferência do capital econômico. É o reconhecimento obtido em outro campo que é transferido para a política, a exemplo dos intelectuais, dos artistas, dos esportistas, dos sujeitos possuidores de capital econômico. Por seu turno, o *capital heróico* foi definido como uma subespécie do *capital convertido*, sendo produto de uma ação realizada em situação de crise ou acumulada de forma lenta e contínua. Nessa forma de capital político é relevante identificar a “taxa de conversão” entre as espécies de capital.

⁸⁹ *Capital convertido, capital delegado e capital heróico.*

⁹⁰ Bourdieu (1986, p. 191).

De acordo com Miguel (2003), o *campo político* brasileiro é constituído de aspectos que influenciam fortemente as formas de acumulação do capital político. Entre as exigências impostas a quem almeja determinado cargo político de destaque destaca-se o tempo para a socialização. No âmbito partidário, uma trajetória política com passagem em patamares inferiores é, costumeiramente, pré-requisito à candidatura. No entanto, as características conjunturais, como uma disputa eleitoral acirrada pelos atributos pessoais dos competidores, torna a pressão extra-partidária um referencial para as estratégias político-partidárias.

Em muitas situações torna-se necessário transferir o *capital simbólico* construído além da trajetória político-partidária, como a rede de vínculos, compromissos e lealdades estabelecidas em outros espaços (dimensão pessoal, profissional, militância política, entre outras). Esses aspectos demonstram a complexidade do campo político brasileiro, em especial, da disputa eleitoral.

O conceito de capital político revelou-se uma importante via para a compreensão do funcionamento da organização partidária, por contribuir com a análise dos fluxos relacionais e dos recursos políticos que são definidos no seu interior. Esse conceito foi utilizado nesta pesquisa para expressar o conjunto de recursos (informações, financiamentos, apoio, contatos etc.) disponibilizado pela organização partidária e reconhecido como importante pelos atores políticos inseridos na sua estrutura. Compreende-se que a reciprocidade na rede de relações ocorre em função do acesso aos recursos partidários. As relações permitem aos atores ter maior ou menor acesso aos recursos políticos organizacionais. Portanto, atribuem um poder posicional aos atores e, conseqüentemente, garantem a dinâmica funcional da organização.

Tal afirmação evidencia a relevância das redes informais que constituem a organização partidária, ou seja, a construção de relações e as formas de sociabilidade. Os interesses pessoais e coletivos se entrecruzam ao serem estabelecidas as relações de confiança entre os atores no interior da instituição. As estratégias de ação do partido são concebidas como conseqüência da interface entre o nível pessoal dos atores políticos e o nível organizacional em determinado

contexto, que se expressa, concretamente, por meio das estratégias político-eleitorais.

Os resultados da disputa eleitoral são concebidos, nesta pesquisa, como decorrentes da combinação entre as definições geradas pela estrutura relacional estabelecida pelos atores políticos no interior da organização, os mecanismos institucionais vigentes e as correlações de força político-eleitorais. Nesse sentido, a análise acerca da constituição, da mobilização do capital político da organização partidária e do acesso a ele revelou-se essencial para a análise do desempenho do partido, que no presente trabalho é o PSDB-SP.

O debate teórico e empírico em torno do conceito de capital político deve ser aprofundado, contribuindo para a construção de uma agenda de pesquisa com a intenção de consolidar, do ponto de vista teórico, sua aplicabilidade empírica e a identificação das formas e condições em que este tipo de estudo se realiza.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA, ESTRUTURA E DINÂMICA PARTIDÁRIA – Aspectos formais e procedimentos informais na constituição e no funcionamento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no estado de São Paulo

O processo de democratização estabelecido no Brasil, na década de 1980, criou condições político-institucionais favoráveis para o desenvolvimento dos partidos políticos, especialmente por reintroduzir a competição eleitoral para a escolha dos representantes políticos.

Com o fim do bipartidarismo e a retomada das eleições diretas, como mecanismo para o acesso dos atores políticos às instâncias de decisão, a dimensão político-partidária no exercício dos poderes Executivo e Legislativo ganhou maior relevância. Os partidos políticos passaram a constituir um conjunto de recursos que redimensionaram as suas relações internas e com a sociedade. Segundo Meneguello (1998), os pleitos eleitorais pós-1985⁹¹ propiciaram aos partidos políticos um fortalecimento organizacional significativo – processo já iniciado a partir das eleições de 1982 –, sobretudo por viabilizar o acesso a determinados recursos políticos oriundos da ocupação de cargos e pela elaboração de políticas públicas.

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) constituiu-se e desenvolveu-se nesse contexto. No estado de São Paulo, o partido assumiu, especialmente a partir de 1994, importantes cargos no governo e, conseqüentemente, foi o principal agente condutor de políticas públicas. Embora o PSDB, desde a sua criação, tenha uma abrangência nacional – até mesmo para cumprir a exigência da legislação eleitoral –, a sua origem se encontra na atuação de um conjunto de políticos paulistas. Esses atores adquiriram projeção política por terem atuado tanto no Congresso Nacional como no Poder Executivo paulista⁹². Tais

⁹¹ Para os cargos majoritários: eleições municipais nas capitais estaduais em 1985, gerais em 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004; Executivos estaduais em 1986, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006; Executivo federal em 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006; Legislativos estaduais e federais em 1986, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.

⁹² Franco Montoro: vereador em São Paulo pelo PDC em 1947, deputado estadual em 1950 e deputado federal em 1958, 1962 e 1966. Ministro do Trabalho e Previdência Social no gabinete parlamentarista de Tancredo Neves de 1961 a 1962, ingressou no MDB após a queda de João Goulart e a instauração do Regime Militar de 1964. Eleito senador em 1970 e 1978, filiou-se ao PMDB e foi eleito governador de São Paulo em 1982. Mário Covas Júnior: foi um dos fundadores do

condições favoreceram a articulação desses políticos com líderes de diversas localidades territoriais para criação e o desenvolvimento do PSDB.

Com base nessas referências, este capítulo apresenta, de forma sucinta, a trajetória do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), focada no estado de São Paulo e reconstruída historicamente por dois eixos interligados: o aspecto formal, que se refere à estruturação da organização por meio dos aspectos institucionais; e o aspecto informal, que corresponde às ações e às relações estabelecidas pelos atores políticos, considerados como determinantes nesse processo.

A primeira e a segunda parte deste capítulo contextualizam o surgimento do PSDB. Abordam, primeiramente, alguns aspectos político-institucionais do período da redemocratização no Brasil, em especial os trabalhos da Assembléia Nacional

MDB e em 1979 tornou-se presidente. Foi reeleito Deputado Federal em 1982, pelo PMDB. No ano seguinte, foi nomeado pelo Governador André Franco Montoro para a prefeitura de São Paulo até 1986. Em 1986 foi eleito Senador. Foi líder da bancada do PMDB no Senado durante a Assembléia que elaborou a Constituição de 1988. Foi co-fundador do PSDB e o primeiro presidente. Nas eleições presidenciais de 1989 foi candidato, ficando em quarto lugar. No ano seguinte, foi candidato derrotado a governador de São Paulo, ficando em terceiro lugar. Em 1994 foi novamente candidato a governador e venceu, sendo reeleito em 1998. Faleceu antes de terminar o segundo mandato. Fernando Henrique Cardoso: em 1978 saiu candidato ao Senado por São Paulo. Tornou-se suplente de Franco Montoro. Em 1980, quando se extinguiu o bipartidarismo e autorizou-se o multipartidarismo, filiou-se ao PMDB. Assumiu cadeira no Senado em 1983 quando Montoro renunciou ao mandato de senador para assumir o governo de São Paulo. Tornou-se um dos grandes articuladores do movimento das "Diretas-Já". Por ter prestígio junto a Tancredo Neves e Ulysses Guimarães e trânsito entre os militares e na maçonaria teve voz na formação do governo democrático. Com a morte de Tancredo Neves, seguida da ascensão de José Sarney, sua área de influência foi reduzida. Durante o governo Sarney exerceu apenas o cargo de líder do governo no Congresso Nacional. Em 1985 foi derrotado na disputa eleitoral para a prefeitura de São Paulo. Em 1986 foi reeleito senador (o PMDB teve uma grande vitória em todo o Brasil devido à popularidade do Plano Cruzado). Naquele ano Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso tornaram-se os senadores mais votados da história. Este fato transformou-os em principais líderes nacionais do PMDB. Em 1988 participou da fundação do PSDB e da Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a constituição de 1988. No Governo Itamar Franco, de 1992 a 1993, foi ministro das Relações Exteriores. Em 1993 assumiu o ministério da Fazenda e implantou o Plano Real. Em outubro de 1994 foi eleito presidente da República em primeiro turno e reeleito em 1998. José Serra: assumiu direção da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (1983-1986) durante a gestão de André Franco Montoro. Foi eleito deputado federal em 1986 e reeleito em 1990. Em 1988, foi candidato à prefeitura de São Paulo, mas não venceu. Em 1994, foi eleito senador. Licenciou-se do Senado Federal, para tornar-se ministro do Planejamento e Orçamento (1995-1996). Em 1996, concorreu novamente a prefeito de São Paulo, mas foi derrotado. Retornou ao Senado por dois anos. Assumiu o Ministério da Saúde (1998-2002). Disputou a Presidência da República em 2002. Em 2003, assumiu a presidência nacional do PSDB e em 2004 foi eleito prefeito de São Paulo. Em 2006 renunciou ao cargo de prefeito da capital paulista para disputar a candidatura ao cargo presidente, mas saiu candidato a governador do Estado e venceu as eleições.

Constituinte, importantes para a constituição do partido. Posteriormente, apresentam os fatos e os atores do cenário político paulista que foram determinantes para o processo de organização do partido, desde as articulações iniciais até o momento da sua fundação oficial.

Na terceira parte, são apresentados e analisados os aspectos organizacionais do partido, tendo como referência as normas estabelecidas estatutariamente, as relações / vínculos entre os atores e os cargos ou as funções que determinados membros desempenharam no ou pelo partido. Com base nessas informações a respeito da sua estrutura formal e no levantamento acerca do seu funcionamento, foram identificadas algumas características do PSDB paulista que sustentam o argumento de que a dinâmica da organização partidária pode ser explicada por meio de procedimentos informais, decorrentes dos aspectos político-institucionais.

2.1. O surgimento do PSDB e o contexto político-institucional: a redemocratização no Brasil nos anos 80

A criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) data de 24 de junho de 1988. Antecederam a sua formação, e para ela foram decisivos, fatores conjunturais, como determinados fatos políticos, as relações e as motivações políticas dos atores e componentes institucionais, em especial o período de elaboração e aprovação da Assembléia Nacional Constituinte.

Segundo os estudos que analisaram a origem do PSDB, os principais fatores que teriam motivado a sua criação são decorrentes das dissensões internas do PMDB, acirradas durante os trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988 – especialmente nas questões relacionadas com o sistema de governo (presidencialismo versus parlamentarismo) –, e a duração do mandato do presidente José Sarney, quatro ou cinco anos (Kinzo, 1993).

Outro fator significativo, segundo Melhen (1998), foi a ausência ou limitação de espaços políticos para determinados atores tanto no interior do PMDB como em outros partidos. As tendências que compunham a organização peemedebista

ganhavam expressão na disputa por posições de poder⁹³ no partido. Especificamente em São Paulo, a disputada foi acirrada entre o grupo articulado por Orestes Quércia (ex-governador do estado) e o MUP (Movimento da União Progressista), com a presença marcante do ex-governador Franco Montoro, dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, do deputado federal José Serra e do grupo partidário considerado mais à esquerda.

Segundo argumentação de Roma (2002), a maioria das interpretações acerca da fundação do PSDB valoriza em demasia o aspecto ideológico como variável explicativa. O autor considera três elementos importantes para explicar essa origem: a ausência de espaço político na gestão do governo Sarney para os fundadores desse partido; a exclusão desses políticos do processo sucessório à Presidência da República; e o fato de haver uma demanda no mercado eleitoral por representantes de centro, devido ao descontentamento com o governo federal.

Evidencia-se, portanto, que o PSDB possui uma relação embrionária com os elementos político-institucionais democráticos em vigor a partir dos anos de 1980. Este período que antecedeu a criação do PSDB foi marcado por uma transição gradual do regime autoritário. Segundo Lamounier (1989), o jogo eleitoral estabelecido nesse período foi a expressão institucional de uma negociação implícita entre a oposição e os setores dirigentes do regime militar⁹⁴. O autor afirma, ainda, que o caráter eleitoral da transição democrática transformou o enfrentamento competitivo em mecanismo de ajustamento das forças políticas que coexistiam naquela época, e isso dentro de um marco institucional em construção.

⁹³ O PMDB era composto por quatro tendências: os *autênticos*, políticos de várias tendências ideológicas que desde o final dos anos de 1960 atuavam em defesa do retorno do Estado de Direito; os *históricos*, membros atuantes no partido desde a fundação e ligados aos setores progressistas; o *MUP* (Movimento da União Progressista), que se autodefinia como à esquerda do partido, e o *“Centrão”*, bloco suprapartidário, com forte atuação na Assembleia Constituinte, afinado com os interesses defendidos pelo governo na gestão de José Sarney.

⁹⁴ O autor reforça esse argumento com exemplos, tais como o Pacote de Abril (1977), que postergou as eleições diretas para governador; a Reforma Partidária de 1979, que inicialmente fragmentou a oposição; e a imposição, em 1981, de um conjunto de regras eleitorais, entre as quais o voto vinculado para as eleições de 1982.

Havia na esfera político-institucional o compromisso entre as forças políticas de convocar um Congresso Constituinte⁹⁵ e restabelecer eleições diretas em todos os níveis. No entanto, o pacto estabelecido para o processo de abertura do regime militar definiu como um dos elementos centrais a eleição indireta para presidente, via Colégio Eleitoral, instituída em 1985. Essa eleição levou as forças políticas a se organizarem: houve um enfrentamento entre os membros do partido do governo, o Partido Democrático Social (PDS), e os membros da Aliança Democrática. Tal aliança foi composta pelo PMDB, partido de oposição formado por várias facções, e os dissidentes moderados do partido do governo que não concordavam com a candidatura oficial de Paulo Maluf, no momento se autodenominando membro da Frente Liberal. A coalizão realizada pela Aliança Democrática em prol da candidatura de Tancredo Neves e de seu vice, o Senador José Sarney, foi vitoriosa. Com a morte de Tancredo Neves, o pacto estabelecido para compor essa aliança esvaziou-se e cada corrente passou a empenhar-se para ganhar espaço político e assim definir a agenda governamental.

Nesse contexto, como conseqüência da debilidade institucional, os elementos conjunturais acabaram prevalecendo. A ação governamental, já compreensivelmente hesitante por se tratar de um período inicial, praticamente foi paralisada no segundo semestre de 1985⁹⁶. Segundo Lamounier (1989), de abril de 1985 em diante, à medida que o presidente José Sarney procurava organizar o seu governo, o Congresso teve um momento de afirmação pela opinião pública, especialmente o PMDB “histórico”. Um elemento importante que expressa essa afirmação é a aprovação da Ementa Constitucional nº 25, que consagrou a via eleitoral como meio legítimo à democratização⁹⁷.

⁹⁵ Entre as questões centrais em debate estava a definição da duração do mandato presidencial e do sistema de governo.

⁹⁶ Diante da crise econômica que vigorou na década de 1980 no Brasil, as medidas econômicas estabelecidas no governo Sarney – Plano Cruzado – tiveram forte efeito político-eleitoral.

⁹⁷ Entre as deliberações dessa emenda, cabe destacar: o Colégio Eleitoral para as futuras eleições presidenciais não foi extinto, mas foram suspensas as restrições à legalização dos partidos comunistas; foi garantido o direito de voto aos analfabetos; e facilitou-se o acesso dos pequenos partidos e de novos atores políticos à Câmara Federal. A referida emenda reduziu de 5% para 3% a votação nacional mínima como critério para os partidos garantirem a representação e, praticamente, liquidou com este dispositivo. Preservou os mandatos dos candidatos eleitos por partido que não

Devido à coexistência no Congresso Nacional de uma correlação de forças e de um pacto político, determinou-se a antecipação, em um ano, do pleito previsto para 1986 nas capitais dos estados e áreas definidas como de Segurança Nacional. A decisão levou os dois partidos da Aliança Democrática, o PMDB e os membros da Frente Liberal, a disputarem entre si na arena eleitoral. Segundo Lamounier (1989), aprofundou-se a fratura latente entre as forças políticas que constituíram essa aparente coalizão, em detrimento da constituição de um eixo alternativo de estabilidade política.

O partido do governo, o PMDB, passou por um “inchaço”. Houve a ampliação excessiva de filiados, fato que gerou um descompasso entre os dados numéricos do partido (quantidade de filiados, de diretórios, de membros exercendo cargos governamentais, entre outros) e a sua organicidade. Esse fator tornou difuso o alinhamento partidário às vésperas do Congresso Constituinte – em todo o país candidatos do PMDB e do Partido da Frente Liberal (PFL) à Constituinte vincularam sua campanha à dos candidatos ao cargo de governador, já que essas eleições foram realizadas simultaneamente. Assim, os membros do Congresso Nacional Constituinte foram os senadores e deputados eleitos, acumulando uma dupla função.

O resultado da eleição de 1986 ocultou a diferenciação programática que aflorou no decorrer das deliberações do Congresso Constituinte. Embora o resultado eleitoral tenha sido satisfatório para o PMDB – que obteve 22 dos 23 mandatos de governadores de Estado e a maioria absoluta em ambas as casas do Congresso –, o processo constituinte revelou a diversidade programática e ideológica existente, não só no interior do PMDB, mas em todos os partidos políticos brasileiros. Entretanto, como o PMDB compunha a maioria, esse fenômeno ocorreu de forma mais intensa. Segundo Lamounier (1989, p. 81), as duas principais “crises” partidárias da Assembléia Constituinte levaram, primeiramente, à formação do grupo suprapartidário chamado Centrão e, posteriormente, à cisão do PMDB, que resultou na formação do PSDB. Roma descreve bem esse processo, ao pontuar que, aliados

atingissem esse percentual mínimo, desde que optassem, no prazo de sessenta dias, por outro partido que o houvesse atingido.

[...] dos espaços de poder do Executivo e dos recursos de governo, estes políticos de longa experiência em cargos representativos, tanto no poder Executivo como no Legislativo, viram-se com oportunidades reduzidas de concorrer, dentro do partido, ao governo federal, especialmente com a postura favorável de Sarney ao presidencialismo e à prorrogação do seu mandato para cinco anos. A permanência desse grupo fundador do PSDB no PMDB significava pouca oportunidade de acesso às pastas ministeriais ou aos demais cargos governamentais. Em grande parte, só é possível entender o comportamento estratégico da liderança do PSDB na arena legislativa – com uma postura inicial de críticas dirigidas ao PMDB e ao PFL em seu manifesto de fundação, em 1988 –, devido ao reduzido acesso aos postos de governo naquele contexto (2002, p. 73).

Mais precisamente, em março de 1988, lideranças do PMDB (entre eles os paulistas Fernando Henrique Cardoso, André Franco Montoro, José Serra e os paranaenses José Richa e Euclides Scalco) iniciaram a articulação política no âmbito federal para a criação de um novo partido. Em um primeiro momento, reuniram mais de vinte parlamentares que optaram, naquela ocasião, pela criação do bloco suprapartidário na Assembléia Constituinte, para a aprovação do mandato de quatro anos do governo José Sarney e, posteriormente, a criação de um novo partido de expressão nacional⁹⁸.

Em abril de 1988, o Senador Mário Covas, então líder do PMDB na Assembléia Constituinte, reuniu-se com os deputados federais do PFL (Jayme Santana, Saulo Queiroz, Jalles Fontoura e Joaquim Francisco Cavalcanti), com Pimenta da Veiga e com o senador paranaense pelo PMDB, José Richa, para articular a formação do novo partido – o PSDB. Essa articulação contou com a participação de membros do PMDB mais próximos da MUP (Movimento da Unidade Progressista), com os dissidentes do Partido da Frente Liberal (PFL), do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em maio do mesmo ano, reuniram-se, em Brasília, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Richa e André Franco Montoro para agendar a criação do novo partido⁹⁹ – logo após a promulgação da Constituinte, com a previsão de adesão de 50 a 60 parlamentares.

⁹⁸ *Folha de S. Paulo*, 09/03/1988.

⁹⁹ *Folha de S. Paulo*, 06/05/1988.

Os primeiros obstáculos encontrados no processo de organização e estruturação do PSDB referiram-se à legislação eleitoral. Os parlamentares dissidentes do PMDB organizaram-se com os demais membros do Congresso para reagirem ao projeto em votação que inviabilizava a disputa eleitoral para os novos partidos no pleito municipal de 1988. Essa articulação resultou na revisão do projeto de lei proposto. Para esta eleição permitiu-se a criação de novos partidos desde que possuíssem no Congresso Nacional representantes de, no mínimo, cinco estados da Federação. Os parlamentares protagonistas desse processo continuaram as articulações com vistas a atender aos requisitos legais estabelecidos. Esses atores reuniram-se em julho do mesmo ano cerca de 40 parlamentares dissidentes do PMDB, PFL, PDT e PTB para discutir o programa e o estatuto do partido a ser criado, bem como para estabelecer as primeiras estratégias político-eleitorais¹⁰⁰. Decidiu-se que naquele pleito a participação na disputa municipal seria em apenas algumas cidades – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, Recife, Vitória e Porto Alegre. Essa escolha constituiu a estratégia adotada para marcar a posição política e organizacional¹⁰¹, e valeu-se da realização de coligações na maioria dos municípios, principalmente com membros que permaneceram no PMDB. O objetivo maior era a preparação da base, tanto partidária como de aliados, para disputar as eleições presidenciais de 1989¹⁰². Nesse caso, atesta Roma,

[...] uma vez constatado que a única forma viável de acesso ao governo federal seria por meio de outro partido que não o PMDB, a estratégia adotada para a fundação do PSDB levou em consideração a abertura de um nicho de mercado eleitoral, aproveitando a massa de eleitores que se identificavam com o centro, mas que, àquela altura, rejeitavam o governo Sarney (2002, p. 74).

Tal como foi apresentado, tanto as questões em jogo na Constituinte quanto as articulações para os enfrentamentos eleitorais (municipal em 1988 e presidencial

¹⁰⁰ *Folha de S. Paulo*, 21/05/1988.

¹⁰¹ *O Estado de S. Paulo*, 11/06/1988.

¹⁰² *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, 04/06/1988.

em 1989) aguçaram os antagonismos internos dos partidos. Ambos os movimentos provocaram o desenvolvimento de um novo espectro partidário.

Segundo Marques e Fleischer (1998) e Roma (1999), a criação do PSDB decorreu de fatores referenciados nos elementos eleitorais, que levaram os seus protagonistas a um posicionamento contrário às decisões e aos encaminhamentos políticos do partido de origem, o PMDB. Esse grupo de líderes políticos, detentor de determinado capital político (composto por uma base eleitoral, pelo trânsito e reconhecimento em várias instâncias de poder, assim como pelo conhecimento a respeito do processo decisório no âmbito institucional), não encontrou, nesse período, espaço para firmá-lo e ampliá-lo no interior do PMDB e nem mesmo em outro partido. Diante de tal situação, ocorreu a fundação de um novo partido.

Os partidos políticos não são organizações homogêneas. A dinâmica funcional e as dissidências resultam das disputas e das negociações entre os grupos internos em busca do acesso e do controle dos recursos políticos disponibilizados pela organização, tais como o lançamento de candidaturas pela legenda, o tempo no horário eleitoral gratuito, o apoio expresso das lideranças partidárias renomadas, o material de propaganda eleitoral, entre outros mecanismos.

O PSDB foi constituído como alternativa político-institucional para os atores políticos de oposição no interior do PMDB, que exerciam mandatos eletivos e não se sentiam contemplados nas deliberações internas do partido, nas decisões do governo e nos acordos com os partidos da aliança governista; mas, ao mesmo tempo, não tinham perfil nem mesmo espaço político para se integrar aos partidos de esquerda, especialmente ao Partido dos Trabalhadores (PT), que no final dos anos de 1980 teve destaque no cenário político-institucional brasileiro como representante das demandas populares.

Tal como assinala Roma, a criação do PSDB

[...] tratou-se da cisão de um grupo de deputados federais e senadores que acreditavam somente ter possibilidade de conquistar cargos no governo federal, principalmente a presidência da República, aproveitando-se do capital político acumulado pelo e no PMDB, mas por meio de outro partido (2002, p. 74).

Contudo, o processo de criação do PSDB não decorreu apenas de elementos referentes à dinâmica organizacional do partido de origem, o PMDB; mas também dos objetivos dos líderes do partido nascente e da situação conjuntural no cenário político-partidário – a ausência de representação dos anseios de uma parcela significativa da população.

Esta pesquisa, ao recompor parte do processo histórico referente à constituição do PSDB-SP, pôde identificar os fatores conjunturais e institucionais que levaram um determinado grupo de líderes a se organizar, utilizando os mecanismos político-institucionais para garantir um espaço político ao seu fortalecimento e à sua projeção. Esse grupo era constituído por líderes, intelectualizados, com princípios políticos comuns, que tinham interesse e condições políticas de participar da disputa eleitoral, pois possuíam uma trajetória consolidada e, ao mesmo tempo, apresentavam-se como alternativa naquele contexto. O PSDB pautou-se em um projeto governamental ‘modernizante’, buscando dialogar com os mais diversos setores da sociedade.

Defendiam um projeto de “modernização” por meio do acirramento da democracia (canais de aproximação entre Estado e Sociedade Civil atuante e da eficiência administrativa do Estado) e do liberalismo econômico (foco na desregulamentação, privatização e abertura comercial para o capital internacional). Essa era uma bandeira pragmática. A implantação do modelo neoliberal dos anos de 1980 e o surgimento da Terceira Via, como alternativa frente à crise do socialismo e da social-democracia, era uma bandeira pragmática que correspondia à composição de interesses do cenário internacional e de um setor significativo da sociedade brasileira.

Pelo fato de o PSDB ter sido constituído, basicamente, por líderes com experiências em cargos governamentais (tanto no Legislativo como no Executivo), o partido influenciou, indiretamente, na alteração dos mecanismos legais e das estratégias políticas dos partidos em geral.

Para Lamounier (1989), a dinâmica do processo de democratização, pautada na lógica institucional-eleitoral, impôs alguns limites à agenda política referente à questão partidária: a) a não-identificação das dissensões latentes na coalizão redemocratizadora; b) a crença na estabilidade da base eleitoral e a superestimação da capacidade governativa do PMDB; c) a personalização da agenda e das ações dos políticos a partir do processo sucessório no Colégio Eleitoral.

No entanto, alguns aspectos favoráveis para a consolidação dos partidos nesse processo foram efetivados. Para Meneguello (1989), o ponto central da dinâmica do desenvolvimento político nos anos de 1980 foi a institucionalização democrática fundada nos mecanismos liberal-representativos. Isto significa que houve a reconquista, com formas legitimadoras, do papel da arena eleitoral e das organizações partidárias. Assim, o funcionamento efetivo do calendário eleitoral transformou-se em um importante instrumento no processo de democratização do sistema político.

Os elementos apresentados neste tópico fornecem subsídios históricos para sustentar o argumento de que a dinâmica interna do partido político decorre da combinação de vários fatores, entre os principais a motivação pessoal do ator político, a possibilidade de ter acesso aos recursos políticos e as influências político-institucionais. A análise desses fatores, ao longo da trajetória do partido, possibilita explicar a sua origem e o seu funcionamento interno.

2.2. A origem do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB): o cenário político paulista e as estratégias político-eleitorais dos atores

Os partidos políticos, segundo Maor (1987), são compostos também por divergências e disputas políticas em seu interior, que decorrem dos interesses e das motivações dos membros, da estrutura interna de poder e da legislação que normatiza a organização.

O fato de inúmeros líderes políticos serem filiados ao PMDB paulista gerou uma tensão no interior da organização partidária. A correlação de forças existente

internamente nesse partido ficou explícita na disputa para o lançamento das candidaturas nas eleições de 1982: havia um grupo liderado por Orestes Quércia e outro composto por André Franco Montoro, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Serra. Viabilizou-se a candidatura pelo partido após acordos entre as diversas posições existentes¹⁰³.

A divisão acirrou-se internamente no PMDB com as prévias para as eleições municipais em 1988. Devido ao embate interno com o grupo reunido em torno da liderança de Orestes Quércia, o grupo de oposição, liderado por Montoro, Covas e Fernando Henrique, organizou-se para o enfrentamento político de acordo com o calendário eleitoral.

Esses líderes realizaram articulações no âmbito do Congresso Nacional. Houve a adesão de diversos parlamentares paulistas, entre eles os deputados federais em exercício naquele período pelo PMDB-SP, Geraldo José Alckmin, José Roberto Magalhães – “Grama” –, Caio Pompeu de Toledo, Koyu Iha, Robson Marinho, Fábio Feldman, Antonio Perosa, José Carlos Grecco¹⁰⁴ e, pelo PTB, Dulce T. Quadros.

Além desses parlamentares, um conjunto de políticos, intelectuais e profissionais liberais aderiu ao novo partido. A maioria desses atores possuía como característica comum o fato de terem exercido liderança por meio de cargos políticos eletivos ou em gestão governamental, em instituições nacionais e em organizações internacionais. A trajetória desses respectivos atores revela espaços de sociabilidade entre os mesmos e com os atores protagonistas centrais, como também evidencia os elementos motivadores que contribuíram para a origem e constituição do PSDB¹⁰⁵: ex-militantes estudantis, ex-exilados políticos, intelectuais

¹⁰³ Montoro saiu candidato, disputou e venceu a eleição para governador do estado. Essa vitória possibilitou a acomodação política dos seus aliados: Fernando Henrique, antes suplente, assumiu o cargo de senador, José Serra ficou como secretário de governo e, mais tarde, Mário Covas foi indicado para ser o prefeito da cidade de São Paulo.

¹⁰⁴ Todos esses atores políticos, exceto José Roberto Magalhães – “Grama” –, que faleceu em 1996, e Leonel Grecco, que migrou para o Partido Verde (PV), continuam filiados ao PSDB e até 2006 assumiram cargos no governo estadual, no Poder Executivo ou no Legislativo, eletivos ou por indicação.

¹⁰⁵ Ver lista com o nome e atributos dos atores políticos paulistas que estiveram presentes no ato de criação do PSDB em 24 de junho de 1988 – Anexo B: Quadro 1 – Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 0 (1988-1989).

com atuação em universidades e centros de pesquisas, ex-pmdebistas progressistas que atuaram como vereadores ou deputados – defensores de uma via modernizadora para o Brasil, pautada no acirramento da democracia.

De acordo com informações obtidas em entrevistas realizadas¹⁰⁶, além da mobilização política nacional, houve nesse período, simultaneamente, articulações políticas nos estados. Em São Paulo, a mobilização do grupo de oposição foi realizada por atores políticos considerados nesta pesquisa como intermediários – aqueles que tinham vínculos com os líderes responsáveis pela articulação política no âmbito nacional e com determinados líderes locais. Márcio Santili¹⁰⁷ teve papel importante na mobilização do grupo no interior do estado paulista. José Roberto Magalhães – “Gramma” – na região de Campinas, nos municípios de Osasco, de Capão Bonito, de Ribeirão Preto, de Registro e no entorno da metrópole paulistana. Na Baixada Santista e no Vale do Ribeira, essa tarefa foi executada pelo deputado federal em exercício no período, Koyu Iha, e, em São Paulo, pelos assessores dos parlamentares envolvidos na articulação nacional.

Para marcar posição na convenção do partido, o grupo de oposição no interior do PMDB, incentivado pelo senador Fernando Henrique e pelos deputados federais Mário Covas e José Serra, organizou em São Paulo um encontro estadual¹⁰⁸. Esse evento culminou com o encontro da MUP (Movimento da União Progressista), em 25 de junho de 1988, e levou à adesão de outras lideranças políticas da Assembléia Legislativa¹⁰⁹.

É interessante registrar que, no caso de São Paulo, a correlação de forças políticas entre os grupos existentes no interior do PMDB ganhou forma à medida que

¹⁰⁶ Conforme descrito no capítulo referente aos procedimentos metodológicos, foram realizadas vinte (20) entrevistas com os funcionários do diretório estadual e os membros que compuseram a comissão executiva do diretório estadual em algumas das gestões (entre 1988 e 2006) e que no período da coleta de dados exerciam mandato eletivo de abrangência estadual, ou seus assessores.

¹⁰⁷ No período ocupava o cargo de deputado federal. Filho de João Santili, ex-prefeito de Assis, e Maria Aparecida Santili (ambos fundadores do PSDB e militantes do partido até o momento).

¹⁰⁸ *Jornal do Brasil*, 18 e 23/12/1987; *Folha de S. Paulo*, 18/12/1987.

¹⁰⁹ Entre as quais, os deputados estaduais: Luís Máximo (no período, como presidente da Assembléia Legislativa, havia exercido o mandato de prefeito em Jacareí e, posteriormente, em 1990, foi deputado federal); Fernando Leça (novamente deputado estadual e, até 2006, foi presidente da Fundação Memorial da América Latina, indicado pelo então governador Geraldo Alckmin); Wanderley Macris (até 2006, continuou atuando como deputado estadual pelo partido); Tonca Falsetti (assessor da Casa Civil do Estado no governo de Geraldo Alckmin); e Rubens Lara (até 2006, atuou como presidente da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental – Cetesb, indicado pelo partido).

os atores políticos se organizaram em torno de determinados líderes. A definição desse grupo de oposição fomentou a criação do PSDB.

Inicialmente, aderiram ao grupo de oposição os políticos envolvidos com o MUP (Movimento da União Progressista), especialmente alguns prefeitos que haviam sido eleitos em 1982. Por realizarem a articulação política local, esses atores políticos foram fundamentais para fortalecer a oposição. Entre esses, o prefeito de São João da Boa Vista, de São José do Rio Pardo, de Bauru, de Araras e de Fartura¹¹⁰.

Houve uma simbiose entre as articulações locais, ocorridas nos municípios, e as articulações em âmbito estadual e nacional. Essa confluência de ações permitiu que os estudos a respeito do PSDB¹¹¹ atribuissem aos atores políticos paulistas um caráter protagônico nesse processo. A busca de parceiros no âmbito nacional teve o objetivo de fortalecer esse grupo de oposição, formado por líderes com capital político que excedia o espaço político de atuação possível no interior do partido (o PMDB), como também de garantir a legalidade da nova organização partidária (o PSDB).

A presente pesquisa identificou, além da relevante atuação dos líderes partidários, o papel significativo dos atores políticos intermediários, fundamentais para a articulação e a interlocução política dos diferentes níveis (local, regional, estadual e nacional) no estado de São Paulo, a fim de garantir a organização institucional da base partidária. Houve a colaboração de diversos militantes¹¹² e uma ação política realizada pelos assessores do então senador Fernando Henrique¹¹³.

¹¹⁰ Prefeitos de: São João da Boa Vista, Sidney Beraldo (em 2006: liderança do governo na Assembléia Legislativa); São José do Rio Pardo, Sílvio França Torres (em 2006, deputado federal pelo PSDB e presidente do ITV/SP – Instituto Teotônio Vilela); Bauru, José Gualberto Tuga Martins Angerami (em 1994, deputado federal pelo PSDB; prefeito de Bauru pelo PDT – 2004-2008; desligou-se do partido em função da posição das lideranças centrais em relação às disputas e aos acordos políticos locais); Araras, Warley Colombini (em 1996, foi prefeito novamente; em 2006, foi membro do diretório estadual); e, por último, Fartura, Antonio Jurandir Dognani (em 1996, também foi prefeito novamente; em 2006, foi membro do diretório estadual).

¹¹¹ Roma (1999); Marques e Fleischer (1998).

¹¹² Roberto Gonçalves (sociólogo, militante de São José dos Campos, no período era assessor de Fernando Henrique Cardoso na capital; deixou o partido por questões políticas locais); no interior, com Carlos Paixão (militante estudantil e articulador da juventude do MR8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro; deixou o partido); no litoral, com Luiz Carlos Gusmão (militante estudantil; deixou o partido); na Grande São Paulo e em São Paulo, com Evandro Losacco (ex-

Essa atuação política ocorreu para operacionalizar efetivamente o partido em gestão, visando garantir a base eleitoral para as campanhas de 1988 e 1989¹¹⁴. Também teve o objetivo de implementar as bases estruturantes da organização e estabelecer vínculos políticos para viabilizar a pretendida candidatura de Fernando Henrique para governador em 1990. Para atender às exigências da legislação partidária e eleitoral, referente à criação de novos partidos, foi necessário fortalecer politicamente o grupo protagônico, ou seja, estabelecer vínculos e criar uma identidade entre determinados atores com trânsito em diversos espaços políticos¹¹⁵.

Em 1988, o PSDB, mesmo sem registro definitivo, obteve a adesão de 40 deputados federais e oito senadores (entre estes estavam os representantes de São Paulo: dois no Senado¹¹⁶ e nove na Câmara dos Deputados¹¹⁷).

Além dessas adesões, nas eleições municipais de 1988 foram eleitos pelo PSDB, no território nacional, 18 prefeitos e 214 vereadores. No estado de São

militante estudantil e engenheiro da Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa; atualmente secretário da executiva estadual do partido).

¹¹³ A coordenação das frentes de trabalho ficou sob a responsabilidade de Francisco Grazziano (ex-militante estudantil em Piracicaba e no âmbito acadêmico; foi secretário da agricultura do governo Mário Covas e, a partir de 2006, atuou como deputado federal pelo partido). No interior, contou com uma organização efetiva em Campinas, liderada por Renato Pignataro (ex-militante estudantil, atualmente desvinculado da política partidária); e, em Ribeirão Preto, por Carlos Alberto Sarti, “Betéia” (ex-militante político, falecido). No Litoral e no Vale do Ribeira, foi liderado por Raul Christiano (ex-militante político; em 2006, assessor da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU; indicado pelo partido). O Vale do Ribeira contou com a atuação do Boris Alexandre (ex-militante estudantil conjuntamente com Francisco Grazziano, atualmente técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; atuação apartidária). A região da Grande São Paulo teve a atuação de Fernando Pimenta (também ex-militante estudantil, conjuntamente com Francisco Grazziano, foi assessor na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso); e, por último, na Capital, de Zilda Maçola (com vínculo estabelecido com José Serra – residência na Mooca –; em 2006, foi assessora parlamentar do deputado estadual pelo PSDB “Turco Louco”) e de Ailton Nery (ex-militante estudantil e ex-aluno de Fernando Henrique).

¹¹⁴ *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, 04/06/1988.

¹¹⁵ Os municípios que foram foco de atuação dos membros do PSDB-SP, na fase de estruturação do partido, mantiveram-se como base eleitoral no período de 1988 a 2006. Houve a ampliação da base devido à filiação de novos membros, especialmente de líderes políticos locais. Verificar Anexo E: Mapas 1 a 22 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo (1988 a 2006).

¹¹⁶ Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

¹¹⁷ Antônio de Pádua Perosa; Caio Pompeu de Toledo; Fábio José Feldmann; Geraldo José R. Alckmin Filho; José Carlos Grecco; José Serra; Koyo Iha; Paulo de Tarso Tavares Filho e Robson Riedel Marinho. Na Assembléia Legislativa Paulista, aderiram ao novo partido os deputados Tonca Falsetti; Getúlio Hanashiro; Luís Máximo; Guiomar Namó Mello; Waldir Trigo; Rubens Lara; Wanderlei Macris; Fernando Leça; Waldemar Chubaci; Luís Francisco e Maria do Carmo Piunti. (Fonte: *Folha de S. Paulo*, 29/06/1988 e Arquivos: Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembléia Legislativa de São Paulo).

Paulo, o partido lançou candidatos para prefeitos em 30 municípios e para vereador em 32. Foram eleitos cinco prefeitos e 75 vereadores¹¹⁸.

Esses dados demonstram como os políticos agiram diante das limitações político-institucionais vigentes, resultantes especificamente da correlação de forças estabelecidas entre os grupos internos do PMDB e da legislação eleitoral aprovada pelo Congresso Constituinte. Recorreram aos mecanismos institucionais disponíveis e a seus recursos políticos pessoais – o reconhecimento como líderes políticos nas várias instâncias – para fortalecer o partido que havia sido constituído. Revela-se, nesse contexto, a formação do capital político do PSDB firmado por meio do estabelecimento de relações de poderes, pautado no reconhecimento mútuo dos atores dos respectivos capitais políticos, especialmente no que se refere à sua atuação no cenário eleitoral.

2.3. O modelo de organização estatutário¹¹⁹ e a dinâmica político-eleitoral: um resgate histórico do PSDB

A análise do conteúdo do estatuto do PSDB, conjuntamente com os elementos da dinâmica organizacional desenvolvida ao longo da trajetória do partido no estado de São Paulo, permitiu identificar a simbiose existente nas relações de poder que constituem essa instituição: é, ao mesmo tempo, uma relação mútua (de trocas) e hierarquizada.

Esse tipo de relação está na gênese do partido. O seu primeiro estatuto foi elaborado em conjunto com as articulações para a sua criação, portanto pelos protagonistas desse processo – principalmente os paulistas, parlamentares e atores com trajetória política em cargos eletivos, que se posicionavam contrários aos encaminhamentos políticos da sigla à qual pertenciam, em sua maioria membros do PMDB.

¹¹⁸ Os municípios em que o PSDB elegeu candidatos nas eleições municipais de 1988 estão localizados nas microrregiões que foram foco de articulação dos atores políticos intermediários. Anexo F: Quadro 21 e Anexo G: Mapas 2 e 3 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1988.

¹¹⁹ Anexo A: Figura 1 – Estrutura Organizacional do PSDB.

Tanto o estatuto como o manifesto que o apresenta – ambos divulgados em 25 de junho de 1988 – traduzem o posicionamento desses atores e o interesse em obter espaço político para fomentar a adesão de um eleitorado carente de representação política. Naquele momento, defendiam a criação de um novo partido pela necessidade de romper com a política vigente, especialmente com os planos econômicos adotados, a utilização da estrutura estatal de forma clientelística no processo constituinte e o fisiologismo partidário, tendo como justificativa a ausência de princípios e ações democráticas, conforme expressa parte do texto do estatuto a seguir:

Nesse processo, o PMDB, ao qual cabia a maior parcela de responsabilidade pelos rumos da transição, sucumbiu lamentavelmente. Receoso de enfrentar suas divergências internas, deixou de tomar posição ou ao menos debater as políticas de governo a que deveria dar sustentação. Invadido por oportunistas, dividiu-se desde os primeiros embates da Constituinte. Envolvido no jogo da ocupação de “espaços” da máquina governamental, acabou fornecendo massa de manobra ao continuísmo irresponsável. [...]

Hoje para sustentar politicamente medidas que assegurem a retomada do desenvolvimento, para dar início às reformas inadiáveis e prosseguir a construção da democracia, é preciso mais do que mera legenda eleitoral que abrigue forças heterogêneas. Por isso, tornou-se imperativo reunir brasileiros que se comprometam com um ideário simples e claro de reformas e que aceitem conscientemente participar de um partido, no qual a fidelidade aos princípios programáticos, a começar pela democracia interna, dê ao eleitor a garantia de que seu voto não será traído.

Nasce, assim, na adversidade, o Partido da Social Democracia Brasileira: contra um governo que traiu a transição democrática, contra um Estado no qual a argamassa do passado teima em resistir à renovação. [...] o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro.

[...] No PSDB, ninguém poderá votar nem sequer ser votado para cargos partidários pelo simples fato de haver assinado uma ficha de inscrição. Haverá um estágio para que o filiado possa demonstrar sua disposição de militância participando regularmente das atividades do Partido.

Não haverá delegados permanentes – outra fonte de fisiologismo que desvirtua a democracia interna. A alternância dos dirigentes e o princípio de direção colegiada serão observados em todos os níveis. Os órgãos de direção não serão integrados apenas por parlamentares, mas também por representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil.

As linhas de ação do Partido, baseadas nas diretrizes estabelecidas no programa, serão atualizadas a cada dois anos, numa convenção nacional

precedida de ampla consulta às bases partidárias (Marques e Fleischer, 1998, p. 187-193).

O PSDB foi criado num momento de definição dos espaços institucionais e da representação na disputa eleitoral das aspirações e demandas da sociedade civil. No final dos anos de 1980 o PT representava as reivindicações e os projetos da classe trabalhadora, especificamente dos movimentos sociais populares. Os representantes dos setores conservadores focaram sua atuação no processo constituinte e na definição da política econômica. Nesse contexto, o PSDB buscou atuar com um segmento ainda não contemplado no espaço político eleitoral, que Roma (1999) denominou de abertura de um “nicho de mercado” eleitoral.

Em sintonia com as propostas dos partidos social-democratas europeus¹²⁰ a partir dos anos de 1980 – que deram ênfase a orientações neoliberais –, o PSDB atuou no cenário político-eleitoral brasileiro de forma pragmática, defendendo um projeto ‘modernizador’ condizente com os anseios de setores empresariais e da classe média.

Segundo Jaguaribe (1990), os princípios ideológicos e organizacionais do PSDB, as concepções e as propostas, todas expressas no manifesto de fundação e no programa do partido, tiveram como referência o modelo tradicional da social-democracia. A essência desse modelo consiste na preservação de uma economia de mercado com o dinamismo da iniciativa privada submetendo-a, por meio de um Estado democrático, a um controle social. Com base nesse referencial, o partido procurou desenvolver estratégias para ocupar uma posição no espaço político institucional nacional.

Nesse sentido, o programa e a agenda política do partido orientaram-se por um teor mais liberal – desregulamentação da economia, abertura econômica ao capital estrangeiro e privatização das empresas estatais – do que pelos princípios social-democratas¹²¹. Para os fundadores do partido, esse programa seria uma alternativa

¹²⁰ Especialmente os programas adotados pelo PSOE na Espanha, o PS na França e o PSP em Portugal.

¹²¹ Segundo Kitschelt (1994) e Gomes (1994), muitos dos partidos social-democratas, especialmente os que venceram as eleições e assumiram governos na Europa, sofreram grandes transformações ideológicas nas décadas de 1970 e 1980. Com a mudança da agenda política e a perda da influência da linguagem social-democrata, seus programas partidários abandonaram os dogmas convencionais do *Welfare State* e incorporaram em seu ideário teses vinculadas ao liberalismo, como austeridade fiscal, privatização e desregulamentação da economia.

tanto ao estatismo de esquerda quanto ao populismo de direita, baseados ambos em um padrão de grande intervenção do Estado na economia e no descontrole fiscal.

Segundo Roma (2002), a construção da identidade programática do PSDB revela um dilema ideológico entre se declarar social-democrata e apresentar um programa de governo orientado por teses liberais. No entanto, pelos dados levantados pela presente pesquisa, afirmamos que, na ação concreta, esse dilema expressa a estratégia e a condução política adotadas pelos líderes políticos fundadores e assumida pelo partido. Nas palavras do autor, o

discurso ideológico social-democrata, explicitamente manifestado no conteúdo dos documentos partidários e nos cursos de formação política ministrados pelo partido, foi fundamental no processo de mobilização de filiados e militantes no interior do PSDB, o que conferiu um viés mais de esquerda na sua origem. A tônica liberal, presente no seu programa de governo, por outro lado, predominou como concepção ideológica de seus membros dirigentes com cargos eletivos. A visão programática liberal também prevaleceu na determinação das estratégias de aliança adotadas pelo PSDB que, em 1994, coligou-se com partidos de direita e ascendeu ao governo federal, traduzindo, assim, essa concepção em política concreta (Roma, 2002, p. 76).

Observa-se que a agenda do processo de formação do PSDB e os limites impostos pela legislação eleitoral influenciaram tanto seu formato como seu desenvolvimento. A estrutura organizacional estabelecida pelo estatuto do partido garantiu, ao longo da existência do PSDB, uma dinâmica funcional pautada pelos resultados eleitorais. O potencial eleitoral do partido, identificado como o seu capital político – capacidade de mobilização e articulação dos atores diante das necessidades de representação de uma parcela do eleitorado –, foi o que determinou as estratégias partidárias político-institucionais, adotadas tanto no interior da organização como nos espaços de sua atuação – arena eleitoral e governamental.

O PSDB nasceu sob a liderança de políticos de expressão nacional, entre os quais: o ex-governador Franco Montoro; o senador Mário Covas, ex-líder da maioria na Constituinte; o senador Fernando Henrique Cardoso, que renunciava à liderança

do partido majoritário no Senado; e o senador José Richa. O partido foi fundado com a aprovação do *manifesto* (subscrito por 40 deputados e oito senadores), do *programa* e do *estatuto*, em assembléia realizada no dia 25 de junho de 1988, ocasião em que foi constituída a Comissão Diretora Nacional Provisória, integrada por 11 membros: os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa e Franco Montoro; os deputados federais Euclides Scalco, Cristina Tavares e Moema São Thiago. Por decisão da Comissão, a sua presidência foi exercida em sistema de rodízio, tendo sido ocupada sucessivamente pelos senadores Mário Covas, José Richa, Fernando Henrique Cardoso e Franco Montoro. A secretaria geral foi exercida pelo deputado federal Euclides Scalco e a tesouraria, pelo deputado federal Jayme Santana. Na Assembléia de fundação, foi aprovada a designação, nos termos da lei, das Comissões Diretoras Regionais Provisórias.

O Partido obteve o seu registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral e, por meio das comissões provisórias, situadas em diversas unidades da federação¹²², organizou-se, atuando no âmbito municipal de todo o País, com o objetivo de adquirir o registro definitivo – exigido pela lei no prazo de 12 meses. A deliberação acerca da organização dos diretórios estaduais e municipais ocorreu a partir do registro definitivo em âmbito nacional, em 1989.

Observa-se que os aspectos institucionais não limitaram as ações dos políticos. As estratégias estabelecidas pelos atores políticos tiveram como orientação o calendário eleitoral: garantiram a participação do partido nas eleições municipais de 1988 via comissões provisórias (cumpriu o requisito legal da abrangência territorial nacional), assim como possibilitaram o estabelecimento de vínculos e o fortalecimento da base eleitoral para a eleição presidencial de 1989, período em que o partido obteve o registro definitivo.

Tanto as informações apresentadas anteriormente – referentes ao processo de criação do partido – quanto os estudos que abordaram o PSDB como unidade de análise¹²³ demonstraram que o partido foi criado por parlamentares (e obteve a

¹²² Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Roraima, Rondônia e Tocantins. Nos demais estados, esse processo se efetivou somente a partir de 1990.

¹²³ Roma (1999) e Guiot (2006).

adesão de outros atores políticos) em busca de espaço de poder; portanto, com base em uma ação estratégica programática. As relações entre os líderes políticos (líderes com atuação nacional, estadual, regional e local) foram preservadas por meio da manutenção de uma hierarquia posicional interna e pelo estabelecimento de diferentes estratégias político-eleitorais para viabilizar um desempenho satisfatório. Os resultados obtidos pelo presente trabalho, e apresentados no capítulo seguinte, confirmaram a coexistência de uma relação hierárquica com uma autonomia relativa¹²⁴. Tal como assinala Roma, a

postura ideológica e a visão programática predominante entre as lideranças políticas que possuem cargos eletivos ou cargos de direção no interior do PSDB são bastante semelhantes às concepções liberais, o que explica a composição de uma coligação de centro-direita para viabilizar a candidatura de Fernando Henrique em 1994 e, nos anos subsequentes, a formação de uma coalizão de governo que incluía outros partidos mais à direita do espectro político, entre eles, PTB e PPB. Essa adesão ao ideário liberal tornou inviável uma aliança eleitoral e legislativa com partidos de esquerda, especialmente em se tratando do PT e PDT. Assim, a partir de 1994, a formação da coligação eleitoral e da coalizão de governo do PSDB com partidos localizados à direita no espectro político seguiu muito mais critérios de afinidades programáticas do que critérios meramente pragmáticos. Prevaleceu a visão das lideranças nacionais do PSDB na adoção dessa estratégia eleitoral e governamental. Contudo, isto foi possível devido ao tipo de estrutura e dinâmica organizacional existente no partido (2002, p. 76).

Embora a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) estabeleça regras para a composição e o funcionamento dos órgãos intrapartidários, ou seja, imprima determinada rigidez organizacional a todos os partidos, isto não significa que determine o funcionamento interno dessas organizações. Assim, nem o estatuto, nem os documentos – tais como atas, lista de filiados, entre outros – traduzem, por si sós, o funcionamento interno de qualquer partido político. O estatuto é um instrumento que formaliza institucionalmente o partido, estabelece as regras quanto à sua organização e ao seu funcionamento, bem como é uma forma de expressar as concepções que orientam os seus membros.

O primeiro estatuto do PSDB só foi alterado em março de 1996, em decorrência das exigências da nova Lei Orgânica dos Partidos (Lei 9.096/1995). O

¹²⁴ Conforme constatado por Roma (1999).

partido manteve a estrutura e a dinâmica organizacional vigentes, embora formalmente expressasse assumir princípios para a sua organização, o seu funcionamento e a sua atuação, pautados no acirramento das práticas democráticas e participativas, bem como na articulação com a sociedade civil organizada. O texto citado abaixo expressa esses princípios:

Art. 16 – A organização e o funcionamento do PSDB baseiam-se na integração e adequada coordenação de duas linhas fundamentais de estrutura e ação, compreendendo:

I – a estrutura vertical dos órgãos integrantes da hierarquia partidária, nos três níveis da federação, especificados neste Estatuto, através dos quais se exercem o processo decisório e os atos da vida partidária;

II – a estrutura de articulação com a sociedade e seus movimentos sociais, abrangendo as relações, no âmbito geográfico, com as organizações populares, de moradores e comunitárias e, no âmbito funcional, com os profissionais liberais, de artistas, rural e outros, exercendo esta atuação através de núcleos de base e secretariados (PSDB, 2002).

O estatuto do partido sofreu novas alterações em 1999 e 2003. As alterações buscaram, conforme indica Roma (2002), atender às exigências legais e reforçaram aspectos centrais na dinâmica organizacional do partido. Nesse contexto, havia membros do partido exercendo mandatos eletivos em todos os cargos, tanto no Executivo como no Legislativo, federal, estadual e municipal. Diante desse quadro, as alterações estatutárias buscaram incluir um número maior de líderes políticos nos espaços institucionais.

Foram criados canais de maior articulação para a atuação entre as instâncias organizacionais do partido. Os diretórios estaduais e municipais ganharam mais autonomia no processo de tomada de decisão, passando a ter mais liberdade de definir seus próprios critérios para a eleição da sua comissão executiva e de tomar decisões estratégicas, tais como a composição de alianças eleitorais e a participação de coalizão de governo ou oposição. Quanto à composição da Comissão Executiva Nacional, foi aumentado o número de seus integrantes, fato que possibilitou a participação dos presidentes dos diretórios estaduais e representantes do Instituto Teotônio Vilela, assim como a participação, nas respectivas executivas, dos governos em exercício nas várias instâncias.

Implementaram-se, ainda, na estrutura do partido, em diversas instâncias, as secretarias com foco na *mulher*, na *juventude*, no *trabalho* e nas *relações internacionais*.

Segundo Roma (1999), essas alterações no estatuto do PSDB, em 1999, tiveram outros objetivos além dos estabelecidos formalmente: a) o aumento da influência das lideranças no partido; b) a possibilidade da ocupação de cargos de direção do partido por filiados com experiência em cargos eletivos; e c) uma atenção maior aos membros do partido por meio da agilização da filiação e do controle mínimo sobre esses filiados mediante orientação e solicitação de informações.

Na alteração do estatuto, que ocorreu em 2003 em função da legislação eleitoral em vigor, os dirigentes passaram a ter um prazo para se pronunciar sobre os pedidos de filiação e ter a obrigatoriedade de encaminhar regularmente à instância nacional a lista de filiados, sob pena de não receberem os recursos do Fundo Partidário. O partido diminuiu o prazo de filiação de um ano para seis meses, habilitando o filiado para votar e ser votado nas convenções do partido. Em caso de falta de manifestação contrária de dirigentes, a aceitação do novo filiado passou a ser automática, ou seja, a não depender de um processo de aprovação pelos demais filiados.

Segundo o estatuto do partido em vigor (aprovado em 2003), as funções diretivas e executivas são atribuídas aos seus diretórios nas diversas instâncias – federal, estadual e municipal¹²⁵. O Diretório Nacional é composto por cento e setenta e sete (177) membros efetivos e cinquenta e nove (59) suplentes, incluindo líderes do partido na Câmara e no Senado como membros natos, bem como os presidentes dos diretórios estaduais e do Instituto Teotônio Vilella¹²⁶. Quanto aos diretórios estaduais, a composição pode variar entre trinta e quatro (34) e cento e um (101)

¹²⁵ Art. 61, 81 e 99.

¹²⁶ O ITV foi criado para atender à exigência legal estabelecida pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP – Lei 9.096/1995), constituiu-se como o órgão responsável pela formação, pelo registro e pela promoção dos princípios e projetos que orientam a ação do PSDB em todas as instâncias. Atualmente, possui um órgão central em Brasília e 26 sedes estaduais, cada qual com sua representação local. O principal foco de atuação desse instituto tem sido a publicação de materiais acerca das concepções e propostas social-democratas e, no período que antecede as eleições, o fornecimento de subsídios informativos para os filiados e simpatizantes, especialmente aos candidatos nos pleitos municipais.

membros efetivos, e entre dez (10) e trinta e quatro (34) suplentes, incluindo o líder da bancada. A composição dos diretórios municipais pode variar entre quinze (15) e quarenta e cinco (45) membros efetivos, e entre quinze (15) e cinco (5) membros suplentes, incluindo o líder da bancada na Câmara de Vereadores.

Quanto às funções deliberativas, são atribuídas às convenções, também existentes nas diversas instâncias – federal, estadual e municipal. Participam das convenções os membros dos diretórios, os delegados eleitos nas respectivas instâncias e os membros em exercício de mandato eleitoral. As deliberações das convenções referem-se às respectivas instâncias de abrangência, seguindo as orientações das instâncias superiores. Entre as principais funções, está a escolha dos candidatos para disputar as eleições, eleger e destituir a comissão de ética, aprovar a ação do partido e as diretrizes políticas dos governos – especialmente as questões referentes às alianças e às coligações político-eleitorais.

O estatuto estabelece¹²⁷, ainda, que as Comissões Executivas dos diretórios serão eleitas por seus respectivos membros, na mesma data, ou em cinco dias subseqüentes à convenção. Cabe a este órgão dirigir as ações do partido no âmbito de sua competência – seguindo as deliberações das convenções nos diferentes níveis –, ou seja, convocar os membros para as reuniões, decidir sobre as filiações e despesas financeiras. À Comissão Executiva Municipal é atribuída uma função especial: criar os núcleos de base. Os núcleos de base têm o objetivo de promover a articulação do partido com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais; portanto, devem ser organizados na localidade de moradia ou de atuação de seus membros, que por sua vez devem ser filiados ao partido¹²⁸. Está prevista, ainda, para os municípios com mais de quinhentos mil (500.000) eleitores, a criação de órgãos zonais (diretórios e convenções)¹²⁹. Esses órgãos possuem as mesmas atribuições dos diretórios municipais.

Conforme a Lei Orgânica dos Partidos (LOPP – Lei 9.096/1995), o estatuto prevê¹³⁰, além desses órgãos internos, a existência de órgãos de ação parlamentar

¹²⁷ Art. 41.

¹²⁸ Art. 16, 17, 51 e 52.

¹²⁹ Cap. IV, Seção II.

¹³⁰ Art. 17.

(as bancadas); órgãos de atuação na sociedade (os núcleos de base, conforme citado anteriormente, e os secretariados); órgãos de disciplina e fidelidade partidária (Conselho de Ética e Disciplina); órgãos de fiscalização financeira (Conselho Fiscal); e órgãos de cooperação (Conselho Político Nacional e Estadual, o ITV e as Coordenadorias Regionais).

No que diz respeito à bancada parlamentar, o estatuto estabelece¹³¹ o controle de suas atividades por meio de normas disciplinares e éticas. Ao Conselho de Ética, cabe aplicar as sanções disciplinares quando ocorrem violações da disciplina e ética partidária por parte dos filiados, dirigentes e/ou parlamentares. Ao Conselho Fiscal, é atribuída a função de acompanhar a gestão financeira e contábil do partido. Quanto aos órgãos de atuação na sociedade e cooperação, são concebidos como canais de articulação entre o partido e a sociedade. Atualmente existem os secretariados de mulheres, da juventude e dos prefeitos, como também o próprio Instituto Teotônio Vilella.

Quanto aos mecanismos de funcionamento, o estatuto estabelece regras para garantir a participação e o controle das bases partidárias no processo decisório do partido. A participação está prevista por meio da representação. Em cada instância do partido, os membros da convenção elegem os membros dos respectivos diretórios e os delegados que atuarão nas demais instâncias. Cabe lembrar que os parlamentares são membros natos desses órgãos deliberativos.

O estatuto expressa a valorização dos princípios democráticos¹³². Cada instância do partido – federal, estadual, municipal e zonal – possui autonomia para deliberar acerca de suas ações políticas, desde que não infrinja as orientações dos níveis superiores.

No entanto, existem elementos que demonstram restrições à gestão democrática, entre os quais a participação dos filiados. Segundo Roma (2000), no âmbito nacional, as reuniões e as demais atividades do PSDB realizam-se apenas em períodos próximos às eleições. O primeiro congresso nacional, com representação de todos os diretórios estaduais, ocorreu somente em 1998. Além

¹³¹ Art. 45.

¹³² Cap. II.

disso, a participação dos militantes foi inexpressiva em todos esses eventos. Conseqüentemente, a tomada de decisão no interior do partido coube somente às suas lideranças, detentoras de cargos governamentais.

No estado de São Paulo, o modelo organizacional estatutário estabeleceu que as decisões acerca do funcionamento do partido seriam tomadas pelos representantes, ou seja, pelos membros eleitos por seus pares para assumir essa função – membros da Comissão Executiva dos Diretórios. No entanto, os dados referentes à composição da Executiva Estadual do PSDB paulista, apresentados e analisados no capítulo seguinte, demonstraram que, ao longo da trajetória do partido, a escolha dos membros ocorreu com base nos vínculos entre os políticos, especialmente com os líderes partidários, tendo como referência para a escolha a trajetória política do ator, especificamente uma base eleitoral consolidada.

Esse cenário constituiu e favoreceu a permanência de uma gestão organizacional centrada nos líderes (locais, intermediários e estaduais, com poder e reconhecimento no âmbito nacional). Os líderes, nos diversos níveis de atuação, mobilizam as bases partidárias, membros do partido ou eleitorado, quando se faz necessário cumprir a legalidade estatutária, inclusive para ocupar cargos nos órgãos partidários (como a participação dos filiados em diferentes níveis e espaços), que caracterizam oficialmente a organização com uma gestão democrática e, principalmente, no período que precede as eleições, com ação centrada na informação para consolidar as bases eleitorais.

Os espaços de deliberação, com efetiva participação dos membros das diversas instâncias organizacionais, e a formação política ocorreram de forma esporádica, especialmente nos momentos de preparação para as eleições.

Observou-se, portanto, a manutenção da dinâmica organizacional pautada no reconhecimento do papel das lideranças nos diversos níveis da estrutura (hierarquia) e a relação de poder mútuo entre estas.

Uma das expressões concretas da manutenção dessa lógica, centrada nas lideranças por meio de instrumentos democráticos, foi a criação e a regulamentação das coordenadorias regionais no âmbito do estado de São Paulo. Na realidade, buscou-se cumprir a prerrogativa legal e, ao mesmo tempo, viabilizar canais de

maior articulação entre os atores das diversas instâncias organizacionais do partido, mantendo as relações de poder por meio da hierarquia posicional.

O diretório estadual do PSDB de São Paulo, no uso de suas atribuições estatutárias, criou as Coordenadorias Regionais, como órgãos de cooperação da Comissão Executiva Estadual, para coordenar a ação dos órgãos partidários na área da microrregião¹³³. Segundo a resolução DESP – 01/2005, a Coordenadoria Regional tem mandato coincidente com o do Diretório Estadual e, dentre suas funções, organiza as reuniões regionais; auxilia a Comissão Executiva Estadual nos assuntos políticos e partidários; elabora relatórios periódicos sobre a ação do Partido nos municípios da microrregião; e comunica periodicamente à Comissão Executiva Estadual as ações da Coordenadoria Regional. As coordenadorias regionais são compostas por membros do partido considerados, no interior da organização, como líderes intermediários e locais, com domicílio eleitoral na microrregião¹³⁴. Entre os seus membros, escolhem-se um coordenador; um vice-coordenador; um secretário administrativo; um secretário de comunicação; um secretário de formação política;

¹³³ O Estado de São Paulo está dividido em 47 (quarenta e sete) microrregiões, sendo 42 (quarenta e duas) no interior, correspondentes às regiões de Governo, e 5 (cinco) na Grande São Paulo, a saber: GSP – Grande São Paulo; ABCDM – Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema e Mauá; GSP LESTE – Zona Leste da Grande São Paulo; GSP NORTE – Zona Norte da Grande São Paulo; GSP OESTE – Zona Oeste da Grande São Paulo; e GSP SUDOESTE – Região Sudoeste da Grande São Paulo.

¹³⁴ Deputados e ex-deputados federais e estaduais filiados ao Partido; o primeiro suplente de deputado federal e o primeiro suplente de deputado estadual da última eleição geral; o candidato a deputado federal e o candidato a deputado estadual na última eleição, filiados ao PSDB, mais votados na microrregião, caso não estejam contemplados no inciso I, II e III; dois prefeitos ou vice-prefeitos filiados ao Partido, dos municípios da microrregião, escolhidos em reunião coordenada pelo Secretariado Estadual de Prefeitos; dois ex-prefeitos ou ex-vice-prefeitos filiados ao Partido, dos municípios da microrregião, escolhidos em reunião coordenada pelo Secretariado Estadual de Prefeitos; dois vereadores do PSDB, dos municípios da microrregião, escolhidos em reunião coordenada pelo Secretariado de Vereadores; os membros e suplentes do Diretório Estadual do PSDB, com domicílio eleitoral na microrregião; dois presidentes de Diretórios, dos municípios da microrregião, escolhidos entre eles; o membro da Comissão Executiva Estadual responsável pela microrregião; dois filiados de notória expressão partidária, com domicílio na microrregião, escolhidos pelos presidentes de Diretório e delegados à Convenção Estadual dos municípios da microrregião; um representante do Instituto Teotônio Vilela – ITV, indicado pelos ITVs da microrregião, cuja constituição tenha sido aprovada pelo ITV-SP; 1 (um) representante da *juventude* do PSDB, 1 (um) representante das *mulheres*, 1 (um) representante da *terceira idade*, 1 (um) representante do *terceiro setor* e 1 (um) representante dos *negros*, com domicílio eleitoral na microrregião, escolhidos pelos respectivos Secretariados Regionais, organizados de acordo com os arts. 73 e 108 do Estatuto do PSDB.

um secretário de relações partidárias; e os demais membros ocupam o cargo de vogal.

Michels (1977), inspirado em Max Weber, foi pioneiro em identificar estruturas de poder autoritárias no interior de partidos políticos aparentemente democráticos e socialistas, já no início do século XX. Segundo o autor, nessa estrutura organizacional toda a burocracia partidária contém intrinsecamente um processo de profissionalização e de concentração de poder de decisão, a denominada “lei de ferro de Michels”. Para o teórico, a democracia partidária, expressa pela estrutura e não pela dinâmica organizacional, torna-se estrategicamente viável, uma vez que a competição interpartidária e a existência de uma massa apática de militantes, que renuncia voluntariamente aos seus direitos de participação, justificam a constituição de uma organização fortemente centralizada e oligárquica capaz de decidir as melhores estratégias na competição eleitoral. Nesse sentido, a dinâmica no interior dos partidos revela a combinação de instrumentos normativos e legais democráticos e de ações deliberadas por meio de práticas hierarquizadas.

Pautando-se nesse referencial, é possível compreender a questão da fidelidade partidária no PSDB-SP, especificamente o controle do comportamento do parlamentar no plenário. Não há registro, conforme o código de disciplina partidária, de punição aos atores partidários do estado de São Paulo que votaram em desacordo com a orientação do partido. Esse dado não significa que não houve indisciplina ou ainda que tenha sido constatada uma total coesão partidária. Pelo contrário, é mais um elemento que indica a convivência das estruturas normativas no partido com uma dinâmica organizacional centrada nas relações entre os líderes. Nessa dinâmica funcional, a fidelidade e a punição não passam pelos trâmites legais, mas pelos vínculos e pelas relações de poderes entre os atores. O acesso ao poder político incentiva os líderes dos diversos níveis organizacionais a tornar a dinâmica do partido mais adequada à competição eleitoral e ao exercício do governo.

Observou-se, portanto, que a dinâmica organizacional do partido diz respeito às regras (formais e informais) de convivência entre as unidades (regionais e locais) e os membros que o constituem. Tal dinâmica refere-se às relações de poder entre

os filiados e os órgãos do partido e destes órgãos entre si. Segundo Roma (1999, 2000), no caso do PSDB, devido às circunstâncias de sua origem e às estratégias adotadas ao longo de sua evolução histórica, formou-se uma estrutura organizacional que favorece as ações autônomas das lideranças. De acordo com o autor, o desenho institucional do partido garante a autonomia da liderança, fundamentalmente, em razão da ausência de instâncias internas efetivas de veto para a ação da militância e do modelo de tomada de decisão (movimento centrífugo e movimento centrípeto)¹³⁵. Roma pontua que

[...] o diretório nacional concede autonomia aos diretórios estaduais e, estes, aos diretórios municipais. Não há controle do partido sobre o número de filiados nem sobre os diretórios municipais; e também não há controle da militância sobre as decisões tomadas pelas lideranças. Há apenas duas instâncias de poder de veto, as quais atuam num sistema hierárquico: a instância nacional, que pode vetar decisões estaduais ou municipais; e a instância estadual, que pode vetar as decisões municipais (2002, p. 79)

Quanto às decisões tomadas no âmbito estadual e federal, constatou-se que informalmente recebem influências dos atores que atuam na localidade. Existe uma relação de poder que é mútua, mas que corre de forma hierarquizada, por meio de relações de poder piramidal, nas quais os líderes das diversas instâncias ocupam posições com vantagens para exercer, no seu nível correspondente, poder no interior da organização e em suas arenas de atuação.

O desejo de posse e poder dos líderes de base são oriundos da pretensão de garantir para si um espaço de poder. Composta pela reciprocidade, essa relação de poder permite o domínio do líder, mas, ao mesmo tempo, faz com que estes dependam dos que estão nas instâncias intermediárias e na base da estrutura, pois são responsáveis pela manutenção da dinâmica de poder vigente.

O poder é uma relação ou um conjunto de relações por meio das quais indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos. É uma relação porque ninguém tem poder por si só, mas é dele investido por outro; trata-se de uma ação bilateral. Pierre Bourdieu (1986) formula o conceito de campos de

¹³⁵ Há dois tipos de ação estratégica adotada no interior do partido: uma, de movimento centrífugo, pela qual é dada autonomia de decisão às lideranças locais no caso de estratégias de políticas também locais; outra, de movimento centrípeto, pela qual a coordenação de estratégias nacionais é centralizada nas lideranças mais elevadas do partido.

poder, designados pelas relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social. Dessa forma, o poder não trata de uma substância, de uma coisa, mas, sobretudo, da possibilidade de diversas posições sociais disputarem o monopólio do poder.

Panebianco (1988) analisa essa questão no âmbito partidário, através dos conflitos intrapartidários. O autor, influenciado por Weber, atribui grande importância para dois outros aspectos no processo organizativo do partido político: 1) *o desenvolvimento de interesses para a manutenção da organização (próprios dos dirigentes nos diversos níveis da pirâmide organizativa)*. Esse desenvolvimento se dá através da distribuição de incentivos seletivos, ou seja, dados apenas a alguns integrantes da organização e distribuídos de modo desigual. São, em cima destes incentivos, que irão ocorrer às lutas internas para a obtenção de poder. Podem ser divididos em três: incentivos de poder, de *status* e de material. São responsáveis pela seleção e recrutamento da elite e dos quadros partidários em todos os níveis; 2) *o desenvolvimento de lealdades organizativas difusas*. Estas lealdades dependem da distribuição de incentivos coletivos.

Em decorrência desses elementos apontados por Panebianco (1988), dialogamos com Roma (1999), ao afirmar que internamente este partido caracteriza-se por uma estrutura organizacional fraca e descentralizada. Segundo o autor, o descompasso entre a dinâmica interna do PSDB e o que está previsto em seu estatuto decorre do seu desenho institucional, especialmente de dois elementos: a ausência de instâncias efetivas de veto e o modelo de tomada de decisões. Por sua vez, este modelo garante aos líderes centrais do partido as decisões e coordenações das diretrizes político-eleitorais no âmbito nacional e estadual e aos líderes locais a autonomia para decidirem acerca de suas estratégias locais.

Diante dessa conclusão de Roma, evidencia-se que a dinâmica interna do partido não pode ser explicada apenas pelos elementos institucionais. A contradição apontada pelo estudo acima citado existe em decorrência da utilização dos elementos formais (estatuto) como parâmetro de análise. A aparente ambigüidade pode ser explicada pela lógica informal, decorrente dos procedimentos adotados em

função dos interesses, dos conflitos, das negociações e dos acordos estabelecidos internamente.

Esse argumento ganha sustentação ao reconhecer que, mesmo não havendo correspondência entre os aspectos formais, a exemplo da participação democrática nas deliberações ou das informações sobre os membros, a organização funciona e, ao longo de sua trajetória, garantiu um desempenho eleitoral ascendente. Os aspectos previstos pelos instrumentos normativos do partido não são referências centrais para os procedimentos que correspondem ao seu efetivo funcionamento. A dinâmica interna do PSDB é movida pelos interesses dos atores. São as relações estabelecidas no interior da organização, motivadas pelo acesso aos recursos políticos e o desempenho eleitoral, e orientadas pelos aspectos institucionais, que viabilizaram a criação e o desenvolvimento desse partido.

Assim, os mecanismos institucionais adotados cumpriram tanto com a formalidade estabelecida pela legislação eleitoral como viabilizaram a permanência da estratégia política adotada pelos líderes políticos para o funcionamento interno da organização, a saber: a articulação e o vínculo entre os atores, segundo uma estrutura posicional de poder (hierarquizada e mútua). A origem do PSDB levou a um tipo de estrutura organizacional hierárquica, com concentração de poder de decisão nas lideranças das diversas instâncias, variando essa concentração de acordo com o âmbito das questões em pauta.

Um partido, ao estabelecer a sua estrutura e as relações de poder, define a sua modalidade de organização. Essa dinâmica irá orientar a delimitação de suas regras, ou seja, do programa, das diretrizes e das ações políticas (Lawson e Merkl, 1988; Lawson, 1994; Strom, 1990). Nesse sentido, segundo Duverger (1970), Michels (1977) e Panebianco (1990), as condições de origem e a estruturação são variáveis relevantes para explicar o desenvolvimento do partido.

Segundo Strom (1990) e Müller e Strom (1999), o desenho organizacional do partido é tanto uma característica de sua evolução histórica quanto um fator de incentivo ou constrangimento a determinados cursos de ação partidária. A modalidade de organização partidária não é neutra no que se refere ao resultado

político, pois, de certa forma, antecipa o comportamento estratégico do partido em relação à conquista e à manutenção do poder. Desse modo, as lideranças têm sempre que adotar determinados cursos de ação visando a determinados objetivos, mas sua decisão será em função da maximização de tais objetivos de forma articulada, tendo a organização partidária como fator de constrangimento.

Reforça-se assim a importância em abordar a dinâmica interna do partido, pois nos permite compreender como a organização atua e como o poder é exercido no seu interior por meio dessa sistemática. O tipo de abordagem utilizada neste estudo partiu do pressuposto de que um partido, antes de competir em eleições ou de participar de determinado governo, constitui-se como organização (Kirchheimer, 1966; Duverger, 1970; Michels, 1977). Essa assertiva reafirma que a abordagem organizacional é fundamental para explicar o significado da existência e do desempenho eleitoral e governamental dos partidos políticos nas democracias contemporâneas.

CAPÍTULO 3 – ESTRUTURA RELACIONAL DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB) PAULISTA – aspectos explicativos da dinâmica da organização partidária

Este capítulo demonstra a possibilidade de se compreender a dinâmica organizacional dos partidos políticos brasileiros por meio da análise articulada das relações entre os atores políticos e os aspectos político-institucionais. Analisaram-se os padrões de relações que estruturaram internamente o PSDB-SP, no período entre 1988 e 2006, conjuntamente com as informações referentes aos aspectos normativos da estrutura partidária e do sistema político.

Os dados relacionados aos vínculos e à atuação dos atores políticos do PSDB-SP, associados à ocupação de cargos no órgão deliberativo do partido ou cargos políticos na arena governamental, no poder Executivo e Legislativo, constituíram o material empírico para a argumentação acerca da organicidade e da capilaridade da organização partidária. O objetivo foi identificar nos elementos relacionais e político-institucionais do PSDB-SP fatores explicativos para a sua dinâmica interna.

Os procedimentos metodológicos adotados inverteram a abordagem usual nos estudos a respeito das organizações partidárias. A dinâmica do partido foi investigada por meio da análise de redes sociais, que considera os atributos individuais, as normas institucionais e os fatores políticos e sociais, mas destaca as relações entre os atores. Partiu-se das relações estabelecidas entre os atores para avaliar suas respectivas posições no interior da organização e assim identificar a estrutura partidária interna, como também compreender o seu funcionamento organizacional.

Esse capítulo está composto pela apresentação dos dados referentes às características da estrutura relacional interna do partido (os seus componentes, a sua configuração, as suas transformações e as suas resistências), nos diferentes Tempos (T) que constituíram o período estudado (1988-2006). Contém a análise do perfil organizacional, por meio da associação entre a estrutura relacional, os cargos ocupados nas diversas gestões da Comissão Executiva do Diretório Estadual e na

arena política governamental. Apresenta ainda, conjuntamente a esta análise, o mapeamento territorial da atuação política dos membros pertencentes à rede de relações que compõem o partido.

3.1. O “tecido relacional”¹³⁶ do PSDB-SP: análise da dinâmica organizacional

Pesquisar a respeito da dinâmica organizacional do partido político por meio da análise de redes sociais¹³⁷ é inovador. O uso dessa metodologia – recente na Ciência Política Brasileira¹³⁸ e ainda inexistente nos estudos sobre as organizações partidárias – revelou contribuições analíticas importantes.

Uma das principais contribuições dessa metodologia é a possibilidade de se analisarem os modos de funcionamento da organização sem a necessidade de estabelecer previamente os papéis desempenhados pelos atores na estrutura que ordena suas relações. A partir da identificação das posições relativas e dos papéis desempenhados por cada um dos atores políticos é identificada a configuração da estrutura relacional da organização¹³⁹. A análise da hierarquia posicional da rede e dos padrões de interação indica aspectos referentes ao funcionamento interno da organização. Os atributos dos atores são considerados para complementar as informações decorrentes das estruturas de relações¹⁴⁰.

Os estudos que utilizaram a análise de redes sociais para compreender o funcionamento de determinadas organizações¹⁴¹ partiram do pressuposto de que a rede de relações, que as estrutura internamente, é dinâmica. Os seus padrões são

¹³⁶ A terminologia “tecido relacional” e “tessitura” foram utilizadas por Marques (2005) para denominar a trama produzida e transformada pelas redes entre pessoas e organizações que elabora internamente o campo analisado.

¹³⁷ Elabora-se um conjunto de matrizes relacionais – denominadas matrizes de conectividade – para que sejam tiradas medidas, por meio do *software* de análise de redes “Ucinet”, e se apresentem visualmente as relações estabelecidas, através do *software* “Netdraw”. Esses procedimentos fornecem dados, que associados às hipóteses e ao referencial teórico da análise, permitem estudar as características das posições dos atores e a estrutura da rede.

¹³⁸ Ver Marques (2000) e Marques (2003).

¹³⁹ De acordo com Tilly (1992) trata-se de uma espécie de “estruturalismo a posteriori”, pois o formato e o conteúdo da estrutura de relações são obtidos dedutivamente pelo trabalho empírico. Segundo Marques (2005), essa abordagem metodológica contraria as análises estruturalistas clássicas que tinham as estruturas como pressupostos analíticos.

¹⁴⁰ Emirbayer (1997).

¹⁴¹ Knoke (1990); Wasserman e Faust (1994) e Scott (1992).

constituídos ao longo do tempo pelo estabelecimento de vínculos entre os atores, consciente ou inconscientemente, como resultado das suas decisões e ações simultâneas¹⁴².

Assim, a pesquisa desenvolvida adotou como foco (os nós da rede) as relações entre os atores – portanto parte dos indivíduos. O que não significa que a organização não tenha relevância. Ao contrário, há uma intercambialidade entre as relações pessoais e os processos que correspondem à organização e à dinâmica partidária. Existe uma influência mútua entre a posição dos membros na rede, o funcionamento da organização e as transformações desta. Reconheceu-se que a rede organizacional do PSDB-SP foi permanentemente reconstituída, mas mantendo uma estrutura de funcionamento, pelos vínculos entre os atores e definição de estratégias para responder às mudanças externas, tanto institucionais como político-eleitorais.

Optou-se pelo uso da metodologia da análise de redes devido à compreensão a respeito dos partidos políticos que orientou o desenvolvimento da pesquisa realizada. O partido político é uma organização composta por um conjunto integrado de atores que interagem, possuidores de capitais políticos¹⁴³; portanto, com diferentes posições no interior da rede de relações.

Para investigar a dinâmica organizacional do PSDB-SP estabeleceu-se como primeira estratégia a recomposição do seu “tecido relacional”. Foram abordados tanto os vínculos relacionais dos atores considerados líderes partidários por seus pares, como também daqueles que ocuparam cargos nas gestões da Comissão Executiva do Diretório Estadual. Os vínculos estabelecidos entre os atores foram analisados tendo como referência dois outros elementos organizacionais: o perfil da

¹⁴²A análise de redes tem como pressuposto que as relações são as unidades básicas da análise. Segundo Breiger (1974), os nós das redes representam simultaneamente os atores, os grupos e a organização, tanto conceitual como tecnicamente. Nesse sentido, é necessário escolher o foco da ação social a ser considerado. Por exemplo, Laumann & Knoke (1987) abordam a organização como um todo, mas Marques (2005) tem reconstituído as redes em seus estudos a partir dos indivíduos, devido aos aspectos da dinâmica social e política brasileira.

¹⁴³ Conforme apresentado no Capítulo I, o conceito de capital político, utilizado neste trabalho, parte da definição de Pierre Bourdieu (1986). Indica o reconhecimento, entre os atores, das lideranças; portanto, o acesso de alguns, mais que outros, aos recursos que viabilizam a ação política. Tal relação pressupõe uma reciprocidade, entre os atores envolvidos, pela identidade ideológica, pela afetividade, pela confiança ou pela relação de troca – favores, recursos materiais ou de outra natureza.

composição do órgão responsável pelas deliberações políticas do partido – a Comissão Executiva do Diretório Estadual – e a localização territorial de atuação política desses membros.

Os dados levantados pela pesquisa, e apresentados subseqüentemente, demonstraram que a dinâmica funcional da organização partidária compôs um padrão relacional ao partido estudado. Este foi decorrente da coexistência e influência mútua dos fatores conjunturais, dos mecanismos institucionais e das relações entre os atores no campo organizacional – elementos influenciados diretamente pela ocupação dos cargos governamentais.

3.1.1. A rede do PSDB-SP e sua dinâmica: características da organização partidária

A estrutura relacional que constituiu internamente o PSDB-SP foi reconstruída neste trabalho a partir do levantamento das relações estabelecidas ao longo do período entre 1988 e 2006. A análise da rede permitiu identificar, nos diversos Tempos, como essa estrutura se configurou e quais os elementos predominantes.

Os resultados obtidos indicaram que a rede de relações internas do partido apresentou grande estabilidade quanto à sua estrutura e composição. Isso não significa que não houve mudanças, mas os dados levantados, apresentados na seqüência, indicaram a consolidação de um padrão de funcionamento interno da organização partidária.

A maioria dos membros que compuseram a rede no Tempo 0 (T_0) (1988-89)¹⁴⁴ eram militantes (47%). Também tiveram destaque nessa composição da rede os prefeitos (11%), os vereadores (10%), os deputados federais e os deputados estaduais (9%). Dentre os membros, 67,5% tinham como base de atuação a capital paulista, 4,5% a Baixada Santista e 28% o interior do estado, especificamente as microrregiões de Jundiaí, Piracicaba, Campinas, Marília e os municípios de Capão Bonito, Santa Bárbara d'Oeste, Itu, Santa Cruz do Rio Pardo, São José do Rio

¹⁴⁴ Anexo B: Quadro 1 - Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 0 (1988-1989) e Anexo D: Figura 2 - Sociograma I – Tempo 0 (1988-1989).

Pardo, Americana e Guaíra. Nesse período, a principal característica da estrutura relacional foi a combinação entre centralização e capilaridade: era composta por 68 membros, porém poucos deles tiveram posições de destaque. Essa rede apresentou um total de 205 relações, apenas 0.042% do total de vínculos possíveis no seu interior¹⁴⁵, o que significa uma baixa densidade¹⁴⁶. Isto pôde ser confirmado por meio das medidas de centralidade.

Os resultados destas medidas¹⁴⁷ indicaram a existência de poucos pontos com alto grau de centralidade. Três atores se destacaram na maioria das medidas: André Franco Montoro, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Observaram-se treze pontos, considerados nesta pesquisa como atores articuladores, com destaque nas medidas que expressam poder, capacidade de intermediação, acesso às informações e proximidades dos líderes centrais. A maioria dos atores da rede apresentou baixo desempenho nessas medidas, sendo classificados como atores intermediários.

Assim, o primeiro resultado a ser destacado é que a estrutura geral da rede interna do partido, apesar do alto grau de centralização, foi composta no T₀ por três níveis de centralidade¹⁴⁸ (atores centrais, atores articuladores e atores intermediários)¹⁴⁹.

No conjunto dos atores constatou-se que as posições privilegiadas, exercendo forte influência sobre os demais, foram ocupadas pelos atores protagonistas na fundação do partido e que, no período, exerciam mandato eletivo no âmbito estadual e federal (os atores centrais). Esses atores apresentaram no T₀ os melhores resultados na maioria das medidas de centralidade, indicando o papel de destaque desses tipos de atores no interior da organização – seja pela agregação

¹⁴⁵ Este número corresponde à soma de todas as relações presentes na rede, gerada no *output* da medida *degree* do software *Ucinet*.

¹⁴⁶ De acordo com Hanneman (2001, p.41), esta medida de densidade calcula o quão próxima (em percentagem) está uma rede em relação a uma rede saturada, na qual todas as relações possíveis estão realmente presentes (situação hipotética, de difícil observação na realidade).

¹⁴⁷ Anexo C: Quadro 6 - Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 0 (1988-1989).

¹⁴⁸ A classificação dos atores que compuseram a rede interna do PSDB-SP no período analisado (1988-2006) como centrais, articuladores e intermediários decorreu da análise comparativa dos resultados das diversas medidas de centralidade.

¹⁴⁹ Anexo C: Quadro 6 - Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 0 (1988-1989).

de interesses, na coordenação da ação coletiva, ou ainda na definição de estratégias político-eleitorais. As posições, fortemente centrais, desses atores na rede facilitaram o seu acesso aos recursos políticos organizacionais e ao controle sobre os fluxos possíveis dos demais atores com menor grau de centralidade.

Além dos atores que possuíam essa posição de relativa centralidade no interior da rede, observou-se um segundo grupo, classificado como atores articuladores. Esses atores obtiveram destaque em algumas das medidas de centralidade, indicando um desempenho específico no interior da rede (intermediação ou articulação) e forte vinculação àqueles com alto grau de centralidade na maioria das medidas.

Por fim, compondo a maioria dos membros da rede interna do partido estão os seus atores periféricos, denominados intermediários nesta pesquisa por serem os elementos de conexão entre a estrutura interna do partido e a base partidária e eleitoral. Os intermediários caracterizam-se pela forte dependência em relação aos atores centrais e por terem como atributo um capital político relevante (seja a capacidade de articulação junto à base eleitoral, seja o conhecimento acerca do funcionamento formal da organização).

Entre os atores articuladores, quatro foram membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual do partidário no período. Os outros nove membros desse órgão deliberativo foram categorizados como membros intermediários. Identificou-se que todos os membros da comissão possuíam vínculos com os líderes partidários centrais, conforme dados na seção 3.2 (Figuras 7 e 8).

No Tempo 1 (T₁) (1990-93)¹⁵⁰ aumentou em 6% o número de integrantes da rede. Desses novos membros, 47% eram da capital e 53% do interior, com a incorporação de outros membros da microrregião de Campinas e Jundiaí, e a ampliação para os municípios de Sorocaba, Capivari, Ribeirão Preto e Franca. Houve a permanência dos militantes como maioria na rede (54%), o número de prefeitos se ampliou (16%) e o de deputados estaduais e deputados federais permaneceu o mesmo (9%).

¹⁵⁰Anexo B: Quadro 2 - Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 1 (1990-1993) e Anexo D: Figura 3 - Sociograma II – Tempo 1 (1990-1993).

A rede manteve as características do T_0 . Houve apenas a diminuição da sua densidade: foi composta por um total de 251 relações, 0.035% do total de vínculos possíveis no seu interior. Os resultados das medidas de centralidade¹⁵¹ confirmaram a baixa densidade da rede e indicaram a permanência dos níveis da estrutura relacional. Os poucos pontos com alto grau de centralidade no conjunto da rede no T_0 mantiveram-se e novos atores obtiveram destaque na maioria das medidas, embora com grau de centralidade inferior (houve o aumento do grau de centralidade dos três atores centrais do período anterior e de cinco novos atores). Com isso foi possível identificar a diminuição do número de atores articuladores e intermediários, ou seja, aqueles que se destacaram em algumas das medidas (11 atores) e a permanência dos níveis de centralidade na rede: atores centrais, atores articuladores e atores intermediários.

Os dados indicaram uma dinâmica organizacional que possibilitou a constituição de um padrão para a estrutura relacional: ampliou-se o número de membros que compuseram o núcleo central nesse período sem desestabilizar a centralidade dos atores do período anterior.

No conjunto dos atores mantiveram-se nas posições centrais e privilegiadas os atores protagonistas na fundação do partido, que no período exerciam mandato eletivo no âmbito estadual e federal: Mário Covas, André Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso. Tiveram destaque também nos resultados das medidas de centralidade nesse Tempo: José Roberto Magalhães Teixeira “Grama”, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, Edson Aparecido dos Santos, Sílvio França Torres e José Serra, especialmente nas medidas que expressam intermediação e proximidade com os atores centrais.

Esses atores que passaram a compor o núcleo central no T_1 foram membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual no mesmo período. Dos treze membros que compuseram a gestão da executiva, cinco pertenciam aos novos membros do núcleo central da rede, um pertencia ao grupo dos atores articuladores

¹⁵¹ Anexo C: Quadro 7 - Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 1 (1990-1993).

e sete ao grupo dos membros intermediários. Portanto, permaneceram todos os membros com vínculo estabelecido com os atores inicialmente centrais na rede.

Esses dados, referentes às relações efetivadas no interior da rede, revelaram que a estrutura interna do partido no T_1 foi configurada por um movimento simultâneo de centralização do poder e inclusão de novos membros na rede. Esse movimento garantiu a manutenção do núcleo central, composto pelos atores protagonistas na fundação do partido, e a capilaridade da ação partidária (com a ampliação do número de atores intermediários).

A partir do Tempo 2 (T_2) (1994-98)¹⁵² houve a redução dos militantes na rede (30%). Aumentou a participação dos deputados estaduais (16%) e ganharam expressão os membros que atuavam como secretários no governo estadual (15%)¹⁵³. Houve um aumento do número de membros incorporados à rede em relação ao período anterior (8%), acentuando a característica identificada no T_1 : crescimento do número de membros com origem no interior (64%) em detrimento dos membros da capital (27%) e da baixada Santista (9%). Os novos membros tinham como local de origem ou atuação política: São José do Rio Preto, Botucatu, Jundiaí, Ribeirão Preto e Santos.

Com relação à estrutura geral da rede houve uma acentuação das características iniciais: a permanência dos níveis de centralidade (atores centrais, atores articuladores e atores intermediários) e alta capilaridade. A rede foi composta por 93 membros e 233 vínculos, ou seja, apenas 0.030% do total de relações possíveis no interior da rede. Os resultados das medidas de centralidade¹⁵⁴ continuaram indicando a existência de poucos pontos com alto grau de centralidade no conjunto da rede. Não houve a inserção de nenhum novo membro no núcleo central; permaneceram os três atores que se destacaram desde o T_0 , porém com menor grau de centralidade; e dois dos atores se destacaram a partir do T_2 . Quanto

¹⁵² Anexo B: Quadro 3 - Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 2 (1994-1998) e Anexo D: Figura 4 - Sociograma III – Tempo 2 (1994-1998).

¹⁵³ A partir de 1994 os membros filiados ao PSDB-SP passaram a exercer o mandato de governador e presidente, o que explica o crescimento do número de militantes que assumiram cargos no governo.

¹⁵⁴ Anexo C: Quadro 8 – Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 2 (1994-1998).

ao número de atores articuladores e intermediários houve ampliação em relação ao T₁ (17 atores).

As posições centrais e privilegiadas no conjunto dos atores continuaram sendo ocupadas pelos atores protagonistas na fundação do partido, que no período exerciam mandato eletivo no âmbito estadual e federal: Mário Covas, André Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso. Mesmo com menor grau de centralidade, mantiveram destaque nos resultados das medidas: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho e Edson Aparecido dos Santos, especialmente nas medidas que expressam a intermediação, informação e proximidade com os atores centrais.

Dentre os atores centrais da rede no T₂, apenas dois dos membros com menor grau de centralidade, assumiram cargos de coordenação na Comissão Executiva do Diretório Estadual. Dos onze outros membros que ocuparam os cargos na gestão da executiva no período, cinco pertenciam ao grupo dos atores articuladores e seis aos demais membros da rede (intermediários). Portanto, permaneceram todos os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual do partido com vínculo estabelecido com os atores inicialmente centrais na rede.

Os dados do T₂ reafirmaram a configuração de um padrão relacional na estrutura do PSDB-SP, como também indicaram aspectos da sua dinâmica organizacional. Nesse Tempo houve a consolidação de um núcleo central composto por um número reduzido de atores e, paralelamente, a ampliação do número de atores intermediários da rede. Os cargos de direção do órgão deliberativo foram ocupados por membros do núcleo central e os demais cargos por atores intermediários, conforme dados da seção 3.2 (Figuras 9, 10 e 11).

No Tempo 3 (T₃) (1999-2002)¹⁵⁵ o processo ocorrido no T₂ se intensificou: houve a redução da participação dos militantes (23%) e ganharam expressão os filiados que exerciam mandatos de deputado estadual (21%), deputado federal (15%) e atuavam como assessores no governo (22%). Nesse período o número de membros da rede manteve-se, pois alguns membros faleceram e apenas cinco atores foram incorporados. Dentre os novos membros apenas dois atuavam em

¹⁵⁵ Anexo B: Quadro 4 - Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 3 (1999-2002) e Anexo D: Figura 5 - Sociograma IV – Tempo 3 (1999-2003).

locais diversos dos demais membros da estrutura relacional do partido: microrregião de São Carlos e o município de Diadema.

No T_3 , a rede manteve as características do T_2 : o mesmo número de membros, o mesmo padrão de vínculos e da composição da estrutura geral: alto grau de centralização, diversos níveis de centralidade (atores centrais, articuladores e intermediários) e alta capilaridade. Os dados revelaram a diminuição do número de atores que obtiveram destaque nas várias medidas de centralidade (passaram para 17 membros entre centrais e articuladores)¹⁵⁶. Dentre os atores centrais apenas dois obtiveram valores acima dos demais membros – Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Alckmin – e três membros obtiveram valores de destaque na maioria das medidas (atores articuladores) – José Serra, Edson Aparecido dos Santos e Sílvio França Torres. Embora tenha havido a diminuição do número de atores intermediários em relação ao T_2 (passou para 11 atores), foi possível identificar uma maior diversificação na origem da centralidade desses atores.

Os dados demonstram que nesse Tempo houve a permanência da estrutura relacional e alteração na posição dos membros da rede interna do partido. O fato que interferiu nessa configuração foi o falecimento de dois dos atores que se destacaram nas medidas de centralidade desde o T_0 (André Franco Montoro e Mário Covas). Isso levou um grande número de atores da rede a perderem seu principal vínculo de relação no interior da organização¹⁵⁷.

Entre os atores centrais, Fernando Henrique Cardoso manteve sua posição por ser referência para o restante dos membros. Os membros Geraldo Alckmin e José Serra, com menor grau, ganharam destaque nos resultados de várias medidas de centralidade. Em grau bem inferior esse processo ocorreu também com Edson Aparecido dos Santos e Sílvio França Torres.

Embora tenha havido mudanças na composição do núcleo central do partido, tanto pela alteração na composição dos atores, como no grau de centralidade

¹⁵⁶ Anexo C: Quadro 9 - Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 3 (1999-2002).

¹⁵⁷ O fato de serem representados sem vínculos no sociograma não significa que estejam desconexos da rede, mas apenas que perderam o principal elo de vinculação.

desses membros, não foram incluídos novos atores. As posições centrais e privilegiadas na estrutura relacional, exercendo forte influência sobre os demais, continuaram sendo ocupadas pelos mesmos atores que, nos diversos Tempos, se destacaram nas medidas de centralidade e exerceram mandato eletivo no âmbito estadual e federal.

No T₃, um dos atores centrais da rede (com menor grau de centralidade) assumiu a presidência da Comissão Executiva do Diretório Estadual do partido. Dos dezoito membros que compuseram a Comissão Executiva nessa gestão, além do presidente, cinco pertenciam ao grupo dos atores articuladores e doze ao grupo dos membros intermediários da rede. A maioria dos membros dessa Comissão tinha vínculos com os atores centrais da rede no período.

Os dados do PSDB-SP desse Tempo, indicaram a manutenção da estrutura relacional e o funcionamento organizacional. A estrutura posicional hierárquica (atores centrais, articuladores e intermediários) e os vínculos entre os atores do núcleo central e os membros que ocuparam os cargos de direção do órgão deliberativo (legitimados para tomar decisões) garantiram a organicidade do partido.

No Tempo 4 (T₄) (2003-06)¹⁵⁸ a estrutura relacional manteve-se com as mesmas características dos Tempos anteriores: alto grau de centralização, diversos níveis de centralidade (atores centrais, atores articuladores e atores intermediários) e alta possibilidade de capilaridade. Porém, houve uma pequena diminuição (3%) do número de membros (passou para 107) como também dos vínculos da rede, apenas 0.013% do total de relações possíveis no seu interior.

A manutenção tanto da composição como da estrutura da rede demonstrou que a maioria dos seus membros permaneceu na mesma posição; no entanto, houve mudanças nos atributos dos atores. Em decorrência do contexto político, em especial dos resultados eleitorais obtidos pelos candidatos do partido (uma vez que houve a perda do mandato de um ator central no Poder Executivo federal e outro passou a exercer mandato no município de São Paulo e, posteriormente, no estado de São Paulo), os atores assumiram outros cargos. Passou a ser expressivo na

¹⁵⁸ Anexo B: Quadro 5 - Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 4 (2003-2006) e Anexo D: Figura 6 - Sociograma V – Tempo 4 (2003-2004).

composição da rede o número de secretários municipais (10%); os militantes constituíram-se como maioria (24%), os deputados estaduais representaram 19% dos membros e os deputados federais 14%.

Um dado a ser ressaltado é o aumento do número de atores que foram classificados como articuladores (9 membros)¹⁵⁹. O núcleo central foi constituído por três atores, aqueles que apresentaram destaque nas medidas de centralidade no período anterior: Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Alckmin e José Serra. O primeiro ator obteve centralidade por ser referência para os demais membros da rede, os outros obtiveram destaque nas medidas que indicaram alto número de vínculos e papel de intermediação na rede.

Outro aspecto da rede que merece destaque nesse Tempo é a presença de um grande número de atores sem vínculos significativos na rede. O fato ocorreu devido à ausência de alguns atores centrais dos Tempos anteriores. A permanência desses atores na rede foi garantida pela posição que adquiriram na estrutura interna do partido ao longo de sua trajetória política.

No T₄ foram compostas duas gestões da Comissão Executiva do Diretório Estadual, a primeira com vinte e três membros e a outra com dezoito. Dentre os atores que compuseram a comissão nessas gestões, cinco pertenciam ao grupo dos atores articuladores e os demais ao grupo dos membros intermediários da rede. Dois atores articuladores assumiram cargos de coordenação nas duas gestões.

Assim, os dados do T₄ indicaram que a alteração dos membros que compuseram a rede não influenciou a estrutura relacional do PSDB-SP. Houve a recomposição do núcleo central do partido, aliada à permanência dos vínculos entre os atores centrais e aqueles que ocuparam os cargos de direção do órgão deliberativo, como também a manutenção dos vínculos com os atores articuladores e intermediários da rede.

Os resultados das análises dos dados referentes aos quatro Tempos que constituíram a trajetória do partido permitiram identificar a configuração de um padrão organizacional e indicaram fatores determinantes para a estabilidade na

¹⁵⁹ Anexo C: Quadro 10 - Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 4 (2003-2006).

composição da estrutura e dinâmica relacional. A subseção seguinte deste capítulo trata dessas questões.

3.1.2. A estrutura relacional do PSDB-SP: padrões e tendências

Ao longo do período analisado, mesmo com a alteração no número total dos membros mapeados como pertencentes à rede interna do PSDB-SP, conforme apresenta o Quadro 11, foi possível identificar a configuração de uma estrutura relacional.

Quadro 11 - Número de membros da rede interna do PSDB-SP - 1988 a 2006

Tempo	T ₀ 1988-1989	T ₁ 1990-1993	T ₂ 1994-1998	T ₃ 1999-2002	T ₄ 2003-2006
Número de membros inseridos na rede	69	14	11	5	Inserido: 1
					Desligados: 3
Total	69	93	104	109	107

Fonte: entrevistas com membros filiados ao PSDB-SP e funcionários.

No T₀ (1988-1989), a rede estava composta por sessenta e nove atores. Aumentou progressivamente nos T₁, T₂ e T₃, períodos em que os membros filiados ao partido exerceram mandatos eletivos em todos os cargos (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e presidente) e em todas as instâncias (municipal, estadual e federal)¹⁶⁰, totalizando cento e nove membros. A partir de 2002, ano em que os membros do partido deixaram de atuar no Poder Executivo federal, houve uma pequena diminuição (3%) no número de membros pertencentes à rede de relações internas da organização partidária.

As características da rede, e conseqüentemente a definição de um padrão relacional, puderam ser identificadas por meio de diversos procedimentos metodológicos e demonstradas por um conjunto de indicadores.

¹⁶⁰ Anexo B: Quadros 1 a 5 - Composição da rede interna do PSDB-SP nos diversos Tempos e Anexo D: Figuras 1 a 6 - Sociogramas.

Os dados indicam que a pequena variação do número de membros está associada às relações e atuações dos líderes partidários, especialmente no que se refere à ocupação de cargos no órgão de decisão do partido e órgãos da arena governamental.

As medidas que indicam a centralidade dos atores pertencentes à rede foram um dos procedimentos mais utilizados¹⁶¹. A estratégia de ocultar os vínculos da rede com menor força, definindo a força dos vínculos pela frequência das citações¹⁶², tornou visível a desconexão da rede com a retirada desses atores. O que não significa que a sua ausência levaria ao fim da rede, mas que a organização partidária apresentaria outra estrutura relacional.

O grau de importância dos atores na rede foi demonstrado pela análise dos resultados das medidas de centralidade e dos atributos desses próprios atores. Os atores políticos que são referência para o conjunto dos atores da rede foram identificados pelo número de citações (grande número de *vínculos recebidos* – *indegree* –, e grande número de *vínculos enviados* – *outdegree*), demonstrando, desta forma, possuir certo prestígio.

Também foram observados os atores que fazem *intermediação* (*betweenness*) e funcionam como articuladores de diferentes grupos no interior da rede, conectando diversos atores e controlando os fluxos entre eles, podendo inclusive isolar certos atores. Outra forma de identificar e caracterizar a centralidade dos atores da rede consistiu na observação dos que estão em uma posição favorável – de “vantagem estrutural” (Hanneman, 2001:65) –, que pode ser traduzida em capacidade de ação e de coordenação (*proximidade* relativa com vários outros atores – *closeness* –, devido ao grande número de *vínculos recebidos* – *incloseness* – ou ao grande número de *vínculos enviados* – *outcloseness*).

Ainda, por meio das medidas de centralidade, procurou-se identificar os atores que geram a dependência de outros, construindo relações de assimetria de *poder* (*power*), e diferenciar os atores que têm maior acesso à *informação* no interior

¹⁶¹ Os sociogramas construídos representam a centralidade de determinados atores.

¹⁶² Segundo Marques (2004), os vínculos fracos são importantes para veicular informações e produzir coordenação e ação conjunta, enquanto os vínculos fortes estão mais associados ao controle e à hierarquia.

da rede, controlando certos fluxos preferenciais de relações (*information*). Por último, deu-se destaque aos atores mais centrais por meio do resultado da medida *engenvector*, que capta as distâncias entre os atores que compõem a estrutura da rede (dimensão global e dimensões mais específicas e locais, subestruturas).

A análise dos dados revelou que nos dois primeiros períodos (T_0 e T_1) houve a hegemonia dos atores protagonistas na criação do partido¹⁶³. A partir do T_3 ¹⁶⁴ outros atores passaram a compor o núcleo central, em decorrência dos resultados eleitorais e da saída de alguns atores centrais da rede por motivo de falecimento¹⁶⁵. No entanto, a alteração dos membros que compuseram o núcleo central não interferiu na estrutura relacional nem no perfil da rede, pois os atores que assumiram as posições centrais (embora com menor grau de centralidade) possuíam perfis semelhantes aos atores anteriores¹⁶⁶. Os que apresentaram posições de destaque na rede possuíam como atributo o exercício de cargos eletivos, tanto na instância municipal, como na estadual ou federal, em especial no Poder Executivo.

Sabendo-se que ter informação e ser ponto de intermediação no interior da organização significa obter determinado recurso para a ação política, decidiu-se verificar, por meio das medidas de centralidade, o acesso a esses recursos. Foram mensurados quais atores veicularam informações e tiveram maior acesso a elas no interior da rede, e ainda os que foram objeto de favorecimento do fluxo entre outros atores. Os dados obtidos corroboraram a afirmação acerca da dinâmica e da

¹⁶³ Os atores protagonistas na fundação do partido que no período exerciam mandato eletivo no âmbito estadual e federal eram: Mário Covas, André Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, José Roberto Magalhães Teixeira e Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho. Tiveram destaque também nos resultados das medidas de centralidade: Edson Aparecido dos Santos e Sílvio França Torres, especialmente nas medidas que expressam a intermediação e a proximidade com os atores centrais.

¹⁶⁴ Neste período, os membros filiados ao partido assumiram o governo (Poder Executivo) tanto na instância federal, como na estadual. Houve também um aumento progressivo da bancada do partido no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa, assim como no número de municípios com candidatos que disputaram e assumiram o poder político.

¹⁶⁵ Com o falecimento de André Franco Montoro e Mário Covas, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Alckmin passou a apresentar maior centralidade na rede interna do partido, especialmente a partir de 1994, período em que assumiu como vice-governador. A partir de 2002, José Serra passou a ganhar destaque no núcleo central, após a sua candidatura e o seu desempenho eleitoral para o cargo de presidente e ao ser eleito prefeito em São Paulo.

¹⁶⁶ Membros filiados ao partido desde sua fundação, ocupando cargos eletivos no âmbito federal e estadual.

capilaridade da organização partidária: a relação entre o núcleo central e líderes locais é realizada por atores articuladores e intermediários, que reconhecem a liderança dos membros do núcleo central e agem no interior da rede para manter a sua posição. Essa relação é dinamizada pelo capital político dos atores (dentre os componentes desse capital está o acesso às informações).

Tais dados permitiram identificar, além do núcleo central, a composição de outros dois grupos. Um formado por atores articuladores – aqueles que nos diversos Tempos obtiveram destaque nas medidas de centralidade que expressam o grau de proximidade com os atores centrais, o acesso às informações e a posição de intermediação. E outro formado pela maioria dos membros da rede, denominado atores intermediários. Como mencionado anteriormente, esta denominação foi adotada neste trabalho para definir o papel dos atores que ocupam posição periférica na rede, mas estão vinculados aos atores centrais e à base eleitoral do partido.

Outras medidas de centralidade foram geradas para subsidiar o desenvolvimento da presente pesquisa. Por meio de uma análise fatorial¹⁶⁷, avaliou-se a centralidade global da rede e as centralidades locais. Observou-se a manutenção, em todos os Tempos, de um núcleo central: isto significa que um número restrito de atores foi referência para o conjunto dos membros, mesmo com a inclusão de um número maior de atores na rede. Assim, a rede que compôs internamente a estrutura relacional do PSDB-SP caracterizou-se pela hegemonia de determinados atores, denominados como núcleo central, e pela baixa polarização nas relações entre os demais atores políticos. Isto devido ao fato de serem incorporados na rede, ao longo da trajetória do partido, membros com capital político significativo para a organização partidária, mas que não ameaçaram a posição dos atores centrais. Observou-se, assim, a constituição de uma estrutura posicional hierárquica a partir do reconhecimento dos atributos dos diversos atores¹⁶⁸. Confirmou-se que a estrutura relacional interna do PSDB-SP constituiu-se por uma hierarquia posicional.

¹⁶⁷ Medida do *Ucinet 6.0* utilizada: *centrality engenvector*.

¹⁶⁸ No caso analisado alguns atributos importantes são o exercício do mandato eletivo, a garantia da base eleitoral e a capacidade de articulação.

De modo geral, os dados indicaram a existência de um reduzido número de atores historicamente centrais, com interpenetração de vínculos com os demais que compuseram a rede, além de um pequeno número de atores articuladores. A ampla maioria dos atores da rede foi classificada como intermediários, ou seja, membros dependentes dos atores centrais (pois possuem apenas este vínculo forte no interior da rede) e caracterizados como interlocutores da base partidária.

Constatou-se ainda, por meio da associação dos resultados dessas medidas com os atributos dos atores, que a estruturação da rede interna do partido ocorreu a partir da relação entre os atores centrais¹⁶⁹ e os demais membros¹⁷⁰, pautada pelos respectivos capitais políticos (vínculos políticos, base eleitoral consolidada, controle de determinadas informações). Assim, verificou-se que o padrão da composição da rede decorreu das relações estabelecidas a partir do poder posicional, mediado pela conjuntura política e pelos respectivos capitais políticos dos atores.

Concluiu-se que os elementos da estrutura da rede analisada explicam a consolidação do padrão organizacional do partido (com a manutenção das características gerais, mesmo em momentos de transformação dos vínculos¹⁷¹). A permanência do perfil e da posição dos membros na rede, e até mesmo dos próprios atores, garantiram o controle das ações partidárias pelo núcleo central e a permanência do eixo condutor da ação: tentar ocupar cargos governamentais. Esse resultado pôde ser confirmado pela associação dos dados da estrutura relacional com os atributos dos atores, especificamente a ocupação de cargos e tempo de filiação. Observou-se haver uma correlação temporal entre a definição do perfil da rede e a classificação da ocupação dos membros, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Composição da rede interna do PSDB-SP por cargo ocupado - 1988 a 2006

Cargos	T ₀ (%)	T ₁ (%)	T ₂ (%)	T ₃ (%)	T ₄ (%)
Militante	47	54	30	23	24

¹⁶⁹ Esses atores reforçaram sua centralidade ao assumirem os cargos no Poder Executivo, tanto na instância estadual como federal.

¹⁷⁰ Os atributos comuns desses membros são o exercício do mandato eletivo e a capacidade de articulação.

¹⁷¹ Marques (2004).

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

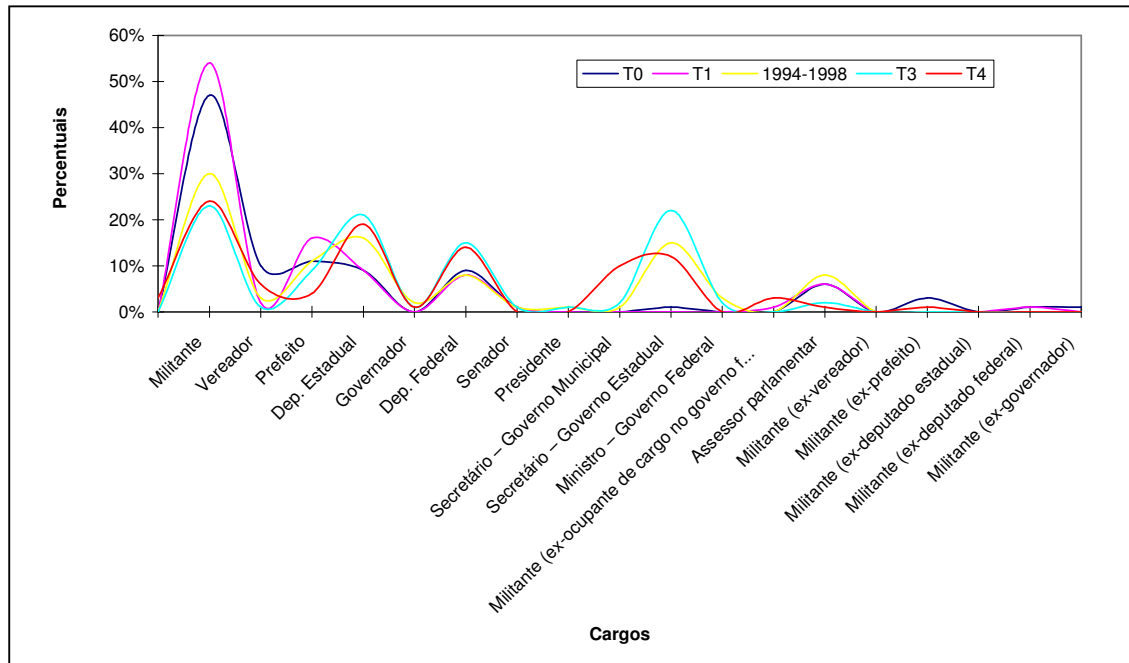
Vereador	10	2	3	1	6
Prefeito	11	16	11	9	4
Deputado Estadual	9	9	16	21	19
Governador	0	0	2	1	1
Deputado Federal	9	8	8	15	14
Senador	1	1	1	1	0
Presidente	0	0	1	1	0
Secretário – Governo Municipal	0	0	1	2	10
Secretário – Governo Estadual	1	0	15	22	12
Ministro – Governo Federal	0	0	3	2	0
Militante (ex-ocupante de cargo no gov. federal)	0	1	0	0	3
Assessor parlamentar	6	6	8	2	1
Militante (ex-vereador)	0	0	0	0	0
Militante (ex-prefeito)	3	0	0	0	1
Militante (ex-deputado estadual)	0	0	0	0	0
Militante (ex-deputado federal)	1	1	0	0	0
Militante (ex-governador)	1	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Documentos do PSDB-SP e entrevistas com membros filiados e funcionários.

Observação: No T₄ houve a diminuição de 3% dos membros da rede interna do partido (desligamento e falecimento).

Os dados do Quadro 11 e do Gráfico 1 demonstraram que no T₀ e no T₁, momento da criação e organização do partido, a rede foi composta, majoritariamente, pelos militantes (em geral dissidentes do PMDB que haviam exercido mandato eletivo) e prefeitos. Esses atores permaneceram na rede durante toda a trajetória do partido; porém, a maioria assumiu outros cargos, havendo alteração no seu atributo, fato que influenciou o perfil da rede.

Gráfico 1 – Composição da rede interna do PSDB-SP por cargo ocupado – 1988 a 2006



Fonte: Documentos do PSDB-SP e entrevistas com membros filiados e funcionários.

Os resultados eleitorais tiveram grande influência na configuração do perfil da rede. No T₂ e T₃ a maioria dos atores passou a exercer mandato eletivo (especialmente de deputado estadual ou federal) ou ocupar cargo no governo (com maior destaque para os cargos nas secretarias estaduais). Os demais membros que foram incorporados à rede possuíam como característica comum o exercício de mandatos eletivos nos municípios ou na Assembléia Legislativa do estado.

No T₄ houve uma maior diversificação no perfil da rede. Permaneceu em destaque o número de membros exercendo mandatos de deputado estadual, federal, ocupantes de cargos nas secretarias estaduais e, a partir desse período, ocupantes de cargos nas secretarias municipais, inclusive no município de São Paulo.

Outro aspecto importante referente ao perfil da rede foi identificado por meio da categoria “local de origem ou atuação política” dos atores. Conforme dados da Tabela 2, observou-se temporalmente o aumento significativo dos atores oriundos

do interior do estado em detrimento dos atores da capital e da Baixada Santista, com exceção do T₄¹⁷². Esse resultado demonstra a capilaridade territorial da organização partidária ocorrendo por meio dos vínculos relacionais estabelecidos pelos atores. Lembrando que os dados referem-se apenas aos atores citados como referência no interior da organização ou que assumiram um cargo no órgão Executivo estadual do partido, portanto, pertencentes à rede orgânica do partido.

Tabela 2 – Composição da rede interna do PSDB-SP por local de origem ou atuação política – 1988 a 2006

Local de Origem	T ₀ (%)	T ₁ (%)	T ₂ (%)	T ₃ (%)	T ₄ (%)
Capital	68	47	27	40	100
Interior	28 ^(a)	53 ^(b)	64 ^(c)	60 ^(d)	0
Baixada Santista	4	0	9	0	0
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Documentos do PSDB-SP e entrevistas com membros filiados e funcionários.

^(a) Jundiaí, Piracicaba, Capão Bonito, Campinas, Marília, Santa Bárbara d'Oeste, Itu, Santa Cruz do Rio Pardo, São José do Rio Pardo, Americana e Guaiara.

^(b) Sorocaba, Campinas, Capivari, Ribeirão Preto, Jundiaí e Franca.

^(c) São José do Rio Preto, Jundiaí, Ribeirão Preto e Botucatu.

^(d) São Carlos, Diadema e Taboão da Serra.

Os dados referentes aos atributos dos atores, associados aos resultados obtidos anteriormente, indicaram elementos que favoreceram a compreensão acerca da composição e da dinâmica do partido. Demonstraram que a estrutura relacional de poder, instituída internamente, viabilizou a organicidade e a capilaridade das ações partidárias.

Assim, constatou-se que o padrão de relação estabelecido, composto por uma estrutura posicional hierárquica e dinamizado pelo reconhecimento mútuo do capital político, configurou a dinâmica organizacional do partido.

¹⁷² No T₄ apenas um ator foi reconhecido como membro da rede orgânica do partido e esse tem origem na capital.

Os dados demonstraram que, por meio dos vínculos relacionais, os atores centrais assumiram uma posição privilegiada para interferirem indiretamente nos espaços e ações político-institucionais do partido. Assim, a efetivação das ações partidárias dependeu em grande medida dos atores articuladores e intermediários (políticos que possuíam simultaneamente vínculos com os líderes centrais e com os locais, e que também conheciam o funcionamento interno do partido).

Conforme será demonstrado na subseção seguinte, os membros integrantes do núcleo central da rede, em sua maioria, não ocuparam os cargos do órgão deliberativo do partido no âmbito estadual; no entanto, possuíam fortes vínculos estabelecidos com os atores que assumiram esses cargos. A maioria dos presidentes das gestões da Comissão Executiva do Diretório Estadual haviam sido atores que possuíam vínculos com aqueles historicamente reconhecidos como centrais e ocuparam uma posição de interlocução, ou no mínimo periférica na rede orgânica do partido. Esses atores apresentaram como atributo comum: o exercício do mandato de deputado federal ou estadual (o que indica, portanto, possuírem base eleitoral de abrangência regional ou temática¹⁷³), e não ameaçarem a posição dos atores centrais, pois dependiam dos mesmos para manter e potencializar esses atributos.

3.2. A composição da Comissão Executiva do Diretório Estadual do PSDB-SP e os vínculos relacionais (1988-2006)

Para investigar a relação entre os aspectos formais da organização partidária e a sua estrutura relacional adotou-se como um dos elementos de análise a composição das Comissões Executivas do Diretório Estadual do PSDB em São Paulo. Essa escolha justifica-se pela função das comissões executivas dos diretórios: são os órgãos legítimos para realizar a gestão das ações partidárias. Analisou-se especificamente a posição na estrutura relacional dos políticos que compuseram as diversas gestões e os seus atributos. Foi considerada também a

¹⁷³ A base eleitoral constitui-se por referência territorial ou nichos de defesas específicas, tais como: meio ambiente, pessoas portadoras de necessidades especiais, manifestação culturais, juventude, mulheres, categoria profissionais, entre outras.

participação dos políticos paulistas na Comissão Executiva do Diretório Nacional do partido.

Os dados coletados, referentes ao período de 1988 a 2006, indicaram que os atores centrais da estrutura relacional da organização partidária passaram a ocupar de poder influenciar as deliberações e ações políticas do partido no âmbito estadual, mesmo não assumindo os cargos da Comissão Executiva Estadual. Isto em decorrência da manutenção do perfil dos membros que assumiram os cargos de direção do partido nas diversas gestões e o padrão de relações entre esses atores e os atores centrais.

A composição das primeiras Comissões Executivas do diretório, tanto no nível nacional como no estadual, indica que os atores centrais da rede interna do PSDB-SP, considerados protagonistas na criação do partido, influenciaram diretamente as ações partidárias. Assumiram os principais cargos na Executiva Nacional¹⁷⁴, compondo com membros de outras unidades da federação, e estiveram vinculados aos atores que passaram a ocupar a direção estadual do partido.

A Executiva Estadual, eleita em maio de 1988, foi composta por um colegiado de treze (13) membros efetivos, sendo 30% deputados federais, 30% deputados estaduais, 10% prefeitos e 30% militantes¹⁷⁵. Os dados referentes aos atributos dos membros evidenciam a presença majoritária dos políticos que naquele momento exerciam mandato eletivo, em especial no Legislativo estadual e federal. A análise da posição estrutural dos políticos que compuseram a primeira gestão (1989-91) na rede de relações revela que todos os membros possuíam vínculo político com o núcleo de atores centrais, conforme demonstra a Figura 7. O cargo de presidente foi assumido pelo deputado federal José Serra¹⁷⁶ e os demais cargos da direção por outros políticos com forte vínculo com André Franco Montoro, Fernando Henrique e

¹⁷⁴ A primeira Executiva Nacional teve entre seus membros os paulistas: o senador André Franco Montoro, ocupando o cargo de presidente; o deputado federal Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, ocupando o cargo de primeiro-tesoureiro; o senador Fernando Henrique Cardoso como líder e Luiz Carlos Bresser Pereira como suplente.

¹⁷⁵ Anexo E: Quadro 12 – Comissão Executiva Estadual - 1ª Gestão - 1989 a 1991.

¹⁷⁶ Iniciou sua carreira pública assumindo a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (1983-1986) durante a gestão de André Franco Montoro. Foi eleito deputado federal em 1986 e reeleito em 1990. Em 1988, foi candidato à prefeitura de São Paulo, mas não venceu.

Mário Covas, estabelecidos no decorrer do mandato eletivo e nas articulações para viabilizar a criação do partido.

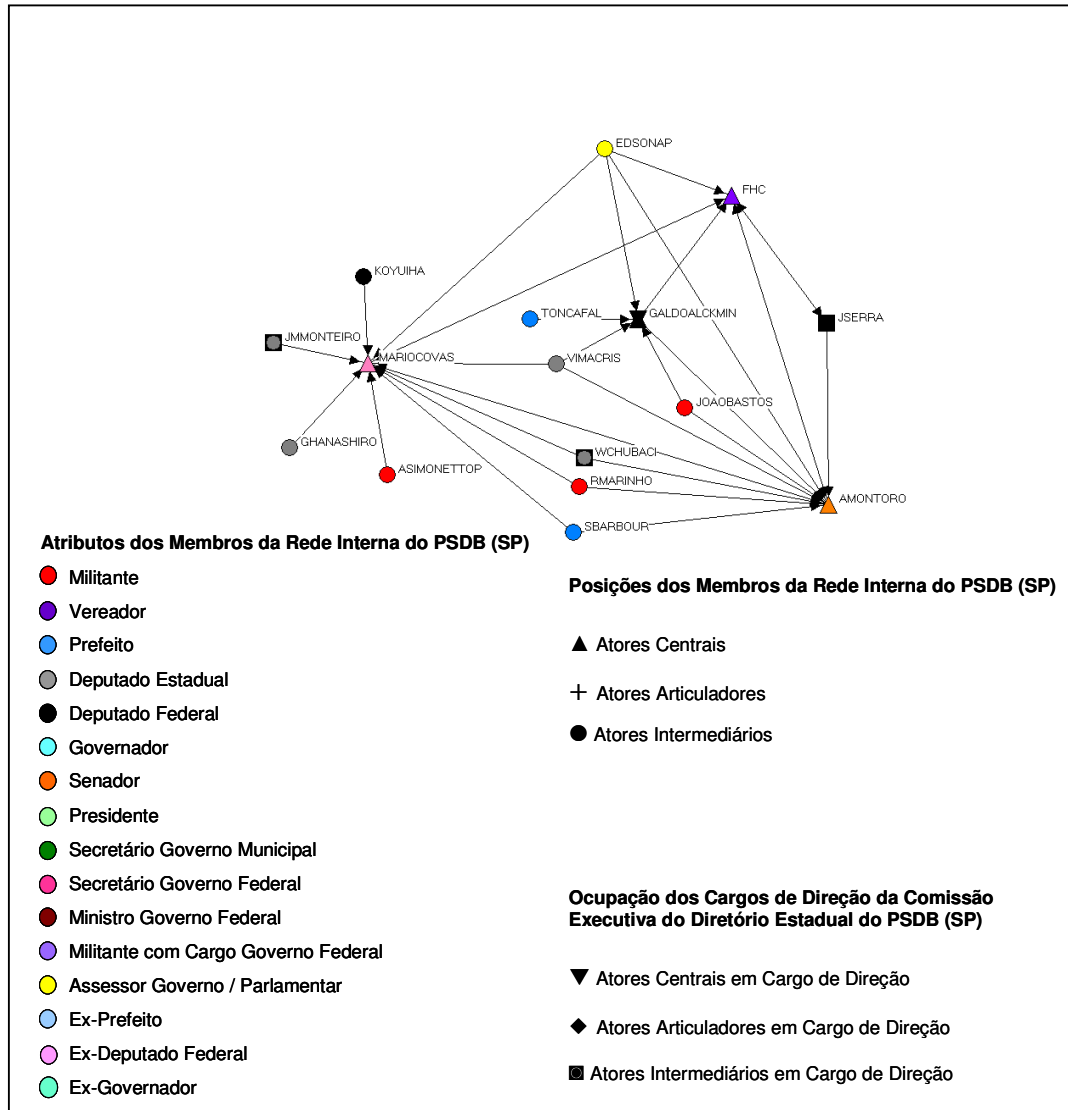


Figura 7 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (1ª Gestão - 1989 a 1991)

O resultado das eleições de 1990 em São Paulo¹⁷⁷, especialmente com a derrota de Mário Covas para o cargo de governador pelo PSDB (sem coligação)¹⁷⁸,

¹⁷⁷ Anexo F: Quadro 23 e Anexo G: Mapas 4, 5 e 6 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1990.

demonstrou a fragilidade da organização partidária nascente. A criação dos diretórios em inúmeros municípios não garantiu o bom desempenho eleitoral do candidato¹⁷⁹. E indicou que o partido não havia se constituído em uma força mobilizadora capaz de disputar eleitoralmente com os demais partidos que compunham o sistema partidário paulista, especialmente com o PMDB que havia se organizado no interior do estado em torno do líder Orestes Quércia.

Tendo os resultados eleitorais como referência para o estabelecimento das estratégias político-eleitorais, parte dos líderes internos do PSDB-SP reconheceu que, naquele momento, o partido havia se constituído apenas institucionalmente, mas possuía poucos vínculos com as bases eleitorais. Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, alguns afirmaram que foi possível encontrar inúmeros líderes locais filiados ao PSDB-SP realizando campanha eleitoral para o candidato do PMDB ao governo estadual. No entanto, esta conclusão, naquele período, não era consenso no interior do partido – divergência que ficou clara no processo de eleição para a composição da nova Comissão Executiva do Diretório Estadual.

O grupo que reconheceu esse diagnóstico era liderado por André Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e José Serra. Apresentaram como candidato à presidência estadual do partido Geraldo Alckmin e defenderam como estratégia para o fortalecimento da organização partidária um contato maior com os líderes locais. Contrário a esta posição, até mesmo por ter sido um dos protagonistas na articulação e nas disputas eleitorais no estado, Mário Covas defendia a candidatura de Zulaiê Cobra.

Apesar da divergência, os membros de ambos os grupos mantiveram-se no partido por reconhecê-lo como espaço importante para viabilizar a sua ação política, ou seja, o fortalecimento do seu capital político. Esses líderes já detinham posições centrais no interior do PSDB-SP, eram reconhecidos internamente, possuíam acesso a determinados recursos políticos garantidos pelo partido – portanto, tinham a possibilidade de projeção política. O acordo entre os atores levou Geraldo Alckmin

¹⁷⁸ Obteve o 3º lugar; a vitória foi de Luiz Antonio Fleury, candidato do PMDB, pela coligação com o PFL e PL, apadrinhado por Orestes Quércia.

¹⁷⁹ Não foi possível levantar o número de diretórios existentes no período devido à ausência de registros nos órgãos estaduais e nacionais. Possuem informações somente a partir de 1998, devido à exigência da legislação eleitoral e à vinculação das informações ao acesso do Fundo Partidário.

a assumir a gestão da Comissão Executiva e aos demais membros envolvidos foi garantido o apoio para serem lançados candidatos nas eleições de 1992.

A composição da segunda Comissão Executiva Estadual (1991-93) apresentou características semelhantes à gestão anterior¹⁸⁰, conforme Figura - 8. Os principais cargos foram assumidos por atores com vínculos políticos com André Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas.

Do total dos componentes dessa gestão da Comissão Executiva, 20% exerciam mandato de deputado federal, 20% de deputado estadual, 30% eram militantes que já haviam sido eleitos (portanto, haviam exercido mandato eleitoral), e 30% eram militantes com atuação na sociedade civil¹⁸¹. A inserção de um número maior de militantes na composição dessa gestão da Comissão Executiva expressa a estratégia adotada: garantir a permanência dos líderes locais, que não estavam exercendo mandato eletivo naquele período, no espaço de deliberação do partido e, assim, dar capilaridade às ações partidárias, fortalecendo as bases eleitorais.

¹⁸⁰ Teve como referência a participação dos políticos paulistas na Comissão Nacional. Na composição da 2ª gestão da Executiva Nacional coube a São Paulo o cargo de secretário-geral, ocupado por Sérgio Motta; vogais, ocupados por Mário Covas e André Franco Montoro e as lideranças representadas pelo senador Fernando Henrique Cardoso e pelo deputado federal José Serra.

¹⁸¹ Anexo E: Quadro 13 – Comissão Executiva Estadual – 2ª Gestão – 1991 a 1993.

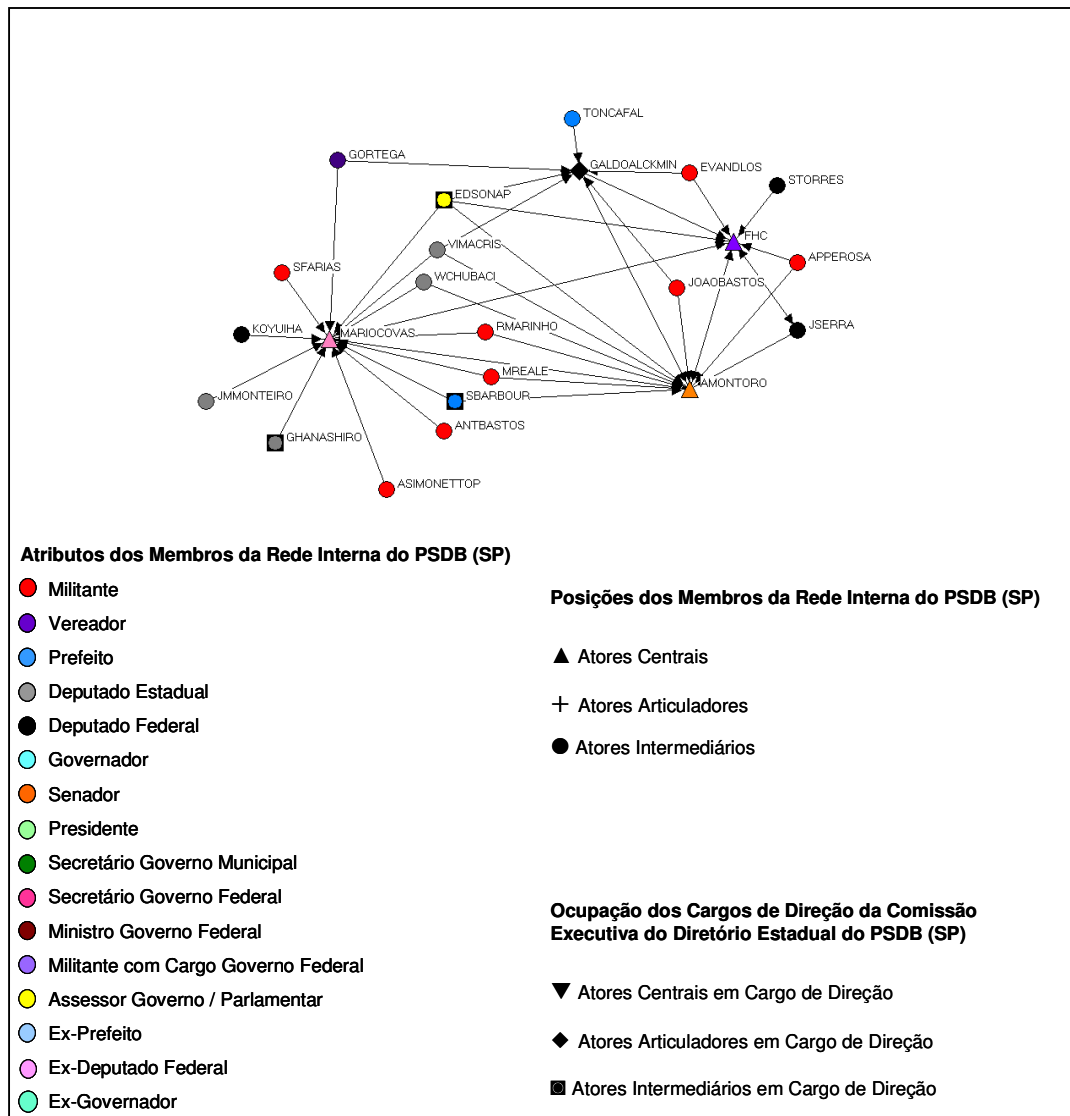


Figura 8 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (2ª Gestão - 1991 a 1993)

No período que antecedeu as eleições municipais de 1992, o PSDB organizou o 1º Encontro Nacional de Dirigentes Estaduais (agosto/1991) para discutir a conjuntura e as possibilidades eleitorais daquele período. Estabeleceu-se como diretriz o fortalecimento da base do partido no âmbito municipal por meio do contato com os líderes locais.

O objetivo era ampliar a base eleitoral do partido e garantir resultados satisfatórios nas eleições futuras nos diversos níveis (municipal, estadual e federal). A forma que o partido encontrou para estabelecer vínculo com os líderes locais foi lançá-los candidatos no pleito de 1992¹⁸².

Na terceira gestão da Comissão Executiva Estadual (1993-95), o partido passou a ter membros exercendo mandatos eletivos no Poder Executivo, tanto no âmbito municipal, estadual, como federal, além de um aumento da sua bancada na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional¹⁸³.

A escolha dos membros para compor essa gestão antecedeu as eleições de 1994 (para os cargos de presidente, governador, senador, deputado federal e estadual). O objetivo, naquele momento, era obter resultados eleitorais satisfatórios para os cargos em disputa; portanto, era fundamental o vínculo com as bases eleitorais. Este fator influenciou diretamente o perfil dessa gestão: diminuiu o número de deputados estaduais (passaram a compor 24% dos cargos) e, de forma mais acentuada, dos deputados federais (13% dos cargos) e dos prefeitos (não houve representação). Quanto aos militantes houve um aumento significativo (compuseram 40% dos cargos), em especial daqueles que haviam exercido cargos eletivos anteriormente. É importante destacar que a partir dessa nova gestão dos membros do PSDB-SP no governo estadual e federal, mais de 50% desses militantes passaram a ocupar cargos no governo. Isso demonstra a importância da estrutura relacional do partido, em especial, o vínculo com os líderes, atores centrais da rede organizacional.

O perfil dos políticos que assumiram os cargos de direção do partido dessa gestão da Comissão Executiva do Diretório Estadual manteve-se: eram atores com posição de intermediação na rede de relações e que possuíam fortes vínculos com os principais líderes internos¹⁸⁴, conforme demonstra a Figura 9.

¹⁸² Anexo F: Quadro 24 e Anexo G: Mapas 7 e 8 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1992.

¹⁸³ Anexo F: Quadro 25 e Anexo G: Mapas 10, 11 e 12 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994.

¹⁸⁴ Anexo E: Quadro 14 – Comissão Executiva Estadual – 3ª Gestão – de 1993 a 1995.

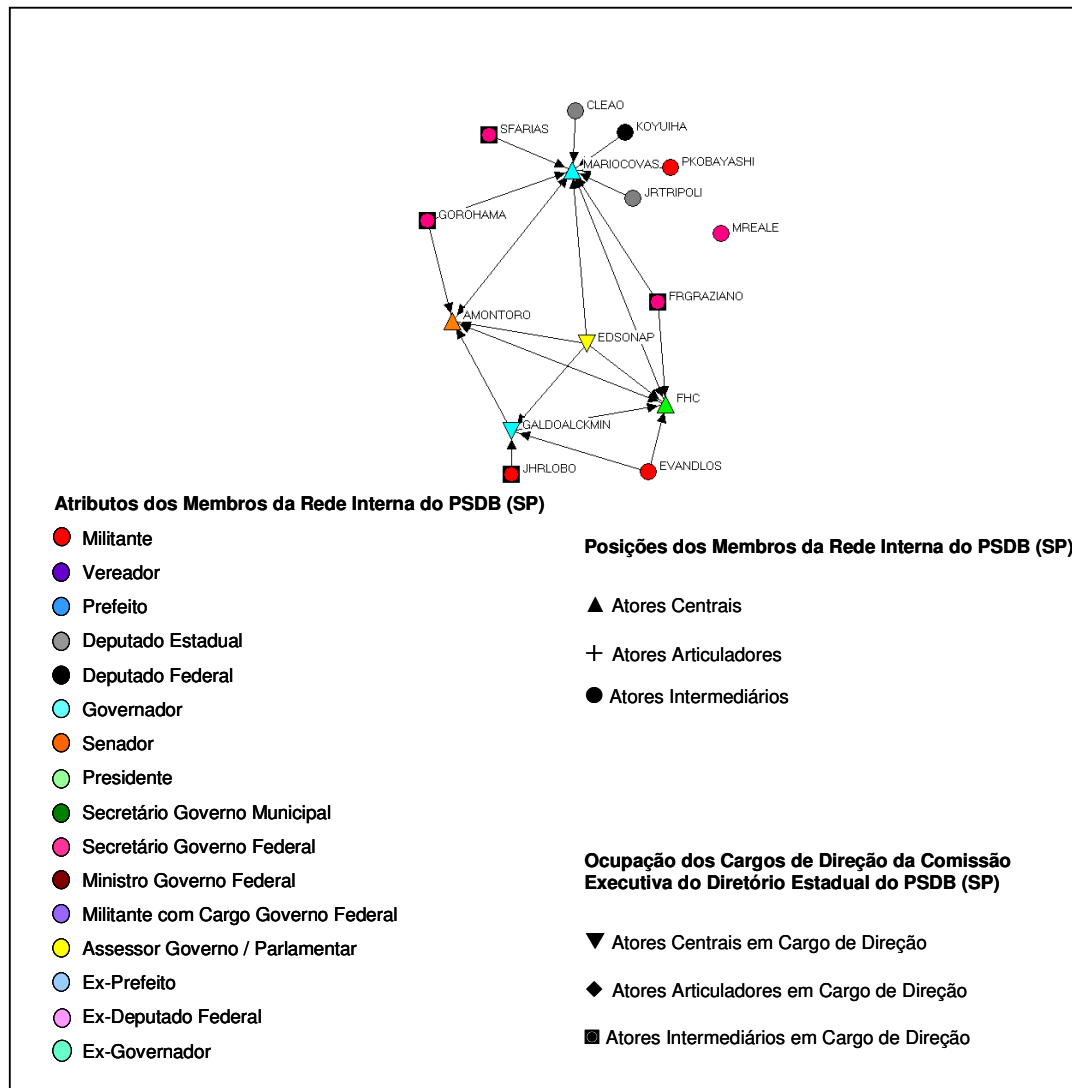


Figura 9 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (3ª Gestão - 1993 a 1995)

Em decorrência dos resultados eleitorais de 1994 houve alteração dos membros que ocupavam cargos na Comissão Executiva Nacional¹⁸⁵, como do presidente da Comissão Executiva Estadual. A presidência do Diretório Estadual passou a ser ocupada pelo deputado federal Sílvio França Torres. Essa escolha pode ser explicada pela estratégia do partido diante do quadro político-institucional

¹⁸⁵ São Paulo permaneceu apenas com o cargo de vogal, ocupada pelo governador eleito Mário Covas, e com o título de presidente de honra, atribuído a André Franco Montoro.

que havia se constituído após as eleições. Sílvio França Torres tinha forte atuação nos pequenos municípios do interior do estado de São Paulo, devido à sua origem e trajetória política. Essa característica atendeu a estratégia partidária de fortalecer o partido a partir de vínculo com os líderes locais, especialmente naquele período que antecedia as eleições municipais de 1996. As articulações na Assembléia Legislativa e nos municípios com alta densidade populacional foram assumidas pelo próprio governador, no período Mário Covas, pois possuía recursos políticos de origem governamental para mediar tais relações. Esta afirmação pode ser constatada pelos vínculos estabelecidos pelos membros que passaram a compor a rede nesse período: os deputados estaduais e líderes municipais dos municípios de grande porte estão vinculados a esse ator¹⁸⁶.

Embora tenha havido alteração dos membros que compuseram a gestão, o perfil da composição da Comissão Executiva do Diretório Estadual foi mantido. Os deputados estaduais e federais continuaram constituindo 50% dos membros e os militantes os outros 50%, ressaltando novamente que mais da metade desses militantes possuía cargo na arena governamental, tanto estadual como federal. Houve também a permanência do vínculo entre os membros que assumiram os cargos de direção do partido com o então governador Mário Covas e com o então presidente Fernando Henrique Cardoso, conforme demonstra a Figura 10.

¹⁸⁶ Anexo D: Figura 4 - Sociograma III – Tempo 2 (1994-1998).

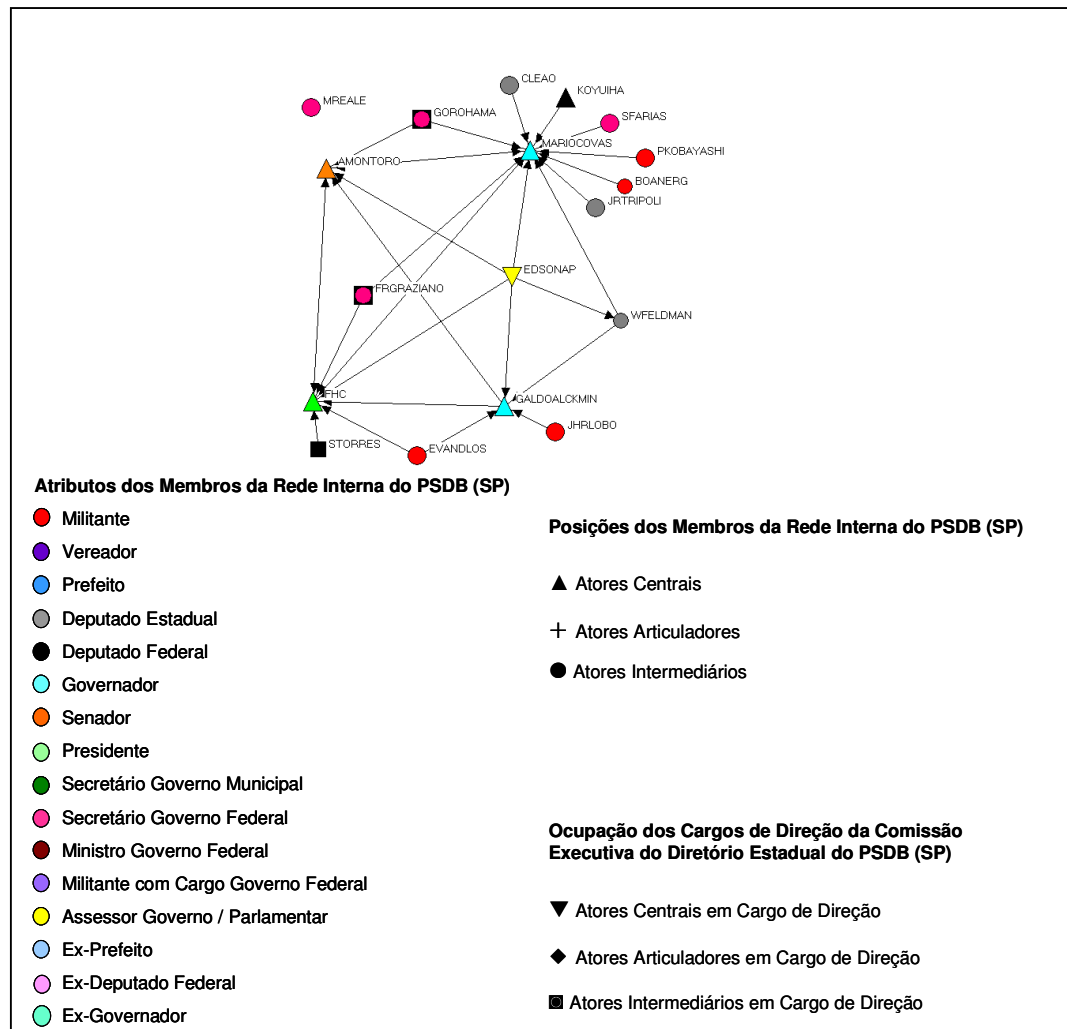
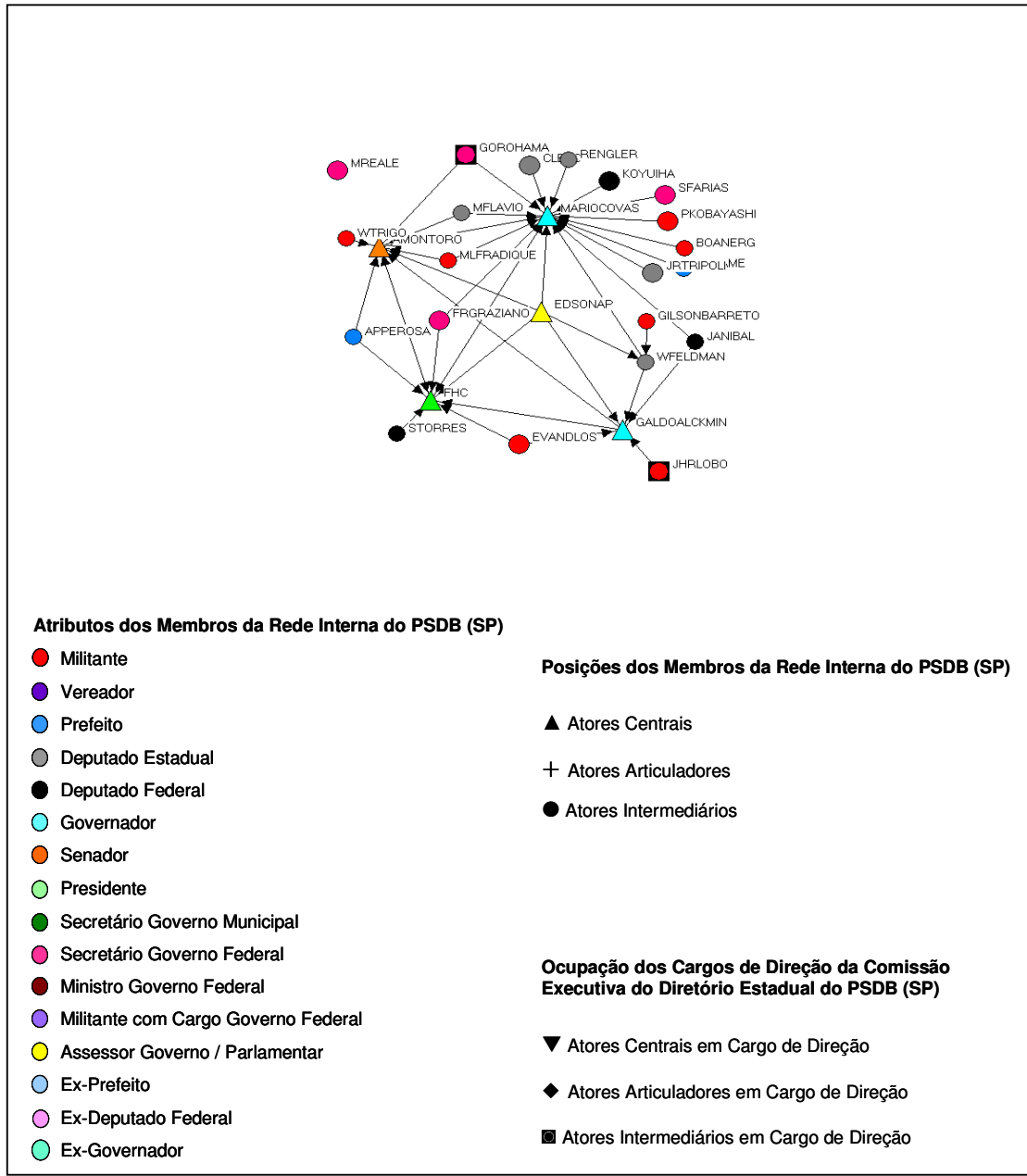


Figura 10 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (3ª Gestão – interina - 1993 a 1995)

A composição da quarta gestão (1995-97), conforme demonstra a Figura 11, manteve a paridade numérica entre os militantes – a maioria, naquele período, ocupantes de cargo no governo – e os membros com mandatos eletivos. Houve uma maior participação dos prefeitos. Os cargos de direção, em sua maioria, continuaram sendo ocupados por membros vinculados ao presidente Fernando Henrique e ao governador Mário Covas¹⁸⁷. No entanto, a hegemonia dos membros filiados ao

¹⁸⁷ O presidente e o vice-presidente do Diretório Estadual não puderam ser incorporados à rede de relações que estrutura internamente a organização devido à pequena quantidade de citações desses

partido desde sua fundação deixou de existir. Houve destaque para os atores intermediários, que foram reconhecidos por sua atuação no cenário eleitoral – garantindo base eleitoral para o partido, especialmente para os atores centrais. Isto em decorrência das estratégias estabelecidas pelo partido para garantir a sustentação no governo e a ampliação da base partidária.



atores pelos membros entrevistados. Anexo E: Quadro 16 – Comissão Executiva Estadual – 4ª Gestão – de 1995 a 1997.

Figura 11 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (4ª Gestão - 1995 a 1997)

Mesmo havendo a ampliação do número de membros da Comissão Executiva Estadual a partir da quinta gestão (1997-99) – que aumentou de 13 para 15 membros –, como também a alteração dos membros¹⁸⁸, o perfil da composição manteve-se¹⁸⁹, conforme mostra a Figura 12.

¹⁸⁸ Alguns membros dessa gestão da Comissão Executiva do Diretório Estadual não puderam ser incorporados à rede de relações que estrutura internamente a organização devido à pequena quantidade de citações desses atores pelos membros entrevistados. Anexo E: Quadro 16 – Comissão Executiva Estadual – 4ª Gestão – 1995 a 1997.

¹⁸⁹ Os deputados estaduais e federais continuaram compondo 50% dos membros e os militantes os outros 50%, ressaltando que mais da metade dos militantes possuíam cargo no governo, tanto estadual, como federal. Houve a permanência da vinculação dos membros que assumiram os cargos de direção com os líderes históricos do partido, especialmente com Mário Covas.

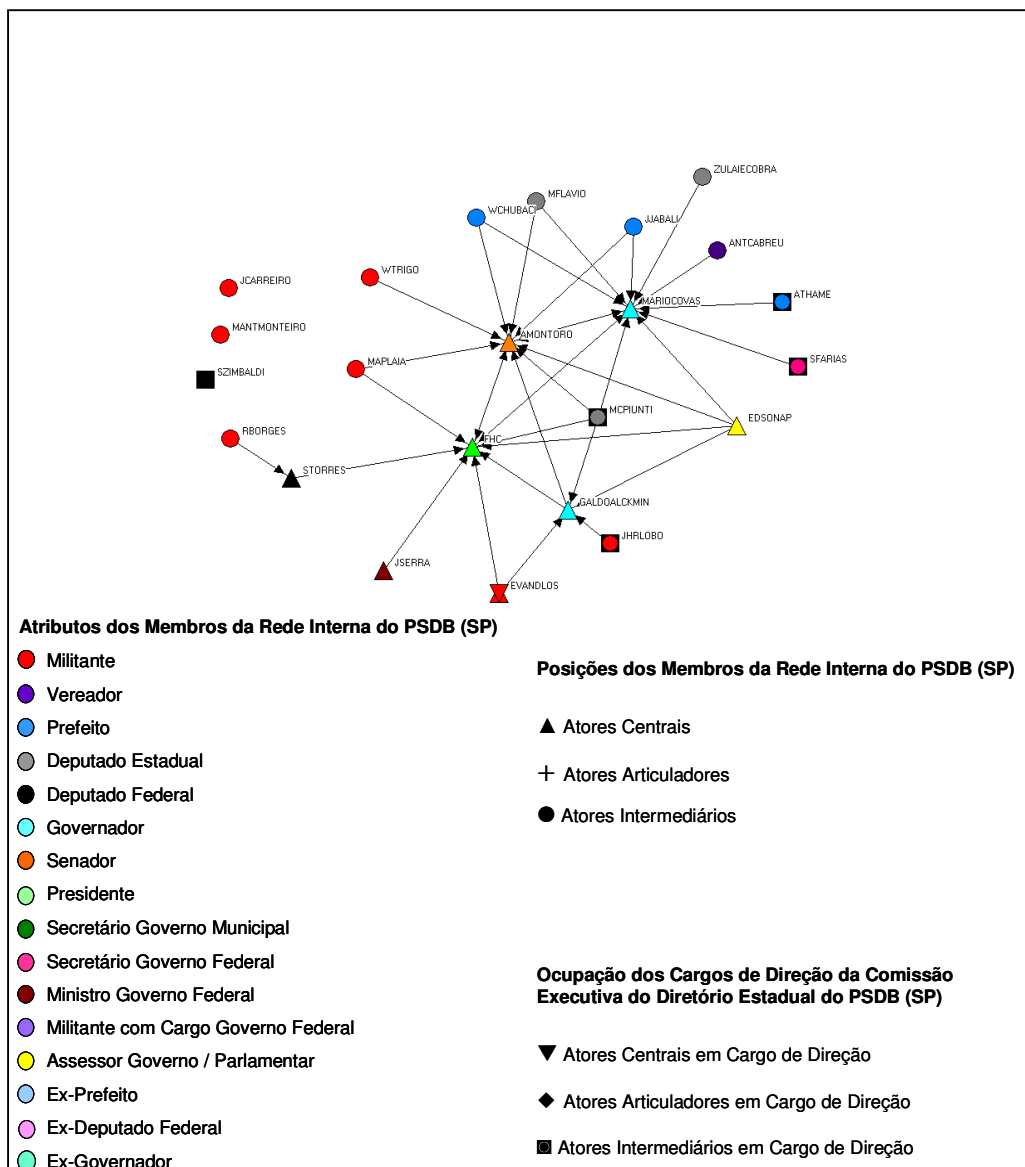


Figura 12 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (5ª Gestão - 1997 a 1999)

A vinculação dos membros da Comissão Executiva Estadual aos líderes centrais do partido permaneceu também na sexta gestão (1999-2001). No entanto, vários membros da sua comissão não possuem vínculos na rede que representa as relações entre os atores, conforme demonstra a Figura 13. A razão foi um dos líderes centrais da rede (aquele com a qual esses membros da Comissão possuíam

o vínculo mais forte) deixar de integrá-la no ano de 2001¹⁹⁰. Houve uma participação maior dos deputados estaduais (compuseram um terço dos membros), nesse período o partido possuía uma ampla bancada na Assembléia Legislativa do estado¹⁹¹.

¹⁹⁰ Mário Covas, então governador do estado de São Paulo, faleceu em 06/03/2001.

¹⁹¹ Anexo F: Quadro 27 e Anexo G: Mapas 14 e 15 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1998. Anexo E: Quadro 18 – Comissão Executiva Estadual – 6ª Gestão – 1999 a 2001. Alguns membros dessa gestão da Comissão Executiva do Diretório Estadual não puderam ser incorporados à rede de relações que estrutura internamente a organização devido à pequena quantidade de citações desses atores pelos membros entrevistados.

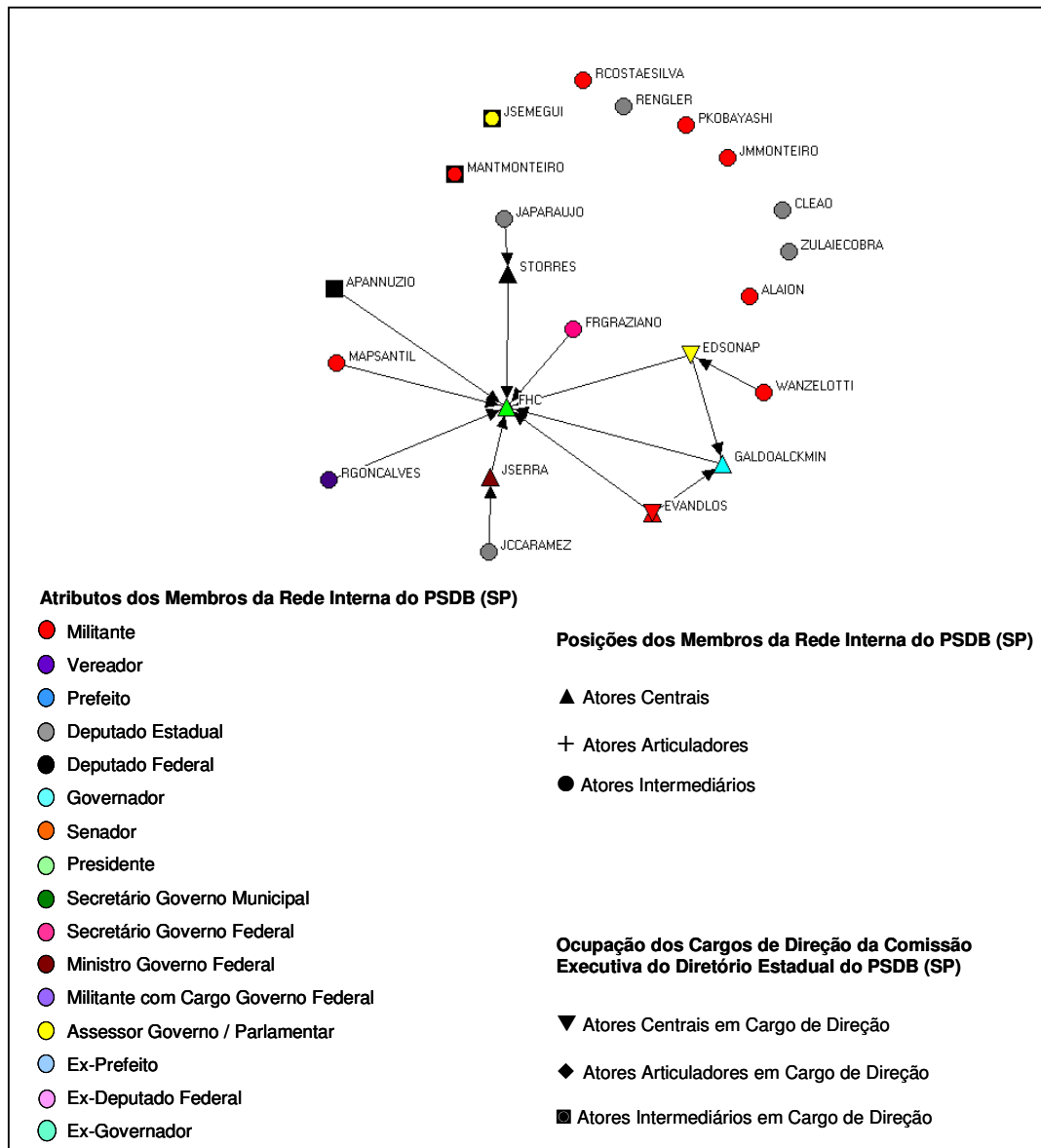


Figura 13 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (6ª Gestão -1999 a 2001)

Na sétima gestão (2001-03) houve a preponderância dos militantes (compuseram 60% dos cargos), em sua maioria ocupantes de cargos no governo

(50%), em relação aos membros com mandato eletivo¹⁹². Essa composição foi possível pela ampliação do número de membros, que passou de 16 para 25. O aumento no número de membros foi importante para o momento político: era necessário nesse período, que antecedeu as eleições de 2002 (para os cargos de presidente, governador, senador, deputado federal e estadual), o fortalecimento dos vínculos com os atores que tinham maior proximidade com a base eleitoral local. No entanto, a ocupação dos cargos de coordenação seguiu o perfil das gestões anteriores – políticos exercendo mandato eletivo, especificamente o mandato de deputado, com forte vínculo com os líderes centrais do partido, conforme demonstra a Figura 14.

¹⁹² Anexo E: Quadro 19 – Comissão Executiva Estadual – 7ª gestão – 2001 a 2003. Alguns membros dessa gestão da Comissão Executiva do Diretório Estadual não puderam ser incorporados à rede de relações que estrutura internamente a organização devido à pequena quantidade de citações desses atores pelos membros entrevistados.

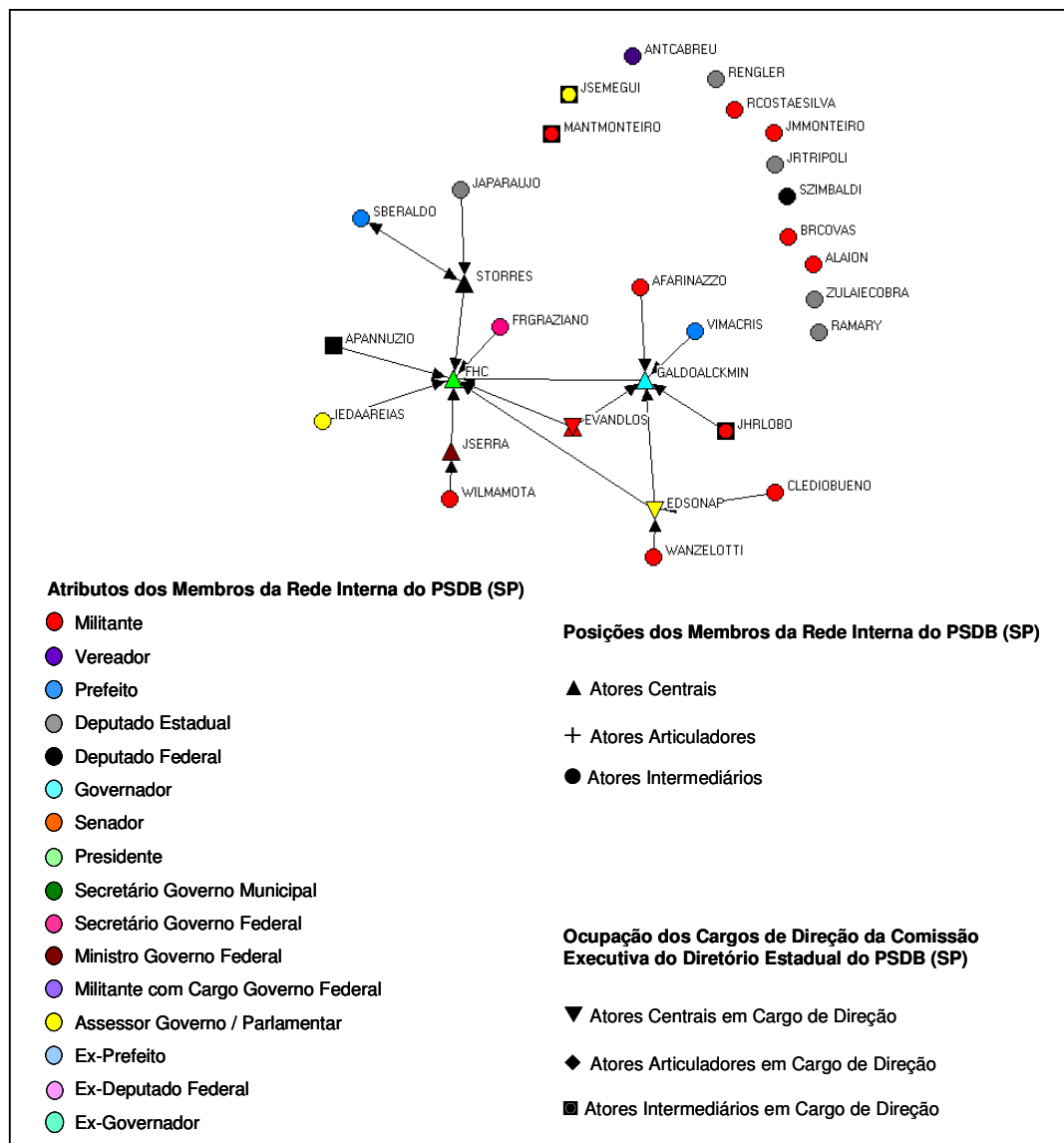


Figura 14 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (7ª Gestão - 2001 a 2003)

Mesmo havendo a diminuição do número de membros na Comissão Executiva do Diretório Estadual a partir da oitava gestão (2003-05) – que passou para 18 membros – permaneceu o perfil da gestão anterior: a preponderância dos militantes (compuseram 60% dos cargos), sendo que 80% desses membros

ocupavam cargos no governo estadual, federal ou municipal e caracterizavam-se por serem ex-ocupantes de cargos eletivos pelo partido¹⁹³.

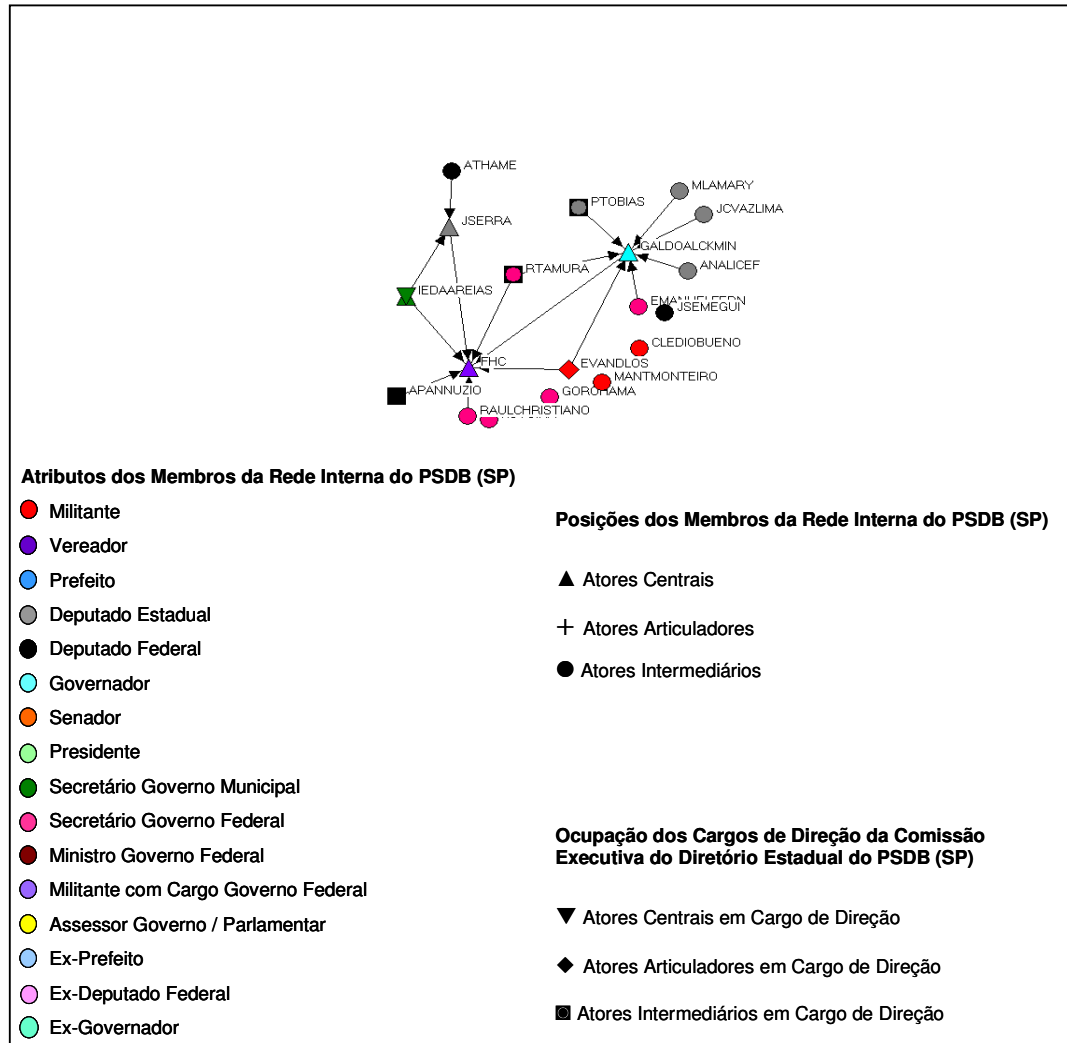


Figura 15 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (8ª Gestão - 2003 a 2005)

Ao longo da trajetória do PSDB-SP houve uma forte vinculação dos membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual do partido com os atores centrais da estrutura relacional interna; de modo especial, entre os que assumiram oficialmente

¹⁹³ Anexo E: Quadro 20 – Comissão Executiva Estadual – 8ª Gestão – 2003 a 2005. Alguns membros dessa gestão da Comissão Executiva do Diretório Estadual não puderam ser incorporados à rede de relações que estrutura internamente a organização devido à pequena quantidade de citações desses atores pelos membros entrevistados.

cargos de direção e entre aqueles que exerceram mandatos eletivos no Poder Executivo estadual e federal.

Foi possível identificar na primeira gestão a existência de uma articulação coesa, protagonizada pelos atores políticos centrais, com o objetivo de organizar o partido político. Da segunda gestão até a sexta, verificou-se que o capital político mediou as relações e estruturou a dinâmica organizacional com vistas aos ganhos eleitorais para assumir cargos na arena governamental. O estabelecimento dessa estratégia gerou na composição da Comissão Executiva Estadual a existência de um conjunto de atores vinculados ao ator político Mário Covas e outro conjunto ao André Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e José Serra. Não houve polarização entre esses grupos internos devido à interpenetração de muitos vínculos entre os atores centrais, ou seja, muitos atores mantiveram vínculos com os vários líderes centrais do partido. Nas duas últimas gestões, Geraldo Alckmin e José Serra passaram a ser referência – em decorrência do cargo assumido e da ausência de dois dos líderes anteriores¹⁹⁴.

Os dados revelaram que a permanência do perfil, e até mesmo da maioria dos membros, nas diversas gestões, como também a consolidação dos vínculos entre os atores, definiu um padrão na composição da Comissão Executiva do Diretório Estadual ao longo da trajetória do partido. Entre a primeira e a quarta gestão houve a permanência de 70% dos membros. Na quinta gestão (1997-99), composta no período que antecedeu as eleições de 1998¹⁹⁵, houve alteração da maioria dos membros (foram mantidos apenas 30% dos que haviam atuado em gestões anteriores), no entanto, como já demonstrado, a composição apresentou o mesmo perfil. Entre a sexta e oitava gestão fizeram parte da Comissão Executiva alguns membros que participaram das primeiras gestões (entre 20 e 30% da composição), sendo que aproximadamente 50% do total dos membros permaneceram na composição das gestões futuras.

Assim, por meio da análise de redes, constatou-se que a Comissão Executiva do Diretório Estadual do partido foi composta por atores partidários com vínculos

¹⁹⁴ O falecimento de André Franco Montoro em 1999 e de Mário Covas em 2001.

¹⁹⁵ Essa eleição possuiu como especificidade a possibilidade da reeleição.

relacionais estabelecidas com políticos centrais no interior do partido. Os principais cargos foram assumidos por atores que garantiram aos políticos centrais o *status* de líderes e, com essa medida, potencializaram o seu acesso a determinados recursos políticos e ainda fortaleceram a ação do partido na base.

Os atributos dos membros das diversas gestões da Comissão Executiva corroboraram essa afirmação¹⁹⁶. Tomar como exemplo a trajetória de membros da Comissão Executiva Estadual ajuda a expressar concretamente como ocorre tal relação.

O presidente que assumiu a sexta e sétima gestão da Executiva Estadual – Edson Aparecido – iniciou sua carreira política no PC do B (Partido Comunista do Brasil); posteriormente, filiou-se ao PMDB, como assessor do então vereador paulistano Walter Feldman, do mesmo partido. A filiação de ambos ao PSDB ocorreu em 1989, momento em que tiveram o primeiro contato com os principais líderes deste partido. Walter Feldman disputou as eleições de 1990 pelo PSDB, concorrendo ao cargo de deputado estadual. O fato do partido ter assumido o governo estadual e federal levou o então deputado estadual Walter Feldman a assumir o cargo de secretário de Estado, como chefe da Casa Civil, e a Edson Aparecido a assessorar o Ministro das Comunicações, Sérgio Mota. O contato com líderes que atuavam no nível federal facilitou a projeção tanto de Walter Feldman como de Edson Aparecido nos espaços políticos do âmbito estadual. A partir desse período, o primeiro disputou e venceu as eleições para o cargo de deputado federal e o segundo para deputado estadual, cargo que favoreceu para que assumisse a presidência da Comissão Executiva do Diretório Estadual do partido por duas gestões.

Os dados referentes à composição dos membros das gestões da Comissão Executiva do Diretório Estadual do PSDB-SP (1989-2005), em especial a análise dos vínculos e atributos dos membros, revelaram alguns aspectos da dinâmica

¹⁹⁶ Ver atributos dos membros da 1ª a 8ª Gestão da Comissão Executiva do Diretório Estadual do PSDB-SP – Anexo E: Quadros 12 a 20.

interna do partido: a) houve associação entre a configuração da estrutura relacional – hierarquia posicional – e a composição da Comissão Executiva do Diretório Estadual nas várias gestões; b) o mandato eletivo foi considerado como atributo relevante para compor os principais cargos da Comissão; c) o capital político foi considerado na escolha dos membros – a maioria havia exercido mandatos eletivos ou possuíam cargo no governo.

A análise dos dados demonstrou que a hierarquia posicional da estrutura interna partidária e a configuração de um padrão na ocupação dos cargos no órgão deliberativo do partido garantiram aos atores centrais uma posição político-institucional com vantagens para definir as ações organizacionais: consolidou uma estrutura posicional de poder hierarquizada e mútua.

Um fator importante na dinâmica interna do partido é a relação de benefício mútuo entre os atores. Os líderes centrais garantem o seu *status* e o controle das ações partidárias. Os políticos com atuação regional e local, por participarem desse espaço de deliberação e mantiverem vínculo com os líderes centrais, possuem acesso a determinados recursos políticos¹⁹⁷, que tanto potencializam sua ação como viabilizam a constituição de uma base de apoio eleitoral.

Assim, os dados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa corroboram o argumento de que os aspectos institucionais, relacionais e políticos foram elementos considerados pelos atores políticos para favorecer os procedimentos que efetivaram a dinâmica interna do partido. Pois o partido é uma organização, com uma intencionalidade política, que promove o engajamento dos atores para participarem da disputa eleitoral, na perspectiva de ocuparem postos governamentais.

3.3. A relação entre estrutura relacional e mecanismos institucionais: algumas considerações a respeito da dinâmica interna do PSDB-SP

O partido político é, na qualidade de instituição política representativa, a única organização que possui os instrumentos legais para a participação na disputa

¹⁹⁷ Principalmente o apoio dos líderes centrais do partido para o lançamento da candidatura, recursos para atender às demandas da base eleitoral e realizar propaganda eleitoral.

eleitoral, disponibilizando-os a todos os que possuem condições de operacionalizá-lo, o que resulta em diferentes relações e posições de poder no seu interior. Mesmo sendo um espaço que gera disputa entre os diferentes atores que o compõe, o seu funcionamento requer a efetivação de uma ação coletiva.

A análise dos mecanismos institucionais e da estrutura relacional do PSDB-SP, apresentada neste capítulo, revelou que esses são fatores importantes para compreender o funcionamento da organização partidária. Ao estudar a estrutura relacional estabelecida no interior do partido, conectando-a à análise da ocupação dos principais cargos de direção da Comissão Executiva do partido, foi possível identificar fatores explicativos para a relação entre os indivíduos e a organização.

No caso analisado, o PSDB-SP, foi possível identificar um padrão de relações entre os atores que definiu um modelo da sua dinâmica organizacional: uma estrutura relacional hierarquizada sustentada pelo reconhecimento mútuo do poder dos atores.

Confirmou-se a hipótese de que a dinâmica interna do partido é decorrente das relações estabelecidas pelos atores na busca por espaços e instrumentos para sua atuação política.

Para o ator político e seus aliados é necessário fazer parte de um espaço organizacional, pois possibilita o acesso aos recursos políticos necessários para sua ação, especificamente para sua candidatura. A convivência de diversos atores no interior do partido em busca de recursos para garantir e potencializar o seu capital político faz com que a dinâmica funcional das organizações partidárias seja pautada, permanentemente, por articulações e negociação para compatibilizar a intencionalidade político-partidária e os diversos objetivos dos atores. Para a organização partidária também é importante a incorporação de atores com capital político para a manutenção de uma estrutura relacional que garanta tanto a capilaridade das ações como o fortalecimento da base eleitoral.

Constatou-se, no caso do PSDB-SP, que a reciprocidade entre os atores estruturou e retroalimentou a rede de relações. A dinâmica organizacional do partido, desde a origem e por todo o seu desenvolvimento, fundou-se, sobretudo, na estrutura posicional (marcada pela hierarquização e reconhecimento dos líderes nas

várias instâncias: comando dos atores centrais legitimados pelos atores articuladores, intermediários e locais), que teve como principal referência os resultados eleitorais e a ocupação de cargos governamentais. Verificou-se que a dinâmica interna do partido, nos diferentes Tempos, foi influenciada pelos políticos com mandato eleitoral, em especial aqueles que exerceram mandatos no Poder Executivo estadual e federal.

Assim, comprovou-se empiricamente, por meio da análise relacional e dos aspectos organizacionais do PSDB-SP, que o funcionamento do partido político decorre da interface entre a conjuntura política, os instrumentos normativos (aspectos institucionais) e os aspectos informais (os procedimentos e a motivação individual, grupal e coletiva dos seus membros). A organização partidária se constituiu, de fato, pelas constantes relações sociais, que permitiram o estabelecimento de vínculos e a recriação de estratégias frente aos aspectos político-institucionais. Confirmou-se que a origem e o desenvolvimento das instituições carregam em si as marcas dos acontecimentos, ações e escolhas realizadas pelos atores, o que influencia as concepções da organização e as preferências estabelecidas pelos que a compõem¹⁹⁸.

Os resultados obtidos corroboraram as hipóteses estabelecidas para este estudo:

a) os aspectos formais do partido (dados dos diretórios, Comissão Executiva, estatuto, entre outros) por si sós não possibilitam compreender o seu funcionamento organizacional. É necessário analisar esses aspectos associando-os aos aspectos conjunturais e aos dados referentes à rede de relações interna da organização, em especial ao fator que mantém essas relações. Constatou-se que os atores políticos consideram os aspectos institucionais e a correlação de forças estabelecidas no espaço político para definir as estratégias de ação do partido;

b) a estrutura relacional interna do PSDB-SP foi composta por atores reconhecidos internamente por sua trajetória política, especialmente pelo exercício de mandatos eletivos no poder Executivo e Legislativo (atores com base eleitoral consolidada e capacidade de articulação, tanto no interior do partido como nos

¹⁹⁸ Tilly (1992).

vários espaços institucionais). Essa rede de relações caracterizou-se pela constituição de um núcleo central, composto por um pequeno número de atores, e um conjunto de atores articuladores e intermediários que viabilizaram a capilaridade das ações do partido, pois possuíam forte vínculo com os líderes centrais e políticos locais.

CAPÍTULO 4 – Os resultados eleitorais e a dinâmica organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) paulista (1988 a 2006)

Conjuntamente com o consenso existente a respeito da relevância da organização partidária para a efetivação de um regime democrático permanecem inúmeros questionamentos acerca do significado e da atuação dos partidos políticos no cenário atual. Entre as questões em debate no Brasil está a influência dessas organizações no resultado eleitoral, especialmente pela atuação personalizada dos atores políticos.

A contribuição a este debate, presente neste capítulo, foi formulada a partir da análise da dinâmica organizacional do PSDB-SP, no período entre 1988 e 2006, considerando as informações referentes às eleições e ao padrão relacional que estruturara internamente esse partido.

Por meio de uma abordagem que articula os padrões relacionais, os resultados eleitorais e a ocupação de cargos na Comissão do Diretório Estadual do partido, foi possível identificar fatores explicativos específicos para o capital político que circula no interior da organização e garante a organicidade e a capilaridade do PSDB-SP. E em um sentido mais amplo, o resultado dessa análise apresenta elementos a respeito do papel do partido político na arena eleitoral, demonstrando como e quais elementos organizacionais que interferem nesse processo.

O capítulo está composto primeiramente por um breve resumo do debate teórico a respeito dos estudos eleitorais, tanto na literatura estrangeira como nacional, e pela definição do referencial analítico desta pesquisa. Posteriormente é apresentado o mapeamento e análise do desempenho eleitoral dos candidatos do PSDB-SP no período entre 1988 e 2006, seguindo critérios apresentados no item referente aos procedimentos metodológicos desta tese.

A análise do material empírico da pesquisa¹⁹⁹ permitiu não só mapear geograficamente a base eleitoral do partido, como também identificar os atores, membros da rede de relações interna da organização partidária e/ ou da Comissão

¹⁹⁹ Dados referentes ao desempenho eleitoral dos candidatos do PSDB-SP, associados aos dados do padrão relacional e a ocupação de cargos na Comissão do Diretório Estadual dessa organização.

do Diretório Estadual, com capacidade de mobilizar seu capital político para influenciar nos resultados eleitorais. Realizou-se um mapeamento do desempenho eleitoral dos candidatos do partido²⁰⁰, apresentado por microrregião do estado. Adotou-se a microrregião como nível de análise visando encontrar possíveis associações entre os resultados das votações no PSDB-SP e a influência do capital político de determinados atores ou grupos políticos do partido²⁰¹.

4.1. O debate sobre identificação partidária na literatura internacional e brasileira

A discussão a respeito da relação entre atores políticos, a organização partidária e os resultados eleitorais condensam inúmeras questões a serem enfrentadas no âmbito dos estudos acadêmicos. Contudo, há um amplo quadro de referências teóricas que favorecem essa discussão.

Aqui é apresentada uma breve revisão da literatura internacional e brasileira sobre a identificação partidária e sua relação com o resultado eleitoral, especialmente no atual sistema multipartidário.

Esse tema apresenta minimamente duas frentes de estudos bastante significativas. Uma primeira referente aos estudos que discutem a escolha eleitoral, e uma segunda, mais voltada à análise do resultado do comportamento – geografia do voto.

O debate a respeito da escolha eleitoral gerou inúmeras teorias na literatura internacional. Um dos estudos pioneiros acerca dessa questão foi desenvolvido pela Escola de Michigan, especialmente por Campbell et al. (1960) e Converse (1964). Para essa vertente teórica a identificação eleitoral se originaria de uma adesão de base psicológica aos partidos, forjada em bases afetivas no processo de

²⁰⁰ A pesquisa realizada definiu como base para coleta de dados os municípios e como variáveis: quantidade populacional e localização geográfica, tendo como referência o local de origem ou atuação dos membros da rede interna do partido.

²⁰¹ Utilizou-se como referência da influência do capital político de determinados atores ou grupos políticos do partido, em dada microrregião, o corte histórico: o fato de ter havido, em eleições simultâneas, um desempenho eleitoral satisfatório (os candidatos do PSDB serem eleitos ao cargo de prefeito e vereador e na eleição seguinte os candidatos do PSDB aos cargos de deputado estadual, federal, senador, governador e presidente serem os mais votados e vice-versa).

socialização e, portanto, mais resistente a mudanças ou influências de outra ordem, daí ser também conhecida como teoria psicossociológica do voto.

A teoria da escolha racional apresenta outra explicação para a relação entre identificação partidária e a decisão do voto. Para Downs (1999) os eleitores utilizam os partidos como referências para sua tomada de decisão, com o objetivo de diminuir custos na obtenção e processamento das informações políticas necessárias. O fato de determinados partidos defenderem certos valores e princípios mais do que outros possibilitam ao eleitor, em uma próxima eleição, utilizar esse conhecimento prévio para decidir seu voto, economizando recursos (especialmente tempo) para se informar e fazer sua escolha. Frente a esses argumentos, essa vertente teórica defende que a identificação com o partido acaba sendo o resultado de uma decisão racional e não simplesmente de uma identificação afetiva, como preconiza a teoria psicossociológica.

Fiorina (1981) considerou os argumentos de ambas as vertentes e adiciona outros elementos a esse debate. O autor argumenta que tanto a socialização do indivíduo tem um peso na identificação partidária, como também, e em maior proporção, a avaliação resultante da sua experiência como eleitor. Nesse sentido, a identificação partidária seria resultado de uma avaliação por parte dos cidadãos das promessas e dos desempenhos partidários ao longo de um determinado tempo.

A teoria de Fiorina, segundo Kinzo & Carreirão (2004), fornece uma explicação eminentemente *política* do fenômeno da identificação partidária ao dar conta tanto das manifestações de estabilidade como das mudanças nas preferências dos eleitores em relação aos partidos políticos:

quando os partidos se posicionam favoravelmente em relação a interesses definidos que correspondem à determinadas clivagens socioeconômicas, e os cidadãos se encontram na mesma situação socioeconômica ao longo do tempo, então se pode esperar que a maioria dos cidadãos avalie consistentemente um partido como preferível a outro de acordo com seu posicionamento, o que produziria um contínuo fortalecimento da identidade partidária. Porém, se os partidos são inconsistentes ao longo do tempo, a mobilidade social é excepcionalmente alta ou se novos *issues* emergem regularmente, a identidade partidária dos cidadãos pode flutuar. (Kinzo & Carreirão: 2004)

O profícuo debate sobre a natureza da identificação partidária, acumulado pela literatura internacional, especialmente a norte-americana, tem possibilitado o desenvolvimento de análises que definem as tendências históricas desse processo.

Nas décadas de 1950 e 1960 os estudos eleitorais nos EUA apontavam para uma razoável estabilidade das identidades partidárias dos eleitores. A partir da década de 70 foram acumuladas evidências do declínio do papel dos partidos no sistema político norte-americano e dos vínculos entre eleitores e partidos. Dalton (2000) afirma que entre 1952 e 1996 a porcentagem de cidadãos identificados com algum partido decresceu 16% nos Estados Unidos. Fenômeno similar foi identificado nas democracias consolidadas (Dalton, McAllister e Wattenberg, 2000). Dentre os fatores apontados como responsáveis por essa transformação, destacam-se: o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais e o aumento considerável, nas últimas quatro décadas, do nível educacional de americanos e europeus.

Os estudos referentes ao cenário brasileiro pós-1985, período inicial do multipartidarismo, também destacaram baixos índices de identificação partidária, inclusive com taxas declinantes entre 1989 e 1994. Lavareda (1989) e Meneguello (1994), a partir de trabalhos empíricos, indicam que entre 1988 e 1994 a maioria do eleitorado brasileiro, mais que 50 por cento, não manifestou preferência por nenhum partido quando solicitado.

Ao analisar a parcela do eleitorado que explicita sua preferência partidária, algo em torno de 50 por cento, Singer (1998) aponta altos coeficientes de correlação entre identificação partidária e intenção de voto em 1989 e 1994. No entanto, esses coeficientes medem apenas a relação entre posicionamento ideológico dos partidos e a decisão de voto nos candidatos.

Nesse sentido, as análises sobre a experiência brasileira, até meados da década de 90, indicavam um quadro bastante pessimista quanto à possibilidade dos eleitores construir identidades mais significativas com os partidos. Entre os fatores destacados como desfavoráveis à estabilidade de identificações partidárias está a tendência personalista na disputa eleitoral (Meneguello, 1994 e 1995) e a ausência de um arranjo institucional consolidado, que leva a escolha eleitoral ser

pautada por um padrão populista – uma ligação direta entre líder e massas sem necessidade de canal partidário –, especialmente o eleitor com baixo nível educacional (Singer, 1998).

Em decorrência desse diagnóstico, em pleno processo brasileiro de consolidação da democracia e do multipartidarismo, inúmeros estudos abordaram a relação entre identificação partidária e voto. Essa literatura apresenta argumentos distintos, mas conclusões que reafirmam o cenário indicado.

Para Balbachevsky (1992) o sistema partidário, com a multiplicação de legendas, levou à retração dos níveis de interesse e participação do eleitorado, o que conduziu ao declínio das taxas de identificação partidária. Assim, a identificação circunscreve o conjunto de eleitores disponíveis à participação política devido à competição partidária ter algum significado subjetivo.

Ao analisar os dados da eleição presidencial de 1989, Castro (1994) afirma haver correlação entre a intenção de voto e a preferência partidária dos eleitores. No entanto, a autora identifica que grande parte dos eleitores não tem um histórico estável de preferência partidária e manifestam-se somente no processo eleitoral, fator que indica uma escolha pautada nos candidatos. Silveira (1996) apresenta um diagnóstico semelhante quanto ao caráter pouco estável das identificações partidárias. Segundo o autor, a identificação partidária é um fator importante da decisão eleitoral somente no caso de eleitores mais envolvidos com a política. A grande maioria de eleitores, que não exerce qualquer tipo de participação política, não possui uma identificação partidária durável: é pontual, fugaz e formada em função da imagem dos candidatos.

Esse diagnóstico, ainda inconcluso, revela a importância em buscar explicações para a escolha eleitoral. Os argumentos tecidos tanto pela literatura internacional como brasileira indicam que as democracias ocidentais, entre essas a brasileira, apresentam um grau pouco significativo de identidade partidária no eleitorado e um crescimento da proporção de eleitores que tendem a orientar seu comportamento eleitoral por um conjunto ilimitado de questões.

A segunda frente de estudos, referente à geografia eleitoral, sugere a existência de uma significativa relação entre as características sócio-econômicas e o

comportamento político. Pesquisas em cidades norte-americanas e européias realizadas por Taylor & Johnston (1979) foram referências na criação de categorias de análises (socialização, fator estrutural e fator geográfico), como também outros trabalhos demonstrando a importância da regionalização no processo de análise do comportamento eleitoral.

No Brasil é pequena a produção acadêmica sobre a geografia do voto, a maioria das análises é de regiões metropolitanas, especialmente São Paulo. Sobre o estado de São Paulo destacam-se os trabalhos de Faria (Lamounier, 1975) e Meneguello (1989).

Os estudos clássicos sobre a geografia do voto na literatura brasileira, como Lamounier e Cardoso (1975), Lamounier (1980), Meneguello & Martins Alves (1986), e os que analisaram a região do ABC nos anos de 1980 e outros mais recentes (Kinzo, 2005), apontam para uma possível associação entre desenvolvimento sócio-econômico e comportamento eleitoral.

Em síntese, as formulações apresentadas, das diferentes frentes de estudos, revelam pistas a respeito do grau de relevância da organização partidária no resultado eleitoral. Segundo Santos (2001), a estabilidade nos resultados eleitorais, a disciplina nas decisões legislativas e a continuidade nas carreiras políticas são indicadores de que as organizações partidárias foram capazes de garantir a representação política.

A partir da análise do resultado eleitoral do PSDB no estado de São Paulo, entre 1988 e 2006, a pesquisa realizada busca contribuir para este debate a respeito do mapeamento do voto. A hipótese subjacente ao presente estudo refere-se à possibilidade de compreender o voto utilizando uma abordagem organizacional, especificamente a relação existente entre partido político e atores políticos.

Para analisar os resultados eleitorais foram definidas algumas variáveis - localização geográfica, tamanho do município e temporalidade - e adotou-se como nível de abordagem a microrregião. Esses procedimentos permitiram identificar e apresentar explicações para a estabilidade nos resultados eleitorais do PSDB-SP no período analisado.

Por meio dos padrões de votações identificados nas diversas microrregiões, considerando a interrelação entre os pleitos eleitorais, observou-se e identificou-se o grau de influência do capital político de determinado ator político, ou das forças políticas que o apóia, para a consolidação de uma base eleitoral e dinâmica organizacional partidária.

4.2. O desempenho eleitoral do PSDB no Estado de São Paulo (1988-2006): análise comparativa entre base territorial e estrutura relacional

Como foi demonstrado no capítulo anterior, o PSDB apresentou-se à sociedade brasileira, especialmente na eleição de 1989, com um discurso de oposição às práticas, tanto organizacionais como àquelas efetivadas pelo governo, do partido do qual teve origem, o PMDB.

Embora o partido, desde sua criação, tenha defendido uma proposta político-ideológica para enfrentar questões paradigmáticas para a sociedade brasileira naquele período (Guiott, 2006)²⁰², a identidade ideológica não foi o elemento condutor no desenvolvimento do partido. Foi determinante nesse processo o *capital político* dos atores, em especial o papel de seus líderes, e a dinâmica organizacional estabelecida.

Os dados pesquisados demonstraram associações significativas entre a composição da estrutura relacional interna do partido, ou seja, os vínculos estabelecidos a partir da influência do *capital político* de determinado ator ou grupo político do partido, e o desempenho eleitoral partidário, mais precisamente a configuração da base eleitoral. A pesquisa revelou ainda, que ocupar cargos no Diretório do partido não tem efeito direto nos resultados eleitorais, no entanto expressa e, ao mesmo tempo, possibilita maior *capital político* ao ator e assim atribui-lhe uma posição favorável no interior do partido.

²⁰² Segundo o autor, o processo de criação do PSDB caracteriza-o como um partido parlamentar, decorrente de diversas polarizações: internamente no PMDB, frentes às questões emblemáticas da Assembléia Constituinte - especialmente o período do mandato presidencial e a forma de governo -, a conjuntura econômica nacional com o fracasso dos planos econômicos e internacional - a defesa da proposta neoliberal, inclusive pela corrente da social-democracia.

Por meio dessa análise, temporal e georeferenciada²⁰³, que considerou a correspondência entre os resultados eleitorais, os dados referentes à composição da Comissão do Diretório Estadual e da rede de relações internas, a pesquisa realizada identificou a constituição da capacidade organizacional do partido, considerando os instrumentos institucionais e relacionais.

O PSDB-SP participou pela primeira vez na disputa eleitoral no pleito de 1988; conforme indicou o capítulo anterior, o partido se organizou para se apresentar como alternativa política e estabelecer relações que favorecessem a sua participação na disputa presidencial de 1989.

De modo geral, no tempo definido nesta pesquisa como T₀ (1988-89), o desempenho eleitoral dos candidatos do partido no estado foi pouco expressivo; no entanto, do ponto de vista organizacional, que é o foco desta pesquisa, o partido obteve resultados positivos. Lançou candidatos para prefeito em 30 municípios, com vitória em 5, situados em diversas microrregiões: Bauru (Bauru), Carapicuíba (Osasco), Pindamonhangaba (São José dos Campos), Ibitinga (Araraquara), e Pompéia (Marília). Para vereador lançou candidatura em 32 municípios, obteve um total de 75 cargos no legislativo, conforme apresenta o Quadro 33.

Quadro 33 – Resultados eleitorais do PSDB no estado de São Paulo em 1988 (disputa para os cargos de prefeito e vereador)

Município por nº de Eleitores	Prefeito				Vereadores Eleitos	%
	Candidatos	%	Eleitos	%		
0 - 10.000	4	0,62	0	0,00	7	1,09
11.000 – 50.000	10	1,55	2	0,31	21	3,26
51.000 - 100.000	4	0,62	1	0,16	11	1,71
101.000 - 150.000	3	0,47	0	0,00	2	0,31
150.000 - 200.000	2	0,31	0	0,0	10	1,55

²⁰³ Tendo como referência o período (T₀, T₁, T₂, T₃ e T₄) e os locais de origem do voto e de referência (origem ou atuação) dos atores políticos: município e microrregião.

Acima 200.000	7	1,09	2	0,31	24	3,72
Total	30	4,65	5	0,78	75	11,63

Fonte: Fundação Seade e TRE-SP. Nota: Nas eleições do ano 1988 o PSDB elegeu vereadores em 32 municípios.

Esses dados demonstram que o partido nos primeiros meses de criação buscou viabilizar a sua participação nas eleições: cumpriu os trâmites legais quanto à organização, como também desenvolveu estratégias de articulação política com vistas a apresentar-se como alternativa nas disputas eleitorais futuras.

Os Resultados eleitorais do PSDB-SP, apresentados no Quadro 32, demonstraram que foram lançadas candidaturas em aproximadamente 5% dos municípios paulistas. Os municípios em que os candidatos do PSDB-SP foram eleitos estavam localizados em diferentes microrregiões (para o cargo de prefeito: Bauru, Osasco, São José dos Campos, Araraquara e Marília; para o cargo de vereador: Adamantina, Ourinhos e Metropolitana de São Paulo – M), a maioria possuía população entre 11.000 e 50.000 habitantes e acima de 200.000 habitantes.

No ano de 1989 o partido lançou a candidatura de Mário Covas, um dos membros centrais da rede de relações interna do PSDB-SP, para o cargo de presidente. Este candidato obteve apenas 21,80% dos votos no estado²⁰⁴. Os dados demonstraram que o candidato do PSDB-SP obteve destaque em sua votação (mais de 25% dos votos) em municípios localizados nas microrregiões de Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Campinas, Guaratinguetá, Itapeçerica da Serra, Jundiá, Marília, Ourinhos, Santos, São José do Rio Preto e São Paulo; a maioria com população entre as categorias 11.000 e 50.000 habitantes e acima de 200.000 habitantes.

Foi possível identificar a partir desses Resultados eleitorais do T₀ uma pequena correspondência entre os locais em que os candidatos do partido obtiveram resultados satisfatórios (para os cargos de prefeito, vereador e presidente) e os

²⁰⁴ Anexo B: Quadro 1 - Composição da rede interna do PSDB-SP no tempo 0 (1988-1989); Anexo F: Quadro 22. Anexo D: Figura 2 - Sociograma I – Tempo 0 (1988-1989).

locais de referência dos atores políticos da rede interna do partido (identificados como atores articuladores e intermediários)²⁰⁵. Essa correspondência parcial também foi identificada em relação aos atores políticos que compuseram Comissão Executiva do Diretório Estadual - 1ª gestão - 1989 a 1991 (microrregiões: São Paulo/Metropolitana – M, Campinas, São José dos Campos, São Joaquim da Barra, Guaratinguetá, Santos e Osasco). Os cargos de direção foram assumidos hierarquicamente por um deputado federal, um prefeito, um deputado estadual e um militante.

A partir da análise desses dados da pesquisa referente ao T₀ é possível aferir que, nesse tempo, o *capital político* dos atores políticos locais foi determinante para a definição dos resultados eleitorais e a dinâmica organizacional, permitindo inclusive a definição da estrutura e novos vínculos relacionais.

No T₁ (1990-1993) o partido disputou duas eleições. Em 1990 o PSDB-SP lançou candidatos para os cargos de governador, senador, deputado estadual e deputado federal.

Para os cargos de governador e de senador disputaram dois membros centrais da estrutura relacional do partido, respectivamente, Mário Covas e André Franco Montoro. O candidato ao cargo de governador obteve 11,97% dos votos e o candidato ao cargo de senador foi eleito com 6,22% dos votos.

Em algumas microrregiões houve municípios em que esses candidatos do PSDB-SP obtiveram uma votação acima dessa porcentagem, a maioria localizados nas mesmas microrregiões identificadas no pleito de 1989. Para o cargo de governador o número maior de município estava localizado na microrregião de Guaratinguetá (inclusive um município com mais de 25% dos votos), São Paulo, Moji

²⁰⁵ Anexo F: Quadro 21 e Anexo G: Mapas 2 e 3 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1988. Anexo C: Quadro 6 - Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 0 (1988-1989): Mário Covas (Santos e São Paulo/ Metropolitana – M), André Franco Montoro (São Paulo/ Metropolitana – M), Fernando Henrique Cardoso (São Paulo/ Metropolitana – M), Sílvio França Torres (Ourinhos), José R. Magalhães Teixeira (Campinas), Edson Aparecido dos Santos (São Paulo/ Metropolitana – M), Geraldo J. R. Alckmin Filho (São José dos Campos), Walter Feldman (São Paulo/ Metropolitana – M), Antonio de Pádua Perosa (Catanduva), José Santili (Assis), José Carlos Stargarlini (São Paulo/ Metropolitana – M), Maria do Carmo Piunti (Sorocaba), Antonio Rubens Costa de Lara (São Paulo/ Metropolitana – M), Raul Christiano Sanchez (Santos) e Vanderlei Macris (Campinas).

das Cruzes e Santos, em menor proporção em Assis, Botucatu, Campinas, Itapeceira da Serra, Marília, Ourinhos e São José dos Campos; a maioria dos municípios com população acima de 151.000 habitantes.

Quadro 34 – Resultados eleitorais do PSDB nos municípios do estado de São Paulo em que o candidato ao cargo de governador obteve votação acima da média em 1990

Município	Nº de habitantes	Microrregião	Nº de votos	% de votos
Assis	83133	Assis	5552	12.62
Botucatu	100876	Botucatu	7612	16.01
Campinas	908906	Campinas	58720	12.81
São Sebastião	43845	Caraguatatuba	2001	12.45
Roseira	7382	Guaratinguetá	952	28.64
Piquete	15099	Guaratinguetá	1243	13.2
Aparecida	34318	Guaratinguetá	2942	13.85
Guaratinguetá	98265	Guaratinguetá	8391	14.92
Taboão da Serra	182506	Itapeceira da Serra	11723	15.04
Pompéia	17227	Marília	1646	17.2
Poá	84777	Moji das Cruzes	5610	14.2
Ferraz de Vasconcelos	121970	Moji das Cruzes	4972	12.3
Fartura	14608	Ourinhos	1483	19.8
Piracicaba	302886	Piracicaba	18236	12.11
São Vicente	279528	Santos	16320	12.24
Santos	412243	Santos	51046	17.99
Pindamonhangaba	113937	São José dos Campos	9748	19.53
Ribeirão Pires	97550	São Paulo	5862	12.93
São Paulo	9839440	São Paulo	992452	17.83

Para o cargo de senador os municípios que apresentaram a porcentagem acima da média do estado estavam localizados em microrregiões comuns ao cargo de governador: Guaratinguetá, Assis, Marília, Moji das Cruzes e Ourinhos; além da

microrregião de Adamantina, Bauru, Itapeva, Lins, Novo Horizonte, Presidente Prudente, São João da Boa Vista e Tupã; a maioria com população entre as categorias 11.000 e 50.000 habitantes e 151.000 e 200.000 habitantes.

Em todas essas microrregiões em que determinados municípios apresentaram resultado eleitoral acima da porcentagem média estadual para os candidatos do partido aos cargos de governador e senador houve pelo menos um candidato eleito para o cargo de deputado federal que também pertencia ao PSDB-SP. De modo geral, os deputados federais eleitos pelo partido tiveram votos, predominantemente, nas microrregiões de Bananal, Bauru, Caraguatatuba, Franco da Rocha, Guaratinguetá, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Marília, Novo Horizonte, Osasco, Piracicaba, Sorocaba, e Votuporanga. Os atores com votação em diferentes microrregiões eram membros centrais na estrutura da rede no período: José Serra (*incloseness*) e Geraldo J. R. Alckmin Filho (*information engevenctor*). Sendo que o primeiro também ocupava cargo de direção na Comissão Executiva do diretório do estadual do PSDB-SP.

Os candidatos do partido eleitos aos cargos de deputado federal e estadual apresentaram como base eleitoral comum as microrregiões de Assis, Campos do Jordão, Fernandópolis, Jundiá, Lins, Paraibuna, Pirassununga, São José dos Campos, São Paulo e Campinas.

Em relação aos deputados estaduais eleitos houve uma votação expressiva em outras microrregiões, além das citadas anteriormente: Barretos, Franca, Jaú, Ourinhos e Tatuí²⁰⁶. Em cada uma das microrregiões um candidato obteve destaque na votação. Entre esses, apenas os atores das microrregiões de Assis (Santilli Sobrinho), Franca (Roberto Engler) e Ourinhos (Sílvio França Torres) eram membros centrais na estrutura relacional do partido e o da microrregião de Barretos (Waldemar Chubaci) era membro da Comissão Executiva do diretório estadual.

Em síntese, a análise georeferenciada (municípios e microrregiões) dos dados das eleições de 1990 – para os cargos de governador, senador, deputado federal e estadual – indicou a constituição de uma base eleitoral do PSDB-SP. O partido obteve resultados satisfatórios para todos os cargos em municípios

²⁰⁶ Anexo G: Mapa 4, 5 e 6 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1990.

localizados nas microrregiões de Assis, São Paulo e Campinas. Outros locais que apresentaram resultados eleitorais expressivos, exceto para deputado estadual, estavam localizados nas microrregiões de Bauru, Guaratinguetá, Itapeverica da Serra e Marília.

Em 1992, conforme o Quadro 35, o partido apresentou candidatos para o cargo de prefeito em 151 municípios, venceu em 46, e 617 membros assumiram cargos nos legislativos municipais em todo o estado.

Quadro 35 – Resultados eleitorais do PSDB no estado de São Paulo em 1992 (disputa para os cargos de prefeito e vereador)

Município por nº de eleitores	Prefeito				Vereadores	
	Candidatos	%	Eleitos	%	Eleitos	%
0 – 10.000	67	10,39	22	3,41	263	40,78
11.000 - 50.000	45	6,98	11	1,71	206	31,94
51.000 - 100.000	21	3,26	9	1,40	75	11,63
101.000 - 150.000	6	0,93	1	0,16	24	3,72
150.000 - 200.000	4	0,62	1	0,16	17	2,64
Acima 200.000	8	1,24	2	0,31	32	4,96
Total	151	23,41	46	7,13	617	95,66

Fonte: Fundação Seade e TRE-SP

A maioria dos municípios em que o partido lançou candidatos e obteve vitória foram da categoria entre 0 e 50 mil habitantes. No entanto, do total de candidaturas lançadas, o partido obteve aproximadamente 25% de vitórias em todas as categorias de município. Entre os municípios acima de 200 mil habitantes o partido lançou candidatos nos mesmos locais que havia lançado nas eleições de 1988. Obteve vitória para o mandato majoritário, e a maioria dos cargos nos legislativos, nos municípios de Campinas e Jundiaí. Nos municípios entre 151 e 200 mil habitantes o partido lançou 4 candidaturas para prefeito, venceu apenas em Piracicaba e obteve votação expressiva para os cargos no legislativo em Franca. Resultado também obtido, respectivamente, em Taubaté (São José dos Campos) e Americana (Campinas), municípios pertencentes à categoria entre 101 e 150 mil habitantes - o

partido lançou nessa categoria seis candidaturas ao cargo majoritário. Entre os municípios com 51 e 100 mil habitantes o partido lançou 21 candidaturas e venceu em 9²⁰⁷. Nos municípios menores, entre 0 e 10 mil habitantes, o partido lançou 67 candidaturas e venceu em 22 municípios localizados em diversas microrregiões do estado.

Ao mapear a concentração do lançamento de candidaturas e o desempenho eleitoral do partido nesse pleito²⁰⁸, foi possível identificar que houve candidatos eleitos pelo partido para o cargo de vereador em todas as microrregiões do estado. Para prefeito houve melhor desempenho eleitoral em 26 microrregiões: Amparo, Assis, Adamantina, Barretos, Birigüi, Botucatu, Campinas, Capão Bonito, São João da Boa Vista, Guaratinguetá, Bauru, Ourinhos, Sorocaba, Jundiaí, Franco da Rocha, Jales, Paraibuna, São José dos Campos, Piracicaba, São Paulo, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Itapeva, Fernandópolis, Itapeçerica da Serra, Marília.

Para identificar a constituição da base eleitoral do partido e os fatores determinantes nesse processo foi realizada uma análise comparativa e georeferenciada (nos municípios e microrregiões), considerando os resultados eleitorais, os locais de origem e/ou atuação política dos atores que compuseram a Comissão Executiva do Diretório Estadual na 1ª e 2ª gestão²⁰⁹ e dos atores membros da rede interna do partido.

Essa análise possibilitou observar diversas correlações significativas para a compreensão da composição organizacional do partido. A primeira está relacionada à correspondência entre os locais em que os candidatos do partido obtiveram resultados eleitorais satisfatório para o cargo de prefeito em 1992²¹⁰ e os locais de referência para a maioria dos atores políticos que compuseram a Comissão

²⁰⁷ Assis, Barretos, Botucatu, Itu (Sorocaba), Lorena (Guaratinguetá), Pindamonhangaba (São José dos Campos), Santa Bárbara do Oeste (Campinas), Sertãozinho (Ribeirão Preto) e Votorantim (Sorocaba). Maior número de eleitos para o poder Legislativo em Botucatu e Santa Bárbara do Oeste (Campinas).

²⁰⁸ Anexo G: Mapas 7 e 8 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1992.

²⁰⁹ 1ª gestão (1989 a 1991) - microrregiões: São Paulo/ Metropolitana – M, Campinas, São José dos Campos, São Joaquim da Barra, Guaratinguetá, Santos e Osasco;

2ª gestão (1991-93) - microrregiões: São Paulo/ Metropolitana – M, Campinas, São José dos Campos, Catanduva, São Joaquim da Barra, Guaratinguetá, Ourinhos e BRAGANCA PAULISTA.

²¹⁰ Anexo F: Quadro 24 e Anexo G: Mapas 7 e 8 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1992.

Executiva do diretório estadual no período. A segunda foi a correlação entre os mesmos resultados eleitorais e os locais que são referência para os atores políticos membros da rede interna do partido²¹¹, inclusive para os que obtiveram destaque nas medidas de centralidade (atores centrais e intermediários).

Essa afirmação foi reforçada ao considerarmos os dados dos resultados eleitorais dos candidatos que disputaram pelo partido nas diversas eleições que ocorreram no T₀ (eleições municipais de 1988 e presidencial de 1989) e T₁ (para os cargos de governador, senador, deputado federal e estadual em 1990). O Quadro 36 apresenta esses dados nos municípios/ microrregiões consideradas referência dos membros da rede de relações interna do PSDB-SP.

Quadro 36 – Resultados eleitorais do PSDB-SP: disputa para os cargos de prefeito (1988 e 1992), presidente (1989), governador, deputado federal e estadual (1990)

Microrregião		Quantidade de municípios da microrregião em que:											
		candidato a prefeito eleito				candidato a PRESIDENTE obteve +25% dos votos -1º		candidato a GOVERNA DOR obteve +25% dos		candidato a DEP. ESTADUAL esteve entre os		candidato a DEP. FEDERAL esteve entre os 5 + votados	
		1988		1992		1989		1990		1990		1990	
Campinas	16	0	0,00	2	12,50	1	6,25	0	0,00	5	31,25	17	106,25
Capão Bonito	10	0	0,00	2	20,00	0	0,00	0	0,00	2	20,00	0	0,00
Franca	10	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	10	100,00	4	40,00
Guaratinguetá	11	0	0,00	3	27,27	0	0,00	1	9,09	3	27,27	9	81,82
Jundiaí	5	0	0,00	1	20,00	0	0,00	0	0,00	4	80,00	6	120,00
Marília	13	1	7,69	1	7,69	1	7,69	0	0,00	1	7,69	8	61,54

²¹¹ Tempo 0: São Paulo, Santos, Jundiaí, Piracicaba, Capão Bonito, Campinas, Marília, Santa Bárbara do Oeste (Campinas), Itú (Sorocaba), Santa Cruz do Rio Pardo (Ourinhos), Americana (Campinas), Pindamonhangaba (São José dos Campos), Lorena (Guaratinguetá) e Guaira (São Joaquim da Barra).

Tempo 1: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em Sorocaba, Campinas, Capivari (Piracicaba), Ribeirão Preto, Jundiaí e Franca.

Ourinhos	18	0	0,00	2	11,11	1	5,56	0	0,00	5	27,78	7	38,89
Piracicaba	12	0	0,00	3	25,00	0	0,00	0	0,00	6	50,00	8	66,67
Ribeirão Preto	16	0	0,00	3	18,75	0	0,00	0	0,00	5	31,25	6	37,50
Santos	6	0	0,00	0	0,00	1	16,67	0	0,00	3	50,00	2	33,33
São João da Boa Vista	14	0	0,00	2	14,29	0	0,00	0	0,00	11	78,57	8	57,14
São Joaquim da Barra	9	0	0,00	1	11,11	0	0,00	0	0,00	4	44,44	2	22,22
São José dos Campos	8	1	12,5	3	37,50	0	0,00	0	0,00	5	62,50	9	112,50
São Paulo	8	0	0,00	1	12,50	1	12,50	0	0,00	5	62,50	8	100,00
Sorocaba	15	0	0,00	2	13,33	0	0,00	0	0,00	7	46,67	11	73,33
Total e % candidatos eleitos no Estado	64 5	5	0,78	46	7,13	8	1,24	1	0,16	232	35,97	300	46,51

Fonte: Fundação Seade e TRE-SP

Observou-se que os candidatos do PSDB para os cargos majoritários tiveram um desempenho eleitoral acima da média do estado, nos municípios que são referência (origem e/ou atuação) para os atores da estrutura relacional do partido, somente na segunda eleição municipal do período.

Quanto aos cargos proporcionais, os resultados revelam que os candidatos do partido para deputado estadual estiveram entre os 5 mais votados em 13 das 63 microrregiões do estado (13 diferentes atores) e para o cargo de deputado federal em 23 microrregiões (12 diferentes atores). Para ambos os cargos, essas microrregiões correspondiam aos locais considerados referência (origem e/ou atuação) dos atores da estrutura relacional do partido, especialmente a votação para deputado federal. No entanto, há que se considerar que na maioria dos casos os atores da estrutura relacional da organização ou membro da Comissão Executiva do Diretório Estadual no período da eleição foram os candidatos do partido a esses cargos.

Em suma, observou-se a partir dos dados referentes ao T₀ (1988-89) e T₁ (1990-93), uma pequena correspondência entre estrutura relacional e resultados eleitorais. Os dados indicaram que, nesse tempo, os atores centrais e articuladores²¹² foram fundamentais no processo de reconhecimento e potencialização do *capital político* de lideranças locais para garantirem votos aos candidatos do partido.

Assim, os dados referentes aos tempos iniciais da trajetória da organização partidária revelaram maior correspondência entre o desempenho eleitoral do partido e o *capital político* dos candidatos individualmente. Isso devido tratar-se de um período de organização do partido e estabelecimento de vínculos, em que a única referência política era a atuação dos candidatos, a maioria dissidente do PMDB.

No T₂ (1994-98) o partido participou em três pleitos eleitorais. As primeiras eleições ocorreram em 1994, para os cargos de presidente, governador, senador, deputados federais e estaduais²¹³. O PSDB lançou candidatos para todos os cargos, mantendo a correlação com a estrutura relacional interna do partido. Tanto para o cargo de presidente como de governador saíram novamente candidatos os membros centrais da rede, respectivamente Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas. Para senador foi lançada a candidatura de José Serra, nesse período identificado como membro intermediário na rede. Todos esses atores foram eleitos.

O candidato ao cargo de senador obteve 35,29% dos votos no estado de São Paulo e mais de 25% dos votos em todas as microrregiões do estado. O candidato ao cargo de presidente obteve 47,14% dos votos no estado de São Paulo. Em alguns municípios o resultado eleitoral foi acima dessa porcentagem, especificamente em 35 microrregiões: Adamantina, Amparo, Araçatuba, Assis, Auriflama, Avaré, Barretos Birigüi, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Dracena, Fernandópolis, Itanhaem, Itapecerica da Serra, Itapeva, Marília, Nhandeara, Novo Horizonte, Ourinhos, Paraibuna Piedade,

²¹² Esses atores, em sua maioria, concorreram ao cargo de deputado federal, senador, governador e presidente.

²¹³ Anexo F: Quadro 25 e Anexo 7: Mapa 5 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994.

Piracicaba, Pirassununga, Registro, Santos, São João da Boa Vista, São Jose do Rio Preto, São Paulo, Sorocaba, Tatuí, Tupã, Votuporanga.

O candidato ao cargo de governador obteve 35,71% dos votos no primeiro turno e 48,80% no segundo turno no estado de São Paulo. Em 15 microrregiões – Adamantina, Araçatuba, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Guaratinguetá, Ourinhos, Paraibuna, Piracicaba, Pirassununga, Santos, São João da Boa Vista, São José Dos Campos, Tupã e São Paulo – o resultado eleitoral foi acima dessa porcentagem.

Entre os candidatos aos cargos de deputado federal foram eleitos 15 membros do partido (3 reeleitos), sendo 50% membros da rede interna (10% centrais e 10% articuladores), com votos em 34 microrregiões. Houve ampliação do número de candidatos do partido que foram eleitos para esse cargo (de 13 para 15) e da quantidade de microrregiões que garantiram votos aos candidatos do partido (de 12 para 34); porém diminuiu a porcentagem de eleitos que pertenciam à estrutura relacional interna do PSDB-SP. A maioria dos atores eleitos possuía como locais de referência os municípios pertencentes às microrregiões de Assis, Avaré, Bananal, Barretos, Batatais, Bauru, Birigüi, Campinas, Campos do Jordão, Catanduva, Franca, Franco da Rocha, Fernandópolis, Guaratinguetá, Itanhaem, Itapeverica da Serra, Itapetininga, Jales, Limeira, Lins, Marília, Moji-Mirim, Nhandeara, Novo Horizonte, Osasco, Presidente Prudente, Registro, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São Paulo, Sorocaba, São José dos Campos, Tatuí.

Dos candidatos do partido para os cargos de deputados estaduais foram eleitos 17 (3 reeleitos), sendo 75% membros da rede interna (somente 1 membro identificado como articulador). Nesse caso, houve ampliação da quantidade de candidatos eleitos para esse cargo (de 13 para 17 eleitos) e do número de microrregiões que garantiram votos aos candidatos do partido (de 13 para 18 microrregiões) como de candidatos eleitos pertencentes à rede interna do partido. Os deputados estaduais eleitos tiveram melhor desempenho eleitoral nas microrregiões de Assis, Bananal, Botucatu, Campinas, Catanduva, Franca, Fernandópolis, Jales, Jaú, Jundiá, Novo Horizonte, Piracicaba, Pirassununga,

Presidente Prudente, Registro, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, Sorocaba.

De modo geral, os dados das eleições de 1994 revelaram que os candidatos do PSDB-SP para os diversos cargos, majoritários e proporcionais (presidente, governador, deputado federal e estadual), tiveram um desempenho eleitoral acima da média do estado em municípios pertencentes às microrregiões considerados referência (origem e/ou atuação) dos atores da estrutura relacional do partido no período²¹⁴, como também demonstraram esse desempenho, em comum, nas microrregiões reconhecidas nos tempos anteriores (T0 e T1) como base eleitoral do partido.

Diferentemente dos resultados das análises referentes aos Resultados eleitorais do T1, foi possível identificar nessa eleição o aumento da votação dos candidatos do PSDB-SP nos municípios em que os membros do partido exerciam mandatos no cargo majoritário, principalmente nas microrregiões em que os membros da estrutura relacional do partido tinham como referência política (local de origem ou base eleitoral). Nesse sentido, os dados das eleições de 1994 indicaram haver correspondência entre os resultados eleitorais do mesmo pleito (para os cargos de presidente, governador, deputado estadual e federal) e os resultados de eleições anteriores.

Foi possível demonstrar também, por meio desses dados, a forte associação entre a posição na estrutura relacional interna do partido e o resultado eleitoral. Os candidatos eleitos para os cargos de presidente e de governador eram os atores centrais na rede; para o cargo de senador um membro intermediário; entre os 15 deputados federais eleitos, 7 pertenciam à estrutura relacional interna da organização (1 membro central e 1 articulador) e dos 17 deputados estaduais eleitos

²¹⁴ Tempo 0: São Paulo, Santos, Jundiaí, Piracicaba, Capão Bonito, Campinas, Marília, Santa Bárbara do Oeste (Campinas), Itú (Sorocaba), Santa Cruz do Rio Pardo (Ourinhos), Americana (Campinas), Pindamonhangaba (São José dos Campos), Lorena (Guaratinguetá) e Guaira (São Joaquim da Barra).

Tempo 1: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em Sorocaba, Campinas, Capivari (Piracicaba), Ribeirão Preto, Jundiaí e Franca.

Tempo 3: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em São José do Rio Preto, Jundiaí, Ribeirão Preto e Botucatu.

12 pertenciam à rede interna do partido (1 articulador)²¹⁵. No T₂ a maioria dos atores da estrutura relacional partidária passou a exercer mandato eletivo (especialmente como deputados estadual ou federal) ou ocupar cargo no governo (com maior destaque para os cargos nas secretarias do estado). Os demais membros que foram incorporados à rede apresentaram como característica relevante, o histórico de ter exercido mandatos eletivos em municípios ou na Assembléia Legislativa do estado.

A análise do resultado eleitoral dos candidatos do partido referente ao T₂ (1994-98), considerando os atributos e vínculos dos membros da gestão da Comissão Executiva do diretório estadual²¹⁶ no período, demonstrou a manutenção de deputados federais, identificados como atores com vínculo com os membros centrais da rede, na direção do partido.

Esse conjunto de análises permitiu constatar que os resultados eleitorais tiveram grande influência no perfil da estrutura relacional e na dinâmica organizacional do partido.

A partir do Tempo 2 (T₂) (1994-98)²¹⁷ houve a redução dos militantes na rede (30%). Aumentou a participação dos deputados estaduais (16%) e ganharam expressão os membros que atuavam como secretários no governo estadual (15%)²¹⁸. Houve um aumento do número de membros incorporados à rede em relação ao período anterior (8%), acentuando a característica identificada no T₁: crescimento do número de membros com origem no interior (64%) em detrimento dos membros da capital (27%) e da baixada Santista (9%). Os novos membros tinham como local de origem ou atuação política: São José do Rio Preto, Botucatu, Jundiaí, Ribeirão Preto e Santos.

²¹⁵ Anexo B: Quadro 3 - Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 2 (1994-1998); Anexo F: Quadro 25; Anexo G: Mapa 5: Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994 e Anexo D: Figura 4 - Sociograma III – Tempo 2 (1994-1998).

²¹⁶ Anexo E: Quadro 14 – Comissão Executiva Estadual – 3^a Gestão – 1993 a 1995 e Quadro 15 – Comissão Executiva Estadual – 3^a Gestão (interina) - 1994 a 1995; Anexo D: Figura 9 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (3^a Gestão – 1993 a 1995) e Figura 10 – Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (3^a Gestão - interina - 1993 a 1995).

²¹⁷ Anexo B: Quadro 3 - Composição da rede interna do PSDB-SP no Tempo 2 (1994-1998) e Anexo D: Figura 4 – Sociograma III – Tempo 2 (1994-1998).

²¹⁸ A partir de 1994 os membros filiados ao PSDB-SP passaram a exercer o mandato de governador e presidente, isso explica o crescimento do número de militantes que assumiram cargos no governo.

Com relação à estrutura geral da rede houve uma acentuação das características iniciais: a permanência dos níveis de centralidade (atores centrais, atores articuladores e atores intermediários) e alta capilaridade. A rede foi composta no T₂ por 93 membros e 233 vínculos, ou seja, apenas 0.030% do total de relações possíveis no seu interior. Os resultados das medidas de centralidade²¹⁹ continuaram indicando a existência de poucos pontos com alto grau de centralidade no conjunto da rede. Não houve a inserção de novos membros no núcleo central, permaneceram os três atores que se destacaram desde o T₀, porém com menor grau de centralidade, e dois dos atores que se destacaram a partir do T₂. Quanto ao número de atores articuladores e intermediários houve ampliação em relação ao T₁ (17 atores).

As posições centrais e privilegiadas no conjunto dos atores continuaram sendo ocupadas pelos atores protagonistas na fundação do partido, que no período exerciam mandato eletivo no âmbito estadual e federal: Mário Covas, André Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso. Mesmo com menor grau de centralidade, mantiveram destaque nos resultados das medidas: José Serra, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho e Edson Aparecido dos Santos, especialmente nas medidas que expressam a intermediação, informação e proximidade com os atores centrais.

Entre os atores centrais da rede no T₂, apenas dois dos membros com menor grau de centralidade, assumiram cargos de coordenação na Comissão Executiva do diretório estadual. Dos onze outros membros que ocuparam os cargos na gestão da executiva no período, cinco pertenciam ao grupo dos atores articuladores e seis aos demais membros da rede (intermediários). Portanto, permaneceram todos os membros da comissão executiva do diretório estadual do partido com vínculo estabelecido com os atores inicialmente centrais na rede.

Os dados do T₂ reafirmaram os aspectos da estrutura relacional do PSDB-SP, como também apresentaram indicadores de um padrão para a sua dinâmica organizacional. A consolidação de um núcleo central composto por um número

²¹⁹ Anexo C: Quadro 8 – Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 2 (1994-1998).

reduzido de atores e, ao mesmo tempo, a ampliação do número de atores intermediários da rede possibilitou a configuração de uma lógica funcional em que os atores centrais tiveram permanentemente em uma posição favorável ao controle acerca das decisões. Isso devido às relações estabelecidas com os atores articuladores e intermediários, que foram responsáveis pela manutenção desse núcleo e pela capilaridade da ação político-eleitoral. Nesse tempo os cargos de direção do órgão deliberativo foram ocupados por membros do núcleo central e os demais cargos por atores intermediários, conforme dados da seção 3.2 (Figuras 9, 10 e 11).

Na terceira gestão da Comissão Executiva Estadual (1993-95), o partido passou a ter membros exercendo mandatos elegíveis no Poder Executivo, tanto no âmbito municipal, como estadual, como federal, além de um aumento da sua bancada na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional²²⁰.

A escolha dos membros para compor essa gestão antecedeu as eleições de 1994 (para os cargos de presidente, governador, senador, deputado federal e estadual), o objetivo, naquele momento, era obter resultados eleitorais satisfatórios para os cargos em disputa, portanto, era fundamental o vínculo com a base eleitoral. Esse fator influenciou diretamente o perfil dessa gestão: houve a diminuição dos deputados estaduais (passaram a compor 24% dos cargos), de forma mais acentuada, dos deputados federais (13% dos cargos) e dos prefeitos (não houve representação). Quanto aos militantes houve um aumento significativo (compuseram 40% dos cargos), em especial daqueles que haviam exercido cargos eletivos anteriormente. É importante destacar que a partir da gestão dos membros do PSDB-SP no governo estadual e federal, mais de 50% desses militantes passaram a ocupar cargos no governo. Isso demonstra a importância da estrutura relacional do partido, em especial, o vínculo com os líderes, atores centrais da rede organizacional.

O perfil dos políticos que assumiram os cargos de direção do partido dessa gestão da Comissão Executiva do diretório estadual manteve-se, eram atores com

²²⁰ Anexo F: Quadro 25 e Anexo G: Mapa 6 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994.

posição de intermediação na rede de relações e possuíam fortes vínculos com os principais líderes internos²²¹, conforme demonstra a Figura 9.

Em decorrência dos resultados eleitorais de 1994 houve alteração dos membros que ocupavam cargos na Comissão Executiva Nacional²²², como do presidente da Comissão Executiva Estadual. A presidência do diretório estadual passou a ser ocupada pelo deputado federal Sílvio França Torres. Essa escolha pode ser explicada pela estratégia do partido diante do quadro político-institucional que havia se constituído após as eleições. Sílvio França Torres tinha forte atuação nos pequenos municípios do interior do estado de São Paulo, isso decorrente de sua origem e trajetória política. Essa característica atendeu a estratégia partidária de fortalecer o partido a partir de vínculo com os líderes locais, especialmente naquele período que antecedia as eleições municipais de 1996. As articulações na Assembléia Legislativa e nos municípios com alta densidade populacional foram assumidas pelo próprio governador, no período Mário Covas, pois possuía recursos políticos de origem governamental para mediar essas relações. Essa afirmação pode ser constatada pelos vínculos estabelecidos pelos membros que passaram a compor a rede nesse período: os deputados estaduais e líderes municipais dos municípios de grande porte estão vinculados a esse ator²²³.

Embora tenha havido alteração dos membros que compuseram essa gestão o perfil da composição da Comissão Executiva do diretório estadual manteve-se. Os deputados estaduais e federais continuaram constituindo 50% dos membros e os militantes os outros 50%, ressaltando novamente que mais da metade desses militantes possuíam cargo na arena governamental, tanto estadual como federal. Houve também a permanência do vínculo entre os membros que assumiram os cargos de direção do partido e os atores do partido que estavam em exercício no cargo de governador e de presidente da República, respectivamente, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, conforme demonstra a Figura 10 (vide capítulo 3, página 121).

²²¹ Anexo E: Quadro 14 – Comissão Executiva Estadual – 3ª Gestão – 1993 a 1995.

²²² São Paulo permaneceu apenas com o cargo de vogal, ocupada pelo governador eleito Mário Covas, e com o título de presidente de honra, atribuído ao André Franco Montoro.

²²³ Anexo D: Figura 4 – Sociograma III – Tempo 2 (1994-1998).

Nas eleições municipais de 1996 o partido lançou candidatos ao cargo majoritário em 439 municípios e foram eleitos em 219²²⁴. Houve um aumento no número de candidaturas em relação ao pleito eleitoral de 1992 (para 42%), como também do percentual de vitória; foram eleitos 50% dos candidatos do partido. Quanto aos cargos no poder legislativo o partido obteve 1.631 cadeiras em 554 municípios, ou seja, em 87% dos municípios do estado de São Paulo.

Quadro 37 – Resultados eleitorais do PSDB no estado de São Paulo em 1996 (disputa para os cargos de prefeito e vereador)

Município por nº de eleitores	Prefeito				Vereadores	
	Candidatos	%	Eleitos	%	Eleitos	%
0 - 10.000	252	39,07	139	21,55	900	139,53
11.000 - 50.000	127	19,69	58	8,99	483	74,88
51.000 - 100.000	30	4,65	12	1,86	121	18,76
101.000 - 150.000	15	2,33	4	0,62	50	7,75
150.000 - 200.000	3	0,47	1	0,16	20	3,10
Acima 200.000	12	1,86	5	0,78	57	8,84
Total	439	68,06	219	33,95	1.631	252,87

Fonte: Fundação Seade e TRE-SP. Nota: Nas eleições do ano 1996 o PSDB elegeu vereadores em 554 municípios.

Os candidatos do partido obtiveram vitória para os cargos majoritários, em sua maioria, nos municípios caracterizados como pequenos (entre 0 e 10 mil habitantes) e de grande porte (acima de 200 mil habitantes). Entre os municípios com mais de 200 mil habitantes o partido lançou candidatos nos mesmos municípios do pleito de 1992: Campinas, Jundiaí, Osasco, Santo André (São Paulo/Metropolitana – M), Santos, São Bernardo do Campo (São Paulo/Metropolitana – M), São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Diadema (São Paulo/ Metropolitana – M) e São José do Rio Preto, além de também lançar

²²⁴ Anexo F: Quadro 26 e Anexo G: Mapa 6 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1996.

candidatos em Guarulhos, Mauá (São Paulo/ Metropolitana – M), e Ribeirão Preto. Manteve o mandato apenas no município de Jundiaí; obteve vitória em Ribeirão Preto, São Bernardo do Campo (São Paulo/ Metropolitana – M), São José dos Campos e Sorocaba. Para os cargos no poder legislativo manteve destaque no desempenho eleitoral do município de São Paulo e, nesse pleito, em Jundiaí.

O resultado eleitoral indicou a permanência das mesmas microrregiões do pleito anterior como referência para o desempenho do partido nos municípios com população entre 151 e 200 mil habitantes. O partido lançou candidatos ao cargo majoritário em apenas três, obteve vitória em apenas um (Piracicaba) e bom desempenho para os cargos no poder Legislativo em outros dois (Bauru e Franca). Em relação às candidaturas nos municípios entre 101 e 150 mil habitantes, o partido aumentou o número de candidaturas em mais de 100%, disputou em 15 municípios, obteve vitória em 4. Manteve o mandato em Taubaté (Tatuí) e o candidato do partido assumiu em Jacareí (São José dos Campos), Limeira e Presidente Prudente; municípios em que o partido também obteve o maior número de cargos para o poder Legislativo. Nos municípios com população entre 51 e 100 mil habitantes o partido aumentou o número de candidaturas (lançou 30 candidatos) e manteve o mesmo percentual de vitória do pleito anterior (40%), porém com alteração de algumas localidades. Manteve o mandato nos municípios de Botucatu, Lorena (Guaratinguetá), Pindamonhangaba (São José dos Campos) e Votorantim (Sorocaba); o candidato do partido passou a exercê-lo em Araras (Limeira), Ferraz de Vasconcelos (Mogi das Cruzes), Guaratinguetá, Hortolândia (Campinas), Itapeverica da Serra, Itapevi (Osasco), Jandira (Osasco) e Jaú.

Dos municípios com população entre 0 e 10 mil habitantes, como também entre 11 e 50 mil habitantes o partido triplicou o número de municípios em que lançou candidatos ao cargo majoritário. Nesse pleito eleitoral apresentou candidatos em 252 dos menores municípios, com vitória em 139, e em 127 nos municípios entre 11 e 50 mil habitantes, com vitória em 58. Manteve a concentração de vitórias em 19 das 63 microrregiões do estado: Birigüi, Capão Bonito, Dracena, Franca, Guaratinguetá, Itapeva, Ituverava, Lins, Novo Horizonte, Osasco, Ourinhos, Piedade,

Pirassununga, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, São João da Boa Vista e Tupã.

Quanto ao desempenho eleitoral para os cargos no poder Legislativo (vereadores), o partido obteve resultados satisfatórios em 13 das 63 microrregiões do estado: Auriflamma, Avaré, Bananal, Batatais, Botucatu, Caraguatatuba, Franca, Lins, Marília, Novo Horizonte, Piracicaba e Tupã. A maior parte dos municípios com candidatos eleitos pelo partido estava entre aqueles com menos de 10.000 habitantes – 138 municípios; entre 10.000 e 20.000 habitantes foram 27 municípios; entre 20.000 e 40.000 habitantes 10 municípios; entre 40.000 e 80.000 habitantes 2 municípios; entre 80.000 e 120.000 habitantes – 4 municípios, entre 200.000 e 1.000.000 habitantes 2 municípios.

É importante ressaltar que o aumento do número de candidaturas e vitórias dos candidatos do partido nos municípios menores ocorreu a partir do período em que os membros do PSDB assumiram o mandato no Poder Executivo do estado e da União. Essa constatação corrobora o argumento, defendido por outros trabalhos²²⁵, de que os municípios de pequeno porte recorrem à estratégia de pertencerem ao partido do governo para facilitar o acesso aos recursos públicos. Mas, esses mesmos dados demonstram que a expressiva ampliação do número de candidatos que concorreram e foram eleitos manteve o padrão dos resultados eleitorais dos outros tempos (T_0 e T_1). O partido obteve melhor desempenho nos municípios caracterizados como base eleitoral dos candidatos eleitos para os mandatos de deputado federal e estadual em 1994, ou seja, os atores reconhecidos como políticos articuladores ou intermediários na rede interna (com vínculo político estabelecido com os membros do núcleo central e com as bases eleitorais).

Esses dados referentes às candidaturas e ao desempenho eleitoral do partido nessa eleição, não só demonstraram a capilaridade e a abrangência da ação do PSDB-SP, como também indicaram o processo de constituição da sua base eleitoral: resulta da simbiose entre a influência do capital político dos atores e da

²²⁵ Andrade (1998). O controle contínuo sobre os recursos de ordem política disponibilizados pelo aparato governamental possibilita vantagem competitiva nas eleições (Katz & Mair, 1994; Ware, 1996).

estrutura relacional partidária com as oportunidades de atuação política viabilizadas pela organização partidária.

As últimas eleições do T₂ (1994-98) ocorreram em 1998. O partido lançou candidatos para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual, em muitos casos candidatos à reeleição.

Observou-se a manutenção da correspondência entre lançamento de candidaturas e a posição dos atores na estrutura relacional interna do partido. Novamente os membros centrais da rede interna do partido saíram candidatos para o cargo de presidente e governador, respectivamente, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas.

O candidato ao cargo de presidente foi reeleito no primeiro turno com 50,01% dos votos no estado de São Paulo. Em alguns municípios o resultado eleitoral foi acima dessa porcentagem, especificamente em 47 microrregiões: Adamantina, Amparo, Andradina, Araçatuba, Assis, Auriflama, Avaré, Barretos, Batatais, Bauru, Birigüi, Botucatu, Bragança Paulista, Campos do Jordão, Capão Bonito, Caraguatatuba, Dracena, Fernandópolis, Franca, Guaratinguetá, Itanhaem, Itapeverica da Serra Itapetininga, Itapeva, Jales, Limeira, Lins, Marília, Moji-Mirim, Nhandeara, Novo Horizonte, Ourinhos, Paraibuna, Piedade, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Sorocaba, Tatuí, Tupã, Votuporanga e São Paulo.

O candidato ao cargo de governador obteve 19,58% no primeiro turno e 51,11% no segundo turno, sendo também reeleito. Os municípios em que o resultado eleitoral foi acima da porcentagem média estadual estavam localizados em 21 microrregiões do estado: Adamantina, Araçatuba, Auriflama, Bananal, Bauru, Birigüi, Caraguatatuba, Dracena, Guaratinguetá, Itapeva, Limeira, Lins, Marília, Nhandeara, Novo Horizonte, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, Tatuí, Tupã, Votuporanga e São Paulo.

Entre os candidatos aos cargos de deputado federal foram eleitos, como no pleito anterior, 15 membros do partido (5 reeleitos e 2 que haviam exercido mandato de deputado estadual). Houve a ampliação do número de eleitos pertencentes à rede interna do partido, passou de 50% para 80% (10% membros centrais e 10%

membros articuladores). Os atores eleitos tiveram maior desempenho eleitoral, seguindo resultados do pleito anterior, nas microrregiões de Barretos, Batatais, Franco da Rocha, Fernandópolis, Guaratinguetá, Itanhaem, Jales, Limeira, Lins, Marília, Nhandeara, Novo Horizonte, Registro, Santos, São João da Boa Vista, Sorocaba, São José dos Campos, Tatuí e Votuporanga. E nesse pleito nas microrregiões de Adamantina, Botucatu, Capão Bonito, Jaú, Jundiaí, Paraibuna, Piracicaba, Pirassununga e Ribeirão Preto.

Foram eleitos para os cargos de deputados estaduais 21 candidatos do partido (5 reeleitos); houve um aumento de 25% em relação ao pleito de 1994. Dos candidatos eleitos 75% eram membros da rede interna do partido, 6 membros identificados como articuladores. Os resultados eleitorais demonstraram a manutenção do desempenho dos deputados estaduais nas microrregiões de Bananal, Bauru, Botucatu, Campinas, Catanduva, Franca, Fernandópolis, Guaratinguetá, Jales, Jaú, Jundiaí, Novo Horizonte, Presidente Prudente, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, Sorocaba Votuporanga. E nesse pleito nas microrregiões de Adamantina, Barretos, Batatais, Birigui, Capão Bonito, Caraguatatuba, Itapecerica da Serra, Moji-Mirim, Nhandeara, Piracicaba, Rio Claro, Tatuí e Tupã.

Conforme apresentado na seção anterior, dos candidatos eleitos nessa eleição, um deputado estadual, membro da rede de relações internas do partido, ocupou o cargo de direção na quinta gestão (1997-99) da Comissão Executiva do diretório estadual²²⁶.

Nesse pleito eleitoral também foi possível identificar uma correspondência significativa entre os locais em que os candidatos do partido obtiveram resultados eleitorais satisfatórios e os locais de referência tanto para os atores políticos da rede de relações interna do partido²²⁷ como da maioria dos atores políticos que

²²⁶ Figura 12 - Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (5ª Gestão - 1997 a 1999).

²²⁷ Tempo 0: São Paulo, Santos, Jundiaí, Piracicaba, Capão Bonito, Campinas, Marília, Santa Bárbara do Oeste (Campinas), Itú (Sorocaba), Santa Cruz do Rio Pardo (Ourinhos), Americana (Campinas), Pindamonhangaba (São José dos Campos), Lorena (Guaratinguetá) e Guaíra (São Joaquim da Barra).

Tempo 1: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em Sorocaba, Campinas, Capivari (Piracicaba), Ribeirão Preto, Jundiaí e Franca.

compuseram a quinta gestão (1997-99) da Comissão Executiva do diretório estadual²²⁸.

Buscou-se identificar elementos referentes a diversos pleitos eleitorais que indicassem aspectos referentes à dinâmica partidária. Por meio dos resultados eleitorais dos municípios considerados referência dos membros da rede interna do PSDB-SP no T2 foi possível aferir algumas associações e resultados. O Quadro 38 apresenta resultados eleitorais obtidos pelos candidatos do partido nas eleições de 1996, 1994 e 1998.

Quadro 38 (A e B) – Resultados eleitorais do PSDB em 1998 (disputa para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual)

Microrregião (origem ou atuação política dos membros da rede interna do PSDB/SP no T2)		Quantidade de municípios da microrregião em que:									
		Candidato a		candidato a PRESIDENTE obteve +25% dos votos -1º turno				candidato a GOVERNADOR obteve +25% dos votos -1º turno			
				1996		1994		1998		1994	
Botucatu	7	3	42,86	6	85,71	7	100,00	6	85,71	2	28,57
Campinas	16	5	31,25	16	100,00	16	100,00	14	87,50	0	0,00
Capão Bonito	10	4	40,00	10	100,00	10	100,00	7	70,00	3	30,00
Franca	10	4	40,00	10	100,00	10	100,00	7	70,00	0	0,00
Guaratinguetá	11	5	45,45	10	90,91	11	100,00	10	90,91	3	27,27
Jundiaí	5	1	20,00	5	100,00	5	100,00	4	80,00	0	0,00
Marília	13	2	15,38	12	92,31	13	100,00	10	76,92	6	46,15
Ourinhos (18)	18	7	38,89	18	100,00	18	100,00	18	100,00	1	5,56
Piracicaba	12	4	33,33	11	91,67	12	100,00	11	91,67	3	25,00

Tempo 2: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em São José do Rio Preto, Jundiaí, Ribeirão Preto e Botucatu.

²²⁸ Microrregiões: Piracicaba, Sorocaba, Guaratinguetá, São Joaquim da Barra, Tupã, Barretos, São Paulo/ Metropolitana – M, Campinas, Ribeirão Preto, Botucatu e Catanduva, Marília.

(12)											
Ribeirão Preto (16)	16	8	50,00	16	100,00	16	100,00	16	100,00	1	6,25
Santos (6)	6	0	0,00	6	100,00	6	100,00	6	100,00	2	33,33
São Joaquim da Barra (9)	9	2	22,22	9	100,00	9	100,00	8	88,89	0	0,00
São José do Rio Preto (29)	29	10	34,48	28	96,55	29	100,00	25	86,21	7	24,14
São João da Boa Vista (14)	14	7	50,00	14	100,00	14	100,00	13	92,86	3	21,43
São José dos Campos (8)	8	5	62,50	8	100,00	8	100,00	8	100,00	1	12,50
São Paulo (8)	8	1	12,50	7	87,50	8	100,00	5	62,50	0	0,00
Sorocaba (15)	15	5	33,33	15	100,00	15	100,00	12	80,00	0	0,00
Total e % municípios no Estado	645	219	33,95	622	96,43	644	99,84	536	83,10	119	18,45

Microrregião (origem ou atuação política dos membros da rede interna do PSDB/SP no T2)	Quantidade de municípios da microrregião em que:								
	candidato a DEP. FEDERAL esteve entre os 5 + votados				candidato a DEP. FEDERAL esteve entre os 5 + votados				
	1994		1998		1994		1998		
Botucatu	7	7	100,00	11	157,14	4	57,14	8	114,29
Campinas	16	29	181,25	35	218,75	14	87,50	16	100,00
Capão Bonito	10	8	80,00	11	110,00	4	40,00	18	180,00
Franca	10	12	120,00	12	120,00	13	130,00	5	50,00
Guaratinguetá	11	15	136,36	16	145,45	14	127,27	14	127,27
Jundiaí	5	7	140,00	11	220,00	2	40,00	10	200,00
Marília	13	6	46,15	11	84,62	10	76,92	19	146,15

Ourinhos (18)	18	17	94,44	24	133,33	24	133,33	16	88,89
Piracicaba (12)	12	15	125,00	16	133,33	8	66,67	17	141,67
Ribeirão Preto (16)	16	6	37,50	9	56,25	7	43,75	18	112,50
Santos (6)	6	4	66,67	2	33,33	8	133,33	3	50,00
São Joaquim da Barra (9)	9	1	11,11	7	77,78	6	66,67	4	44,44
São José do Rio Preto (29)	29	17	58,62	35	120,69	23	79,31	41	141,38
São João da Boa Vista (14)	14	13	92,86	29	207,14	17	121,43	10	71,43
São José dos Campos (8)	8	9	112,50	8	100,00	12	150,00	24	300,00
São Paulo (8)	8	7	87,50	7	87,50	10	125,00	3	37,50
Sorocaba (15)	15	18	120,00	20	133,33	20	133,33	19	126,67
Total e % municípios no Estado	645	467	72,40	739	114,57	569	88,22	767	118,91

Fonte: Fundação Seade e TRE-SP

Os dados revelaram que embora tenha ampliado o número de candidatos do PSDB-SP eleitos para os cargos de deputado estadual e federal não houve ampliação da área de abrangência eleitoral do partido, mantiveram-se as mesmas bases eleitorais²²⁹. Diferentemente do período anterior, os resultados eleitorais para o cargo de governador indicaram destaque para os municípios em que os membros do partido exerciam mandatos no cargo majoritário. Para ambos os cargos (presidente e governador) destacaram-se os municípios tidos como referência para atuação política dos membros com maior vínculo relacional com os atores centrais do partido²³⁰.

²²⁹ Anexo F: Quadro 27; Anexo G: Mapas 14 e 15 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1998 e Anexo D: Figura 4 – Sociograma III – Tempo 2 (1994-1998).

²³⁰ Tempo 0: São Paulo, Santos, Jundiaí, Piracicaba, Capão Bonito, Campinas, Marília, Santa Bárbara do Oeste (Campinas), Itú (Sorocaba), Santa Cruz do Rio Pardo (Ourinhos), Americana (Campinas), Pindamonhangaba (São José dos Campos), Lorena (Guaratinguetá) e Guaira (São Joaquim da Barra).

Os dados do quadro 38 indicaram haver correspondência entre a localização geográfica do desempenho eleitoral dos candidatos eleitos para os cargos de deputados, governador (a partir da eleição de 1998) e presidente. Revelaram ainda forte associação entre a posição do ator na estrutura relacional interna do partido, o lançamento de candidaturas e o resultado eleitoral.

Os candidatos eleitos para cargos de presidente e governador foram novamente os atores centrais na rede. Nessa eleição um número maior de membros da rede interna do partido foi eleito deputado federal ou estadual. Dos 15 deputados federais eleitos 12 pertenciam à rede (1 membro central e 1 articulador) e dos 21 deputados estaduais eleitos 16 pertenciam à mesma rede interna do partido (6 articuladores). Houve a manutenção de um deputado estadual, com vínculo com os membros centrais da rede, na direção da Comissão Executiva do diretório estadual e a ocupação dos demais cargos por atores que também possuíam vínculo com os atores centrais e que haviam exercido mandatos eleitorais em outras eleições.

Esses dados demonstram a correspondência entre os recursos organizacionais, em especial a manutenção da posição do ator na rede, e o *capital político* individual. Essa constatação indicou a vinculação entre a dinâmica funcional constituída internamente no partido e o resultado eleitoral, isso por meio da manutenção da estrutura de poder interna e a forma de estabelecer vínculo com a base partidária.

Pautado nos dados citados confirma-se que o exercício de mandatos eletivos foi um dos principais componentes para o reconhecimento dos atores na rede interna do partido, como também, reafirma a importância da estrutura relacional para a efetivação da dinâmica partidária (a organicidade partidária via desempenho eleitoral). Os Resultados eleitorais, analisados a partir de uma abordagem temporal e georeferenciada (nos municípios e nas microrregiões), revelaram uma ampliação do número de candidaturas e dos votos atribuídos ao PSDB-SP ao longo dos três

Tempo 1: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em Sorocaba, Campinas, Capivari (Piracicaba), Ribeirão Preto, Jundiaí e Franca.

Tempo 2: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em São José do Rio Preto, Jundiaí, Ribeirão Preto e Botucatu.

Tempo 3: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em São Carlos, Diadema e Taboão da Serra.

primeiros períodos analisados (T_0, T_1 e T_2), especialmente a partir de 1994, quando ganhou expressiva capilaridade no território paulista, embora com concentração em determinadas microrregiões, designadas nesta pesquisa como base eleitoral do partido.

No Tempo 3 (1999-2003) o partido participou de duas disputas eleitorais. A primeira disputa foi em 2000 (eleições municipais). O partido lançou candidatos ao cargo majoritário em 396 municípios e obteve vitória em 178²³¹. Houve uma redução, em 10%, do número de candidaturas em relação ao pleito eleitoral anterior (1996), como também no percentual de vitória, foram eleitos por volta de 28% dos candidatos do partido. Quanto aos cargos no poder legislativo municipais, o partido obteve 1.439 cadeiras em 555 municípios; embora tenha havido a redução em 20% dos candidatos eleitos, o partido manteve representantes em 86% dos municípios do estado de São Paulo. Conforme apresenta o Quadro 39.

Quadro 39 – Resultados eleitorais do PSDB no estado de São Paulo em 2000 (disputa para os cargos de prefeito e vereador)

Município por nº de Eleitores	Prefeito				Vereadores	
	Candidatos	%	Eleitos	%	Eleitos	%
0 - 10.000	214	33,18	99	15,35	788	122,17
11.000 – 50.000	128	19,84	58	8,99	453	70,23
51.000 - 100.000	30	4,65	13	2,02	101	15,66
101.000 - 150.000	7	1,09	1	0,16	24	3,72
150.000 - 200.000	4	0,62	3	0,47	23	3,57
Acima 200.000	13	2,02	4	0,62	50	7,75
Total	396	61,40	178	27,60	1.439	223,10

NOTA: Nas eleições do ano 2000 o PSDB elegeu vereadores em 555 municípios. Fonte: Fundação Seade e TRE-SP

²³¹ Anexo G: Mapas 16 e 17 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2000.

Entre os municípios com mais de 200 mil habitantes o partido lançou candidatos nos mesmos municípios do pleito de 1992 e 1996²³² e em Mogi das Cruzes, local em que obteve vitória. Os candidatos do partido mantiveram o mandato nos municípios de Jundiaí, São José dos Campos e Sorocaba. Para os cargos no poder legislativo mantiveram o desempenho eleitoral no município de São Paulo e nesse pleito em Campinas.

Dos municípios com população entre 151 e 200 mil habitantes o partido lançou candidatos ao cargo majoritário em 4 municípios, obteve vitória para o cargo majoritário e bom desempenho para os cargos no poder Legislativo em 3: Carapicuíba (Osasco), Limeira (Limeira) e Taubaté (São José dos Campos); portanto, houve alteração, em relação ao pleito anterior, das localidades em que o partido apresentou melhor desempenho eleitoral. Essa alteração também ocorreu nas candidaturas realizadas nos municípios entre 101 e 150 mil habitantes, associado a uma redução em mais de 50% do número de municípios em que o partido lançou candidato e obteve vitória (passou, respectivamente, de 15 para 7 e de 4 para 1). O partido obteve vitória para o cargo majoritário e maior número de cargos para o poder Legislativo apenas em Taboão da Serra (Itapecerica da Serra). Nos municípios com população entre 51 e 100 mil habitantes o partido manteve o número de candidaturas (lançou 30 candidatos) e o mesmo percentual de vitória do pleito anterior (40%), porém com alteração de algumas localidades. Manteve o mandato nos municípios de Lorena (Guaratinguetá), Pindamonhangaba (São José dos Campos), Guaratinguetá (Guaratinguetá), Hortolândia (Campinas), Itapecerica da Serra (Itapecerica da Serra) e Itapevi (Osasco); o candidato do partido passou a exercê-lo em Cotia (Itapecerica da Serra), Francisco Morato (Franco da Rocha), Itapetininga (Itapetininga), Itu (Sorocaba), Assis (Assis), São João da Boa Vista (São João da Boa Vista) e Sertãozinho (Ribeirão Preto).

Dos municípios com população entre 11 e 50 mil habitantes, o partido também manteve o número de candidaturas ao cargo majoritário (128 municípios) e

²³² Campinas, Jundiaí, Osasco, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Mauá, Diadema, Ribeirão Preto, Guarulhos e São José do Rio Preto.

de candidatos eleitos (58 municípios distribuídos em 35 microrregiões²³³). Nos municípios entre 0 e 10 mil habitantes o partido reduziu em 15% o número de municípios em que lançou candidatos ao cargo majoritário (passou de 252 para 214) e em 30% em que obteve vitória (passou de 139 para 99 municípios, distribuídos em 29 microrregiões²³⁴).

Ao mapear o desempenho eleitoral do partido nesse pleito²³⁵, foi possível identificar que houve candidatos eleitos pelo partido para o cargo de vereador em todas as microrregiões do estado. Para prefeito houve um desempenho eleitoral favorável ao partido em 21 microrregiões: Adamantina, Araçatuba, Auriflama, Bananal, Botucatu, Campinas, Capão Bonito, Caraguatatuba, Dracena, Itanhaem, Itapeçerica da Serra, Itapetininga, Jundiaí, Limeira, Novo Horizonte, Osasco, Pirassununga, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Tupã.

Nesse pleito eleitoral (2000) não houve uma correlação significativa entre os locais em que os candidatos do partido obtiveram resultados eleitorais satisfatório para o cargo de prefeito²³⁶ e os locais de referência da maioria dos atores políticos que compuseram Comissão Executiva do diretório Estadual – 6ª gestão -1999-2001 (microrregiões: São Paulo/ Metropolitana – M, Campinas, Sorocaba, Franca, Catanduva, Assis, Itapevi, São João da Boa Vista e Barretos), No entanto, a maioria das microrregiões em que os candidatos foram eleitos para o cargo de prefeito condizia com as microrregiões que são referências para os atores políticos da rede de relações interna do partido²³⁷ como aquelas em que os candidatos do partido

²³³ Adamantina, Amparo, Andradina, Araçatuba, Assis, Avaré, Batatais, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Capão Bonito, Caraguatatuba, Dracena, Itanhaem, Itapeva, Ituverava, Jaboticabal, Jales, Jaú, Limeira, Marília, Moji-Mirim, Novo Horizonte, Ourinhos, Paraibuna, Piracicaba, Pirassununga, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São José dos Campos.

²³⁴ Adamantina, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Assis, Auriflama, Bananal, Batatais, Bauru, Birigüi, Botucatu, Capão Bonito, Catanduva, Dracena, Fernandópolis, Franca, Itapetininga, Jales, Limeira, Marília, Nhandeara, Novo Horizonte, Ourinhos, Presidente Prudente, Registro, São José do Rio Preto, Tatuí, Tupã, Votuporanga.

²³⁵ Anexo G: Mapas 16 e 17 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2000.

²³⁶ Anexo F: Quadro 21 e Anexo G: Mapa 1 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1988.

²³⁷ Tempo 0: São Paulo, Santos, Jundiaí, Piracicaba, Capão Bonito, Campinas, Marília, Santa Bárbara do Oeste (Campinas), Itú (Sorocaba), Santa Cruz do Rio Pardo (Ourinhos), Americana

obtiveram destaque no resultado eleitoral para os cargos de deputado federal e estadual no pleito anterior (1998)²³⁸.

Embora tenha diminuído o número de candidaturas apresentadas, o partido disputou em mais de 50% dos municípios paulista, nas diversas microrregiões. Os dados referentes às candidaturas e obtenção de votos nessa eleição demonstraram a manutenção da base eleitoral partidária, mesmo havendo alterações dos resultados em alguns municípios²³⁹.

As últimas eleições do Tempo 3 (1999-2003) ocorreram em 2002. O partido lançou candidatos para todos os cargos (presidente, governador, senador, deputado federal e estadual).

Observou-se a manutenção da correspondência entre a estrutura relacional interna do partido, o lançamento de candidaturas e os resultados eleitorais. Novamente os membros centrais da rede interna do partido saíram candidatos ao cargo de presidente e governador, respectivamente, José Serra e Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho. Embora Fernando Henrique Cardoso também fosse considerado ator central na estrutura relacional interna do partido, nesse pleito existia restrições institucionais à sua candidatura (havia exercido dois mandatos de presidente consecutivamente).

O candidato ao cargo de presidente não foi eleito, obteve no primeiro turno 26,12% dos votos no estado de São Paulo e 42,22% no segundo turno. O candidato ao cargo de governador foi eleito, obteve 34,80% dos votos no primeiro turno e 55,87% no segundo turno.

Em algumas microrregiões houve municípios em que esses candidatos do PSDB-SP obtiveram uma votação acima dessa porcentagem, a maioria localizados

(Campinas)), Pindamonhangaba (São José dos Campos), Lorena (Guaratinguetá) e Guaira (São Joaquim da Barra).

Tempo 1: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em Sorocaba, Campinas, Capivari (Piracicaba), Ribeirão Preto, Jundiaí e Franca.

Tempo 2: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em São José do Rio Preto, Jundiaí, Ribeirão Preto e Botucatu.

Tempo 3: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em São Carlos, Diadema e Taboão da Serra.

²³⁸ Em sua maioria atores políticos que compunham a estrutura relacional da organização partidária.

²³⁹ Anexo F: Quadro 26 e Quadro 27; Anexo G: Mapas 12 e 13 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1996 e Mapas 14 e 15 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1998.

nas mesmas microrregiões identificadas no pleito de 1998. Para o cargo de presidente esses municípios estavam localizados em 47 microrregiões: Adamantina, Amparo, Andradina, Araçatuba, Assis, Auriflama, Avaré, Bananal, Barretos, Batatais, Bauru, Birigüi, Botucatu, Bragança Paulista, Campos do Jordão, Capão Bontito, Caraguatatuba, Catanduva, Dracena, Fernandópolis, Franca, Itanhaem, Itapecerica da Serra, Itapetininga, Itapeva, Jaboticabal, Jales, Jaú, Limeira, Lins, Marília, Nhandeara, Novo Horizonte, Ourinhos, Paraibuna, Piedade, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Sorocaba, Tatuí, Tupã e Votuporanga.

Para o cargo de governador os municípios estavam localizados em 52 microrregiões, sendo 90% as mesmas referências das eleições presidenciais: Adamantina, Amparo, Andradina, Araçatuba, Assis, Auriflama, Bananal, Bauru, Barretos, Batatais, Birigüi, Botucatu, Bragança Paulista, Campos do Jordão, Capão Bonito, Caraguatatuba, Dracena, Fernandópolis, Franca, Franco da Rocha, Guarulhos, Guaratinguetá, Itanhaem, Itapecerica da Serra, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Jales, Jaú, Lins, Marília, Moji-Mirim, Moji das Cruzes, Nhandeara, Novo Horizonte, Ourinhos, Paraibuna, Piedade, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Sorocaba, Tatuí, Tupã e Votuporanga.

Para o cargo de senador foi eleito um membro intermediário da rede, José Aníbal Peres de Pontes, com 22,99% dos votos. Entre os candidatos aos cargos de deputado federal foi eleito um número menor em relação pleito anterior (1998), foram 11 membros (6 reeleitos, 4 haviam exercido mandatos em outras eleições e 1 por outro partido). Houve a ampliação do número de eleitos pertencentes à rede interna do partido, passou de 80% para 100% (todos intermediários). Os atores eleitos possuíam como locais de referência 34 microrregiões: Adamantina, Auriflama, Bananal, Barretos, Bauru, Birigüi, Bragança Paulista, Campos do Jordão, Capão Bonito, Dracena, Franca, Franco da Rocha, Itapecerica da Serra, Itapetininga, Jales, Jaú, Jundiá, Lins, Moji-Mirim, Nhandeara, Novo Horizonte, Ourinhos, Piracicaba, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, São João da

Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Sorocaba, São José dos Campos, Tupã e Votuporanga.

Dos candidatos para os cargos de deputado estadual foram eleitos 18 (houve a redução de 20% em relação ao pleito anterior), sendo 12 reeleitos e 2 que haviam exercido mandatos em outras eleições. Dos candidatos eleitos, 90% eram membros da rede interna do partido (2 membros identificados como articuladores). Os resultados eleitorais²⁴⁰ demonstraram a manutenção do desempenho dos deputados estaduais em 35 microrregiões do estado, sendo 20 microrregiões correspondentes as que tiveram destaque nos resultados eleitorais para deputado federal: Adamantina, Assis, Araçatuba, Araraquara, Auriflama, Barretos, Batatais, Bauru, Birigüi, Botucatu, Campinas, Capão Bonito, Dracena, Franca, Itapeçerica da Serra, Itapeva, Ituverava, Jaboticabal, Jales, Jaú, Jundiá, Lins, Marília, Moji-Mirim, Nhandeara, Novo Horizonte, Presidente Prudente, Santos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Sorocaba, Tatuí, Tupã e Votuporanga.

Conforme apresentado na seção anterior, um deputado estadual e um deputado federal eleitos nesse pleito, membros da rede de relações internas do partido, ocuparam os maiores cargos de direção na sétima gestão (2001-03) da Comissão Executiva do diretório estadual²⁴¹.

Buscou-se novamente identificar correspondência entre os resultados eleitorais dos candidatos que disputaram pelo partido os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual nas eleições de 2002, comparando com os resultados das eleições municipais de 2000 e os resultados obtidos na análise dos pleitos anteriores.

O quadro 40 apresenta os resultados eleitorais dos municípios considerados referência dos membros da rede interna do PSDB/SP no T3. Apresenta a votação dos candidatos do partido nas eleições de 2000, 2002 e 2006.

²⁴⁰ Anexo F: Quadro 29 e Anexo G: Mapas 18 e 19 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2002.

²⁴¹ Anexo E: Quadro 19 – Comissão Executiva Estadual – 7ª Gestão – 2001 a 2003.

Quadro 40 (A e B) – Resultados eleitorais do PSDB em 2000, 2002 e 2006 (disputa para os cargos de prefeito, presidente, governador, deputado federal e estadual)

Microrregião (origem ou atuação política dos membros da rede interna do PSDB/SP no T3)		Quantidade de municípios da microrregião em que:									
		Candidato a		candidato a PRESIDENTE obteve +25% dos votos -1º turno				candidato a GOVERNADOR obteve +25% dos votos -1º turno			
				2000		2002		2006		2002	
Botucatu	7	3	42,86	6	85,71	6	85,71	7	100,00	7	100,00
Campinas	16	2	12,50	4	25,00	4	25,00	13	81,25	16	100,00
Capão Bonito	10	4	40,00	8	80,00	8	80,00	10	100,00	10	100,00
Franca	10	3	30,00	9	90,00	9	90,00	10	100,00	10	100,00
Guaratinguetá	11	4	36,36	4	36,36	4	36,36	11	100,00	11	100,00
Itapecerica da Serra	8	4	50,00	6	75,00	6	75,00	8	100,00	8	100,00
Jundiaí	5	2	40,00	2	40,00	2	40,00	4	80,00	5	100,00
Marília	13	5	38,46	13	100,00	13	100,00	13	100,00	13	100,00
Ourinhos	18	6	33,33	15	83,33	15	83,33	18	100,00	17	94,44
Piracicaba	12	1	8,33	10	83,33	10	83,33	12	100,00	12	100,00
Ribeirão Preto	16	7	43,75	11	68,75	11	68,75	15	93,75	16	100,00
Santos	6	0	0,00	1	16,67	1	16,67	6	100,00	6	100,00
São Carlos	6	1	16,67	4	66,67	4	66,67	5	83,33	6	100,00
São João da Boa Vista	14	5	35,71	13	92,86	13	92,86	14	100,00	14	100,00
São Joaquim da Barra	9	2	22,22	7	77,78	7	77,78	9	100,00	9	100,00
São José do Rio Preto	29	8	27,59	27	93,10	27	93,10	29	100,00	29	100,00
São José dos Campos	8	2	25,00	5	62,50	5	62,50	8	100,00	8	100,00
São Paulo - M	8	0	0,00	2	25,00	2	25,00	5	62,50	8	100,00
Sorocaba	15	3	20,00	9	60,00	9	60,00	14	93,33	15	100,00
Total e % municípios no Estado	645	178	27,60	486	75,35	640	99,22	621	96,28	621	96,28
Microrregião		Quantidade de municípios da microrregião em que:									

(origem ou atuação política dos membros da rede interna do PSDB/SP no T2)		candidato a DEP. ESTADUAL esteve entre os 5 + votados				candidato a DEP. FEDERAL esteve entre os 5 + votados			
		2002		2006		2002		2006	
Botucatu	7	13	185,71	14	200,00	5	71,43	7	100,00
Campinas	16	19	118,75	13	81,25	13	81,25	18	112,50
Capão Bonito	10	18	180,00	16	160,00	13	130,00	16	160,00
Franca	10	9	90,00	12	120,00	11	110,00	9	90,00
Guaratinguetá	11	5	45,45	8	72,73	6	54,55	12	109,09
Itapecerica da Serra	8	11	137,50	8	100,00	12	150,00	7	87,50
Jundiaí	5	7	140,00	3	60,00	5	100,00	6	120,00
Marília	13	20	153,85	15	115,38	7	53,85	14	107,69
Ourinhos	18	26	144,44	26	144,44	20	111,11	16	88,89
Piracicaba	12	17	141,67	16	133,33	11	91,67	18	150,00
Ribeirão Preto	16	9	56,25	18	112,50	16	100,00	25	156,25
Santos	6	6	100,00	9	150,00	2	33,33	4	66,67
São Carlos	6	4	66,67	6	100,00	8	133,33	8	133,33
São João da Boa Vista	14	16	114,29	19	135,71	17	121,43	19	135,71
São Joaquim da Barra	9	11	122,22	10	111,11	9	100,00	9	100,00
São José do Rio Preto	29	32	110,34	22	75,86	32	110,34	30	103,45
São José dos Campos	8	9	112,50	11	137,50	7	87,50	9	112,50
São Paulo - M	8	5	62,50	13	162,50	2	25,00	8	100,00
Sorocaba	15	25	166,67	21	140,00	23	153,33	26	173,33
Total e %	645	779	120,78	796	123,41	67	104,81	765	118,60

Fonte: Fundação Seade e TRE-SP

Os dados demonstraram a permanência da base eleitoral do PSDB-SP vinculado aos candidatos eleitos para os cargos de deputado estadual e federal. Para ambos os cargos (presidente e governador) houve destaque para os resultados eleitorais dos municípios em que os membros com maior vínculo relacional com os atores centrais do partido tinham como referência para sua atuação política²⁴².

²⁴² Tempo 0: São Paulo, Santos, Jundiaí, Piracicaba, Capão Bonito, Campinas, Marília, Santa Bárbara do Oeste (Campinas), Itu (Sorocaba), Santa Cruz do Rio Pardo (Ourinhos), Americana (Campinas), Pindamonhangaba (São José dos Campos), Lorena (Guaratinguetá) e Guaira (São Joaquim da Barra).

Tempo 1: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em Sorocaba, Campinas, Capivari (Piracicaba), Ribeirão Preto, Jundiaí e Franca.

Tempo 2: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em São José do Rio Preto, Jundiaí, Ribeirão Preto e Botucatu

O resultado da análise comparativa dos Resultados eleitorais de 2000 e 2002 indicou novamente haver correspondência entre as localidades de maior expressão nos resultados eleitorais do partido para os cargos de deputados, governador e presidente.

Os candidatos para cargos de presidente e governador foram novamente os atores centrais na rede, dos 11 deputados federais eleitos todos pertenciam à rede (membros articuladores) e dos 18 deputados estaduais eleitos, 17 pertenciam à mesma rede interna do partido (2 articuladores)²⁴³. Esses dados reafirmam a dinâmica que garantiu o funcionamento interno da organização partidária: a reciprocidade entre recursos organizacionais, obtidos conforme a posição na estrutura relacional interna, e o *capital político* do ator. Nessa eleição o número de membros da rede interna do partido que foram eleitos deputados federais ou estaduais manteve-se. Houve também a manutenção de um deputado estadual e um federal, com vínculo com os membros centrais da rede, na direção da Comissão Executiva do diretório estadual; os demais cargos foram ocupados por atores que também possuíam vínculo com os atores centrais e haviam exercido mandatos eleitorais em outros pleitos.

Esse conjunto de dados corrobora a hipótese da vinculação entre as normas institucionais, a estrutura de poder interna e o resultado eleitoral.

No T₄ (2003-06) o partido lançou candidatos para disputar, primeiramente, as eleições municipais de 2004. Para o cargo majoritário houve candidatos em 410 municípios, com vitória em 195²⁴⁴. Houve um aumento, em relação ao pleito eleitoral de 2000, no número de candidaturas (em 4%) e no percentual de vitória (foram eleitos 48% dos candidatos do partido).

Quanto aos cargos referentes ao poder legislativo municipais, o partido obteve 1.189 cadeiras em 534 municípios. Em relação ao pleito eleitoral de 2000 houve

Tempo 3: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em São Carlos, Diadema (São Paulo – M) e Taboão da Serra.

Tempo 4: foi incorporado ator com origem em São Paulo – M.

²⁴³ Anexo D: Figura 14 - Relações entre os atores partidários centrais e os membros da Comissão Executiva do Diretório Estadual (7^a Gestão - 2001 a 2003).

²⁴⁴ Anexo F: Quadro 30 e Anexo G: Mapas 21 e 22 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2004.

uma redução em 18% dos candidatos eleitos pelo partido e em 4% o número de municípios (passou para 83% do total de municípios do estado de São Paulo).

Conforme demonstra o quadro 41, o partido manteve, como nos pleitos anteriores, melhor desempenho nos municípios com população acima de 200 mil habitantes e nos municípios menores, com população entre 0 e 10 mil habitantes.

Quadro 41 – Resultados eleitorais do PSDB no estado de São Paulo em 2004 (disputa para os cargos de prefeito e vereador)

Município por nº de Eleitores	Prefeito				Vereadores	
	Candidatos	%	Eleitos	%	Eleitos	%
0 - 10.000	198	30,70	103	15,97	642	99,53
11.000 - 50.000	149	23,10	68	10,54	341	52,87
51.000 - 100.000	32	4,96	10	1,55	72	11,16
101.000 - 150.000	11	1,71	4	0,62	37	5,74
150.000 - 200.000	5	0,78	2	0,31	14	2,17
Acima 200.000	15	2,33	8	1,24	83	12,87
Total	410	63,57	195	30,23	1.189	184,34

NOTA: Nas eleições do ano 2004 o PSDB elegeu 1 189 vereadores em 534 municípios.

Fonte: Fundação Seade e TRE-SP

Entre os municípios com mais de 200 mil habitantes o partido lançou candidatos nos mesmos municípios do pleito de 1992, 1996 e 2000²⁴⁵, e em Bauru e Carapicuíba (Osasco). O candidato do partido manteve o mandato majoritário nos municípios de Jundiaí, São José dos Campos, Sorocaba e Mogi das Cruzes; obteve vitória nesse pleito nos municípios de Carapicuíba (Osasco), Piracicaba, Ribeirão Preto e São Paulo. Para os cargos no poder legislativo manteve o desempenho eleitoral nos municípios de São Paulo e em Campinas.

²⁴⁵ Campinas, Jundiaí, Osasco, Santo André (São Paulo – Metropolitana), Santos, São Bernardo do Campo (São Paulo – Metropolitana), São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Mauá (São Paulo – Metropolitana), Diadema (São Paulo – Metropolitana), Ribeirão Preto, Guarulhos (São Paulo – Metropolitana), São José do Rio Preto e Mogi das Cruzes.

Dos municípios com população entre 151 e 200 mil habitantes o partido lançou candidatos ao cargo majoritário em 5 municípios, obteve vitória para esse cargo e bom desempenho para os cargos no poder Legislativo em Taubaté (São José dos Campos) e em Franca.

Houve alteração em relação ao pleito anterior das localidades e no número de candidatos apresentados pelo partido nos municípios entre 101 e 150 mil habitantes (houve um aumento para 35%). O partido lançou candidato em 11 municípios e obteve vitória em 4, com melhor desempenho eleitoral, tanto para o cargo majoritário como para o poder Legislativo, em Cotia (Itapeverica da Serra), Marília, Praia Grande (Santos) e Santa Bárbara do Oeste (Campinas). Nos municípios com população entre 51 e 100 mil habitantes o partido manteve o número de candidaturas (lançou 32 candidatos), mas houve diminuição das vitórias (para 32%) em relação ao pleito anterior (2002) e alteração das localidades. Manteve o mandato nos municípios de Francisco Morato (Franco da Rocha) e Sertãozinho (Ribeirão Preto) e os candidatos do partido passaram a exercê-lo em Caraguatatuba, Catanduva, Franco da Rocha, Itanhaém, Jaú, Ourinhos, Sertãozinho (Ribeirão Preto), Tatuí e Votuporanga (ressaltando que nesses cinco últimos municípios os candidatos do partido já haviam sido eleitos em pleitos anteriores).

Dos municípios com população entre 11 e 50 mil habitantes o partido aumentou, em relação ao pleito anterior, para 15% o número de candidaturas ao cargo majoritário (149 municípios) e obteve 45% de vitória (em 68 municípios). Nos municípios entre 0 e 10 mil habitantes o partido reduziu em 7% o número de candidatos ao cargo majoritário (passou de 214 para 198) e obteve 73% de vitória (passou de 99 para 103 municípios).

Esses dados, referentes às candidaturas e ao desempenho eleitoral do PSDB-SP nessa eleição, indicaram a manutenção do padrão de votação por categoria de municípios referente aos outros tempos (T_0 , T_1 , T_2 e T_3) e revelaram uma alteração na dinâmica e no cenário de constituição da base eleitoral do partido. Os dados indicaram que, nesse tempo, apareceram as conseqüências de processos conjugados dos tempos anteriores: houve a manutenção da estrutura relacional,

embora o grau de centralidade dos atores tenha diminuído, e, ao mesmo tempo, a ampliação da capilaridade organizacional e eleitoral.

No tempo em que a organização partidária teve seus candidatos a frente dos poderes Executivo e Legislativo no âmbito federal, estadual e na maioria dos municípios do estado, houve correspondência entre o desempenho eleitoral do partido, a estrutura relacional e o *capital político*, tanto dos candidatos individualmente como do partido. No T₂ (1994-98) houve a potencialização simultânea do *capital político* dos atores envolvidos e da própria organização partidária, consolidando uma dinâmica organizacional que conjuga hierarquia posicional e autonomia dos atores intermediários e locais, desde que sejam garantidos votos ao partido. No T₃ (1999-2002) houve uma diminuição do êxito nos resultados eleitorais. Esse dado revela o acirramento do processo organizacional desvelado: a manutenção da estrutura relacional, com menor grau de centralidade dos atores, e, ao mesmo tempo, a ampliação da georeferência eleitoral.

As últimas eleições do T₄ (2003-06) ocorreram em 2006. O partido lançou candidatos para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual, em muitos casos candidatos à reeleição.

Observou-se a manutenção da correspondência entre lançamento de candidaturas e a posição dos atores na estrutura relacional interna do partido. Novamente os membros centrais da rede interna do partido saíram candidatos para o cargo de presidente e governador, respectivamente, Geraldo Alckmin e José Serra. O candidato ao cargo de presidente obteve no primeiro turno 54,20% dos votos no estado de São Paulo, e no segundo 52,26%, no entanto, não foi eleito. O candidato ao cargo de governador obteve 57,93% no primeiro turno, sendo eleito. Para ambos os cargos, o resultado eleitoral foi acima dessa porcentagem em 41 microrregiões: Adamantina, Amparo, Araçatuba, Assis, Auriflama, Avaré, Bananal, Barretos, Batatais, Bauru, Birigüi, Botucatu, Bragança Paulista, Fernandópolis, Franca, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Itanhaem, Guaratinguetá, Itapetininga, Itapeva, Jales, Jaú, Limeira, Marília, Nhandeara, Novo Horizonte, Ourinhos, Paraibuna, Piedade, Piracicaba, Pirassununga, Registro, Rio Claro, São Carlos, São

João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Tatuí, Tupã e Votuporanga.

Entre os candidatos aos cargos de deputado federal foram eleitos 13 membros do partido (5 reeleitos e 1 que havia exercido mandato de deputado estadual). Houve a manutenção do número de eleitos pertencentes à rede interna do partido, 80% (15% membros centrais e 70% membros articuladores). Os atores eleitos tiveram maior desempenho eleitoral, seguindo resultados do pleito anterior, nas microrregiões de Adamantina Barretos, Batatais, Capão Bonito Franco da Rocha, Fernandópolis, Guaratinguetá, Itanhaem, Jales, Jundiá, Lins, Marília, Nhandeara, Novo Horizonte, Paraibuna, Piracicaba e Ribeirão Preto, Registro, São João da Boa Vista, Sorocaba, São José dos Campos, Tatuí e Votuporanga; e nesse pleito nas microrregiões de Assis, Araçatuba, Auriflama, Avaré, Birigüi, Campinas, Campos do Jordão, Catanduva, Dracena, Franca, Itapecerica da Serra, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Jaboticabal, Ourinhos, Piedade, Presidente Prudente, Rio Claro, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto e Tupã.

Para os cargos de deputados estaduais foram eleitos 19 candidatos do partido (7 reeleitos); houve uma redução de 10% em relação ao pleito de 2002. Dos candidatos eleitos 75% eram membros da rede interna do partido, 1 membro identificado como articulador. Os resultados eleitorais demonstraram a manutenção do desempenho dos deputados estaduais nas microrregiões de Adamantina Bananal, Barretos, Bauru, Birigüi Botucatu, Campinas, Capão Bonito Catanduva, Franca, Itapecerica da Serra Jales, Jaú, Moji-Mirim, Nhandeara, Presidente Prudente, Rio Claro São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, Sorocaba e Tupã; e nesse pleito nas microrregiões de Assis, Araçatuba, Araraquara, Auriflama, Bragança Paulista, Franco da Rocha, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Lins, Paraibuna, Piedade, Pirassununga, Registro, Santos, São Carlos e São José dos Campos.

A análise dos resultados eleitorais a partir das microrregiões indicou haver correspondência entre o desempenho dos candidatos aos cargos de Presidente e de Governador e, com menor ênfase, entre o desempenho dos candidatos aos cargos de deputado federal e estadual, e desses com os cargos anteriormente citados.

Foi possível identificar, devido à capilaridade territorial dos votos atribuídos aos candidatos do PSDB-SP – distribuídos pela maioria das microrregiões do estado –, uma correspondência pouco significativa entre os locais em que os candidatos do partido obtiveram resultados eleitorais satisfatórios e os locais de referência dos atores políticos da rede de relações interna do partido²⁴⁶, como também entre os atores políticos que compuseram a oitava gestão (2003 a 2005) da comissão executiva do diretório estadual (microrregiões: Piracicaba, Sorocaba, São Paulo/Metropolitana – M, São José do Rio Preto Capão Bonito Taboão da Serra São José dos Campos Itapeverica da Serra Santos). Buscou-se então, identificar associações, a partir dos Resultados eleitorais dos municípios considerados referência dos membros da rede interna do PSDB/SP em diferentes pleitos eleitorais do T4. O Quadro 42 apresenta os resultados eleitorais obtidos pelos candidatos do partido nas eleições de 2004 e 2006.

Quadro 42 – Resultados eleitorais do PSDB em 2004 e 2006 (disputa para os cargos de prefeito, presidente, governador, deputado federal e estadual)

Microrregião		Quantidade de municípios da microrregião em que:									
		Candidato a prefeito eleito		candidato a PRESIDENTE obteve +25%		candidato a GOVERNADOR obteve +25% dos		candidato a DEP. ESTADUAL esteve entre os 5		candidato a DEP. FEDERAL	
		2004		2006		2006		2006		2006	
Botucatu	7	1	14,29	7	100,00	7	100,00	7	100,00	5	71,43
Campinas	16	3	18,75	16	100,00	16	100,00	12	75,00	14	87,50
Capão	10	4	40,00	10	100,00	10	100,00	10	100,00	10	100,0

²⁴⁶ Tempo 0: São Paulo, Santos, Jundiaí, Piracicaba, Capão Bonito, Campinas, Marília, Santa Bárbara do Oeste (Campinas), Itu (Sorocaba), Santa Cruz do Rio Pardo (Ourinhos), Americana (Campinas), Pindamonhangaba (São José dos Campos), Lorena (Guaratinguetá) e Guaira (São Joaquim da Barra).

Tempo 1: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em Sorocaba, Campinas, Capivari (Piracicaba), Ribeirão Preto, Jundiaí e Franca.

Tempo 2: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em São José do Rio Preto, Jundiaí, Ribeirão Preto e Botucatu

Tempo 3: além dos membros do período anterior foram incorporados atores com origem em São Carlos, Diadema (São Paulo – M) e Taboão da Serra.

Tempo 4: além dos membros do período anterior foi incorporado ator com origem em São Paulo – M.

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Franca	10	2	20,00	10	100,00	10	100,00	9	90,00	7	70,00
Guaratininguetá	11	2	18,18	11	100,00	11	100,00	11	100,00	9	81,82
Itapeçerica da Serra	8	3	37,50	8	100,00	8	100,00	5	62,50	5	62,50
Jundiaí	5	3	60,00	5	100,00	5	100,00	2	40,00	5	100,00
Marília	13	3	23,08	13	100,00	13	100,00	9	69,23	11	84,62
Ourinhos	18	5	27,78	17	94,44	17	94,44	15	83,33	13	72,22
Piracicaba	12	3	25,00	12	100,00	12	100,00	12	100,00	12	100,00
Ribeirão Preto	16	9	56,25	16	100,00	16	100,00	13	81,25	16	100,00
Santos	6	1	16,67	6	100,00	6	100,00	4	66,67	3	50,00
São Carlos	6	1	16,67	6	100,00	6	100,00	4	66,67	6	100,00
São João da Boa Vista	14	5	35,71	14	100,00	14	100,00	13	92,86	14	100,00
São Joaquim da Barra	9	2	22,22	9	100,00	9	100,00	7	77,78	7	77,78
São José do Rio Preto	29	7	24,14	29	100,00	29	100,00	17	58,62	21	72,41
São José dos Campos	8	3	37,50	8	100,00	8	100,00	6	75,00	7	87,50
São Paulo	8	2	25,00	8	100,00	8	100,00	8	100,00	5	62,50
Sorocaba	15	4	26,67	15	100,00	15	100,00	14	93,33	13	86,67
Total e % municípios no Estado	645	195	30,23	640	99,22	621	96,28	796	123,41	765	118,60

Fonte: Fundação Seade e TRE-SP

Os dados revelaram que embora tenha diminuído o número de candidatos eleitos pelo PSDB-SP para os diversos cargos, houve a manutenção da área de

abrangência eleitoral do partido²⁴⁷. Nesse sentido, referente ao âmbito organizacional, os resultados eleitorais indicaram um protagonismo e relevância dos candidatos eleitos aos cargos legislativos (deputados federais e estaduais). Tanto o lançamento de candidaturas como os resultados eleitorais corresponderam à dinâmica e a estrutura relacional interna do partido. No T4 a o partido manteve uma rede de relações composta por alguns núcleos de centralidade – com baixo índice em relação aos atores dos períodos anteriores – e com grande capilaridade, portanto muitos atores intermediários com vínculos fracos na rede. Em suma, observou-se no T₄ (2003-06), que embora tenha havido alterações na dinâmica organizacional, permaneceu a correspondência entre estrutura relacional e resultados eleitorais. Os dados indicaram que, a existência de diversos atores com baixa taxa de centralidade e muitos atores articuladores²⁴⁸, fizeram com que o reconhecimento e potencialização do *capital político* de lideranças articuladoras e locais garantissem votos aos candidatos do partido nesse tempo.

Assim, os dados referentes esse último período analisado da trajetória do PSDB-SP reafirmaram a correspondência entre o desempenho eleitoral do partido, o *capital político* dos candidatos individualmente, a dinâmica e a estrutura relacional da organização partidária.

4.3. A relação entre a estrutura relacional e os resultados eleitorais do PSDB-SP

A análise do desempenho eleitoral do PSDB-SP, apresentada neste capítulo, corroborou o argumento de que os mecanismos institucionais e a estrutura relacional são fatores importantes tanto para a explicação do funcionamento organizacional do partido político, como também para revelar aspectos referentes a relação entre organização partidária e o voto.

²⁴⁷ Anexo F: Quadro 27; Anexo G: Mapas 14 e 15 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1998 e Anexo D: Figura 4 - Sociograma III – Tempo 2 (1994-1998).

²⁴⁸ Esses atores, em sua maioria, concorreram aos cargos de deputado estadual ou federal.

Os dados pesquisados demonstraram associações significativas entre a composição da estrutura relacional interna do partido, ou seja, os vínculos estabelecidos a partir da influência do *capital político* dos atores, e o desempenho eleitoral partidário, mais precisamente a configuração da base eleitoral. Existiu uma correspondência entre a estrutura relacional da organização partidária (hierarquia posicional), o lançamento de candidaturas (definição dos atores para o cargo em disputa) e a localização do desempenho eleitoral (conforme análise georeferenciada nas microrregiões). Portanto, o *capital político*, que pertence aos atores individualmente, mas que só tem capacidade de ser potencializado no âmbito do partido é um elemento fundamental para a estruturação e dinâmica interna da organização partidária, além de garantir a estabilidade nos resultados eleitorais.

Ao considerarmos essa categoria *capital político*, foi possível identificar a relevância da organização partidária para a definição dos resultados eleitorais a partir de alguns indicativos: a correlação desses resultados com o padrão de relações que constitui a dinâmica organizacional, a continuidade dos atores nas carreiras políticas e na ocupação dos espaços institucionais (de modo especial os cargos eletivos e da Comissão Executiva do Diretório), e a estabilidade na georeferência das localizações.

Em síntese, a análise dos Resultados eleitorais, referentes aos tempos que constituíram a trajetória do partido (1988 a 2006), apresentou como resultado:

- a) associação entre o lançamento de candidaturas para os diversos cargos e estrutura relacional interna do partido (a hierarquia posicional da rede de relações);
- b) correspondência entre ocupação dos cargos de direção do partido, posição do ator político na rede e resultado eleitoral;
- c) o partido constituiu uma base eleitoral com resultados em destaque nos municípios de pequeno e grande porte (respectivamente, com menos de 10.000 habitantes e acima de 200.000 habitantes). Em geral, esses municípios e microrregiões correspondiam aos locais de referência dos atores reconhecidos como políticos articuladores ou intermediários na rede de relações interna do partido. A dinâmica organizacional do PSDB-SP foi pautada na coexistência de uma hierarquia posicional e na autonomia dos atores, potencializando o papel dos deputados

federais e estaduais, como forma de garantir votos ao partido. A estrutura relacional foi mantida ao longo do período analisado, apresentando, a partir do T₂ (1994-98), atores com menor grau de centralidade e a ampliação do resultado e da georeferência eleitoral. Esse processo conjugado foi mantido até o T₃ (1999-02), período em que os resultados eleitorais apresentaram menor êxito.

d) a modalidade de eleição e o cargo em disputa influenciaram na dinâmica organizacional do partido. No caso do PSDB-SP essa influência caracterizou-se pela interdependência entre a base eleitoral dos deputados federais e estaduais²⁴⁹, desses com o desempenho eleitoral dos candidatos do partido nas eleições municipais, como também, desses com o desempenho eleitoral dos candidatos ao cargo de governador e presidente.

²⁴⁹ Em geral são atores reconhecidos como políticos articuladores ou intermediários na rede de relações interna do partido, com vínculo político estabelecido com os membros do núcleo central da estrutura relacional e com as bases eleitorais.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propondo-se, modestamente, a contribuir para o debate recorrente acerca do significado das organizações partidárias no sistema político brasileiro atual (democracia representativa), esse estudo não poderia apresentar propriamente conclusões. O que se segue é uma súmula da intencionalidade da pesquisa, do caminho teórico-metodológico percorrido e algumas constatações e provocações referentes ao tema e ao objeto da pesquisa.

O objetivo foi desenvolver um estudo empírico a respeito da dinâmica interna de um partido político, o PSDB-SP, utilizando uma abordagem organizacional, e considerando o contexto político-eleitoral, para identificar a influência da estrutura institucional e relacional nesse processo.

Com os procedimentos metodológicos adotados para estudar a complexa relação entre os atores e a organização partidária, especialmente a utilização da análise de redes, essa pesquisa inova na abordagem organizacional e apresenta algumas explicações para a dinâmica do PSDB-SP no período entre 1988 e 2006.

Comprovou-se empiricamente que concentrar a abordagem à estrutura da instituição partidária ou aos resultados eleitorais, como freqüentemente ocorre nas análises a respeito dos partidos políticos brasileiros, é insuficiente para explicar a dinâmica interna dessas organizações. É necessário também estudar as implicações desses elementos político-institucionais na configuração da estrutura relacional interna da organização partidária para explicar os fatores determinantes da sua organicidade.

Embora os resultados das pesquisas sobre o desenvolvimento e a institucionalização dos partidos políticos brasileiros tenham reconhecido a função peculiar dessas organizações, tanto na disputa eleitoral²⁵⁰, como na articulação de interesses durante o processo de tomada de decisões na arena governamental²⁵¹, não houve um avanço expressivo no diagnóstico do significado da organização

²⁵⁰ Lima Júnior (1993); Kinzo (1993 e 1999) e Meneguello (1989).

²⁵¹ Figueiredo e Limongi (1999) e Meneguello (1998).

partidária nas ações dos atores políticos. Existem, ainda, estudos²⁵² que indicam a carreira política como o elemento preponderante na atuação desses atores, desconsiderando ou atribuindo menor importância ao papel da organização partidária.

A utilização metodológica das redes sociais possibilitou a obtenção e o tratamento de dados empíricos referentes ao conjunto das relações que compõem e sustentam o poder posicional e institucional da organização partidária analisada. Com isso viabilizou-se o estudo e uma compreensão significativa da complexidade existente na relação entre a atuação dos atores e a dinâmica organizacional do partido político.

A análise combinou elementos estruturais embasados em relações sociais e sistemas de poder que se retroalimentam. As redes sociais permitem identificar os intercâmbios existentes (tanto simétricos como assimétricos) que constituem as relações verticais e horizontais de uma organização – portanto, o seu tecido social. Além disso, ressalta a importância de reconhecer o que – e como – movimentam essas relações, o que permite compreender a configuração da dinâmica política da organização. Essa dinâmica constituída pela estrutura, pela forma e pela simbologia que legitimam as relações de poder. Assim, em espaços constituídos por relações complexas, os indivíduos devem manejar minimamente três tipos de intercâmbios: reciprocidade, redistribuição e mercado. Isso implica em participar simultaneamente de três tipos de relações sociais: de confiança, de hierarquia e de classe. Cada tipo de intercâmbio tem sua regra, que o indivíduo aprende a vivenciar em determinada situação, e isso se constitui em um recurso.

Comprovou-se a hipótese de que estudar a posição política do ator, por meio de seus vínculos relacionais e acesso aos recursos institucionais, possibilita compreender a dimensão individual e a dimensão organizacional que compõem o partido – é, portanto, uma via explicativa para a dinâmica e organicidade partidária. As relações que coexistiram no interior do partido foram analisadas tendo como referência teórica o conceito de capital político²⁵³. Identificou-se que as relações que

²⁵² Melo (1999 e 2000).

²⁵³ Bourdieu (1986).

estruturaram internamente o partido foram impulsionadas pelos recursos políticos organizacionais (informações, lançamento de candidaturas, contatos, cargos etc.). São essas relações que permitem aos atores terem maior ou menor acesso aos recursos políticos organizacionais; portanto, é o que atribui o poder posicional no interior do partido. Assim, é a busca pelo capital político que tensiona, dinamiza e garante a estabilidade da organização partidária.

O resultado da análise dos dados referentes ao PSDB-SP, período entre 1988 e 2006, revelou os fatores correspondentes à configuração da rede de relações dos atores e aos mecanismos institucionais do partido que influenciaram a sua dinâmica organizacional: a composição e a manutenção de um padrão de relações permitiram a configuração de uma dinâmica de funcionamento para a organização partidária pautada pelo desempenho eleitoral²⁵⁴. Entre os elementos que compuseram esse padrão relacional tiveram destaque: o estabelecimento (oculto) de requisitos para a incorporação dos atores na rede interna do partido (base eleitoral e poder de articulação); a permanência dos membros na rede, na maioria dos casos nas mesmas posições da estrutura relacional; e o perfil dos membros que compuseram o órgão diretivo do partido – a Comissão Executiva do Diretório Estadual. Verificou-se que o funcionamento organizacional do partido foi dinamizado pela reciprocidade: a intercambialidade entre poder posicional²⁵⁵ e poder institucional (pela ocupação de cargos eletivos e/ou indicação de cargos no governo ou no órgão deliberativo do partido).

Em conseqüência, esta pesquisa apresenta resultados que dialogam com o diagnóstico tecido pelos estudos acadêmicos a respeito do PSDB²⁵⁶. O trabalho de Roma (1999 e 2002) indicou que a estrutura formal do partido, de forma geral, não corresponde aos processos que garantem o funcionamento da organização partidária. O autor identificou um descompasso entre as características definidas pelo estatuto do partido e o seu funcionamento efetivo. Concluiu que o partido

²⁵⁴ Maximização das possibilidades de êxitos nos resultados eleitorais reforçado pelo princípio da “garantia de legenda” àqueles que possuem mandatos eletivos.

²⁵⁵ Terminologia utilizada por Marques (2000).

²⁵⁶ Roma (1999) e Guiot (2006). Ambos os estudos utilizaram uma abordagem organizacional para analisar o PSDB nacionalmente.

possui uma estrutura organizacional fraca e descentralizada: o desenho institucional do partido possibilitou a ocupação dos cargos de direção por filiados com experiência em mandatos eletivos, garantindo aos seus líderes centrais o controle das decisões acerca das diretrizes político-eleitorais no âmbito nacional e estadual e, aos líderes locais, a autonomia para decidir acerca de suas estratégias.

Guiot (2006) centra sua análise na proposta político-ideológica²⁵⁷ do partido e em como a composição social (os atores políticos filiados ou relacionados com membros do partido) foi determinante para garantir a implementação dessa proposta não só no setor partidário, mas também como um projeto para o Brasil ao assumirem o governo, especialmente na instância federal. Nesse sentido, esse estudo reafirma o protagonismo e o controle dos líderes centrais nas decisões acerca das diretrizes político-eleitorais no âmbito nacional. No entanto, apresenta outras referências e outros dados para a análise das características partidárias definidas no estatuto e do funcionamento efetivo partido.

Mesmo com outro recorte analítico (dados referentes apenas ao estado de São Paulo), esta pesquisa também diagnosticou a incompatibilidade entre as normas institucionais e a dinâmica organizacional. Isso indica que as normas e a estrutura formal do partido não são os elementos centrais para garantir a sua dinâmica organizacional. O resultado da pesquisa demonstrou que a dinâmica funcional nesse modelo de partido (pautado pela centralização decisória e autonomia operacional dos atores nas várias localidades e instâncias de poder) foi garantida pela efetivação das ações decorrentes das relações de poder estabelecida pelos atores que compõem a sua rede interna.

Os dados obtidos revelaram como os atores políticos do PSDB-SP agiram frente às limitações político-institucionais resultantes, especificamente, da legislação eleitoral e da correlação de forças na disputa eleitoral. A pesquisa demonstrou uma simbiose entre as articulações locais, ocorridas nos municípios, e as articulações em âmbito estadual pelos atores centrais. Assim, os atores políticos, denominados articuladores e intermediários na estrutura relacional, tiveram um papel fundamental

²⁵⁷ Compreendida como uma contra-reforma neoliberal, condizente com a terceira via defendida pela social-democracia do pós-Segunda Guerra Mundial.

para efetivar estruturalmente o partido e garantir a base eleitoral no estado de São Paulo²⁵⁸.

O mapeamento do desempenho eleitoral dos candidatos do partido foi uma referência importante para identificar, nas diversas eleições, a associação entre o lançamento das candidaturas, o desempenho eleitoral dos candidatos e a estrutura relacional interna do partido²⁵⁹.

Esta análise comparativa (entre estrutura relacional interna do partido e o mapeamento geográfico dos dados eleitorais) permitiu comprovar a influência dos aspectos relacionais e institucionais na dinâmica interna do partido²⁶⁰.

A definição de um padrão, e também a permanência de determinados atores, foi constatada tanto na ocupação das posições na estrutura relacional como nos cargos eletivos e de direção do partido. Os cargos de direção da Comissão Executiva do PSDB-SP, nas diversas gestões, foram ocupados por atores com forte vínculo com os atores centrais²⁶¹ da estrutura relacional. Compôr a Comissão Executiva do partido implica ter maior acesso aos mecanismos de poder, pois a ocupação de cargos institucionais significa capacidade de deliberar a respeito da ação partidária; portanto, é fundamental na dinâmica organizacional.

Os dados empíricos obtidos durante o estudo indicaram ainda que a hierarquia posicional foi fator determinante na definição da dinâmica interna do partido. Embora a pesquisa realizada tenha analisado apenas as relações em destaque no interior da organização no âmbito estadual, foi possível identificar que a sua dinâmica funcional decorreu da coexistência de relações verticais (entre atores centrais, articuladores, intermediários e a base eleitoral local) e relações horizontais

²⁵⁸ Conforme Valenzuela (1977), as relações no interior dos partidos políticos são estabelecidas em função dos favores, da lealdade e da obtenção de recursos, portanto, são potencializadas pelo acesso do partido ao poder estatal.

²⁵⁹ Comprovou-se que a posição dos atores na estrutura relacional interna do partido resultou do conjunto de vínculos estabelecidos, do seu poder de articulação e da densidade da sua base eleitoral.

²⁶⁰ Os resultados eleitorais dos candidatos do PSDB no estado de São Paulo nas eleições ocorridas entre 1988 e 2006 foram analisados os por meio do mapeamento geográfico, associado aos resultados na análise de redes.

²⁶¹ Segundo Panebianco (1988), as características do processo que leva à fundação do partido influenciam a sua estrutura e o seu funcionamento. Como foi citado anteriormente, o PSDB-SP nasceu da cisão de uma das facções do PMDB, em decorrência, entre outros fatores, do desfecho do processo de decisão interno do partido no estado de São Paulo para as eleições: tratava-se de uma disputa entre os diversos líderes do partido por mais espaço político.

(atuação simultânea e autônoma dos atores, nos diversos níveis, desde que cumprissem as normas legais e não desestabilizassem a estrutura posicional da rede).

A relação entre os atores possibilitou a operacionalização das ações partidárias por meio do exercício de mandatos eletivos: ocupação de cargos no partido e no governo. Os dados demonstraram que a estrutura relacional, constituída pelos vínculos entre os atores, influenciou tanto a composição do principal órgão deliberativo do partido (Comissão Executiva do Diretório Estadual), como as articulações entre as instâncias internas e a capilaridade das ações territorialmente. Verificou-se que a organização partidária se constituiu e funcionou por meio do estabelecimento e/ou fortalecimento de vínculos com (e entre) diversos atores políticos, das várias instâncias de poder (nacional, estadual e municipal), com trajetória política consolidada no cenário eleitoral.

Entre os possíveis fatores explicativos para a dinâmica organizacional do PSDB-SP esta pesquisa ressalta a influência mútua do modelo institucional e da estrutura relacional: o desenho institucional dessa organização fortaleceu a estrutura de relações por meio da combinação de uma hierarquia de poder pautada no reconhecimento mútuo dos respectivos capitais políticos dos atores, especialmente sua atuação no cenário eleitoral.

Os resultados obtidos pela presente pesquisa evidenciaram que a dinâmica funcional do PSDB-SP decorreu do padrão de relações estabelecido internamente, orientado pelos mecanismos institucionais e retro-alimentado pela reciprocidade do capital político. A ocupação dos espaços de poder e de cargos ou os recursos de autoridade formal, viabilizados pelo processo eleitoral, possibilitaram fortalecer a organização. Essa afirmação decorre da compreensão de que a dimensão relacional foi referência para explicar a articulação existente entre os aspectos institucionais, as deliberações organizacionais e os interesses dos atores políticos.

Esse estudo demonstra que os partidos políticos, que são marcados tanto por intencionalidades de natureza organizacional como por interesses específicos dos atores, requerem em suas análises o reconhecimento dos recursos pessoais e institucionais que viabilizam a negociações, as articulações e as estratégias

políticas. Ou seja, que se desvele a dialética existente entre a institucionalidade, as relações e os interesses dos atores e as circunstâncias conjunturais.

REFERÊNCIAS

- ALDRICH, J. *Why parties?: The origin and transformation of political parties in América*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- AMES, B. A organização partidária local nas eleições presidenciais brasileiras de 1989. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 37, n. 1, 1994.
- AMES, B. Electoral rules, constituency pressures and pork barrel: bases of voting in the Brazilian Congress. *The journal of politics*, n. 2, vol. 57, pp. 324-343, 1995a.
- _____. Electoral strategy under open-list proportional representation. *American journal of political science*, vol. 39, n. 2, pp. 406-433, 1995b.
- AMORIM NETO, O. Presidential policy-making strategies and cabinet formation in Latin America's presidential democracies, 1946-1995. CONFERÊNCIA EL GOBIERNO DIVIDIDO EM MÉXICO, 2002, Ciudad de México. *Conferência El Gobierno Dividido en México: Riesgos y Oportunidades*. Ciudad de México, 2002. v. 1. p. 1.
- _____; SANTOS, F. The Executive connection: presidentially-defined factions and party discipline in Brazil. *Party politics*, London, v. 7, n. 2, p. 213-234, 2001.
- ANDERSON, C. J. Party, party system, and satisfaction with democratic performance in the New Europe. In: HOFFEMBERG, R. *Parties and Democracy*. [S.l.]: Blackwell Pub., 1998, pp.150-66.
- ANDRADE, R. S. C. *Processo de Governo no Município e no Estado*. São Paulo: Edusp, FAPESP, 1998. v. 2.
- BALBACHEVSKY, E. Identidade Partidária e Instituições Políticas no Brasil. *Lua Nova*, nº 26, 1992.
- BARNES, J. A. (1972). *Social networks*. Addison-Wesley Module in Anthropology. 26, pp.1-29.
- BENEVIDES, M. V. M. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo : 1945 - 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BICHR, R. M. Introdução à análise de redes sociais. 2004. (Curso de curta duração ministrado).

- BOTT, E. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: _____ . *O poder simbólico*. Lisboa : Difel, 1986.
- _____. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. *Propos sur le champ politique*. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- BRAGA, M. S. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. Tese (doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003 (mimeo.)
- BRANDÃO, G. M. O Partido Comunista como “esquerda positiva”. *Lua Nova*, n. 35, pp. 183-201, 1995.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resultados eleitorais do período de 1988 a 2004. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/eleicoes/resultados>>. Acesso em: jan.-jun. 2005.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9096 de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre os partidos políticos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de set. 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096.htm>. Acesso em: 18 maio 2005.
- BRASIL. Câmara dos deputados. Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/deputados>>. Acesso em: jan.-jun 2005.
- BRASS, D. Power in organization: a social network perspective. In: MOORE, G.; WHITT, A. (Orgs.) *Research in politics and society: the political consequences of social networks*. Greenwich, Conn.: JAI Press, Vol. 4, 1992.
- BREIGER, R.L. The duality of persons and groups. *Social Forces*. vol. 53, pp.181-90, 1974.
- BURT, R. S. *Structural Holes*. University of Chicago Press, Chicago, 1992.
- CAMPBELL, A.; CONOERSE, P.; MILLER, W. & STOKES, D. *The American voter*. New York: John Wiley, 1960.
- CASTRO, M. M. (1994), *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Tese (Doutorado), IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.
- CHACON, V. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

COLEMAN, J. *Foundations of social theory*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1990.

CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. E. (Ed.). *Ideology and discontent*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1964.

COUTO, C. *O desafio de ser governo: o PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

COUTO, C. *PPB (Partido Progressista Brasileiro)*. São Paulo: Konrad-Adnauer-Stiftung, Cadernos internos, 1998.

COX, G.; McCUBBINS, M. *Legislative Leviathan*. Berkeley: University of California Press, 1993.

CRIDDLE, B. France: parties in a presidential system. In: WARW, A. (Ed.) *Political parties – electoral change and structural response*. Oxford: Basil Blackwell, 1987, pp. 137-57.

DALTON, R. J. The decline of party identifications. In: _____; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M (Eds.) *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp.19-36.

_____; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M. (2000), The consequences of partisan dealignment. In: _____; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M (Eds.) *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DEGENNE, A.; FORSÉ, M. *Introducing Social Networks*. London: Sage Publications, 1999.

DINIZ, E. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DOMNHOFF, W. *The powers that be: process of ruling-class domination in America*. New York: Vintage Books, 1979.

DOWS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. Tradução de Sandra Guadini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

EMIRBAYER, M.; GOODWIN, J. Network analysis, culture and the problem of agency. *American Journal of Sociology*, v.99, n. 6, 1994.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology*, vol. 103, n. 2, 1997.

EPSTEIN, L. D. *Political parties in Western Democracies*. New Brunswick & London: Transaction Books, 1982.

FERRAND, A. La structure des systèmes de relations. *L'Année sociologique*, n. 1, vol. 99, 1997.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Os partidos políticos na câmara dos deputados. *Dados*, vol. 38, n. 3, p. 497-526, 1995.

_____. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. Relação Executivo Legislativo no Presidencialismo Multipartidário. 1998. (Apresentação de Trabalho). *Referências adicionais*: Brasil/Português; Local: Minas Gerais; Cidade: Caxambu; Evento: XXII Encontro Anual da ANPOCS; Inst. promotora/financiadora: ANPOCS.

_____. Relacion Ejecutivo-Legislativo en el Brasil. 2000. (Apresentação de Trabalho/Seminário). *Referências adicionais*: México/Espanhol; Local: México; Cidade: México; Evento: Como Funcionan las democracias presidenciales?; Inst. promotora/financiadora: Centro de investigacion y Docencia Económicas- CIDE.

_____. As Lideranças políticas na Câmara dos Deputados. 2000. (Apresentação de Trabalho/Seminário). *Referências adicionais*: Brasil/Português; Local: São Paulo; Cidade: São Paulo; Evento: Lideranças Políticas na América Latina; Inst. promotora/financiadora: Fundação Konrad Adenauer.

_____. "Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária." Rio de Janeiro, *Dados*, vol.45, n. 2, p. 303-344, 2002.

FIORINA, M. *Congress: the keystone of Washington establishment*. New Haven: Yale University Press, 1997.

FLEISCHER, D. (Org.) *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981.

FORSÉ, M & LANGLOIS, S. Réseaux, structures et rationalité. *L'Année sociologique*, vol.47, n.1, 1997.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. - Rio de Janeiro: Graal, 1985 e 2001.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. - Rio de Janeiro: Graal, 1988.

- FUKUYAMA, F. *Culture and economic development*. Elsevier Science, 2001.
Disponível em:
<http://www.sais~ju.edu/faculty/fukuyama/articles/Culture_development.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2002.
- GADOTTI, M.; PEREIRA, O. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São PAULO: Cortez, 1989.
- GALLAGHER, M. Introduction. In: _____; MARSH, M. (Eds.). *Candidate selection in comparative perspective: the secret garden of politics*. London: Sage, 1988a.
- _____. Conclusion. In: _____; MARSH, M. (Eds.). *Candidate selection in comparative perspective: the secret garden of politics*. London: Sage, 1988b.
- GILMENDIETA, J. et al. A dynamic analysis of the Mexican power network. *Connections*, v. 20, n. 2, 1997.
- GOMES, W. Estratégia retórica e ética da argumentação na propaganda política. In: FAUSTO NETO, A.; BRAGA, J.; PORTO, S. D. *Brasil: comunicação, cultura & política*. Rio de Janeiro: Diadorim, COMPÓS, 1994, pp. 117-133.
- GOULD, R. Multiple Networks and mobilization in the Paris Commune, (1871). *American Sociological Review*, vol. 56, 1991.
- GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, vol. 78, 1973, pp. 1360-80.
- GUIOTT. *Um 'moderno Príncipe' para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação (Mestrado), orientada pela Prof^ª Dr^ª Virgínia Fontes, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- GURAK, D.; CACES, F. Migration Networks and The Shaping of Migration Systems. In: Kritz, M. et al (Eds.) *International migration systems: a global approach*, Clarendon Press, Oxford, 1992.
- HAGGARD, S. The reform of the state in Latin America. *World Bank's Annual Conference on Development in Latin America and the Caribbean*. Rio de Janeiro, 12-13 Jun. 1995.
- _____; KAUFMAN, R. R. *The Politics of Economic Adjustment*. New Jersey: Princeton University Press, 1992.
- HANIFAN, L. J. The rural school community center. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n.º. 67, 1916, pp. 130-138.

HANNEMAN, R. *Introduction to Social Network Methods*, Textbook. Disponível on-line no site pessoal do Prof. Hanneman, Universidade da Califórnia, Riverside, 2000.

_____. *Introduction to social network methods*. Riverside: University of California, 2001.

_____. On the Uses of Computer-Assisted Simulation Modeling in the Social Sciences. *Sociological Research Online*, vol. 2, no. 2, 1997.

HIGGINS, S. S. *Os Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó, Argos Ed. Universitária, 2005, 263 p.

HIPPOLITO, Lucia. *PSD de raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IMMEGURT, E. M. The Theoretical Core of the New Institutionalism. *Politics and Society*, v. 26, n.1, pp. 5-34, 1998.

JACOBS, J. *The Death and Life of Great American Cities*. New York, Random House, 1961.

JAGUARIBE, H. *Social-Democracia Hoje – Alternativas do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

KATZ, R.; MAIR, P. (Eds.). *How parties organize – change and adaptation in party organizations in Western democracies*. London: Sage Publications, 1994.

KECK, M. *PT - a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, M. D. G. (Org.) *Brazil: the challenges of the 1990's*. London: British Academic Press, 1993.

_____. O legado oposicionista do MDB: o partido do Movimento Democrático Brasileiro. In: SOARES, G. D. & D'ARAUJO, M.C. (Orgs.) *21 anos de Regime Militar – balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

_____. *Partidos, eleições e representação política no Brasil – considerações finais*. Coletânea de trabalhos submetidos ao concurso de livre docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. "Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 20, nº. 57, 2005.

_____; CARREIRÃO, Y. Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, vol.47, nº.1, p.31-167, 2004.

KITSCHHELT, H. *The Transformation of European Social Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

KNOKE, D. *Political networks: the structural perspective*. New York: Cambridge University Press, 1990.

KNOKE, D.; KUKLINSKY, J. *Network Analysis*. Sage Publications, Series: Quantitative Applications in the Social Sciences: Newsbury, 1982.

KIRCHHEIMER, O. The transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, J & WEINER, M. (Eds.) *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1966, pp. 177-200.

KRACKHARDT, D; BRASS, D. Intraorganizational networks: the micro side. In: WASSERMAN, S.; GALASKIEWICZ (Orgs.) *Advances in social network analysis*. New York: Cambridge University Press, 1992.

KREHBIEL, K. Spatial models of political choice. *Legislative Studies Quarterly*.n. 8, 1988, pp. 259-319.

_____. *Information and Legislative Organization*. Ann Arbor: The Michigan University Press, 1991.

LAMOUNIER, B. Comportamento eleitoral em São Paulo. In: _____.; CARDOSO, F. H. *Partidos e eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Voto de desconfiança*. São Paulo: Símbolo, 1980.

_____. *Partidos e utopias – o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

_____.; MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática*. O caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAUMMAN, E.; KNOKE, D. *The organizational state: social choice in the national policy domains*. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

_____.; TAM, T.; HEING, J.; NELSON, R.; SOLISBURG, R. The social organization of the Washington establishment during the first Reagan administration. In: MOORE, G.; WHITT, A. (Orgs.), *Research in politics and society: the political consequences of social networks*, vol. 4, 1992.

LAVAREDA, A. Governos, partidos e eleições segundo a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1964. *Dados*, vol. 32, n. 3, 1989.

LAWSON, K. *How political parties work perspectives from within*. London: Praeger Published, 1994.

_____.; MERKL, P. (Eds.) *When Parties Fail: emerging alternative organizations*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

LAZEGA, E. Analyse de reseaux et sociologie des organizations. *Revue Française de Sociologie*, vol. 35,1994, pp.293-320.

_____. Arrangements contractuels et structures relationnelles. *Revue Française de Sociologie*. v. 37, 1996, pp. 439-456.

_____.; LEBEAUX, M. Capital social et contrainte latérale. *Revue Française de Sociologie*. v. 36, 1995, pp. 759-777.

LIMA JÚNIOR, O. B. *Os Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional: 1945/64*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. *Instituições Políticas Democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LIPSET; ROKKAN. *Party systems and voter alignments: Cross-national perspectives*. Toronto: The Free Press, 1967.

MAINWARING, S. Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada. *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, São Paulo, março 1991, pp. 34-58.

_____. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

_____. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____.; LIÑAN, A. Disciplina partidária: o caso da Constituinte. *Lua Nova*, nº 44, 1998.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 37, n. 1, 1994.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (Orgs.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MAINWARING, S. & SHUGART, M. M. S. (Eds.) *Presidencialism and Democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MAOR, M. *Political parties and party systems: comparative approaches and the British experience*. London: Rotledge, 1997.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Belo Horizonte, vol.14, n.41, 1999, pp.45-67.

_____. *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. A rede social da engenharia urbana em São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 69, p. 119-144, 2004.

_____. Redes sociais e poder no Estado brasileiro. Texto apresentado no XXVIII Encontro da *Anpocs*, Caxambú, 2005.

MARQUES, E. C. & BICHR, R. M. Estado e empreiteiras II: permeabilidade e políticas urbanas em São Paulo (1978-98). *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.46, n.1, 2003, pp.39-74.

MARQUES, J. R. & FLEISCHER, D. V. *De facção a partido: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (1987/1995)*. Brasília: Konrad-Adnauer-Stiftung, 1998.

MAYHEW, D. R. *Congress: the electoral connection*. New Haven: Yale University Press, 1974.

McADAM, D. Recruitment to high-risk activism: the case of freedom summer. *American Journal of Sociology*, vol. 92, n. 1, 1986.

MEDA, D. Le capital social: un point de vue critique. *L'Economie Politique*, Paris, n°. 14, abril, pp. 36-45, 2002.

MELHEN, C. S., *Política de botinas amarelas: O MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política da USP, 1998

MELO, C. R. F. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-1998)*. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999, mimeo.

_____. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.43, n.2, 2000.

MENEGUELLO, R. *PT – a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. Partidos e Tendências de Comportamento: O Cenário Político em 1994, In: DAGNINO, E. (Org.), *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Electoral Behavior in Brazil: The 1994 Presidential Election. *International Social Science Journal*, vol. 47, nº 4, 1995.

_____. *Partidos e governo no Brasil contemporâneo (1985-1995)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MENEGUELLO, R.; MARTINS ALVES, R. M. Tendências Eleitorais em São Paulo (1974-1985). In: LAMOUNIER, B. (Org.), *1985: o Voto em São Paulo*, coleção História Eleitoral, vol. 1, São Paulo: IDESP, 1986.

MICHELS, R. *Os partidos políticos*. 2 ed. São Paulo: Senzala, 1977.

_____. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 243 p. (Coleção Pensamento Político; 53)

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista Sociologia Política*. n. 20, 2003, p.115-134.

MISCHE, A.; PATTISON, P. *Composing a civic arena: publics, projects and social setting*. New York: Columbia University, cópia xerográfica, 1999.

_____. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: *XX Congresso Internacional da LASA*. Guadalajara, México, 1997.

MOHR, J. Soldiers, mothers, tramps and others: discourse roles in the 1890. In: *Poetics*. New York City: Charity Directory, n. 22, 1994.

MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MULLER, W. C.; STROM, K. *Policy, office or votes? How political parties in Western Europe make hard decisions*. New York: Cambridge University Press, 1999.

NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. As distorções na representação dos estados na Câmara dos Deputados brasileira. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.40, n. 3, 1997, p. 441-464.

NORRIS, P. (Ed.) *Politics and the press*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1997.

_____. (Ed.) *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford, Oxford University Press, 1999.

NOVAES, C. A. M. Dinâmica institucional de representação. *Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 38, 1994.

PANEBIANCO, A. *Political parties: organization & power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. *Modelos de partido: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid: Alianza, 1990.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Uma Teoria da Preponderância do Poder Executivo. O Sistema de Comissões no Legislativo Brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 43, 2000.

PERES, P. S. Sistema Partidário, Instabilidade Eleitoral e Consolidação Democrática no Brasil. In: *II Encontro Anual da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*, mimeo, 2000.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. *Manifesto, Programa, Estatuto*. 3.ed. Brasília: Comissão Executiva do Diretório Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 1998.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. *Estatuto*. 4. ed. Brasília: Comissão Executiva do Diretório Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 2002.

PUTNAM, R. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, volume 6, nº 1, pp. 65-78, janeiro, 1995.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ROMA, C. R. *A social democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB (1988-1998)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 1999.

_____. *A Social Democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB (1988-1998)*. Dissertação (Mestrado), orientado pelo Prof. Dr. Fernando Limongi, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, n. 49, 2002, pp. 71-92.

ROSENTHAL, N. et al. Social movements and network analysis: a case study of nineteenth-century women's reform in New York State. *American Journal of Sociology*, vol. 90, n.5, 1985.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.

SARTORI, G. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: Zahar/UNB, 1982.

SANTOS, A. M. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, nº 45, fev. 2001.

SÃO PAULO. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Resultados eleitorais do PSDB referente ao período de 1988 a 2004. Disponível em: <<http://www.tre-sp.gov.br/>> eleições anteriores. Acesso em: jan.-jun. 2005.

SÃO PAULO. Folha de S. Paulo. Banco de dados Folha. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bd/>>. Acesso em: jan.-jun. 2005.

SÃO PAULO. O Estado de S. Paulo. Banco de dados. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: jan.-mar. 2005.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Resultados eleitorais do PSDB referente ao período de 1988 a 2004. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>> eleições/ movimento eleitoral. Acesso em: jan.-jun. 2005.

SÃO PAULO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos e informações. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/portal/site/alesp/>>. Acesso em: jan.-jun. 2005.

SCOTT, J. *Social network analysis: a handbook*. Sage Publications: London, 2000.

SCHMITT, R. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo, 1998.

_____. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWARTZ, M. (Org.) *The structure of power in America: the corporate elite as a ruling class*. New York: Holmes e Meier, 1987.

- SINGER, A. *Identificação ideológica e voto no Brasil: o caso das eleições presidenciais de 1989 e 1994*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- SILVEIRA, F. *O Novo Eleitor Não-Racional*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- SOARES, G. A. D. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973
- SOURAF, F. *Party and representation*. New York: Atherton Press, 1963.
- SOUZA, M. C. C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil - 1930 a 1964*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.
- STEPAN, A. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do Demos. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, 1999, p. 197-251.
- STROM, K. A behavioral theory of competitive political parties. *American Journal of Political Science*. Vol. 34 (1), may 1990, pp. 593-613.
- TAIRA, K.; WADA, T. Business-government relations in modern Japan: a Todai-Yakkai-Zaikai complex? In: MIZRUCHI, M.; SCHWARTZ, M. (Orgs.) *Intercorporate relations: the structural analysis of business*. New York: Cambridge University Press, 1987.
- TAYLOR, P. J.; JOHNSTON, R. J. *Geography of Elections*. Harmondworth: Penguin, 1979.
- TILLY, C. Transplanted Networks In: McLAUGHLIN, V. (Ed.) *Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics*. New York: Oxford University Press, 1990.
- _____. (Org.). *Big structures, large processes and huge comparisons*. New York: Russel Sage Fundation, 1992.
- WARE, A. *Political Parties and Party Systems*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis: methods and applications*. Structural analysis in the social sciences, vol.8, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1984.

WELLMAN, B. El análisis estructural: del método y la metáfora a la teoría y la sustancia. *Política y Sociedad*, Madrid, n. 33, ene-may, 2000, pp. 11-40. (Disponível em: < <http://www.ucm.es/info/pecar/Revis.htm>>. [Versão original: Structural analysis: from method and metaphor to theory and substance. In: WELLMAN, B.; ERKOWITZ, S.D. (Eds.) *Social structure: A network approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 19-61. Disponível em: <<http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/vita/index.html>>].

WHITE, H. Where do markets come from? *American Journal of Sociology*, vol. 87, n. 3, 1981.

_____. *Identity and control: a structural theory of social action*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

OBRAS CONSULTADAS

ABRANCHES, S. H. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5-34.

ABRUCIO, F.L. *Os barões da federação, os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/USP, 1988.

_____; SAMUELS, D. A nova política dos governadores. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. n. 40/41, 1997, p.137-66.

AMES, B. *The deadlock of democracy in Brazil*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2001.

BLONDEL, J.; COTTA, M. (eds.) *Party and government – an inquiry into the relationship between governments and supporting parties in Liberal Democracies*. London: Macmillan, 1996.

Bourdieu, P. *Raisons pratiques : sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.

_____. *Sur la télévision, suivi de l'emprise du journalisme*. Paris: Liber, 1996.

_____. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.

_____. *Science de la science et reflexivité*. Paris: Raison d'Agir, 2001.

BOWLER, S. Parties in legislature: two competing explanations. In: DALTON, R. J., MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M. (Eds.) *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp.157-179.

CAREY, J.M.; REINHARDT, G. Coalition brokers or breakers? Brazilian governors and legislative voting. In: *Conferência Brazilian political institutions in comparative perspective: the role of Congress in Presidential Systems*. Oxford: Oxford University. Centre for Brazilian Studies, St. Anthony's College, 2001.

COX, G. *The efficient secret: the cabinet and the development of political parties in Victorian England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ELDERSVELD, S. *Political parties in American Society*. New York: Basic Books, 1982.

FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GIBSON, D.; MISCHÉ, A. *Internetwork encounters and the emerge of leadership*. New York: Columbia University: Center for the Social Sciences, 1995.
- GIL-MENDIETA, J.; SCHMIDT, S. The political network in Mexico. *Social Network*. v. 18, n.4, 1996, pp. 355-382.
- GOLD, R. Multiple networks and mobilization in the Paris Commune. *American Sociological Review*. vol. 56, 1987, pp. 716-729.
- INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA. PSDB: sua origem. Seu programa. Coleção Idéias e Debates. Brasília:1997.
- KATZ, R. Party government: a rationalistic conception. In: CASTLES, F.; WILDENMANN, R. (Eds.) *The future of party government – vol.1 Visions and realities of party government*. Berlin: De Gruyter, 1986.
- KATZ, R. *Party government: European and American Experiences*. Berlin: De Gruyter, 1987.
- KINZO, M. D. G.; SILVA, S. R. *PMDB*. São Paulo: Konrad-Adnauer-Stiftung, Cadernos internos, 1996.
- KNOKE, D.; PAPPI, F. Organizational Action Sets in the US and German Labor Policy domains. *American Sociological Review*, vol. 56, n. 4, 1991.
- _____. Networks of elite structure and decision making. In: WASSERMAN, S.; GALASKIEWICZ, M. (Orgs.), *Advances in social network analysis*. New York, Cambridge University Press, 1992.
- _____. The organizational state: origins and prospects. *Research in Political Sociology* 8: 1998, 147-163.
- _____. *Political networks: the structural perspective*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- LAPALOMBARA, J; WEINER, M. (Eds.) *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/ Iuperj, 1991.
- LIMA JUNIOR, O. B.; ABRANCHES, S. H. Representação eleitoral: conceitos e experiências. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 1983, p. 125-39.
- _____. (Org.) *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982-94*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1997.

_____. Reformas de sistemas eleitorais: mudanças, contextos e conseqüências. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, 1999, p. 17-61.

_____. Eleições Presidenciais: centralidade, contexto e implicações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Belo Horizonte, v.14, n.40, 1999, p.11-30.

LIMONGI, F. O Novo-Institucionalismo e os estudos Legislativos: a literatura norte-americana recente. *Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, n.37, pp. 3-38, 1994.

MAIR, Peter. *Party system change – approaches and interpretations*. Oxford: Claredon Press, 1997.

MARQUES, E. C. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Belo Horizonte, v.14, nº 39,1999, p.182-186.

_____; BICHIR, R. M. Clivagens ideológicas e empresas privadas nos investimentos públicos urbanos: São Paulo 1978-1998. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 50, 2002.

MELO, M. A. *Reformas constitucionais no Brasil – instituições políticas e processo decisório*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NICOLAU, J. M., SCHMITT, R. A. Sistema eleitoral e sistema partidário. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 36,1995, p. 129-47.

_____. *Sistemas eleitorais, uma introdução*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

OSTROGORSKI, M. J. *Democracy and the organization of political parties*. New York: Haskell, 1970.

PADGETT, J.; ANSELL, C. Robust action and the rise of the Medici: 1400-1434. *American Journal of Sociology*. Vol.98, n. 6, 1993.

PALERMO, V. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v.23, n. 3, 2000, p. 521-557.

PEREIRA, L.C.B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.) *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

ROSE, R. *Do parties make a difference?* London: MacMillan Press, 1984.

_____. Still the era of party government. *Parliamentary Affairs*. vol. 36, n. 3, 1983.

SANCHEZ, R. C. *De volta ao começo!* Raízes de um PSDB militante que nasceu na oposição. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

SANTOS, A. M. dos. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 45, n. 16, 2001.

SANTOS, F. Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil. In *DADOS: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, 1999, p. 111-138.

SEILER, D. *Os partidos políticos*. Brasília: UnB, 2000.

SCHMITT, R. Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, jul, n.54, 1999.

SOUZA, C. Intermediação de interesses regionais no Brasil: o impacto do federalismo e da descentralização. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998, p. 569-592.

SOUZA, I. R. *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1988.

TSEBELIS, G. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da Ciência Política Comparada*. São Paulo: EDUSP, 1998.

TSEBELIS, G. Decision making in political systems: veto players in presidentialism, parliamentarism, multicameralism and multipartism. *British Journal of Political Science*, July, 1995: 289-326.

VALENZUELA, M. *Maternal sensitivity in a developing society: The context of urban poverty and chronic undernutrition*. *Developmental Psychology*, 33(5), 1997, 845-855.

WIRTHE, H. Network switchings and bayesian forks: reconstructing the social and behavioral sciences. *Social research: an international quarterly of the social sciences*, vol. 62, n. 4, 1995.

ANEXOS

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PSDB

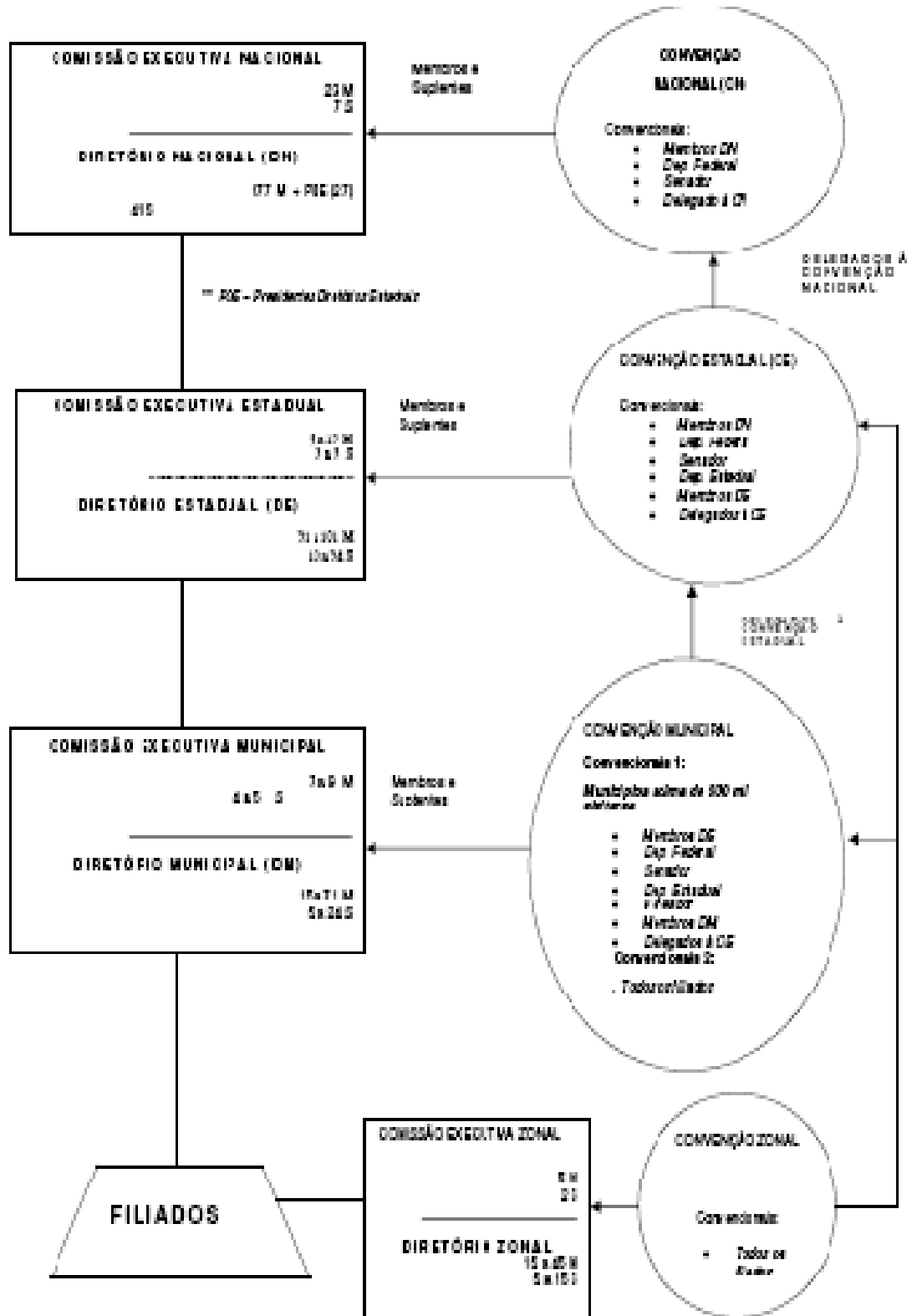


Figura 1 – Estrutura Organizacional do PSDB.

Fonte: Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de 2003.

Composição da rede interna do PSDB-SP ao longo do período analisado (1988 a 2006): atores e atributos

Os quadros apresentados possuem dados acerca da composição da rede interna do PSDB-SP no período analisado, divididos em cinco “tempos” (T₀, T₁, T₂, T₃ e T₄). A elaboração desse material valeu-se de dados históricos e institucionais coletados nos documentos internos do partido (atas e ficha de filiação do diretório nacional e do diretório estadual – São Paulo), como também das entrevistas realizadas.

Quadro 1 - Composição da rede interna do PSDB-SP no tempo 0 (1988-1989)

NOME	Ano de filiação	Nº de vezes que compôs a Comissão Executiva	Atributo	Local de origem
ALAION DE CAMPOS	89	2	1	1
ANDRÉ BENASSI	89	0	1	2
ANDRÉ FRANCO MONTORO	88	0	18	1
ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO	88	0	2	1
ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME	89	3	6	2
ANTONIO CARLOS TONCA FALSETI	89	1	10	1
ANTONIO CESAR CONTIJO DE ABREU	89	3	2	2
ANTONIO DE PÁDUA PEROSA	88	2	9	2
ANTONIO LEMOS BASTOS NETO	89	1	1	1
ANTONIO RUBENS COSTA DE LARA	89	0	10	3
ARNALDO MADEIRA	89	1	6	1
ARY SIMONETTO PEREIRA	89	1	0	
BOANERGES NEVES PANÃO	89	1	1	2
CAIO POMPEU DE TOLEDO	88	0	9	1
CÉLIA CAMARGO LEÃO EDELMUTH	88	2	4	2
CLEDIO JOSÉ PEREIRA BUENO	89	2	1	1
CLÓVIS VOLPE	89	1	3	1
EDSON APARECIDO DOS SANTOS	88	5	4	1
EMANUEL FERNANDES	89	1	10	1
EVANDRO LUIZ LOSACCO	88	6	1	1
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	88	0	12	1
FERNANDO LECA	88	1	9	1
FRANCISCO GRAZIANO NETO	88	5	6	1
GABRIEL ORTEGA	89	1	9	1

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO	88	3	5	1
GILDA F. P. GOUVEIA	88	0	9	1
GETÚLIO HANASHIRO	89	2	4	1
GILSON DE ALMEIDA BARRETO	89	1	12	1
GORO HAMA	89	5	10	1
HUMBERTO PARRO	89	0	9	1
IEDA MARIA BOTTURA AREIAS	88	2	9	1
JOÃO BASTOS SOARES	89	1	0	2
JOSÉ CARLOS LEONEL GRECCO	88	0	3	1
JOSÉ CARLOS STANGARLINI	89	0	4	1
JOSÉ HENRIQUE REIS LOBO	89	6	9	1
JOSÉ MARIA G. MONTEIRO	88	1	1	2
JOSÉ MARIA MOREIRA JÚNIOR		1	4	1
JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA –	88	1	6	2
JOSÉ ROBERTO N. ALVARENGA TRIPOLI	89	1	4	1
JOSÉ SANTILLI	89	0	1	2
JOSÉ SERRA	88	1	3	1
JÚLIO CÉSAR CARREIRO	89	1	1	1
KOYU IHA	88	5	10	3
LUIS B. MÁXIMO	88	0	1	1
LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA	88	1	11	1
MARCOS ANTONIO MONTEIRO	89	4	9	2
MARIA APARECIDA DE CAMPOS B. SANTILLI	88	1	1	2
MARIA APARECIDA DE LAIA	89	1	1	1
MARIA DE LOURDES FRADIOUE	89	1	12	1
MARIA DO CARMO PIUNTI	89	1	12	2
MÁRIO COVAS JÚNIOR	88	0	5	3
PAULO SEITI KOBAYASHI	88	1	1	1
RAUL CHRISTIANO OLIVEIRA SANCHES	89	1	10	1
ROBERTO GONCALVES	89	0	1	1
ROBERTO MAURO BORGES	89	1	1	2
ROBERTO KAZUSHI TAMURA	88	1	9	2
ROBSON MARINHO	88	1	12	1
RODOLFO JOSÉ DA COSTA E SILVA	89	1	4	1
SALVADOR ZIMBALDI FILHO		2	0	
SEBASTIÃO SOARES DE FARIAS	89	4	2	1
SÉRGIO BARBOUR	89	2	9	1
SÉRGIO R. V. MOTTA	88	0	0	1
SIDNEY E. BERALDO	89	1	4	2
SILVIO FRANÇA TORRES	89	2	6	2
VANDERLEI MACRIS	88	1	4	2
WALDEMAR CHUBACI		4	3	2
WALDIR ALCEU TRIGO	89	2	2	1
WALTER MAYER FELDMAN	88	0	9	1
WIDERSON TADEU ANZELOTTI	89	2	1	1

WILMA MOTA	88	1	1	1
ZULAIÊ COBRA RIBEIRO	88	3	6	1
NOMES CITADOS NA REDE - FUNDADORES	70			
ATRIBUTOS INDIVIDUAIS	CODIFICAÇÃO	QUANTIDADE		
MILITANTE	1	16		
VEREADOR	2	4		
PREFEITO	3	3		
DEPUTADO ESTADUAL	4	9		
GOVERNADOR	5	1		
DEPUTADO FEDERAL	6	1		
SENADOR	7	0		
PRESIDENTE	8	0		
SECRETÁRIO DE GOVERNO – MUNICIPAL	9	11		
SECRETÁRIO DE GOVERNO – ESTADUAL	10	6		
MINISTRO – GOVERNO FEDERAL	11	1		
MILITANTE COM OCUPAÇÃO DE CARGO ELETIVO	12	5		
MILITANTE COM OCUPAÇÃO DE CARGO NO GOVERNO	13	0		
EX-GOVERNADOR	18	1		
SAIU OU FALECEU	0	2		
LOCALIZAÇÃO				
SÃO PAULO – CAPITAL		48		
INTERIOR		19		
VALE E BAIXADA SANTISTA		3		

Quadro 2 - Composição da rede interna do PSDB-SP no tempo 1 (1990-1993)

NOME	Ano de filiação	Nº de vezes que compôs a Comissão Executiva	Atributo	Local de origem
ANTONIO CARLOS PANNUZIO	93	3	6	2
ARMANDO JOSÉ FARINAZZO	90	1	9	1
CARLOS HENRIQUE FOCESI SAMPAIO	92	0	6	2
JOÃO CARLOS CAMEZ	90	1	6	2
JOSÉ ALEXANDRE PEREIRA DE ARAÚJO	90	2	12	2
JÚLIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO	93	3	6	1
JUSCELINO CARDOSO DE SÁ	93	0	4	1
LACYR BAUDUSCO	93	0	9	1

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

MARIA LUCIA CARDOSO PINTO AMARY	90	1	6	2
MIGUEL MOUBADDA HADAD	93	0	12	2
MIGUEL REALE JUNIOR	90	3	13	1
PAULO RENATO DE SOUZA	90	0	13	1
RENATO FAUVEL AMARY	92	1	3	2
ROBERTO DE CARVALHO ENGLER PINTO	90	2	4	2
NOMES NOVOS CITADOS NA REDE – 2ª	15			
ATRIBUTOS INDIVIDUAIS	CODIFICAÇÃO	QUANTIDADE		
MILITANTE	1	0		
VEREADOR	2	0		
PREFEITO	3	2		
DEPUTADO ESTADUAL	4	2		
GOVERNADOR	5	0		
DEPUTADO FEDERAL	6	5		
SENADOR	7	0		
PRESIDENTE	8	0		
SECRETÁRIO DE GOVERNO – MUNICIPAL	9	2		
SECRETÁRIO DE GOVERNO – ESTADUAL	10	0		
MINISTRO – GOVERNO FEDERAL	11	0		
MILITANTE COM OCUPAÇÃO DE CARGO ELETIVO	12	2		
MILITANTE COM OCUPAÇÃO DE CARGO NO GOVERNO	13	2		
SAIU OU FALECEU	0	0		
LOCALIZAÇÃO				
SÃO PAULO – CAPITAL	1	7		
INTERIOR	2	8		
VALE E BAIXADA SANTISTA	3	0		

Quadro 3 - Composição da rede interna do PSDB-SP no tempo 2 (1994-1998)

NOME	Ano Filiação	Nº vezes compôs Comissão Exec.	Atributo	Local origem
ALBERTO GOLDMAN	97	0	6	2
ALBERTO HIAR	95	0	4	1
ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO	97	0	6	2
ARY FOSSEN	95	0	6	2
BRUNO COVAS	97	1	1	3
JOSÉ ANÍBAL PERES PONTES	94	0	2	1
JOSÉ CARLOS VAZ DE LIMA	95	2	4	2
LUIZ ROBERTO JABALI	95	1	3	2
MAURO BRAGATO	95	0	12	2
MILTON FLÁVIO LAUTENSCHLAGER	94	2	4	2
WALTER BARELLI	94	0	6	1
NOMES NOVOS CITADOS NA REDE - 3ª	11			
ATRIBUTOS INDIVIDUAIS	CODIFICAÇÃO	QUANTIDADE		
MILITANTE	1	1		
VEREADOR	2	1		
PREFEITO	3	1		
DEPUTADO ESTADUAL	4	3		
GOVERNADOR	5	0		
DEPUTADO FEDERAL	6	4		
SENADOR	7	0		
PRESIDENTE	8	0		
SECRETÁRIO DE GOVERNO - MUNICIPAL	9	0		
SECRETÁRIO DE GOVERNO - ESTADUAL	10	0		
MINISTRO - GOVERNO FEDERAL	11	0		
MILITANTE COM OCUPAÇÃO DE CARGO ELETIVO A	12	1		
MILITANTE COM OCUPAÇÃO DE CARGO NO GOVERNO	13	0		
SAIU OU FALECEU	0	0		
LOCALIZAÇÃO				
SÃO PAULO - CAPITAL	1	3		
INTERIOR	2	7		
VALE E BAIXADA SANTISTA	3	1		

Quadro 4 - Composição da rede interna do PSDB-SP no tempo 3 (1999-2002)

NOME	Ano Filiação	Nº vezes compôs Comissão Exec.	Atributo	Local origem
ANTONIO ADHOLFO LOBBE NETO	2001	0	6	2
ANALICE FERNANDES	2001	1	4	2
FLORINDA GOMES COVAS	99	1	1	1
JOSÉ AUGUSTO SILVA RAMOS	2001	1	9	1
PEDRO TOBIAS	2001	1	4	2
NOMES NOVOS CITADOS NA REDE - 4ª	5			
ATRIBUTOS INDIVIDUAIS	CODIFICAÇÃO	QUANTIDADE		
MILITANTE	1	0		
VEREADOR	2	1		
PREFEITO	3	0		
DEPUTADO ESTADUAL	4	2		
GOVERNADOR	5	0		
DEPUTADO FEDERAL	6	1		
SENADOR	7	0		
PRESIDENTE	8	0		
SECRETÁRIO DE GOVERNO - MUNICIPAL	9	1		
SECRETÁRIO DE GOVERNO - ESTADUAL	10	0		
MINISTRO - GOVERNO FEDERAL	11	0		
MILITANTE COM OCUPAÇÃO DE CARGO ELETIVO A	12	0		
MILITANTE COM OCUPAÇÃO DE CARGO NO GOVERNO	13	0		
SAIU OU FALECEU	0	0		
LOCALIZAÇÃO				
SÃO PAULO - CAPITAL	1	2		
INTERIOR	2	3		
VALE E BAIXADA SANTISTA	3	0		

Quadro 5 - Composição da rede interna do PSDB-SP no tempo 4 (2003-2006)

NOME	Ano Filiação	Nº vezes compôs Comissão Exec.	Atributo	Local origem
SAULO DE CASTRO ABREU FILHO	2003	0	10	1
NOMES NOVOS CITADOS NA REDE - 5ª	1			
ATRIBUTOS INDIVIDUAIS	CODIFICAÇÃO	QUANTIDADE		
MILITANTE	1	0		
VEREADOR	2	0		
PREFEITO	3	0		
DEPUTADO ESTADUAL	4	0		
GOVERNADOR	5	0		
DEPUTADO FEDERAL	6	0		
SENADOR	7	0		
PRESIDENTE	8	0		
SECRETÁRIO DE GOVERNO - MUNICIPAL	9	0		
SECRETÁRIO DE GOVERNO - ESTADUAL	10	1		
MINISTRO - GOVERNO FEDERAL	11	0		
MILITANTE COM OCUPAÇÃO DE CARGO ELETIVO A	12	0		
MILITANTE COM OCUPAÇÃO DE CARGO NO GOVERNO	13	0		
SAIU OU FALECEU	0	0		
LOCALIZAÇÃO				
SÃO PAULO - CAPITAL	1		1	
INTERIOR	2		0	
VALE E BAIXADA SANTISTA	3		0	

Dados referentes à centralidade dos membros que compuseram a rede interna do PSDB-SP – 1988 a 2006

Os políticos que compuseram a rede interna do PSDB-SP no período analisado foram classificados como atores centrais, atores articuladores e atores intermediários.

Essa classificação decorreu da análise comparativa, entre os autores, dos resultados das diversas medidas de centralidade. As centralidades médias dos atores da rede são estatísticas simples que indicam o alcance de um dado ator com relação aos demais atores. Quanto maior o valor da medida mais elevado é o grau de centralidade.

Os quadros seguintes apresentam os dados somente dos atores que obtiveram destaque nas medidas de centralidade. A tonalidade das cores demonstra o grau de centralidade de cada ator em cada uma das medidas: as cores mais fortes demonstram maior centralidade. Os membros em destaque (em vermelho) nas tabelas são aqueles que ocuparam cargos na Comissão Executiva do diretório estadual do partido no mesmo período.

Quadro 6 - Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 0 (1988-1989)

Atores	Resultados Medidas de Centralidade							
	outdegree	indegree	betweenness	outcloseness	incloseness	information	Power	eigenvector
Mário Covas	4	68	66	1.5	18.3	1.3	4	69.5
André Franco Montoro	4	47	77	1.5	18	1.3	6	61.5
Fernando Henrique Cardoso	4	36	26	1.5	17.5	1.2	4	48
Sílvio França Torres	5	5	8	1.5	1.5	1.03	5	8.8
José R. Magalhães Teixeira	4	6	3	1.5	16	1.08	4	17
Sidney Beraldo	4	4	1	1.5	1.5	1.01	4	12
Sérgio Motta	2	4	5	1.5	1.5	0.9	2	8.8
Sebastião Farias	2	4	0	1.5	1.5	1	2	12
Edson Aparecido dos Santos	5	4	11	1.5	1.5	1.1	6	16.8
Geraldo J. R. Alckmin Filho	4	16	17	1.5	1.8	1.2	4	26.3
Walter Feldman	3	3	8	1.5	1.5	1	3	12.5
Antonio de Pádua Perosa	6	2	1.5	1.5	1.5	1.1	6	25.2
Humberto Parro	4	2	2	1.5	1.5	1.02	4	15
José Serra	4	7	14	1.3	15	1	4	14.5
José Santili	6	0	0	1.5	1.4	1.08	6	22.5
José Carlos Stargarlini	6	0	0	1.5	1.4	1.01	6	12
Célia Leão	4	1	4	1.5	1.5	0.9	4	7
Maria do Carmo Piunti	5	0	0	1.5	1.4	1.04	5	19.3
Rubens Lara	5	0	0	1.5	1.4	1.04	5	19.3
Raul Christiano Sanchez	5	0	0	1.5	1.4	1.04	5	19.3
Vanderlei Macris	5	0	0	1.5	1.4	1.03	5	17
Robson Marinho	4	0	0	1.5	1.4	1	4	17.5
Mária de Lourdes Fradique	4	0	0	1.5	1.4	1	4	17.5
Goro Hama	4	0	0	1.5	1.4	1	4	17.5

Quadro 7 - Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 1 (1990-1993)

Atores	Resultados Medidas de Centralidade							
	outdegree	indegree	betweenness	outcloseness	incloseness	Information	Power	eigenvector
Mário Covas	4	79	157	1.3	18	1.4	4	70
André Franco Montoro	6	53	226	1.3	18	1.3	6	62
Fernando Henrique Cardoso	6	37	118	1.3	17.5	1.3	6	43
Sílvio França Torres	5	7	21	1.3	1.2	1.1	5	10
José R. Magalhães Teixeira	4	10	141	1.3	15.5	1.2	4	20
Sidney Beraldo	6	6	4	1.3	1.2	1	6	13
Edson Aparecido dos Santos	5	4	14.5	1.3	1.2	1.2	5	20.5
Geraldo J. R. Alckmin Filho	4	22	44	1.3	13.5	1.3	4	37.5
Humberto Parro	4	2	3	1.5	1.5	1	4	14
José Serra	4	7	14	1.3	15	1	4	14.5
José Santili	6	0	0	1.3	1.2	1.1	6	22.5
José Carlos Stargarlini	5	0	0	1.3	1.2	1	5	13
Maria do Carmo Piunti	5	0	0	1.3	1.2	1	5	18.5
Rubens Lara	5	0	0	1.3	1.2	1	5	18.5
Raul Christiano Sanchez	5	0	0	1.3	1.2	1	5	18
Vanderlei Macris	5	0	0	1.3	1.2	1	5	16
Roberto Engler	5	0	0	1.3	1.2	1	5	18.5
José Antonio Araújo	6	2	0	1.3	1.2	1	6	12
Carlos Henrique Focesi Sampaio	4	2	60	1.3	14	1	4	9

Quadro 8 - Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 2 (1994-1998)

Atores	Resultados Medidas de Centralidade							
	outdegree	indegree	betweenness	outcloseness	incloseness	information	Power	eigenvector
Mário Covas	4	79	83	4	11	1	4	70
André Franco Montoro	6	49	103	30	11	1	6	57
Fernando Henrique Cardoso	5	44	42.5	1.2	11.5	1	4	50
Sílvio França Torres	3	7.5	7.5	1.2	1.2	0.8	3	6
Sdney Beraldo	4	4	1	1.2	1.2	0.8	4	11
Edson Aparecido dos Santos	7	4	9.5	1.2	1.2	0.9	7	22
Geraldo J. R. Alckmin Filho	4	20	44	1.2	1.5	1	4	29
Humberto Parro	4	2	3	1.2	1.2	0.8	4	14
José Serra	2	5	14	1.2	1.2	0.8	2	8
José Santili	7	0	0	1.2	1.2	0.9	7	24
José Carlos Stargarlini	7	0	0	1.2	1.2	0.8	6	11
Maria do Carmo Piunti	8	0	0	1.2	1.2	0.9	7	24
Rubens Lara	5	0	0	1.2	1.2	0.8	5	18
Raul Christiano Sanchez	5	0	0	1.2	1.2	0.8	5	18
Vanderlei Macris	5	0	0	1.2	1.2	0.8	5	16
Milton Flávio	4	0	0	1.2	1.2	0.8	4	16
Goro Hama	4	0	0	1.2	1.2	0.8	4	16
Antonio de Pádua Perosa	4	1	1	1.2	1.2	0.8	4	14
Walter M. Feldman	3	3	5	1.2	1.2	0.8	3	12
Aloysio Nunes Ferreira	5	3	3	1.2	1.2	0.9	2.5	14
Sebastião Farias	2	3	0	1.2	1.2	0.8	2	11
Widerson Tadeu Anzelotti	6	0	0	1.2	1.2	0.8	6	13
Waldemar Chubacci	4	0	0	1.2	1.2	0.8	4	16

Quadro 9 - Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 3 (1999-2002)

Atores	Resultados Medidas de Centralidade							
	outdegree	indegree	betweenness	outcloseness	incloseness	Information	Power	eigenvector
Fernando Henrique Cardoso	0	41	0	1	1		0	84.5
Sílvio França Torres	3	4	6	1.1	1.1		3	9.5
Sidney Beraldo	2	4	2	1.1	1.1		2	2
Edson Aparecido dos Santos	4	4	6	1.1	1.1		4	25
Geraldo J. R. Alckmin Filho	2	35	24	1	2		2	61
Humberto Parro	2	2	0.5	1	1		2	20
José Serra	2	6	6	1	1.2		2	19
Caio Pompeu de Toledo	0	1	0	1	1.1		0	0
José Carlos Stargarlini	4	0	0	1	1.1		4	0
Célia Leão	2	1	2	1	1.1		2	6.5
Ieda Maria Botura Areias	3	0	0	1	1.1		3	20
Analice Fernandes	4	0	0	1	1.1		4	13.5
Antonio de Pádua Perosa	2	1	0	1	1		2	20
Walter M. Feldman	1	3	2	1.1	1.1		1	9.5
Sebastião Farias	0	3	0	1.1	1.1		0	1.2
Widerson Tadeu Anzelotti	4	0	0	1	1.1		4	5.5
Evandro Losacco	4	0	0	1	1.1		4	30.5

Quadro 10 - Atores da rede interna do PSDB-SP com destaque nas medidas de centralidade no Tempo 4 (2003-2006)

Atores	Resultados Medidas de Centralidade							
	outdegree	indegree	betweenness	outcloseness	incloseness	Information	Power	eigenvector
Fernando Henrique Cardoso	0	41	0	1	3.5		0	84
Sílvia França Torres	3	4	2	1.1	1.1		3	10
Sidney Beraldo	2	4	0	1.1	1.1		2	2.5
Edson Aparecido dos Santos	3	4	4	1.1	1.1		3	23.5
Geraldo J. R. Alckmin Filho	2	38	26.5	1	2		2	60
Humberto Parro	2	2	0.5	1.1	1.1		2	20
José Serra	2	8	6	1.1	1.2		2	23
José Carlos Stargarlini	4	0	0	1.1	1		4	2.5
Ieda Maria Botura Areias	5	0	0	1	1.1		5	24.5
Walter M. Feldman	1	3	2	1.1	1.1		1	8
Widerson Tadeu Anzelotti	4	0	0	1	1.1		4	5
Evandro Losacco	4	0	0	1	1.1		4	30

Sociogramas: representação da rede interna do PSDB-SP – 1988 a 2006

A composição da estrutura relacional do PSDB-SP, em cada um dos “tempos” que constituíram a trajetória do partido, foi representada pelos *sociogramas*²⁶². As figuras não representam a totalidade dos vínculos existentes no interior da organização, mas a malha mais densa de relações. Isso explica o fato de haver em algumas figuras atores isolados (esses atores perderam o vínculo mais forte que possuíam)²⁶³.

A montagem e a análise dos *sociogramas* tiveram como base empírica os dados levantados por meio das entrevistas²⁶⁴ e análise dos documentos do diretório estadual do partido (atas, cadastros, fichas de filiação e estatuto).

As figuras abaixo demonstram o mapeamento dos vínculos, a posição e os atributos dos atores políticos que compuseram a rede a rede interna do PSDB-SP no T₀, T₁, T₂, T₃ e T₄. Para cada tempo são apresentadas dois *sociogramas*: um com os dados referentes a estrutura relacional interna do partido e outro com essas informações e a localização nominal dos atores.

²⁶² Os *sociogramas* são representações gráficas nos quais cada ponto representa um ator e os traços representam as relações entre esses atores. O tamanho e os sentidos (direita ou esquerda) dos traços não possuem função explicativa, são arbitrários.

²⁶³ Esses atores foram mantidos na rede por esta pesquisa analisar a associação entre os dados da estrutura relacional interna do partido, da composição do órgão deliberativo e dos resultados eleitorais.

²⁶⁴ Foram realizadas vinte (20) entrevistas. Nas entrevistas foi citado um total de cento e nove (109) atores.

Legenda para Leitura dos *Sociogramas*

Atributos dos Membros da Rede Interna do PSDB (SP)	
● Militante	Posições dos Membros da Rede Interna do PSDB (SP)
● Vereador	
● Prefeito	
● Deputado Estadual	▲ Atores Centrais
● Deputado Federal	+ Atores Articuladores
● Governador	● Atores Intermediários
● Senador	
● Presidente	
● Secretário Governo Municipal	
● Secretário Governo Federal	
● Ministro Governo Federal	
● Militante com Cargo Governo Federal	
● Assessor Governo / Parlamentar	
● Ex-Prefeito	
● Ex-Deputado Federal	
● Ex-Governador	
	Ocupação dos Cargos de Direção da Comissão Executiva do Diretório Estadual do PSDB (SP)
	▼ Atores Centrais em Cargo de Direção
	◆ Atores Articuladores em Cargo de Direção
	■ Atores Intermediários em Cargo de Direção

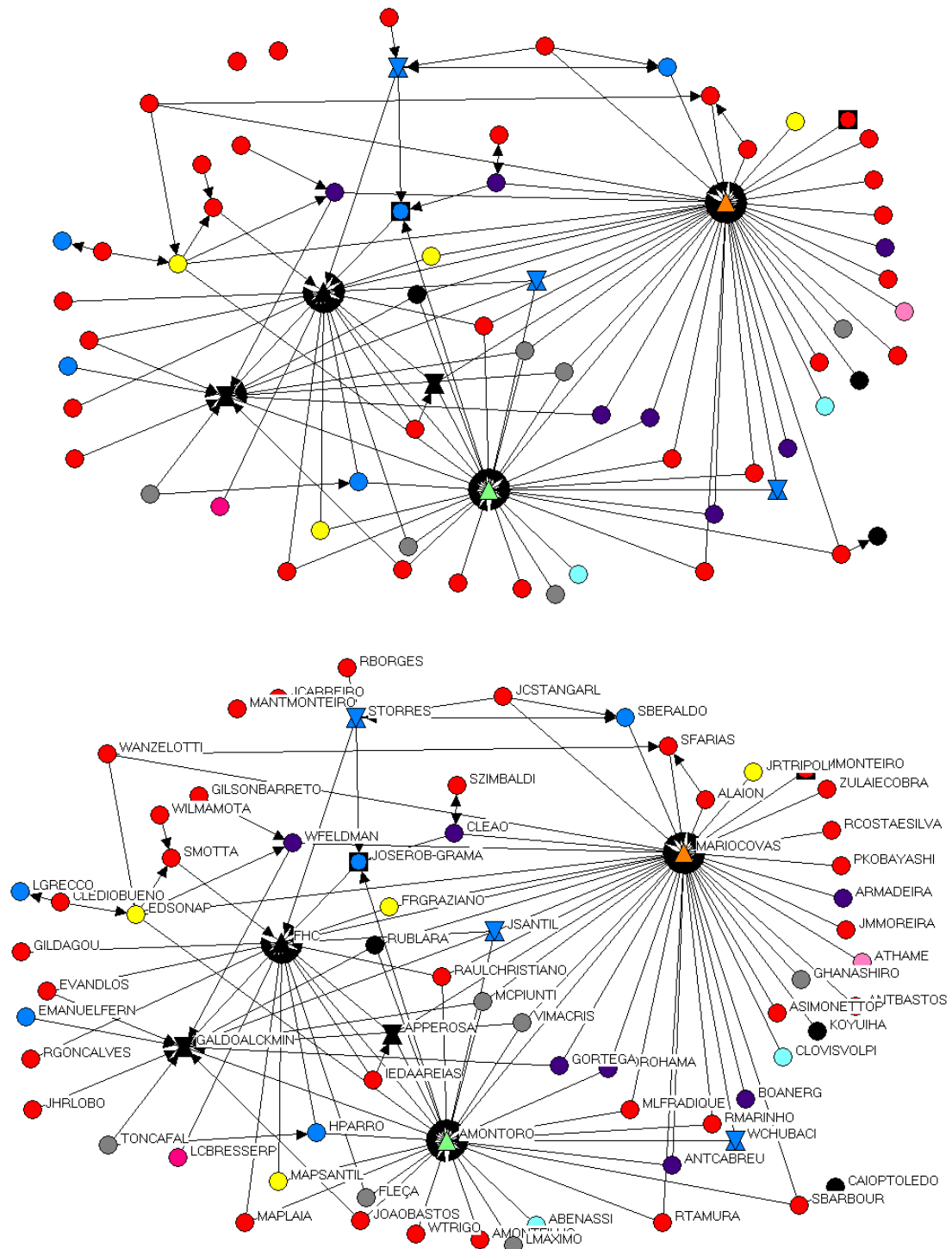


Figura 2 - Sociograma I: Tempo 0 (T₀) (1988-1989)

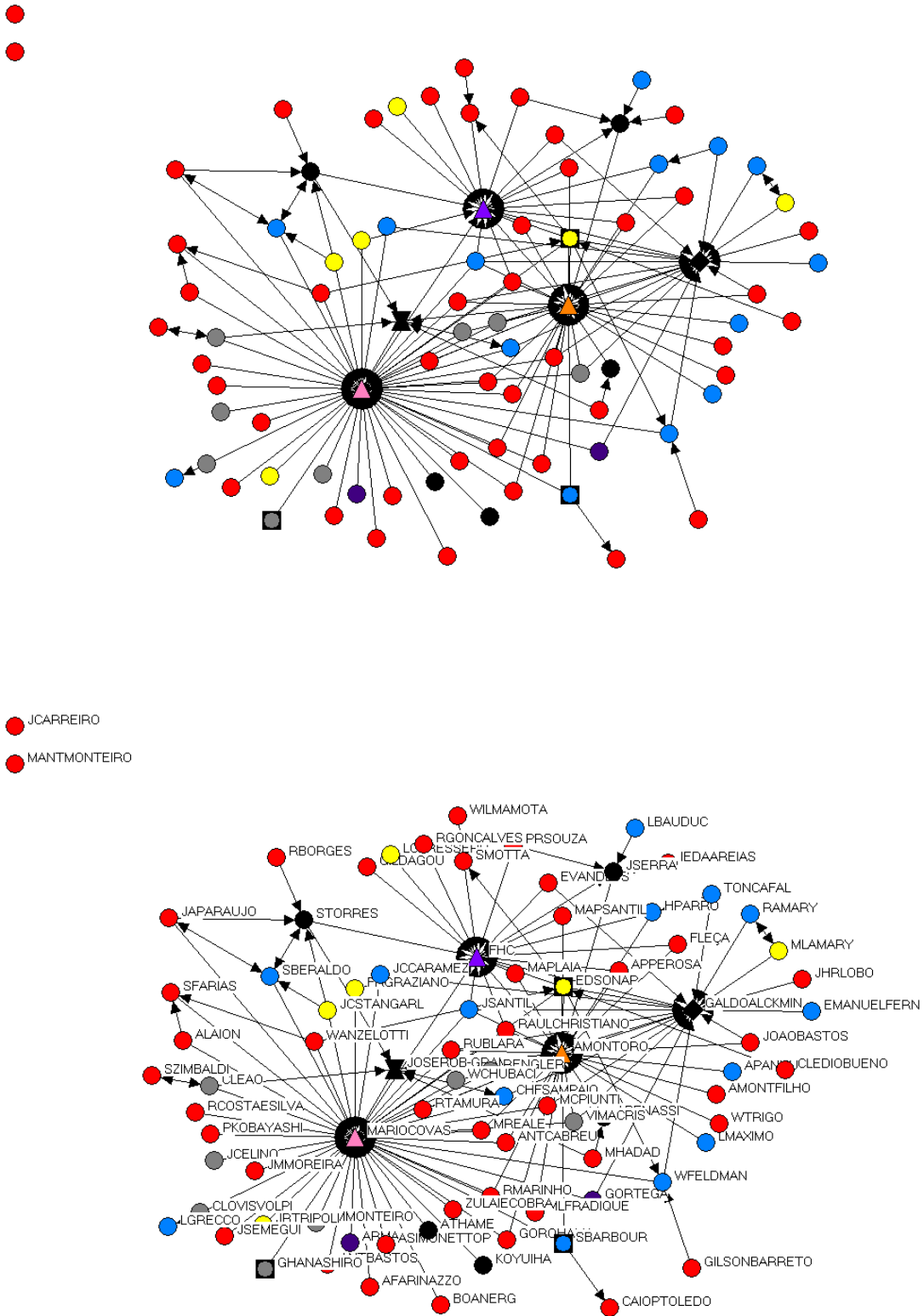


Figura 3 - Sociograma II: Tempo 1 (T₁) (1990-1993)

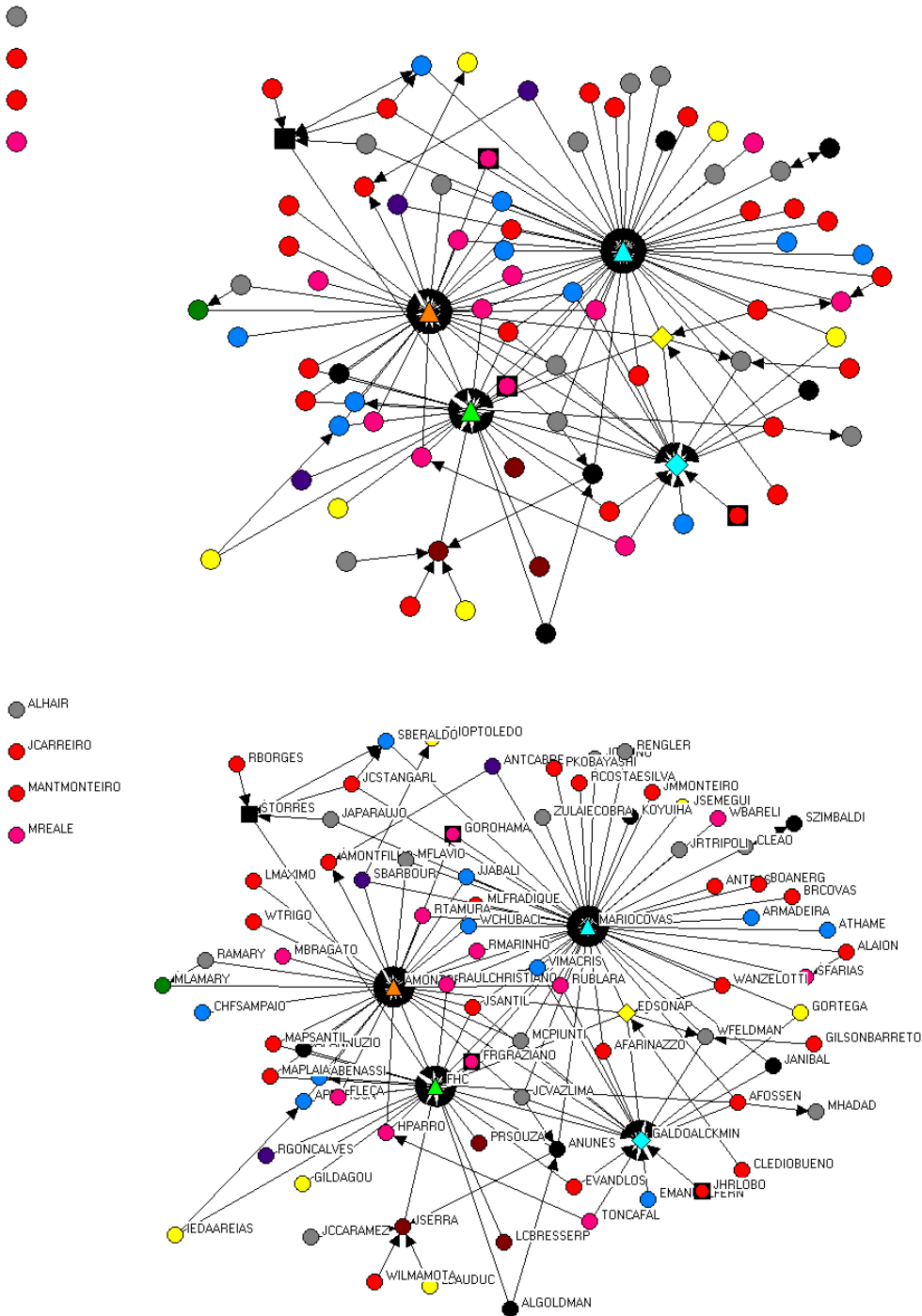


Figura 5 - Sociograma IV: Tempo 3 (T₃) (1999-2003)

QUADRO 12: COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL - 1ª GESTÃO - 1989 a 1991.

CARGO	NOME	PERÍODO DE FILIAÇÃO E CARGO OCUPADO NA GESTÃO	ATRIBUTOS Destaques da Trajetória Política
Presidente	José Serra	Dep. Federal (F)	Ex-militante de esquerda - UNE e AP; ex-deputado federal; secretário estadual de planejamento (gestão Montoro/SP); ministro da saúde gestão FHC; Prefeito de SP em 2004 e Governador em 2006.
1º Vice-Presidente	Magalhães Teixeira	Prefeito (F) (Campinas)	Ex-prefeito/Campinas; deputado federal; articulador dos prefeitos progressistas (fundação do partido-1988).
2º Vice-Presidente	Getúlio Hanashiro	Dep. Estadual (F)	Ex-militante e vereador pelo PMDB em SP; ex- partidário; secretário municipal transportes/SP (gestão Covas e Maluf).
Líder da Bancada	Vanderlei Macris	Dep. Federal (F)	Ex-vereador/Americana, ex-líder da bancada do PSDB; deputado estadual.
Tesoureiro	Waldermar Chubaci	Dep. Estadual (F)	Ex-prefeito/Guaira; ex-deputado estadual; secretário estadual (gestão Covas/Casa Civil); presidente de honra do PSDB estadual (in memoriam).
Secretário Geral	José Maria Monteiro	Militante (F)	Ex-militante da capital – período da democratização; assessor de Covas.
1º Secretário	Edson Ap. dos Santos	Militante (*)	Ex-militante de movimento popular em SP e do PC do B; assessor de Walter Feldman (vereador/SP) e do Ministério das Comunicações (gestão FHC); deputado estadual.
1º Vogal	Robson Marinho	Dep. Federal (F)	Ex-prefeito/São José dos Campos; ex-deputado estadual e federal; secretário estadual no governo Covas - Casa Civil; TCU (sem vínculo partidário).
2º Vogal	João Bastos	Prefeito (F) (Cruzeiro)	Ex- partidário; ex-prefeito/Cruzeiro; ex-deputado federal (eleito pelo PP).
1º Suplente	Koyu Iha	Dep. Federal (F)	Ex-deputado federal, ex-prefeito/São Vicente; presidente do transporte metropolitano da Baixada Santista.
2º Suplente	Tonca Falseti	Dep. Estadual (F)	Ex-vereador e deputado estadual - base: Osasco/líder local; assessor da Casa Civil - Palácio do Governo em 2004.
3º Suplente	Ary Simonetto Pereira	Militante (F)	Ex-militante do partido na Capital; ex-presidente diretório.
4º Suplente	Sérgio Barbour	Militante (F)	Militante na capital; secretário municipal de Esportes (gestão Covas).

(F): filiação no período da fundação do partido.

(*): filiado em 1989.

QUADRO 13: COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL - 2ª GESTÃO - 1991 a 1993.

CARGO	NOME	PERÍODO DE FILIAÇÃO E CARGO OCUPADO NA GESTÃO	ATRIBUTOS Destaques da Trajetória Política
Presidente	Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho	Dep. Federal (F)	Ex-vereador; ex-prefeito/Pindamonhangaba; deputado estadual e federal; ex-presidente do PSDB estadual; governador.
1º Vice-Presidente	Getúlio Hanashiro	Dep. Federal (F)	Ex-partidário - militante e vereador pelo PMDB em SP; secretário municipal transportes SP (gestão Covas e Maluf).
2º Vice-Presidente	Miguel Reale Júnior	Militante (F)	Jurista militante da capital; ex-secretário (gestão Covas); ex-ministro (gestão FHC).
Líder da Bancada	José Maria Moreira Júnior	Dep. Estadual (F)	Ex-militante capital – período da democratização; assessor de Covas.
Tesoureiro	Sérgio Barbour	Dep. Estadual (F)	Militante capital; secretário municipal esportes (gestão Covas).
Secretário Geral	Edson Ap. dos Santos	Militante (*)	Ex-militante de movimento popular de SP e do PC do B; assessor de Walter Feldman (vereador em SP) e do Ministério das Comunicações (gestão FHC); deputado estadual em 2004.
1º Secretário	Antonio Lemos Bastos Neto	Militante (*)	Ex-partidário - ex-prefeito/região do Vale do Paraíba - Cruzeiro; ex-deputado federal (PP); saiu candidato a deputado estadual em 1986.
1º Vogal	Antonio de Pádua Perosa	Dep. Federal (F)	Ex-militante estudantil no interior - região Catanduva; ex-deputado federal; em 2004 subprefeito/São Paulo (gestão Serra).
2º Vogal	Gabriel Ortega	Vereador (*)	Ex-vereador da capital - origem do PTB.
1º Suplente	Waldermar Chubaci	Militante (F)	Ex-prefeito de Guairá; ex-deputado estadual; secretário estadual de Covas - Casa Civil; presidente de honra do PSDB estadual.
2º Suplente	Silvio França Torres	Militante (F)	PMDB - grupo dos autênticos; ex-prefeito/São José do Rio Pardo; deputado federal; presidente do Cepam.
3º Suplente	Sebastião Soares de Farias	Militante (F)	Assessor permanente de Covas; ex-militante MR8 - movimento popular da região de Tupã e estudantil na capital; deputado estadual; chefe da Casa Civil (gestão Covas); em 2004, vereador na capital.
4º Suplente	Evandro Luiz Losacco	Militante (F)	Ex-militante estudantil - democratização; ex-presidente diretório da capital.

(F): filiação no período da fundação do partido.

(*): filiado em 1989.

QUADRO 14: COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL - 3ª GESTÃO - 1993 a 1995.

CARGO	NOME	PERÍODO DE FILIAÇÃO E CARGO OCUPADO NA GESTÃO	ATRIBUTOS Destaque da Trajetória Política
Presidente	Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho	Vice-governador (F)	Ex-vereador; ex-prefeito/Pindamonhangaba; deputado estadual e federal; ex-presidente PSDB estadual, governador em 2004.
1º Vice-Presidente	Edson Ap. dos Santos	Militante (assessor) (*)	Ex-militante movimento popular SP e PC do B; assessor Walter Feldman (vereador SP) e do Ministério das Comunicações (gestão FHC); deputado estadual em 2004.
2º Vice-Presidente	Miguel Reale Júnior	Militante (assessor) (F)	Jurista militante da Capital; ex-secretário Covas; ex-ministro FHC.
Líder da Bancada	Celia Leão	Dep. Estadual (*)	Deputada estadual.
Tesoureiro	Francisco Graziano Neto	Militante (assessor) (F)	Ex-militante e professor universitário; assessor FHC - fundação PSDB; secretário estadual agricultura (gestão Covas); deputado federal.
Secretário Geral	Goro Hama	Militante (assessor) (F)	Militante da capital; PMDB autêntico; ex-deputado estadual (1978-82); presidente CDHU (gestão Covas).
1º Secretário	Evandro Luiz Losacco	Militante (F)	Ex-militante estudantil - democratização; ex-presidente diretório da capital - organizador partido; reconhecido internamente.
1º Vogal	Koyu Iha	Dep. Federal (F)	Ex-deputado federal; ex-prefeito/São Vicente; presidente do transporte metropolitano da Baixada Santista em 2004.
2º Vogal	Ricardo Tripoli	Dep. Estadual (F)	Deputado estadual
1º Suplente	Sebastião Farias	Militante (assessor) (F)	Assessor permanente de Covas; ex-militante MR8 - movimento popular da região Tupã e estudantil na capital; deputado estadual - Casa Civil (gestão Covas); vereador na capital.
2º Suplente	Jose Henrique Reis Lobo	Militante (F)	Militante Guaratinguetá; funcionário de carreira da assembléia; secretário particular de Serra.
3º Suplente	Roberto Masagao	Militante (F)	_____
4º Suplente	Paulo Seiti Kobayashi	Dep. Estadual (F)	Ex-militante e vereador/capital; ex-deputado estadual e deputado federal.

(F): filiação no período da fundação do partido.

(*) : filiado em 1989.

QUADRO 15: COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL - 3ª GESTÃO (interina) - 1994 a 1995.

CARGO	NOME	PERÍODO DE FILIAÇÃO E CARGO OCUPADO NA GESTÃO	ATRIBUTOS Destaques da Trajetória Política
Presidente	Silvio França Torres	Dep. Federal (F)	PMDB - grupo dos autênticos; ex-prefeito/São José do Rio Pardo; presidente do Cepam; deputado federal.
1º Vice-Presidente	Edson Ap. dos Santos	Militante (assessor) (*)	Ex-militante de movimento popular em SP e do PC do B; assessor de Walter Feldman (vereador SP) e do Ministério das Comunicações (gestão FHC); deputado estadual em 2004.
2º Vice-Presidente	Walter Feldman	Dep. Estadual (F)	Militante do PC do B; vereador/capital; deputado estadual; secretário estadual (gestão Covas) - Casa Civil; secretário de subprefeitura em 2004 (gestão Serra).
Líder da Bancada	Celia Leão	Dep. Estadual (*)	Deputada estadual; vinculada à defesa dos PPDs.
Tesoureiro	Francisco Graziano Neto	Militante (assessor) (F)	Ex-militante e professor universitário; assessor de FHC; participou da fundação PSDB; secretário estadual da agricultura (gestão Covas); deputado federal.
Secretário Geral	Goro Hama	Militante (assessor) (F)	Militante da capital; PMDB autêntico; ex-deputado estadual (1978-82); presidente da CDHU (gestão Covas).
1º Secretário	Evandro Luiz Losacco	Militante (F)	Ex-militante estudantil - democratização; ex-presidente diretório da capital; organizador partido; reconhecido internamente.
1º Vogal	Koyu Iha	Dep. Federal (F)	Ex-deputado federal; ex-prefeito/São Vicente; presidente do transporte metropolitano da Baixada Santista em 2004.
2º Vogal	Ricardo Tripoli	Dep. Estadual (F)	Deputado estadual; vinculado à questão ambiental e do idoso.
1º Suplente	Boanerges Neves Panão	Prefeito (Poá) (F)	Ex-prefeito de Poá; em 2004, funcionário da CDHU como mestre de cerimônia.
2º Suplente	Jose Henrique Reis Lobo	Militante (F)	Militante Guaratinguetá; funcionário de carreira da Assembléia; secretário particular de Serra.
3º Suplente	Roberto Masagao	Militante (F)	Militante da capital.
4º Suplente	Paulo Seiti Kobayashi	Dep. Estadual (F)	Ex-militante e vereador/capital; ex-deputado estadual e deputado federal.

(F): filiação no período da fundação do partido.

(*): filiado em 1989.

QUADRO 16: COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL - 4ª GESTÃO - 1995 a 1997.

CARGO	NOME	PERÍODO DE FILIAÇÃO E CARGO OCUPADO NA GESTÃO	ATRIBUTOS Destaques da Trajetória Política
Presidente	Clóvis Volpi	Dep. Federal (F)	Ex-partidário - ex-presidente diretório; ex-deputado estadual; em 2004 prefeito/Ribeirão Pires pelo PV.
1º Vice-Presidente	Welson Gasparini	Prefeito (Ribeirão Preto) (**)	Ex-deputado federal; prefeito/Ribeirão Preto.
2º Vice Presidente	Edson Aparecido dos Santos	Militante (assessor) (*)	Ex-militante de movimento popular de SP e do PC do B; assessor de Walter Feldman (vereador SP) e do Ministério das Comunicações (gestão FHC); em 2004, deputado estadual.
Líder da Bancada	Milton Flávio Lautenschlager	Dep. Estadual (**)	Deputado estadual, presidente do Hospital do Servidor Público.
Tesoureiro	José Henrique Reis Lobo	Militante (F)	Militante Guaratinguetá; funcionário de carreira da Assembléia; em 2004, secretário particular de José Serra.
Secretário Geral	Goro Hama	Militante (secretário estadual) (F)	Militante da capital; PMDB autêntico; ex-deputado estadual (1978-82); Presidente da CDHU (gestão Covas).
1º Secretário	Waldir Alceu Trigo	Prefeito (Sertãozinho) (F)	Ex-prefeito/Sertãozinho; ex-deputado estadual; vereador/Sertãozinho.
2º Secretário	Célia Camargo Leão Edelmuth	Dep. Estadual (*)	Deputada estadual; atuação na questão dos PPDs.
1º Vogal	José Aníbal Peres Pontes	Militante (secretário estadual) (**)	Ex-comunista e militante PMDB; ex-deputado federal; secretário de Ciência e Tecnologia (gestão Covas); vereador/capital.
2º Vogal	Roberto de Carvalho Engler Pinto	Dep. Estadual (*)	Deputado estadual.
1º Suplente	Antonio Carlos de Mendes Thame	Militante (secretário estadual) (*)	Ex-prefeito/Piracicaba; ex-secretário (gestão Covas) - Casa Civil; Deputado Federal (Líder da Bancada).
2º Suplente	Maria de Lourdes Fradique	Prefeita (Lorena) (F)	Ex-prefeita/Lorena; militante do PSDB na região Vale Paraíba.
3º Suplente	Antonio de Pádua Perosa	Prefeito (Catanduva) (F)	Ex-militante estudantil no interior - região Catanduva; ex-deputado federal; em 2004 subprefeito/São Paulo (gestão José Serra).
4º Suplente	Gilson de Almeida Barreto	Militante (**)	Vereador/capital - antes PMDB.

(F): filiação no período da fundação do partido.

(*): filiado em 1989.

(**): filiado entre 1990-1993.

QUADRO 17: COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL - 5ª GESTÃO - 1997 a 1999.

CARGO	NOME	PERÍODO DE FILIAÇÃO E CARGO OCUPADO NA GESTÃO	ATRIBUTOS Destaques da Trajetória Política
Presidente	Antonio Carlos de Mendes Thame	Militante (assessor) (**)	Ex-prefeito/Piracicaba; ex-secretário (gestão Covas) - Casa Civil; deputado federal (Líder da Bancada).
1º Vice-Presidente	Maria do Carmo Piunti	Dep. Estadual (F)	Ex-primeira dama e ex-deputada estadual.
2º Vice-Presidente	Zulaiê Cobra Ribeiro	Dep. Federal (**)	Ex-vereadora/capital; deputada federal.
Tesoureiro	José Henrique Reis Lobo	Militante (F)	Militante em Guaratinguetá; funcionário de carreira da Assembléia; secretário particular de José Serra.
Tesoureiro Adjunto	Waldermar Chubaci	Militante (F)	Ex-prefeito Guaíra; ex-deputado estadual; secretário (gestão Covas) - Casa Civil; presidente de honra do PSDB estadual.
Secretário Geral	Sebastião Soares de Farias	Dep. Estadual (F)	Assessor permanente de Covas; ex-militante MR8 - movimento Popular na região de Tupã e estudantil na capital; vereador/capital; deputado estadual - Casa Civil (gestão Covas).
1º Secretário	Antonio Cesar Contijo de Abreu	Vereador (F)	Ex-militante estudantil - democratização; ex-vereador/Barretos.
1º Vogal	Salvador Zimbaldi Filho	Dep. Federal (**)	Ex-partidário – deputado estadual; base: igreja católica carismática.
2º Vogal	Luiz Roberto Jabali	Prefeito (**)	Ex-prefeito/Ribeirão Preto.
	Waldir Alceu Trigo	Militante (F)	Ex-prefeito/Sertãozinho; ex-deputado estadual; vereador/Sertãozinho.
	Nelson Guimarães Teixeira Proença	Militante (*)	Ex-vereador/capital - conservador; secretário assistência social (gestão Alckmin).
	Maria Aparecida de Laia	Militante (F)	Liderança comunitária; militante capital; ex-presidente diretório.
1º Suplente	Milton Flávio Lautenschlager	Dep. Estadual (**)	Deputado estadual; presidente do hospital do Servidor Público.
2º Suplente	Júlio César Carreiro	Militante (F)	Militante Ribeirão Preto; liderança de juventude.
3º Suplente	Marcos Antonio Monteiro	Militante (F)	Ex-militante estudantil - democratização - interior/região Catanduva; ex-deputado federal; subprefeito São Paulo (gestão José Serra).
4º Suplente	Roberto Mauro Borges	Militante (F)	Militante no interior - Marília.

(F): filiação no período da fundação do partido.

(*): filiado em 1989.

(**): filiado entre 1990-1993.

QUADRO 18: COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL - 6ª GESTÃO - 1999 a 2001.

Cargo	NOME	PERÍODO DE FILIAÇÃO E CARGO OCUPADO NA GESTÃO	ATRIBUTOS Destaques da Trajetória Política
Presidente	Edson Aparecido dos Santos	Dep. Estadual (*)	Militante pelo PC do B; assessor Walter Feldman; vereador/SP; assessor do Ministério das Comunicações (gestão FHC); deputado estadual.
1º Vice-Presidente	Antonio Carlos Pannuzio	Dep. Federal (F)	Ex-prefeito/Sorocaba; deputado federal; em 2004 presidente estadual do PSDB.
2º Vice-Presidente	Antonio Duarte Nogueira Junior	Vereador (**)	Ex-vereadora/capital; deputado federal.
Líder da Bancada	Roberto de Carvalho Engler Pinto	Dep. Estadual (*)	Deputado estadual. Local origem: Franca.
Tesoureiro	Marcos Antonio Monteiro	Militante (F)	Ex-militante estudantil/região Catanduva; ex-deputado federal; subprefeito/capital (gestão José Serra).
Tesoureiro Adjunto	Maria Ap. de Campos B. Santilli	Militante (F)	Militante histórica; presidente núcleo de mulheres (em 1993). Local origem: Assis.
Secretário Geral	Júlio Francisco Semeghini Neto	Dep. Federal (*)	Presidente PRODESP (gestão Covas); deputado federal.
1º Secretário	Alaion de Campos	Militante (F)	Militante - Capital.
1º Vogal	Zulaiê Cobra Ribeiro	Dep. Federal (**)	Ex-vereadora capital; deputada federal.
2º Vogal	Rodolfo José da Costa E Silva Jr.	Dep. Estadual (**)	Deputado estadual; base eleitoral: Sabesp e municípios recurso hídricos.
	Paulo Seiti Kobayashi	Dep. Estadual (F)	Ex-militante; ex-vereador/capital; ex-deputado estadual; ex-deputado federal.
	João Carlos Caramaz	Dep. Estadual (*)	Ex-prefeito/Itapeví; ex-deputado estadual; ex-secretário da Casa Civil (gestão Covas); deputado federal.
	Francisco Graziano Neto	Dep. Federal (F)	Ex-militante e professor universitário - assessor FHC - fundação PSDB/ secretário da agricultura (gestão Covas); deputado federal.
1º Suplente	Célia Camargo Leão Edelmuth	Dep. Estadual (*)	Deputada estadual. Local origem: Campinas.
2º Suplente	Waldermar Chubaci	Militante (assessor) (F)	Ex-prefeito Guaí; ex-deputado estadual; secretário (gestão Covas) - Casa Civil; presidente honra PSDB estadual.
3º Suplente	Antonio Cesar Contijo de Abreu	Vereador (F)	Ex-militante estudantil - democratização; ex-vereador/Barretos.
4º Suplente	Widerson Tadeu Anzelotti	Militante (F)	Militante grande SP; coordenador FUNEF (fundo metropolitano financiamento).
	José Alexandre Pereira de Araújo	Vereador (F)	Ex-vereador/região São João da Boa Vista - Guaí.

(F): filiação no período da fundação do partido.

(*): filiado em 1989.

(**): filiado entre 1990-1993.

QUADRO 19: COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL - 7ª GESTÃO - 2001 a 2003.

CARGO	NOME	PERÍODO DE FILIAÇÃO E CARGO OCUPADO NA GESTÃO	ATRIBUTOS Destaques da Trajetória Política
Presidente	Edson Ap. dos Santos	Dep. Estadual (*)	Militante pelo PC do B; assessor Walter Feldman; vereador/SP; assessor do Ministério das Comunicações (gestão FHC); deputado estadual.
1º Vice-Presidente	Antonio Carlos Pannuzio	Dep. Federal (**)	Ex-prefeito/Sorocaba; deputado federal; em 2004, presidente estadual do PSDB.
2º Vice-Presidente	Antonio Duarte Nogueira Jr.	Militante (F)	Ex-vereadora capital; deputado federal.
Líder da Bancada	Sidney E. Beraldo	Dep. Estadual (F)	Ex-prefeito/São João da Boa Vista; ex-deputado estadual; líder do Governo na Assembléia.
Tesoureiro	Marcos Antonio Monteiro	Militante (F)	Ex-militante estudantil/região Catanduva; ex-deputado federal; subprefeito capital (gestão José Serra)
Tesoureiro Adjunto	Ieda Maria Bottura Areias	Militante (assessora) (F)	Militante; esposa Antônio Perosa; assessora Serra; em 2004 secretária subprefeitura (gestão Serra).
Secretário Geral	José Henrique Reis Lobo	Militante (F)	Militante Guaratinguetá; funcionário de carreira da Assembléia; secretário particular de José Serra.
1º Secretário	Evandro Luiz Losacco	Militante (F)	Ex-militante estudantil; ex-presidente diretório da capital; organizador partido; reconhecido internamente.
1º Vogal	Alaion de Campos	Militante (F)	Militante da capital.
2º Vogal	Salvador Zimbaldi Filho	Dep. Federal (*)	Ex-partidário; deputado federal; base: igreja católica carismática.
	Júlio Francisco Semeghini Neto	Dep. Federal (**)	Presidente PRODESP (gestão Covas); deputado federal.
	José Alexandre Pereira de Araújo	Militante (*)	Ex-vereador/microrregião São João da Boa Vista – Aguai.
	Vanderlei Macris	Dep. Estadual (F)	Ex-vereador Americana e deputado estadual; ex-líder da bancada do PSDB.
1º Suplente	Bruno Covas	Militante (**)	Neto da liderança Mário Covas; presidente da juventude estadual do PSDB.
2º Suplente	Florian P. Pesaro	Militante (**)	Militante da capital; secretário na capital (gestão José Serra).
3º Suplente	Cledio José Pereira Bueno	Militante (F)	Ex-partidário ; ex-militante da Grande São Paulo - Itapeperica da Serra.
4º Suplente	José Roberto N. Alvarenga Tripoli	Dep. Estadual (F)	Ex-partidário ; ex-deputado estadual; vereador/capital.
	Armando José Farinazzo	Militante (assessor) (*)	Ex-militante de esquerda UNE e AP; ex-deputado federal; secretário Planejamento Montoro; assessor ministro FHC; assessor prefeito capital.
	Renato Fauvel Amary	Dep. Federal (F)	Ex-deputado federal; prefeito/Sorocaba; em 2004, presidente da secretaria de prefeitos.

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

	José Augusto Silva Ramos	Militante (***)	Ex-prefeito/Diadema (PT); ex-deputado estadual e federal; subprefeito da capital (gestão Serra).
	Zulaiê Cobra Ribeiro	Dep. Federal (F)	Ex-vereadora capital; deputada federal.
	José Carlos Vaz de Lima	Dep. Estadual (F)	Deputado estadual; base eleitoral: São José do Rio Preto, trabalho social Igreja Evangélica e sindicato dos fiscais.
	Wilma Mota	Militante (F)	Esposa Sérgio Motta; presidente da secretaria estadual de mulheres.
	Antonio Cesar Contijo de Abreu	Militante (F)	Ex-militante estudantil; ex-vereador/Barretos.
	Francisco Graziano Neto	Dep. Federal (F)	Ex-militante e professor universitário; assessor de FHC; fundação PSDB; secretário de agricultura (gestão Covas); deputado federal.

(F): filiação no período da fundação do partido.

(*): filiado em 1989.

(**): filiado entre 1990-1993.

QUADRO 20: COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL - 8ª GESTÃO - 2003 a 2005.

CARGO	NOME	PERÍODO DE FILIAÇÃO E CARGO OCUPADO NA GESTÃO	ATRIBUTOS Destques da Trajetória Política
Presidente	Antonio Carlos Pannuzio	Dep. Federal (F)	Ex-prefeito Sorocaba; deputado federal.
1º Vice-Presidente	Pedro Tobias	Dep. Estadual (***)	Deputado estadual.
2º Vice-Presidente	Júlio Francisco Semeghini Neto	Dep. Federal (**)	Deputado estadual e federal.
Líder da Bancada	José Carlos Vaz De Lima	Dep. Estadual	Deputado estadual; base eleitoral: São José do Rio Preto e Igreja Evangélica, sindicato dos fiscais tributário.
Tesoureiro	Roberto Kazushi Tamura	Militante (assessor) (F)	Ex-militante da MUP; ex-prefeito de Capão Bonito; assessor W. Feldman (gestão Serra); presidente CEPAM em 2006.
Tesoureiro Adjunto	Marcos Antonio Monteiro	Militante (assessor) (F)	Ex-militante estudantil/região Catanduva; ex-deputado federal; subprefeito/capital (gestão Serra).
Secretário Geral	Evandro Luiz Losacco	Militante (F)	Ex-militante estudantil; ex-presidente diretório da capital; organizador partido; reconhecido internamente.
1º Secretário	Goro Hama	Militante (assessor) (F)	Militante da Capital; PMDB autêntico; ex-deputado estadual (1978-82); presidente CDHU (gestão Covas).
1º Vogal	Antonio Carlos De Mendes Thame	Deputado Federal (*)	Ex-prefeito/Piracicaba; ex-secretário Covas - Casa Civil; deputado federal (Líder da Bancada).
2º Vogal	Analice Fernandes	Deputada Estadual (***)	Ex-primeira-dama/Taboão da Serra; deputada estadual.
	Emanuel Fernandes	Militante (assessor) (F)	Ex-militante universitário; ex-prefeito/São José dos Campos; secretário habitação (gestão Alckmin); presidente CDHU.
	André Franco Montouro Filho	Vereador (F)	Ex-secretário do planejamento (gestão Covas; vereador/capital).
	Raul Christiano Oliveira Sanches	Militante (assessor) (F)	Militante; assessor - MEC (gestão FHC).
1º Suplente	Maria Lucia Cardoso Pinto Amary	Dep. Estadual (F)	Primeira-dama de Sorocaba; deputada estadual; presidente do núcleo de mulheres.
2º Suplente	Antonio Duarte Nogueira Júnior	Militante (**)	Ex-vereadora/capital; deputado federal.
3º Suplente	Cledio José Pereira Bueno	Militante (F)	Militante da Grande São Paulo - Itapecerica da Serra.
4º Suplente	Ieda Maria Bottura Areias	Militante (assessora) (F)	Militante de esquerda; esposa de Antonio Perosa; assessora de coordenação da subprefeitura (gestão Serra).

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

	Kowa Iha	Militante (assessor)	Ex-deputado federal; ex-prefeito/São Vicente; presidente do Transporte Metropolitano da Baixada Santista em 2006.
--	----------	----------------------	---

F: filiação no período da fundação do partido.

(*): filiado em 1989.

(**): filiado entre 1990-

1993.

(***): filiado entre 1998-2003.

Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo (1988 a 2006)

Os quadros que compõem este anexo apresentam os resultados eleitorais referente ao desempenho dos candidatos do PSDB (SP) em todos os pleitos e cargos eletivos no período de 1988 a 2006 – vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal, senador e presidente. O mapeamento da votação do PSDB (SP)²⁶⁵ teve o objetivo de confirmar a hipótese estabelecida para o desenvolvimento da pesquisa: o PSDB (SP) utilizou a via eleitoral como estratégia para viabilizar a sua organização e o seu funcionamento. Assim, a pesquisa realizada definiu como base de análise os municípios²⁶⁶ e como variáveis a quantidade populacional e a localização geográfica, tendo como referência o local de origem ou a atuação dos membros da rede interna do partido.

Para identificar as diferenças nas votações dos candidatos que disputaram as eleições sob a legenda do PSDB no estado de São Paulo, no período de 1988 a 2006, criou-se um critério: foram considerados como base para a análise os municípios nos quais o candidato do partido obteve nas eleições para os cargos a presidente e governador pelo menos 25% dos votos no primeiro turno e 50% dos votos no segundo turno. No caso das eleições para os cargos de deputado estadual e federal, bem como de senador, observou-se primeiramente se existiam candidatos do PSDB entre os cinco mais votados nos municípios com menos de 200.000 habitantes e entre os 10 mais votados para os municípios acima de 200.000 habitantes. Para os cargos a prefeito, identificou-se apenas se houve o lançamento de candidaturas pelo partido e se o candidato foi eleito. Quanto ao cargo a vereador, a análise seguiu o critério populacional e, conseqüentemente, o número de cadeiras existentes em cada município. Como parâmetro para a análise, estabeleceu-se que nos municípios com menos de 10.000 habitantes o número de vereadores eleitos pelo partido seria 3; entre 10.000 e 20.000 habitantes, 4; entre 20.000 e 40.000 habitantes, 5; entre 40.000 e 80.000 habitantes, 6; entre 80.000 e 120.000

²⁶⁵ Não foi considerada a influência das coligações nos resultados obtidos, devido à definição do foco da análise: a organização partidária PSDB (SP).

²⁶⁶ O território estadual divide-se em 645 municípios, conforme as Constituições Federal e Estadual, computados os criados até o final de 1999. A Lei Complementar nº 651, de 31/07/90, estabelece condições para a criação de novos municípios.

habitantes, 7; entre 120.000 e 200.000 habitantes, 8; entre 200.000 e 1.000.000 habitantes, 9; entre 1.000.000 e 1.700.000 habitantes, 10; entre 1.700.000 e 4.000.000 habitantes, 12; e acima de 4.000.000 habitantes, 15.

Para indicar a inter-relação entre os resultados eleitorais para os diversos cargos, nas diversas eleições, adotou-se outro nível de análise: a microrregião. Seguiu-se a regionalização estabelecida pelo IBGE para o estado de São Paulo, portanto consideraram-se 63 microrregiões.

Quadro 21 – Número de municípios e de habitantes que compõem cada microrregião do estado de São Paulo

Microrregião	Número de municípios	Número de habitantes
Adamantina	14	150800
Amparo	8	148292
Andradina	11	170451
Araçatuba	7	224646
Araraquara	15	416992
Assis	17	237923
Auriflama	9	44440
Avaré	8	139738
Bananal	5	24146
Barretos	3	123074
Batatais	6	90877
Bauru	21	479034
Birigui	18	213483
Botucatu	7	167240
Bragança Paulista	11	362041
Campinas	16	1985839
Campos do Jordão	4	54345
Capão Bonito	10	135983
Caraguatatuba	4	179376
Catanduva	13	196121
Dracena	10	104738
Fernandópolis	11	96782

Franca	10	326890
Franco da Rocha	4	311930
Guaratinguetá	11	355323
Guarulhos	3	1064490
Itanhaem	5	145852
Itapecerica da Serra	8	716225
Itapetininga	5	147139
Itapeva	12	220768
Ituverava	5	85501
Jaboticabal	16	298082
Jabuticabal	1	72633
Jales	23	143115
Jau	12	292197
Jundiaí	5	462497
Limeira	8	472909
Lins	8	137167
Marília	13	284416
Mogi das Cruzes	8	979870
Moji-Mirim	7	308400
Nhandeara	9	57579
Novo horizonte	6	68400
Osasco	8	1447187
Ourinhos	18	253876
Paraibuna	7	65113
Piedade	5	155025
Piracicaba	12	452103
Pirassununga	4	161230
Presidente Prudente	30	516390
Registro	12	220469
Ribeirão Preto	16	779340
Rio Claro	6	196526
Santos	6	1182783
São Carlos	6	248579
São João da Boa Vista	14	376817
São Joaquim da Barra	9	181039
São José do Rio Preto	29	614276

São José dos Campos	8	1114711
São Paulo	8	12063532
Sorocaba	15	992570
Tatuí	9	186482
Tupã	7	104178
Votuporanga	9	117394

Quadro 22 (A a G) – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1988
(disputa para os cargos de prefeito e vereador)

1988 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 0 a 10	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Cedral	4	1		
Mariápolis	3	1		3
Serra Azul	4	1		
Tapiratiba	8	1		1
Águas de Lindóia	9			2
Gália	5			1
Total		4	0	7

1988 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 11 a 50	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Capão Bonito	31	1		2
Capivari	23	1		2
Fartura	11	1		4
Ibitinga	30	1	1	2
Monte Mor	21	1		1
Olímpia	31	1		1
Pitangueiras	19	1		
Pompéia	13	1	1	2

Santa Rosa de Viterbo	15	1		1
Serrana	20	1		
Adamantina	24			3
Cruzeiro	48			1
Dracena	29			1
Martinópolis	14			1
Total		10	2	21

1988 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 51 a 100	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Franco da Rocha	65	1		1
Itapevi	78	1		2
Pindamonhangaba	69	1	1	2
Santa Bárbara do Oeste	90	1		4
Itapetininga	71			1
Mogi Guaçu	75			1
Total		4	1	11

1988 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 101 a 150	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Marília	117	1		
Praia Grande	101	1		2
São Carlos	117	1		
Total		3	0	2

1988 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 151 a 200	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Bauru	184	1	1	4
Carapicuíba	187	1	1	5

São Vicente	178			1
Total		2	2	10

1988 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa acima de 200	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Campinas	597	1		5
Mauá	210	1		9
Osasco	425	1		2
Santo André	477	1		1
Santos	334	1		2
São José do Rio Preto	213	1		
São Paulo	7.130	1		5
Total		7	0	24

1988 - Prefeitos e Vereadores - PSDB			
Nº de Eleitores por Município	Prefeito		Vereadores Eleitos
	Disputaram	Venceram	
0 - 10.000	4		7
11.000 - 50.000	10	2	21
51.000 - 100.000	4	1	11
101.000 - 150.000	3		2
150.000 - 200.000	2	2	10
Acima 200.000	7		24
Total	30	5	75

Nota:

Nas eleições do ano 1988, o PSDB obteve cargos de vereador em 32 municípios.

Quadro 23 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1989 (disputa para o cargo de presidente) por microrregião

MICRORREGIÃO	Nº DE MUNICÍPIOS
Araraquara	1
Botucatu	1
Campinas	1
Marília	1
Ourinhos	1
Santos	1
São José do Rio Preto	1
São Paulo	1

Quadro 24 – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1990 (disputa para os cargos de governador, deputado federal e estadual) por microrregião

GOVERNADOR				
MICRORREGIÃO		Nº DE MUNICÍPIOS		
GUARATINGUETÁ		1		
MICRORREGIÃO	Nº VOTOS – DEP. FED. MAIS VOTADOS	QTD. DEP. FED. MAIS VOTADOS	Nº VOTOS – DEP. EST. MAIS VOTADOS	QTD. DEP. EST. MAIS VOTADOS
Adamantina	2614	8	7648	8
Amparo	602	2	192	2
Andradina	902	4	1731	5
Araçatuba	1802	2	55	1
Araraquara	672	3	10227	4
Assis	5251	15	8677	9
Auriflama	285	2	235	1
Avaré	0	0	292	3
Bananal	810	4	0	0
Barretos	1427	1	1833	2
Batatais	0	0	335	2
Bauru	21375	15	4173	3
Birigui	648	1	4371	8

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Botucatu	6298	3	13654	4
Bragança Paulista	5146	8	2162	3
Campinas	136343	17	100012	5
Campos do Jordão	993	4	620	3
Capão Bonito	0	0	494	2
Caraguatatuba	1694	5	1257	4
Catanduva	447	2	726	2
Dracena	1488	8	213	3
Fernandópolis	2448	7	6206	9
Franca	3720	4	34138	10
Franco da Rocha	580	2	356	1
Guaratinguetá	10383	9	3940	3
Guarulhos	3942	2	0	0
Itanhaem	2700	9	244	2
Itapecerica da Serra	3632	6	3112	3
Itapetininga	17469	2	4684	3
Itapeva	1395	3	333	2
Ituverava	0	0	90	2
Jaboticabal	263	1	503	3
Jabuticabal	0	0	0	0
Jales	206	2	308	3
Jau	2142	9	6735	8
Jundiaí	34871	6	34156	4
Limeira	755	1	6822	3
Lins	2106	7	9647	8
Marília	2409	8	886	1
Mogi das Cruzes	14736	8	2187	2
Moji-Mirim	1039	2	7257	2
Nhandeara	175	1	0	0
Novo Horizonte	3106	4	412	2
Osasco	19716	4	23816	1
Ourinhos	1522	7	1048	5
Paraibuna	2290	7	2661	5
Piedade	2648	5	233	2
Piracicaba	42097	8	8754	6
Pirassununga	2348	3	12876	4

Presidente Prudente	260	2	118	3
Registro	304	2	0	0
Ribeirão Preto	6881	6	8189	5
Rio Claro	147	2	14741	4
Santos	15565	2	22213	3
São Carlos	1979	1	5328	4
São João da Boa Vista	5697	8	14782	11
São Joaquim da Barra	1169	2	3838	4
São José do Rio Preto	7473	8	7871	6
São José dos Campos	55062	9	57794	5
São Paulo	307424	8	34855	5
Sorocaba	18192	11	19416	7
Tatuí	2008	4	7272	7
Tupã	0	0	0	0
Votuporanga	2772	4	0	0

Quadro 25 (A a G) – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1992 (disputa para os cargos de prefeito e vereador)

1992 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 0 a 10	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Águas de Lindóia	9	1	1	3
Águas de São Pedro	2	1		1
Álvaro de Carvalho	2	1		5
Américo de Campos	5	1		1
Arapeí	2	1		
Bady Bassitt	6	1		1
Balbinos	1	1		
Bananal	7	1		5
Barão de Antonina	2	1		2
Bernardino de Campos	7	1		2
Bilac	4	1	1	2
Bom Jesus dos Perdões	8	1		
Caiabu	3	1		5

Cândido Rodrigues	2	1	1	2
Colômbia	4	1		2
Conchas	9	1		2
Cosmorama	5	1		
Duartina	9	1	1	3
Dumont	1	1	1	2
Eldorado	9	1		3
Espírito Santo do Turvo	2	1	1	
Estrelado Norte	2	1		2
Floreal	3	1		1
Gália	5	1		3
General Salgado	8	1	1	8
Guzolândia	2	1	1	8
Igaratá	6	1	1	4
Ilha Comprida	2	1		
Indiaporã	3	1		1
Ipauçú	8	1		
Iperó	8	1		
Itirapuã	3	1		3
Itobi	4	1		1
Lucianópolis	1	1	1	4
Macatuba	10	1		
Maracaí	9	1	1	3
Mariápolis	3	1		
Mombuca	2	1		3
Morungaba	7	1		
Neves Paulista	6	1		2
Palmeira do Oeste	8	1	1	2
Piratininga	7	1		2
Planalto	2	1	1	2
Pongáí	3	1		1
Porangaba	4	1		2
Potim	4	1		
Quatá	8	1		1
Quintana	3	1		2
Rafard	7	1		

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Restinga	4	1		3
Rincão	6	1		
Roseira	4	1	1	3
Sales Oliveira	5	1	1	4
Sales	3	1	1	3
Saltinho	3	1	1	
Santa Branca	9	1		2
Santa Clara do Oeste	1	1		2
Santa Lúcia	5	1		2
Santa Mercedes	2	1	1	3
São Luiz do Paraitinga	7	1	1	2
Severínia	8	1		
Tabapuã	6	1		
Tapiraí	5	1		1
Tapiratiba	8	1		1
Tarabaí	4	1	1	3
Torrinha	5	1		1
Turmalina	2	1	1	5
Vera Cruz	8	1	1	2
Alfredo Marcondes	3			1
Alumínio	9			2
Analândia	2			2
Anhembi	3			1
Aparecida do Oeste	4			1
Araçariguama	6			2
Aramina	3			2
Arapeí	2			3
Areias	2			1
Avaí	4			1
Bofete	5			1
Braúna	3			1
Buritizal	2			2
Campos Novos Paulista	3			1
Corumbataí	2			1
Dourado	5			1
Espírito Santo do Turvo	2			7

Estrela do Oeste	6		1
Getulina	7		1
Guaimbé	4		1
Guaraci	6		1
Guarantã	8		2
Guararema	9		1
Guareí	7		1
Ipeúna	2		3
Iracemápolis	9		1
Itapuí	6		2
Itapura	3		3
Itirapuã	3		1
Jambeiro	2		1
Lagoinha	4		1
Lavínia	4		3
Lindóia	3		2
Luís Antonio	4		1
Lupércio	3		2
Magda	2		1
Mineiros do Tietê	7		1
Mirassolândia	3		1
Monte Alegre do Sul	4		1
Monte Castelo	3		1
Motuca	2		2
Nhandeara	8		1
Nipoa	2		1
Nova Aliança	3		2
Nova Europa	5		2
Nova Luzitânia	2		1
Nuporanga	4		1
Oriente	5		1
Oscar Bressane	2		1
Parapuã	7		3
Patrocínio Paulista	7		1
Pedranópolis	2		3
Pirapora do Bom Jesus	6		1

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Pontes Gestal	2			3
Populina	4			3
Potim	4			2
Potirendaba	9			1
Queiróz	2			1
Ribeira	3			1
Ribeirão Bonito	8			1
Ribeirão Corrente	3			1
Salesópolis	10			2
Saltinho	3			6
Salto Grande	5			1
Santa Adélia	9			1
Santo Expedito	2			3
São Bento do Sapucaí	7			2
São Francisco	2			1
São José da Bela Vista	5			2
São José do Barreiro	3			2
São Sebastião da Gramma	8			2
Serra Azul	4			2
Sete Barras	9			1
Taciba	4			1
Taiuva	4			1
Taquarivaí	2			1
Tarumã	5			2
Três Fronteiras	4			1
Ubirajara	3			2
Valentim Gentil	4			1
Total		68	22	263

1992 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 11 a 50	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Aguai	18	1		3
Aparecida	26	1		

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Avaré	43	1		5
Barra Bonita	24	1		
Brodósqui	11	1	1	2
Caçapava	48	1		1
Caconde	11	1		3
Cafelândia	11	1		
Cajati	13	1		
Campo Limpo Paulista	36	1		1
Capão Bonito	31	1	1	2
Capivari	23	1		2
Caraguatatuba	42	1		1
Casa Branca	16	1	1	5
Cerquillo	16	1		3
Cordeirópolis	11	1		1
Cruzeiro	48	1	1	3
Embu-Guaçu	30	1		2
Fartura	11	1		6
Fernandópolis	39	1		4
Hortolândia	44	1		2
Ilha Solteira	13	1		
Itanhaém	41	1		
Itapeva	48	1		1
Ituverava	23	1		4
José Bonifácio	16	1		1
Lençóis Paulista	32	1		1
Lins	43	1		
Louveira	12	1	1	4
Mairiporã	27	1	1	1
Miracatu	12	1		
Paraibuna	11	1	1	3
Paulínia	33	1		
Pedregulho	11	1		4
Pereira Barreto	18	1		1
Piqueti	11	1		
Piracaia	14	1		2
Piraju	18	1	1	2

Pitangueiras	19	1		
Porto Feliz	25	1		
Porto Ferreira	29	1		3
Rancharia	20	1		6
Registro	34	1		1
Ribeirão Branco	11	1	1	5
Rio Grande da Serra	25	1	1	4
Rio das Pedras	16	1	1	2
Santa Fé do Sul	17	1		3
Santa Rosa de Viterbo	15	1		2
São José do Rio Pardo	31	1	1	4
São Sebastião	28	1		1
Vargem Grande Paulista	18	1	1	2
Adamantina	24			3
Agudos	21			1
Alvares Machado	11			3
Angatuba	11			1
Arujá	36			1
Auriflama	11			1
Bariri	19			1
Barrinha	13			3
Bastos	14			1
Boituva	19			2
Cachoeira Paulista	18			2
Cajamar	29			2
Campos do Jordão	27			5
Castilho	11			2
Colina	11			2
Cosmópolis	27			2
Dracena	29			1
Guaira	22			1
Guararapes	28			1
Guariba	17			3
Ibiúna	35			2
Igarapava	18			1
Itajobi	11			2

Itatiba	45			1
Jacupiranga	11			1
Juquiá	14			1
Leme	48			2
Laranjal Paulista	13			2
Lucélia	13			1
Macatuba	11			1
Mirandópolis	17			2
Mongaguá	16			3
Monte Azul Paulista	13			1
Nova Odessa	25			1
Novo Horizonte	21			2
Olímpia	31			1
Oswaldo Cruz	21			1
Paraguaçu Paulista	23			1
Pariquera-Açu	11			1
Pederneiras	22			1
Penápolis	34			1
Peruíbe	28			3
Piedade	27			1
Pilar do Sul	12			2
Pirajuí	13			1
Pirassununga	41			4
Pompéia	13			3
Santa Rita do Passa Quatro	18			2
Santana de Parnaíba	30			2
Santo Antonio de Posse	11			4
São João da Boa Vista	48			4
São Joaquim da Barra	26			1
São Pedro	16			1
São Roque	40			2
Teodoro Sampaio	13			1
Tremembé	16			4
Tupi Paulista	11			1
Valparaíso	12			3
Vargem Grande do Sul	21			2

Total		51	13	211
--------------	--	-----------	-----------	------------

1992 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 51 a 100	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Araras	62	1		3
Assis	56	1	1	3
Barretos	66	1	1	2
Birigui	54	1		2
Botucatu	65	1	1	6
Cotia	76	1		
Cubatão	74	1		2
Ferraz de Vasconcelos	66	1		2
Guaratinguetá	65	1		1
Itapetininga	71	1		1
Itapevi	78	1		2
Itu	76	1	1	3
Lorena	52	1	1	2
Pindamonhangaba	69	1	1	4
Poá	57	1		2
Ribeirão Pires	65	1		
Santa Bárbara do Oeste	90	1	1	9
Sertãozinho	56	1	1	1
Várzea Paulista	52	1		3
Votorantim	55	1	1	4
Atibaia	61			1
Bragança Paulista	74			1
Francisco Morato	56			3
Franco da Rocha	67			1
Jandira	54			1
Jaú	68			3
Mogi Guaçu	75			4
Ourinhos	54			1

São Caetano do Sul	84			1
Tatuí	54			1
Valinhos	53			1
Total		20	9	70

1992 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 100 a 150	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Americana	118	1		4
Jacareí	117	1		2
Praia Grande	101	1		2
Rio Claro	103	1		2
Suzano	122	1		1
Taubaté	143	1	1	4
Araçatuba	111			1
Araraquara	113			1
Embu	112			2
Guarujá	119			1
Itaquaquecetuba	105			1
Limeira	148			1
São Carlos	117			1
Taboão da Serra	122			1
Total		6	1	24

1992 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 151 a 200	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Bauru	184	1		3
Franca	160	1		7
Mogi das Cruzes	193	1		
Piracicaba	193	1	1	3
Carapicuíba	187			2

São Vicente	178			2
Total		4	1	17

1992 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa acima de 200	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Campinas	597	1	1	8
Jundiaí	209	1	1	4
Osasco	425	1		
Santo André	477	1		1
Santos	334	1		2
São Bernardo do Campo	423	1		1
São José dos Campos	305	1		
São Paulo	7.131	1		5
Diadema	233			1
Guarulhos	631			1
Mauá	210			4
Ribeirão Preto	306			2
São José do Rio Preto	213			1
Sorocaba	280			2
Total		8	2	32

1992 - Prefeitos e Vereadores - PSDB			
Nº de Eleitores por Município	Prefeito		Vereadores Eleitos
	Disputaram	Venceram	
0 - 10.000	68	22	263
11.000 - 50.000	51	13	211
51.000 - 100.000	20	9	70
101.000 - 150.000	6	1	24

150.000 - 200.000	4	1	17
Acima 200.000	8	2	32
Total	157	48	617

Nota:

Nas eleições do ano 1992, o PSDB obteve cargos de vereador em 289 municípios.

Quadro 26 (A e B) – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994 (disputa para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual) por microrregião

MICRORREGIÃO	Nº DE MUNICÍPIOS	
	PRESIDENTE	GOVERNADOR
Adamantina	13	13
Amparo	8	7
Andradina	11	11
Araçatuba	7	6
Araraquara	12	6
Assis	16	13
Auriflama	7	5
Avaré	8	8
Bananal	5	5
Barretos	3	3
Batatais	5	5
Bauru	20	18
Birigui	17	13
Botucatu	6	6
Bragança Paulista	11	11
Campinas	16	14
Campos do Jordão	4	4
Capão Bonito	10	7
Caraguatatuba	4	4
Catanduva	13	12

Dracena	10	10
Fernandópolis	10	9
Franca	10	7
Franco da Rocha	4	3
Guaratinguetá	10	10
Guarulhos	3	3
Itanhaem	5	5
Itapeçerica da Serra	8	6
Itapetininga	5	5
Itapeva	12	9
Ituverava	5	5
Jaboticabal	15	12
Jabuticabal	1	1
Jales	21	15
Jau	12	10
Jundiaí	5	4
Limeira	8	7
Lins	8	7
Marília	12	10
Mogi das Cruzes	8	8
Moji-Mirim	7	2
Nhandeara	9	6
Novo Horizonte	6	6
Osasco	8	
Ourinhos	18	18
Paraibuna	7	7
Piedade	5	5
Piracicaba	11	11
Pirassununga	4	4
Presidente Prudente	29	25
Registro	12	11
Ribeirão Preto	16	16
Rio Claro	6	6
Santos	6	6
São Carlos	6	6
São João da Boa Vista	14	13

São Joaquim da Barra	9	8
São José do Rio Preto	28	25
São José dos Campos	8	8
São Paulo	7	5
Sorocaba	15	12
Tatuí	8	7
Tupã	6	5
Votuporanga	9	7

MICRORREGIÃO	Nº VOTOS –		Nº VOTOS	
	DEP. MAIS VOTADOS	FED. MAIS VOTADOS	– DEP. EST. VOTADOS	DEP. EST. MAIS VOTADOS
Adamantina	3526	9	2212	8
Amparo	1221	5	399	3
Andradina	2003	8	5162	9
Araçatuba	8118	4	25291	6
Araraquara	1213	4	1626	5
Assis	3704	13	21973	19
Auriflama	830	6	796	5
Avaré	2022	9	2457	4
Bananal	1175	8	1044	8
Barretos	3908	3	755	2
Batatais	2845	6	0	0
Bauru	29433	19	10134	16
Birigui	12048	11	96	2
Botucatu	4487	4	24788	7
Bragança Paulista	4621	7	268	2
Campinas	42914	14	145407	29
Campos do Jordão	1003	6	101	1
Capão Bonito	1582	4	7626	8
Caraguatatuba	7533	4	3389	4
Catanduva	11572	14	8834	16
Dracena	2592	8	1941	4
Fernandópolis	7945	16	12965	7
Franca	26235	13	31434	12

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Franco da Rocha	1771	4	1021	1
Guaratinguetá	8823	14	29292	15
Guarulhos	22853	2	0	0
Itanhaem	3031	9	0	0
Itapeçerica da Serra	8865	7	11067	7
Itapetininga	17414	3	168	2
Itapeva	1387	4	4155	5
Ituverava	942	3	1263	3
Jaboticabal	3391	12	5278	13
Jabuticabal	795	1	5856	1
Jales	5612	18	2084	11
Jau	3242	7	24300	13
Jundiaí	12680	2	32393	7
Limeira	6874	7	3611	2
Lins	2046	7	1032	1
Marília	3625	10	4004	6
Mogi das Cruzes	13811	5	965	2
Moji-Mirim	2143	7	1235	4
Nhandeara	5338	11	531	3
Novo Horizonte	1631	6	1615	8
Osasco	19452	6	26757	26757
Ourinhos	12628	24	16951	16951
Paraibuna	2780	13	979	979
Piedade	3542	6	615	615
Piracicaba	9487	8	26032	26032
Pirassununga	2435	3	17787	17787
Presidente Prudente	4680	15	17826	17826
Registro	8473	16	6719	6719
Ribeirão Preto	8574	7	5424	5424
Rio Claro	5342	4	699	699
Santos	38351	8	34292	34292
São Carlos	6128	4	5094	5094
São João da Boa Vista	26568	17	21864	21864
São Joaquim da Barra	2180	6	119	119
São José do Rio Preto	13535	23	15239	15239
São Jose dos Campos	80204	12	19349	19349

São Paulo	242446	10	50487	50487
Sorocaba	55155	20	46576	46576
Tatuí	10005	14	7435	7435
Tupã	19831	8	134	134
Votuporanga	4002	11	386	386

Quadro 27 (A a G) – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1996
(disputa para os cargos de prefeito e vereador)

1996 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 0 a 10	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Adolfo	2	1	1	2
Águas da Prata	4	1		2
Águas de Lindóia	9	1		2
Alambari	2	1		2
Alfredo Marcondes	3	1		1
Alto Alegre	4	1	1	3
Álvares Florense	4	1		2
Álvaro de Carvalho	2	1	1	5
Alvinlândia	1	1		2
Anhumas	2	1	1	1
Aramina	3	1		2
Arandu	4	1		3
Arapeí	2	1	1	5
Arco-Íris	1	1	1	4
Arealva	5	1	1	4
Areias	2	1	1	3
Areiópolis	6	1	1	3
Aspásia	1	1		1
Avai	4	1	1	1
Avanhandava	6	1	1	2
Bady Bassitt	6	1		4
Balbinos	1	1		3

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Bananal	7	1	1	4
Barão de Antonina	2	1	1	5
Barbosa	4	1	1	3
Barra do Turvo	6	1		
Bernardino de Campos	7	1	1	
Boa Esperança do Sul	7	1	1	4
Bocaina	6	1	1	4
Bofete	5	1		5
Bom Jesus dos Perdões	8	1		2
Bom Jesus de Itararé	2	1	1	3
Borá	1	1	1	4
Borborema	9	1	0	4
Braúna	3	1	0	
Brejo Alegre	1	1		3
Buritama	9	1	1	2
Buritizal	2	1		
Caiabu	3	1	1	4
Caiuá	3	1		4
Cajobi	6	1		4
Campina de Monte Alegre	3	1		2
Campos Novos Paulista	3	1		
Cananéia	7	1		
Canas	1	1	1	4
Cândido Rodrigues	2	1		3
Canitar	2	1		
Capela do Alto	7	1		4
Cássia dos Coqueiros	2	1	1	5
Catiguá	5	1	1	2
Cesário Lange	8	1	1	4
Charqueada	9	1		2
Chavantes	8	1	1	3
Clementina	3	1	1	4
Conchas	9	1	1	3
Coroados	2	1		1
Corumbataí	2	1	1	1
Divinolândia	8	1	1	3

Dourado	5	1	1	3
Duartina	9	1		3
Dumont	2	1		2
Eldorado	9	1		5
Elias Fausto	8	1	1	4
Elisário	2	1		2
Embaúba	1	1	1	4
Emilianópolis	2	1		5
Espírito Santo do Turvo	2	1	1	4
Estiva Gerbi	4	1	1	2
Estrela do Oeste	6	1	1	1
Euclides da Cunha Paulista	7	1	1	2
Fernão	1	1	1	3
Flora Rica	2	1	1	3
Floreal	3	1	1	3
Gabriel Monteiro	2	1	1	7
Gália	5	1		5
Gastão Vidigal	3	1		3
Gavião Peixoto	2	1		3
General Salgado	8	1		4
Glicério	3	1		3
Guaimbé	4	1	1	5
Guapiaçú	9	1	1	6
Guarantã	8	1	1	6
Guareí	7	1		3
Guzolândia	2	1		2
Herculândia	5	1	1	5
Holambra	5	1	1	3
Iacanga	6	1		3
Ibirá	6	1	1	3
Icem	5	1	1	2
Iepê	5	1		3
Igaratá	6	1	1	4
Ilha Comprida	3	1	1	2
Indiana	3	1	1	2
Indiaporã	3	1		

Iperó	8	1		
Ipiguá	2	1		2
Ipuã	7	1	1	3
Irapuã	4	1		3
Irapuru	6	1	1	2
Itaju	2	1		1
Itaoca	2	1	1	4
Itapirapuã Paulista	2	1	1	2
Itapura	3	1		3
Itariri	7	1		3
Itatinga	9	1	1	4
Itirapina	6	1	1	3
Itobi	4	1	1	3
Jaborandi	4	1		2
Jarinu	8	1		
Jeriquara	1	1	1	4
Júlio de Mesquita	3	1		5
Jurumirim	1	1	1	3
Lagoinha	4	1	1	2
Lavínia	4	1	1	5
Lavrinhas	4	1	1	4
Luís Antonio	4	1	1	2
Lutécia	2	1	1	5
Macaubal	5	1		4
Magda	2	1	1	3
Manduri	5	1		4
Marabá Paulista	2	1		1
Maracaí	9	1	1	2
Marapoama	1	1	1	3
Mariápolis	3	1	1	3
Marinópolis	2	1	1	3
Mendonça	3	1	1	3
Meridiano	3	1		4
Mira Estrela	2	1	1	3
Mombuca	2	1	1	5
Monções	2	1	1	4

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Monte Alegre do Sul	4	1		2
Monte Castelo	3	1	1	5
Monteiro Lobato	3	1		2
Motuca	2	1	1	3
Murutinga do Sul	3	1	1	1
Nantes	1	1		2
Narandiba	3	1	1	2
Natividade da Serra	6	1		2
Nazaré Paulista	8	1		4
Nova Aliança	3	1	1	6
Nova Campina	3	1	1	5
Nova Castilho	1	1	1	4
Nova Guataporanga	2	1	1	6
Nova Luzitânia	2	1		3
Óleo	2	1	1	5
Onda Verde	2	1	1	3
Oriente	5	1		3
Orindiuva	2	1		1
Ouro Verde	5	1	1	
Palmares Paulista	5	1	1	
Palmeira do Oeste	8	1		5
Paraiso	3	1		2
Paranapanema	9	1	1	5
Pardinho	3	1	1	4
Parisi	1	1	1	3
Paulicéia	3	1	1	3
Paulistânia	1	1	1	5
Paulo de Faria	6	1	1	5
Pedra Bela	3	1	1	5
Pedrinhas Paulista	2	1	1	4
Pedro de Toledo	5	1		2
Piacaçu	3	1	1	1
Pindorama	9	1		
Pinhalzinho	6	1	1	2
Piquerobi	2	1	1	1
Pirangi	6	1		2

Pirapora do Bom Jesus	6	1	1	2
Piratininga	7	1	1	4
Pomgaí	3	1		2
Pontes Gestal	2	1	1	2
Populina	4	1	1	4
Porangaba	4	1	1	6
Potim	6	1		3
Potidendaba	9	1		2
Pracinha	1	1		2
Pradópolis	8	1	1	4
Pratânia	2	1		3
Presidente Alves	3	1		1
Presidente Bernardes	9	1	1	2
Quadra	1	1		3
Queiróz	2	1		
Queluz	6	1		2
Quintana	3	1	1	2
Redenção da Serra	3	1		1
Reginópolis	4	1	1	3
Restinga	4	1		3
Ribeirão Bonito	8	1	1	3
Ribeirão Corrente	3	1	1	
Ribeirão Grande	4	1		
Ribeirão do Sul	3	1		1
Rifaina	3	1		3
Rinópolis	8	1		3
Riolândia	5	1		2
Riversul	6	1	1	4
Roseira	4	1		3
Rubiácea	2	1	1	2
Rubinéia	2	1	1	6
Sabino	4	1	1	3
Sales Oliveira	5	1		3
Sales	3	1		3
Saltinho	4	1		3
Salto Grande	5	1		2

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Sandovalina	2	1	1	
Santa Adélia	9	1	1	4
Santa Branca	9	1		2
Santa Clara do Oeste	1	1		5
Santa Cruz da Conceição	2	1	1	5
Santa Cruz da Esperança	1	1		3
Santa Gertrudes	8	1	1	2
Santa Lúcia	5	1		2
Santa Maria da Serra	3	1		4
Santa Mercedes	2	1	1	3
Santana da Ponte Pensa	2	1	1	2
Santo Antonio da Alegria	4	1		
Santo Antonio do Jardim	4	1		1
Santo Antonio do Pinhal	4	1		1
Santo Expedito	2	1		2
São Francisco	2	1		4
São João do Pau D'Alho	2	1	1	3
São José da Bela Vista	5	1	1	4
São Lourenço da Serra	6	1	1	3
São Luís do Paraitinga	7	1		3
São Pedro do Turvo	5	1		3
São Sebastião da Gramma	8	1	1	3
São Simão	9	1	1	3
Sarapuí	5	1		5
Sarutaiá	3	1		
Serra Azul	4	1	1	3
Sete Barras	9	1	1	5
Silveiras	4	1	1	4
Sud Menucci	6	1	1	3
Tabapuã	6	1		3
Taciba	4	1	1	4
Taiuva	4	1		2
Tapiraí	5	1	1	2
Tapiratiba	8	1	1	3
Taquarivaí	2	1	1	2
Tejupa	3	1		

Timburi	2	1	1	
Torrinha	5	1	1	
Trabiju	1	1		
Tres Fronteiras	4	1		3
Tuiuti	3	1		1
Turiúba	1	1	1	2
Turmalina	2	1		5
Ubarana	2	1		
Uchôa	6	1		2
Urânia	6	1	1	1
Urupês	8	1	1	5
Valentim Gentil	4	1	1	2
Vargem	4	1		2
Vista Alegre do Alto	3	1	1	1
Vitória Brasil	1	1	1	5
Águas de Santa Bárbara	3			4
Águas de São Pedro	2			2
Altair	2			2
Américo de Campos	5			7
Analândia	2			2
Anhembi	3			6
Aparecida d'Oeste	4			3
Araçariguama	6			3
Balsamo	5			3
Barra do Chapeu	3			3
Bilac	4			2
Boracéia	3			4
Buri	9			1
Colômbia	4			3
Coronel Macedo	5			2
Dirce Reis	1			2
Dobrada	5			2
Dolcinópolis	2			1
Fernando Prestes	3			3
Flórida Paulista	8			2
Guaiçara	5			3

Guaraçaí	6		3
Guaraci	6		1
Guarani d'Oeste	3		2
Guararema	6		1
Guataporá	4		2
Iacri	5		3
Iaras	1		1
Ipaussu	8		3
Ipeúna	2		3
Iporanga	2		3
Iracemópolis	9		3
Itirapina	3		2
Jaci	3		1
Jambeiro	2		1
Joanópolis	7		1
João Ramalho	2		3
Lourdes	1		1
Lucianópolis	1		4
Lupércio	3		4
Macedônia	2		1
Mineiros do Tietê	7		3
Morungaba	7		1
Neves Paulista	6		3
Nhandeara	8		1
Nova Canaã Paulista	2		3
Nuporanga	4		2
Ocaçu	3		2
Oscar Bressane	2		1
Palestina	7		1
Panorama	7		3
Paranapuã	3		2
Parapuã	7		2
Patrocínio Paulista	7		2
Pedranópolis	2		1
Pereiras	4		1
Planalto	2		1

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Platina	2			2
Poloni	4			2
Pontalinda	2			2
Quatá	8			2
Rafard	7			1
Ribeira	3			4
Ribeirão dos Índios	1			4
Rincão	6			1
Sagres	2			2
Salmorão	4			2
Salto	55			4
Santa Albertina	4			2
Santa Rita d'Oeste	2			1
Santa Saete	1			2
Santo Antonio do Aracanguá	4			2
Santópolis do Aguapeí	3			2
São João das Duas Pontes	2			2
São João de Iracema	1			2
Sebastianópolis do Sul	2			1
Severínia	8			2
Taguaí	4			2
Taiapu	3			1
Tarabaí	4			2
Tarumã	7			3
Torre de Pedra	1			1
União Paulista	1			2
Uru	1			2
Vera Cruz	8			5
Zacarias	1			1
TOTAL		253	139	900

1996 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 11 a 50	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	

Adamantina	24	1		3
Aguai	18	1		3
Agudos	21	1	1	2
Alumínio	11	1	1	3
Álvares Machado	11	1	1	4
Andradina	39	1		2
Angatuba	11	1	1	3
Aparecida	26	1		2
Apiá	16	1		
Araçoiaba da Serra	13	1	1	4
Artur Nogueira	17	1	1	3
Auriflama	11	1		2
Avaré	43	1		2
Barrinha	13	1		1
Bastos	14	1	1	3
Batatais	32	1		3
Bebedouro	45	1	1	2
Bertioga	15	1		
Cachoeira Paulista	18	1	1	4
Caconde	11	1	1	1
Cafelândia	11	1	1	7
Cajuru	13	1		4
Campos do Jordão	27	1	1	5
Cândido Mota	20	1	1	2
Capão Bonito	31	1	1	3
Capivari	23	1	1	5
Casa Branca	16	1		3
Cerqueira Cesar	11	1	1	3
Cerquillo	16	1	1	4
Conchal	15	1	1	2
Cosmópolis	27	1	1	3
Cotia	76	1		3
Cravinhos	16	1		3
Cruzeiro	48	1		3
Cunha	15	1		3
Descalvado	19	1	1	2

Dracena	29	1		3
Espírito Santo do Pinhal	26	1	1	4
Fartura	11	1	1	8
Fernandópolis	39	1	1	5
Garça	28	1		3
Guaiara	22	1		2
Guapiara	12	1	1	2
Guararapes	28	1	1	2
Guariba	17	1	1	
Ibitinga	30	1		
Ibiúna	35	1		3
Igarapava	18	1	1	2
Itaí	13	1	1	3
Itajobi	11	1	1	4
Itapira	40	1		2
Itararé	28	1		2
Itupeva	15	1		
Ituverava	23	1	1	7
Jaboticabal	42	1		1
Jacupiranga	11	1		1
Jardinópolis	18	1	1	4
Junqueirópolis	12	1		2
Juquiá	14	1		3
Leme	48	1	1	3
Lençóis Paulista	32	1		2
Leme	43	1		1
Louveira	12	1		2
Matão	45	1		3
Mirassol	29	1		2
Mococa	40	1		3
Mogi-Mirim	46	1		2
Monte Alto	28	1		5
Monte Aprazível	13	1		2
Monte Azul Paulista	13	1		3
Monte Mor	20	1		3
Morro Agudo	14	1		4

Nova Granada	11	1	1	2
Nova Odessa	25	1		5
Novo Horizonte	21	1		3
Olímpia	31	1	1	3
Oswaldo Cruz	21	1	1	5
Palmital	14	1	1	1
Pariquera-Açu	11	1		2
Pederneiras	22	1	1	1
Pedregulho	11	1	1	5
Penápolis	34	1	1	5
Pereira Barreto	18	1		2
Peruíbe	28	1	1	4
Piedade	27	1	1	2
Pilar do Sul	12	1	1	4
Piquete	11	1		2
Piracaia	14	1		
Piraju	18	1	1	5
Pirajuí	13	1		3
Pirassununga	41	1		3
Pitangueiras	19	1		2
Pompéia	13	1		4
Porto Ferreira	29	1	1	4
Presidente Epitácio	23	1	1	7
Rancharia	20	1	1	6
Registro	34	1	1	4
Rio Grande da Serra	25	1		4
Rio das Pedras	16	1		3
Rosana	14	1		
Santa Cruz das Palmeiras	16	1	1	1
Santa Fé do Sul	17	1		4
Santa Isabel	27	1		2
Santa Rita do Passa Quatro	18	1	1	4
Santa Rosa de Viterbo	15	1	1	3
Santana de Paranaíba	30	1		3
São João da Boa Vista	48	1	1	6
São Joaquim da Barra	26	1	1	2

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

São José do Rio Pardo	31	1		6
São Manuel	24	1		2
São Miguel Arcanjo	18	1		1
São Roque	40	1	1	5
São Sebastião	28	1		2
Serra Negra	16	1		4
Serrana	20	1		1
Socorro	20	1		3
Tambaú	13	1		1
Taquaritinga	32	1	1	3
Tupã	42	1	1	
Tupi Paulista	11	1		3
Ubatuba	37	1		
Valparaíso	12	1	1	5
Vargem Grande Paulista	18	1	1	
Vargem Grande do Sul	21	1		2
Vinhedo	29	1	1	1
Viradouro	11	1		3
Votuporanga	45	1		2
Américo Brasiliense	16			1
Arujá	36			1
Bariri	19			3
Biritiba Mirim	14			2
Brodosqui	11			2
Brotas	11			1
Cabreúva	15			4
Caçapava	48			2
Cajati	15			2
Campo Limpo Paulista	36			1
Castilho	11			3
Colina	11			3
Dois Córregos	13			1
Embu-Guaçú	30			3
Guará	12			2
Ibaté	13			3
Igaraçu do Tietê	14			1

Ilha Solteria	16			1
Ilhabela	11			2
Itanhaém	41			3
Itapeva	48			5
Itápolis	24			4
Itaporanga	11			2
Itatiba	45			2
Jaguariúna	16			3
Jales	31			2
José Bonifácio	16			3
Laranjal Paulista	13			1
Lucélia	13			4
Macatuba	11			2
Mairinque	25			3
Mairiporã	27			2
Miracatu	12			2
Mirandópolis	17			2
Mirante do Paranapanema	11			2
Mongaguá	16			2
Orlândia	22			2
Paraguaçu Paulista	23			2
Paraibuna	11			2
Paulínia	33			2
Pedreira	21			1
Pirapozinho	15			5
Presidente Venceslau	25			2
Promissão	21			2
Ribeirão Branco	11			2
Salto de Pirapora	17			2
Santa Cruz do Rio Pardo	26			2
Santo Anastácio	15			2
Santo Antonio de Posse	11			2
São Pedro	16			2
Taquarituba	14			2
Teodoro Sampaio	13			3
Tietê	18			3

Tremembé	16			3
TOTAL		127	58	483

1996 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 51 a 100	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Araras	62	1	1	4
Assis	56	1		4
Atibaia	61	1		2
Barretos	66	1		2
Birigui	54	1		4
Botucatu	65	1	1	6
Bragança Paulista	74	1		2
Cubatão	74	1		4
Ferraz de Vasconcelos	66	1	1	3
Francisco Morato	56	1		4
Franco da Rocha	65	1		5
Guaratinguetá	65	1	1	4
Hortolândia	61	1	1	5
Itapeccerica da Serra	62	1	1	3
Itapetininga	71	1		1
Itapevi	78	1	1	4
Itu	76	1		5
Jandira	54	1	1	3
Jaú	68	1	1	6
Lorena	52	1	1	4
Pindamonhangaba	69	1	1	7
Poá	57	1		
Ribeirão Pires	65	1		3
Santa Bárbara do Oeste	90	1		4
São Caetano do Sul	84	1		2
Sertãozinho	56	1		3
Sumaré	94	1		2
Tatuí	54	1		4

Várzea Paulista	52	1		2
Votorantim	55	1	1	6
Catanduva	61			2
Indaiatuba	81			3
Mogi-Guaçú	75			4
Ourinhos	54			2
Valinhos	53			2
TOTAL		30	12	121

1996 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 101 a 150	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Americana	118	1		4
Araçatuba	111	1		4
Araraquara	113	1		4
Barueri	133	1		
Embu	112	1		3
Guarujá	119	1		3
Jacareí	117	1	1	4
Limeira	148	1	1	4
Marília	117	1		2
Presidente Prudente	127	1	1	4
Rio Claro	103	1		2
São Carlos	117	1		3
Suzano	122	1		
Taboão da Serra	122	1		3
Taubaté	143	1	1	4
Itaquaquetuba	105			3
Praia Grande	101			3
TOTAL		15	4	50

1996 - Prefeitos e Vereadores - PSDB			
Município	Mil Eleitores	Prefeito	Vereadores

	Faixa 151 a 200	Disputaram	Venceram	Eleitos
Bauru	184	1		5
Franca	160	1		5
Piracicaba	193	1	1	4
Carapicuíba	187			3
São Vicente	178			3
TOTAL		3	1	20

1996 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa acima de 200	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Campinas	597	1		5
Guarulhos	631	1		1
Jundiaí	209	1	1	7
Mauá	210	1		6
Osasco	425	1		1
Ribeirão Preto	306	1	1	5
Santo André	477	1		2
Santos	334	1		3
São Bernardo do Campo	423	1	1	5
São José dos Campos	305	1	1	3
São Paulo	7.131	1		8
Sorocaba	280	1	1	5
Diadema	233			4
São José do Rio Preto	213			2
TOTAL		12	5	57

1996 - Prefeitos e Vereadores - PSDB		
Nº de Eleitores por	Prefeito	Vereadores Eleitos

Município	Disputaram	Venceram	
0 - 10.000	253	139	900
11.000 - 50.000	127	58	483
51.000 - 100.000	30	12	121
101.000 - 150.000	15	4	50
150.000 - 200.000	3	1	20
Acima 200.000	12	5	57
Total	440	219	1.631

Nota:

Nas eleições do ano 1996, o PSDB obteve cargos de vereador em 554 municípios.

Quadro 28 (A e B) – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1998 (disputa para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual) por microrregião

MICRORREGIÃO	Nº DE MUNICÍPIOS	
	PRESIDENTE	GOVERNADOR
Adamantina	14	8
Amparo	8	1
Andradina	11	1
Araçatuba	7	2
Araraquara	14	2
Assis	17	4
Auriflama	9	1
Avaré	8	1
Bananal	5	3
Barretos	3	1
Batatais	6	2
Bauru	21	6
Birigui	18	2
Botucatu	7	2
Bragança paulista	11	
Campinas	16	

Campos do Jordão	4	
Capão Bonito	10	3
Caraguatatuba	4	1
Catanduva	13	1
Dracena	10	6
Fernandópolis	11	2
Franca	10	
Franco da Rocha	4	
Guaratinguetá	11	3
Guarulhos	3	
Itanhaem	5	
Itapeçerica da Serra	8	
Itapetininga	5	1
Itapeva	12	5
Ituverava	5	
Jaboticabal	16	
Jabuticabal	1	
Jales	23	5
Jau	12	1
Jundiaí	5	
Limeira	8	1
Lins	8	2
Marília	13	6
Mogi das Cruzes	8	
Moji-Mirim	7	1
Nhandeara	9	1
Novo Horizonte	6	4
Osasco	8	
Ourinhos	18	1
Paraibuna	7	1
Piedade	5	1
Piracicaba	12	3
Pirassununga	4	
Presidente Prudente	30	7
Registro	12	1
Ribeirão Preto	16	1

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Rio Claro	6	1
Santos	6	2
São Carlos	6	
São João da Boa Vista	14	3
São Joaquim da Barra	9	
São José do Rio Preto	29	7
São José dos Campos	8	1
São Paulo	8	
Sorocaba	15	
Tatuí	9	3
Tupã	7	5
Votuporanga	9	3

MICRORREGIÃO	Nº VOTOS – DEP. FED. MAIS VOTADOS	QTD. DEP. FED. MAIS VOTADOS	Nº VOTOS – DEP. EST. MAIS VOTADOS	QTD. DEP. EST. MAIS VOTADOS
Adamantina	10892	27	7694	24
Amparo	2634	10	2152	4
Andradina	1790	10	1925	7
Araçatuba	1235	3	2770	9
Araraquara	14186	17	12663	10
Assis	10248	19	16014	23
Auriflama	2614	13	1135	5
Avaré	3286	8	2343	6
Bananal	848	5	1904	13
Barretos	5970	4	18248	6
Batatais	5508	10	5717	5
Bauru	7281	25	14573	15
Birigui	2243	11	13939	28
Botucatu	3264	8	15732	11
Bragança Paulista	4969	8	1531	6
Campinas	70765	16	228290	35
Campos do Jordão	1325	3	1064	3
Capão bonito	8108	18	2279	11
Caraguatatuba	3192	4	27847	5

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Catanduva	6981	18	13132	16
Dracena	4754	17	2483	13
Fernandópolis	15950	14	6416	8
Franca	3907	5	53529	12
Franco da Rocha	4521	5	3955	2
Guaratinguetá	7803	14	11220	16
Guarulhos	17871	1	21769	4
Itanhaem	2607	5	2674	5
Itapecerica da Serra	10993	10	12328	10
Itapetininga	3563	6	11493	6
Itapeva	5495	15	3398	9
Ituverava	1176	4	2480	7
Jaboticabal	14250	18	2438	6
Jabuticabal	3288	2	796	1
Jales	4099	30	12422	36
Jau	28336	15	16143	8
Jundiaí	16131	10	48946	11
Limeira	58057	15	37083	8
Lins	5250	8	3207	6
Marília	17647	19	7188	11
Mogi das Cruzes	6513	3	10048	4
Moji-Mirim	14203	9	20409	10
Nhandeara	3394	13	3213	12
Novo Horizonte	9379	16	6808	14
Ourinhos	11634	8	78094	9
Osasco			14416	24
Paraibuna	11656	16	5392	10
Piedade	2729	9	3085	6
Piracicaba	4827	9	33605	16
Pirassununga	49417	17	22497	4
Presidente Prudente	3986	3	21289	42
Registro	5849	29	5113	12
Ribeirão Preto	6657	15	17979	9
Rio Claro	45467	18	2516	5
Santos	30599	6	28779	2
São Carlos	21320	3	11553	4

São João da Boa Vista	2018	3	45521	29
São Joaquim da Barra	44494	24	3541	7
São José do Rio Preto	2676	4	45317	35
São José dos Campos	37352	41	26018	8
São Paulo	21389	10	151552	7
Sorocaba	39578	3	80751	20
Tatuí	67149	19	3047	11
Tupã	1580	8	1797	9
Votuporanga	6745	14	3002	9

Quadro 29 (A a G) – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2000 (disputa para os cargos de prefeito e vereador)

2000 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 0 a 10	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Adolfo	2	1		3
Águas da Prata	5	1		3
Águas de São Pedro	1	1		1
Alambari	2	1	1	4
Alfredo Marcondes	2	1		2
Álvaro de Carvalho	2	1	1	
Américo de Campos	4	1	1	4
Analândia	3	1		1
Anhembi	3	1	1	3
Araçariguama	8	1		2
Arandu	5	1		2
Arapeí	1	1	1	2
Arco-Íris	2	1	1	3
Arealva	4	1	1	8
Areias	2	1	1	3
Areiópolis	6	1	1	4
Ariranha	5	1		
Avaí	3	1		1
Bady Bassitt	7	1	1	4

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Bálsamo	5	1	1	4
Bananal	6	1	1	4
Barão de Antonina	1	1		5
Barbosa	4	1		
Bento de Abreu	2	1	1	2
Bernardino de Campos	7	1	1	2
Bilac	3	1		3
Bocaina	6	1	1	5
Bofete	6	1		
Bom Sucesso de Itararé	2	1		1
Brejo Alegre	1	1	1	4
Caiuá	2	1	1	4
Campina do Monte Alegre	3	1		2
Campos Novos Paulista	3	1		2
Cananéia	8	1		2
Canas	2	1		4
Cândido Rodrigues	2	1		3
Capela do Alto	8	1		2
Cássia dos Coqueiros	2	1	1	5
Cedral	5	1		2
Cesário Lange	8	1		2
Chavantes	8	1		4
Clementina	4	1		3
Colômbia	5	1		1
Conchas	9	1	1	3
Coronel Macedo	3	1	1	4
Corumbataí	3	1		1
Cosmorama	6	1		2
Cristais Paulista	4	1	1	5
Cruzália	2	1		1
Dirce Reis	1	1	1	2
Dolcinópolis	1	1	1	3
Dourado	6	1	1	2
Duartina	9	1		1
Dumont	6	1	1	3
Echaporã	4	1		2

Elisiário	1	1	1	3
Embaúba	2	1		2
Emilianópolis	2	1	1	5
Engenheiro Coelho	6	1	1	3
Espírito Santo do Turvo	2	1	1	4
Estiva Gerbi	5	1	1	3
Estrela d'Oeste	6	1		
Euclides da Cunha Paulista	7	1	1	1
Fernando Prestes	4	1	1	7
Fernão	1	1	1	
Floreal	2	1		1
Flórida Paulista	8	1	1	3
Florinéa	2	1		2
Gabriel Monteiro	1	1		5
Gália	5	1		
Gastão Vidigal	2	1	1	3
General Salgado	8	1	1	2
Guaimbé	3	1		4
Guaraçai	6	1		2
Guarantã	8	1		2
Guzolândia	2	1		2
Herculândia	5	1	1	4
Holambra	6	1		3
Iacanga	6	1		1
Ibirá	6	1		1
Icem	5	1	1	2
Igaratá	7	1		3
Ilha Comprida	4	1	1	2
Ipaussu	8	1	1	3
Ipeúna	2	1		3
Itaoca	2	1	1	3
Itapirapuã Paulista	2	1	1	
Itirapina	7	1		2
Itobi	5	1		1
Jaborandi	4	1		
Jambeiro	3	1		3

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Jeriquara	2	1	1	4
João Ramalho	2	1	1	5
Julio Mesquita	2	1		
Jumirim	1	1		3
Lagoinha	4	1		2
Lavínia	4	1	1	3
Lavrinhas	4	1	1	3
Lindóia	4	1		1
Lucianópolis	1	1		1
Luís Antonio	5	1		2
Lupércio	3	1	1	
Lutécia	2	1		2
Macedônia	2	1		1
Magda	2	1		2
Marabá Paulista	3	1		4
Marapoama	2	1	1	1
Mariápolis	2	1		2
Marinópolis	1	1	1	3
Meridiano	2	1	1	2
Mombuca	2	1		3
Monte Castelo	2	1	1	3
Monteiro Lobato	2	1		3
Morungaba	8	1		2
Motuca	2	1	1	3
Muritinga do Sul	2	1	1	3
Nantes	1	1		2
Narandiba	3	1	1	3
Natividade da Serra	5	1		3
Nazaré Paulista	9	1	1	4
Neves Paulista	6	1	1	3
Nova Aliança	3	1	1	7
Nova Campina	4	1		2
Nova Canaã Paulista	1	1	1	8
Nova Castilho	1	1	1	4
Nova Guataporanga	1	1		5
Nova Independência	2	1		1

Nova Luzitânia	2	1	1	5
Novais	2	1	1	2
Ocauçu	3	1		1
Óleo	2	1		3
Onda Verde	2	1		1
Orindiuva	3	1		1
Ouro Verde	5	1	1	3
Pacaembu	6	1		3
Palmares Paulista	5	1		
Panorama	8	1		3
Pardinho	3	1	1	3
Parisi	1	1		4
Patrocínio Paulista	7	1		2
Paulicéia	3	1		4
Paulistânia	1	1	1	3
Pedranópolis	1	1	1	2
Pedrinhas Paulista	2	1	1	6
Pedro de Toledo	6	1	1	4
Pereiras	4	1		2
Pindorama	9	1		2
Pirangi	6	1	1	5
Piratininga	7	1		
Pontalinda	2	1	1	
Pontes Gestal	2	1	1	5
Porangaba	4	1	1	4
Pracinha	1	1	1	
Pradópolis	9	1	1	3
Pratânia	2	1		2
Quadra	2	1	1	1
Quatá	8	1		2
Queluz	1	1	1	1
Ribeira	2	1	1	3
Ribeirão Bonito	8	1		2
Ribeirão Corrente	2	1		2
Ribeirão Grande	5	1		
Rifaina	2	1	1	5

Rincão	6	1		1
Rinópolis	6	1	1	3
Roseira	5	1		3
Rubiácea	1	1	1	2
Rubinéia	2	1		3
Sabino	3	1		4
Sagres	1	1		3
Sales Oliveira	6	1		2
Sales	3	1		3
Salmourão	2	1	1	4
Saltinho	4	1		1
Salto Grande	5	1		1
Sandovalina	2	1		
Santa Branca	9	1	1	3
Santa Cruz da Conceição	2	1	1	4
Santa Cruz da Esperança	1	1		3
Santa Lúcia	6	1		
Santa Maria da Serra	3	1		4
Santa Mercedes	1	1		3
Santana da Ponte Pensa	1	1		2
Santo Antonio do Pinhal	5	1	1	3
Santo Expedito	2	1	1	3
Santópolis do Aguapeí	2	1	1	3
São João do Pau d'Alho	1	1	1	5
São Lourenço da Serra	7	1	1	2
São Luís do Paraitinga	8	1	1	4
Sarapuí	5	1	1	3
Sarutaiá	2	1		3
Sebastianópolis do Sul	1	1	1	3
Serra Azul	5	1	1	2
Sete Barras	9	1		2
Silveiras	4	1		
Sud Menucci	6	1	1	6
Suzanópolis	2	1		1
Tabapuã	7	1	1	4
Tabatinga	9	1		3

Taciba	4	1		2
Taguaí	5	1		3
Tapiratiba	8	1		3
Taquarivaí	3	1		2
Tarabaí	4	1		3
Tejupa	3	1	1	3
Timburi	1	1		1
Torre de Pedra	1	1		2
Turmalina	1	1		3
Ubarana	3	1		3
Urupês	8	1	1	5
Vera Cruz	8	1	1	4
Vista Alegre do Alto	3	1	1	5
Vitória Brasil	1	1	1	4
Águas de Santa Bárbara	3			5
Altair	2			2
Alto Alegre	3			4
Álvares Florense	4			2
Américo Brasiliense	18			2
Andradina	38			2
Anhumas	2			1
Aparecida d'Oeste	3			2
Aramina	3			1
Aspásia	1			1
Avanhandava	6			2
Balbinos	1			3
Barra do Chapéu	3			3
Boa Esperança do Sul	8			3
Bom Jesus dos Perdões	9			2
Borá	1			4
Boracéia	3			2
Borborema	9			1
Borebi	1			2
Caiabu	2			3
Cajobi	7			4
Cardoso	9			2

Coroados	3		2
Divinolândia	8		2
Dobrada	5		2
Elias Fausto	9		3
Estrela do Norte	1		1
Flora Rica	1		3
Getulina	7		1
Glicério	4		2
Guaíçara	5		1
Guaraci	6		2
Guareí	7		2
Guataporá	6		1
Iacri	5		1
Iepê	5		2
Inúbia Paulista	2		2
Ipiriguanã	2		1
Iporanga	3		2
Ipuã	7		2
Irapuã	5		4
Itaju	1		1
Itapuí	6		3
Itariri	7		2
Jaci	2		1
Joanópolis	7		3
Lourdes	1		3
Luiziânia	2		3
Macaubal	5		3
Manduri	6		4
Mendonça	2		6
Mesópolis	1		1
Mineiros do Tietê	7		2
Monções	1		3
Nhandeara	6		2
Nova Europa	5		2
Nuporanga	4		1
Oriente	4		2

Oscar Bressane	1		2
Ouroeste	5		2
Palmeira d'Oeste	8		3
Paraiso	3		1
Paranapuã	2		1
Paulo de Faria	6		2
Pedra Bela	3		3
Piçacatu	3		4
Pinhalzinho	7		2
Piquerobi	2		3
Pirapora do Bom Jesus	7		1
Planalto	2		3
Platina	2		2
Poloni	3		2
Pongaí	2		2
Populina	3		2
Potim	7		2
Queiroz	1		4
Reginópolis	3		2
Restinga	3		2
Ribeirão do Sul	3		1
Ribeirão dos Índios	1		1
Riolândia	6		1
Riversul	6		2
Santa Adélia	9		3
Santa Clara d'Oeste	1		3
Santa Ernestina	4		1
Santa Rita d'Oeste	2		2
Santa Salete	1		2
Santo Antonio da Alegria	4		1
Santo Antonio do Aracanguá	5		1
São Bento do Sapucaí	7		2
São Francisco	2		2
São João das Duas Pontes	2		3
São João de Iracema	1		1
São José do Barreiro	3		1

São Pedro do Turvo	5			2
São Sebastião da Gramma	7			3
Severínia	9			1
Taiuva	4			1
Tapiraí	5			2
Tarumã	7			1
Trabiju	1			1
Três Fronteiras	3			3
Turiúba	1			1
União Paulista	1			3
Urânia	7			1
Uru	1			1
Valentim Gentil	5			2
Vargem	5			1
Zacarias	1			1
TOTAL		213	98	785

2000 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 11 a 50	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Aguai	18	1	1	3
Agudos	22	1		3
Álvares Machado	12	1		3
Angatuba	12	1		2
Aparecida	26	1		2
Araçoiaba da Serra	16	1		1
Barra Bonita	25	1		1
Bastos	15	1		1
Batatais	33	1		2
Bertioga	21	1		
Boituva	21	1		1
Brotas	12	1	1	6
Buri	11	1		
Buritama	11	1		1
Cachoeira Paulista	18	1		3
Caconde	11	1		3

Cafelândia	11	1		5
Cajuru	14	1	1	4
Campo Limpo Paulista	43	1	1	5
Cândido Mota	20	1		2
Capão Bonito	31	1	1	
Capivari	24	1		2
Caraguatatuba	49	1	1	5
Casa Branca	17	1		2
Cerqueira César	11	1		4
Cerquilha	18	1		3
Conchal	15	1		2
Cosmópolis	29	1		1
Cravinhos	17	1	1	3
Cunha	16	1	1	2
Dracena	30	1	1	2
Eldorado	11	1	1	7
Embu-Guaçu	37	1		1
Espírito Santo do Pinhal	27	1	1	5
Fartura	11	1		4
Fernandópolis	41	1		3
Garça	28	1	1	5
Guapiaçu	11	1	1	5
Guará	13	1		2
Guararapes	28	1		1
Guararema	12	1	1	2
Guariba	17	1	1	3
Ilha Solteira	17	1	1	1
Iperó	11	1		2
Itaberá	12	1		2
Itajobi	11	1	1	5
Itanhaém	45	1		2
Itapeva	49	1		3
Itapira	42	1		
Itaporanga	11	1		
Itararé	29	1	1	3
Itatinga	11	1	1	4

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Ituverava	25	1	1	3
Jales	31	1	1	2
Jardinópolis	19	1	1	4
Jarinu	11	1		1
Junqueirópolis	12	1	1	2
Juquitiba	17	1		
Leme	50	1		3
Lins	44	1		3
Louveira	15	1		2
Lucélia	13	1	1	4
Mairinque	27	1		1
Mairiporã	34	1		2
Maracá	11	1	1	4
Martinópolis	15	1	1	2
Miracatu	13	1		3
Mirassol	31	1	1	3
Mongaguá	22	1	1	3
Monte Alto	29	1	1	3
Monte Mor	24	1		2
Morro Agudo	16	1	1	4
Nova Granada	12	1	1	3
Nova Odessa	28	1		2
Olímpia	32	1		3
Orlândia	22	1	1	3
Oswaldo Cruz	22	1	1	3
Palmital	14	1	1	3
Paraguaçu Paulista	25	1		3
Paraibuna	11	1		
Paranapanema	11	1	1	4
Pariquera-Açu	11	1		1
Pederneiras	23	1	1	5
Pedregulho	12	1		4
Pereira Barreto	18	1		3
Peruíbe	33	1		2
Piedade	28	1		3
Pilar do Sul	13	1		3

Piquete	12	1		
Piraju	19	1	1	5
Pirajuí	13	1		2
Pirapózingo	15	1		3
Pirassununga	43	1		2
Pontal	20	1		1
Porto Ferreira	30	1	1	4
Presidente Bernardes	11	1		4
Presidente Epitácio	24	1	1	5
Rancharia	20	1		2
Registro	35	1	1	4
Rio Grande da Serra	27	1		2
Rio das Pedras	18	1	1	3
Rosana	16	1	1	3
Santa Cruz das Palmeiras	16	1	1	1
Santa Cruz do Rio Pardo	26	1	1	3
Santa Fé do Sul	19	1		6
Santa Gertrudes	11	1	1	2
Santa Rita do Passa Quatro	18	1	1	3
Santa Rosa de Viterbo	15	1		2
Santo Anastácio	15	1	1	2
Santo Antonio da Posse	12	1		
São Joaquim da Barra	27	1		2
São José do Rio Pardo	32	1	1	5
São Roque	42	1		6
São Sebastião	34	1	1	3
Socorro	21	1	1	1
Tambaú	14	1	1	3
Tanabi	16	1		3
Taquaritinga	34	1		1
Taquarituba	15	1	1	2
Teodoro Sampaio	13	1	1	4
Tremembé	18	1	1	4
Tupã	43	1	1	4
Ubatuba	40	1		1
Valparaíso	12	1	1	4

Vargem Grande Paulista	22	1		
Vargem Grande do Sul	22	1	1	2
Vinhedo	33	1	1	5
Viradouro	11	1		3
Votuporanga	48	1	1	4
Adamantina	24			2
Águas de Lindóia	11			1
Apiaí	17			2
Artur Nogueira	19			1
Arujá	40			1
Auriflama	11			3
Avaré	45			3
Bariri	19			3
Barrinha	16			1
Bebedouro	48			1
Biritiba-Mirim	16			2
Brodosqui	11			2
Cabreúva	18			2
Caieiras	39			1
Cajamar	30			4
Cajati	17			2
Campos do Jordão	29			2
Colina	12			3
Cordeirópolis	11			1
Descalvado	21			1
Guaira	24			2
Guapiara	12			2
Ibaté	15			1
Ibiúna	39			1
Igaraçu do Tietê	15			1
Igarapava	18			1
Ilhabela	12			2
Iracemápolis	11			2
Itaí	14			2
Itápolis	25			2
Itatiba	48			2

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Jaboticabal	43			2
Jaguariúna	18			3
José Bonifácio	18			1
Laranjal Paulista	14			1
Lençóis Paulista	34			2
Macatuba	11			1
Miguelópolis	14			1
Mirandópolis	18			1
Mirante do Paranapanema	12			4
Mococa	42			2
Mogi-Mirim	49			3
Monte Aprazível	13			1
Monte Azul Paulista	13			1
Novo Horizonte	22			1
Paulínia	37			3
Pedreira	23			2
Penápolis	36			4
Piracaia	15			2
Pompéia	14			2
Porto Feliz	27			1
Presidente Venceslau	25			2
Promissão	21			2
Regente Feijó	11			1
Ribeirão Branco	11			2
Salesópolis	11			1
Salto de Pirapora	19			1
São Miguel Arcanjo	18			1
São Pedro	18			1
Serra Negra	17			3
Tietê	20			1
Tupi Paulista	11			1
TOTAL		129	59	456

2000 - Prefeitos e Vereadores - PSDB			
Município	Mil Eleitores	Prefeito	Vereadores

	Faixa 51 a 100	Disputaram	Venceram	Eleitos
Araras	67	1		2
Assis	58	1	1	4
Barretos	68	1		2
Birigui	59	1		2
Botucatu	68	1		4
Catanduva	64	1		1
Cotia	84	1	1	
Cubatão	77	1		2
Ferraz de Vasconcelos	74	1		2
Francisco Morato	64	1	1	4
Franco da Rocha	71	1		3
Guaratinguetá	65	1	1	5
Hortolândia	74	1	1	5
Itapecerica da Serra	71	1	1	7
Itapetininga	73	1	1	4
Itapevi	82	1	1	4
Itu	82	1	1	4
Jandira	58	1		3
Jaú	72	1		3
Lorena	52	1	1	5
Ourinhos	57	1		2
Pindamonhangaba	76	1	1	3
Salto	59	1		2
Santa Bárbara d'Oeste	97	1		3
São Caetano do Sul	96	1		
São João da Boa Vista	51	1	1	3
Sertãozinho	58	1	1	1
Valinhos	56	1		1
Várzea Paulista	56	1		1
Votorantim	58	1		4
Atibaia	67			1
Bragança Paulista	79			2
Caçapava	51			1
Cruzeiro	51			2
Indaiatuba	91			2

Mogi Guaçu	80			3
Poá	61			1
Ribeirão Pires	69			2
Tatuí	58			1
TOTAL		30	13	101

2000 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 101 a 150	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Americana	128	1		2
Araçatuba	115	1		1
Araraquara	117	1		2
Jacareí	121	1		
Rio Claro	107	1		2
São Carlos	122	1		2
Taboão da Serra	135	1	1	4
Embu	120			1
Itaquaquecetuba	117			2
Marília	125			2
Praia Grande	114			2
Presidente Prudente	131			2
Sumaré	107			2
TOTAL		7	1	24

2000 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa 151 a 200	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Carapicuíba	199	1	1	6
Guarujá	161	1		
Limeira	154	1	1	5
Taubaté	151	1	1	4
Barueri	151			1

Bauru	195			2
Franca	168			3
São Vicente	190			2
TOTAL		4	3	23

2000 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores Faixa acima de 200	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Campinas	624	1		6
Jundiaí	221	1	1	4
Mauá	222	1		3
Mogi das Cruzes	202	1	1	3
Piracicaba	204	1		4
Ribeirão Preto	323	1		2
Santo André	488	1		1
Santos	327	1		3
São Bernardo do Campo	444	1		
São José do Rio Preto	228	1		2
São José dos Campos	322	1	1	5
São Paulo	7.135	1		8
Sorocaba	302	1	1	4
Diadema	245			2
Guarulhos	631			2
Osasco	430			1
TOTAL		13	4	50

2000 - Prefeitos e Vereadores - PSDB			
Nº de Eleitores por Município	Prefeito		Vereadores Eleitos
	Disputaram	Venceram	
0 - 10.000	213	98	785
11.000 - 50.000	129	59	456
51.000 - 100.000	30	13	101

101.000 - 150.000	7	1	24
150.000 - 200.000	4	3	23
Acima 200.000	13	4	50
Total	396	178	1.439

NOTA:

Nas eleições do ano 2000, o PSDB obteve cargos de vereador em 555 municípios.

Quadro 30 (A e B) – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2002 (disputa para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual) por microrregião

MICRORREGIÃO	Nº MUNICÍPIOS	
	PRESIDENTE	GOVERNADOR
Adamantina	13	14
Amparo	8	8
Andradina	8	11
Araçatuba	7	7
Araraquara	7	14
Assis	12	17
Auriflama	8	9
Avaré	8	8
Bananal	3	5
Barretos	3	3
Batatais	5	6
Bauru	13	20
Birigui	17	18
Botucatu	6	7
Bragança Paulista	11	11
Campinas	4	13
Campos do Jordão	4	4
Capão Bonito	8	10
Caraguatatuba	4	4

Catanduva	7	11
Dracena	10	10
Fernandópolis	11	11
Franca	9	10
Franco da Rocha	1	4
Guaratinguetá	4	11
Guarulhos	1	3
Itanhaem	5	5
Itapecerica da Serra	6	8
Itapetininga	5	5
Itapeva	12	12
Ituverava	3	5
Jaboticabal	8	13
Jabuticabal	1	1
Jales	22	23
Jau	6	12
Jundiaí	2	4
Limeira	3	6
Lins	6	7
Marília	13	13
Mogi das Cruzes	3	8
Moji-Mirim	3	7
Nhandeara	9	9
Novo Horizonte	5	6
Osasco	1	8
Ourinhos	15	18
Paraibuna	7	7
Piedade	5	5
Piracicaba	10	12
Pirassununga	1	4
Presidente Prudente	23	28
Registro	12	12
Ribeirão Preto	11	15
Rio Claro	5	4
Santos	1	6
São Carlos	4	5

São João da Boa Vista	13	14
São Joaquim da Barra	7	9
São José do Rio Preto	27	29
São José dos Campos	5	8
São Paulo	2	5
Sorocaba	9	14
Tatuí	9	9
Tupã	7	7
Votuporanga	8	9

MICRORREGIÃO	Nº VOTOS – DEP. FED. MAIS VOTADOS	QTD. DEP. FED. MAIS VOTADOS	Nº VOTOS – DEP. EST. MAIS VOTADOS	QTD. DEP. EST. MAIS VOTADOS
Adamantina	8707	27	13117	20
Amparo	3204	7	5462	8
Andradina	5766	12	3034	12
Araçatuba	14769	10	3562	6
Araraquara	4785	11	24073	23
Assis	6024	16	9284	23
Auriflana	8026	13	3246	13
Avaré	4628	10	6890	11
Bananal	526	4	1131	7
Barretos	6761	3	15208	5
Batatais	3584	5	7356	8
Bauru	59983	18	87843	24
Birigui	9331	16	4712	14
Botucatu	1771	5	23096	13
Bragança Paulista	17033	16	7704	7
Campinas	130171	13	158836	19
Campos do Jordão	1851	4	1143	4
Capão Bonito	9396	13	7924	18
Caraguatatuba	5822	3	14178	5
Catanduva	10889	14	12873	14
Dracena	8126	16	5385	16
Fernandópolis	16493	12	3944	11

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Franca	12912	11	44938	12
Franco da Rocha	9153	3	6530	2
Guaratinguetá	6659	6	3894	6
Guarulhos	0	0	4643	3
Itanhaem	0	0	4206	5
Itapecerica da serra	24943	12	57596	11
Itapetininga	9158	11	1623	5
Itapeva	18419	14	7297	14
Ituverava	4416	4	5720	8
Jaboticabal	6952	16	7369	15
Jabuticabal	19118	2	496	1
Jales	16290	33	15156	35
Jau	4843	13	20969	14
Jundiaí	61591	5	64421	7
Limeira	56526	5	68648	10
Lins	4044	6	7226	12
Marília	6792	7	7652	20
Mogi das Cruzes	11719	4	6618	7
Moji-Mirim	19945	6	13723	7
Nhandeara	6688	11	2194	9
Novo Horizonte	5095	9	8413	13
Ourinhos	68731	9	88159	7
Osasco	18354	20	12923	26
Paraibuna	3035	8	3706	8
Piedade	8417	5	10127	9
Piracicaba	60837	11	12387	17
Pirassununga	4960	2	3031	1
Presidente Prudente	10751	23	24226	30
Registro	17755	15	21195	25
Ribeirão Preto	16080	16	41747	9
Rio Claro	4544	5	1234	5
Santos	9193	2	49918	6
São Carlos	75216	8	1365	4
São João da Boa Vista	65041	17	46165	16
São Joaquim da Barra	5476	9	13009	11
São José do Rio Preto	106121	32	49626	32

São José dos Campos	23463	7	81046	9
São Paulo	15843	2	238921	5
Sorocaba	92673	23	104013	25
Tatuí	7644	10	45644	12
Tupã	14999	13	21415	13
Votuporanga	8696	13	5343	12

Quadro 31 (A a G) – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2004
(disputa para os cargos de prefeito e vereador)

2004 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Águas da Prata	5	1	1	4
Águas de Santa Bárbara	4	1	0	2
Alambari	3	1	1	3
Álvaro de Carvalho	2	1	0	2
Américo de Campos	4	1	0	1
Anhemi	4	1	0	4
Aparecida d'Oeste	3	1	0	1
Aramina	3	1	1	2
Arealva	5	1	1	5
Areiópolis	7	1	0	2
Aspásia	1	1	1	0
Avai	3	1	1	1
Avanhandava	6	1	0	2
Bady Bassitt	9	1	1	3
Balbinos	1	1	1	4
Bananal	7	1	0	3
Barra do Chapéu	4	1	1	2
Bento de Abreu	1	1	1	2
Bernardino de Campos	7	1	0	3
Bilac	5	1	1	3
Bocaina	7	1	0	3
Bofete	6	1	1	3

Borá	1	1	1	4
Brejo Alegre	1	1	0	2
Cabrália Paulista	3	1	0	1
Caiabu	3	1	0	2
Caiuá	3	1	0	1
Campina do Monte Alegre	3	1	1	3
Campos Novos Paulista	2	1	1	2
Cananéia	9	1	0	0
Cândido Rodrigues	2	1	0	1
Cardoso	8	1	1	1
Cássia dos Coqueiros	2	1	1	4
Cedral	5	1	0	2
Coronel Macedo	4	1	0	2
Corumbataí	3	1	1	0
Cristais Paulista	5	1	0	4
Dirce Reis	1	1	1	4
Dolcinópolis	1	1	1	3
Dourado	6	1	0	0
Dumont	4	1	1	2
Elisiário	2	1	1	1
Embaúba	1	1	1	2
Emilianópolis	2	1	0	4
Engenheiro Coelho	8	1	0	2
Espírito Santo do Turvo	2	1	0	3
Estrela d'Oeste	6	1	0	3
Euclides da Cunha Paulista	7	1	0	2
Fernando Prestes	4	1	1	5
Flórida Paulista	8	1	0	2
Gabriel Monteiro	2	1	0	4
Gália	5	1	1	4
Gastão Vidigal	3	1	1	1
Gavião Peixoto	3	1	0	0
Getulina	8	1	1	2
Glicério	3	1	0	0
Guaimbê	3	1	0	2

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Guaraçai	6	1	0	1
Guarantã	5	1	0	2
Guatapar	4	1	1	0
Guzolândia	3	1	1	2
Herculândia	6	1	1	4
Iacanga	7	1	1	3
Ibirarema	4	1	1	1
Icm	5	1	0	0
Igaratá	5	1	1	4
Ilha Comprida	7	1	1	3
Indiana	4	1	1	1
Indiaporã	3	1	1	2
Inúbia Paulista	2	1	0	2
Ipaussu	9	1	1	3
Ipeúna	3	1	1	1
Iporanga	3	1	0	0
Ipuã	9	1	0	1
Irapuru	4	1	0	3
Itaju	2	1	1	3
Itapirapuã Paulista	2	1	0	0
Itapu	7	1	0	2
Itapura	3	1	0	0
Itirapina	8	1	1	1
Itobi	5	1	0	2
Jeriquara	2	1	0	3
João Ramalho	3	1	1	2
Jumirim	1	1	0	4
Lagoinha	4	1	1	3
Lavínia	3	1	1	4
Lavrinhas	5	1	0	1
Lourdes	1	1	1	1
Luís Antonio	6	1	1	3
Magda	2	1	0	0
Marabá Paulista	3	1	0	3
Maripolis	3	1	1	2

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Mendonça	2	1	0	4
Meridiano	3	1	0	2
Mombuca	2	1	0	1
Monte Castelo	3	1	0	4
Monteiro Lobato	3	1	0	2
Morungaba	7	1	0	2
Motuca	3	1	1	2
Nantes	1	1	0	1
Narandiba	2	1	0	1
Natividade da Serra	6	1	0	2
Neves Paulista	7	1	0	2
Nhandeara	7	1	1	1
Nova Aliança	4	1	1	2
Nova Campina	5	1	0	1
Nova Canaã Paulista	1	1	1	5
Nova Castilho	1	1	1	3
Nova Europa	6	1	1	1
Nova Guataporanga	1	1	1	4
Novais	2	1	0	2
Nova Luzitânia	2	1	1	1
Ocaçu	2	1	0	1
Ouro Verde	5	1	1	2
Pacaembu	8	1	0	2
Panorama	9	1	1	1
Pardinho	3	1	0	1
Parisi	1	1	0	1
Paulicéia	3	1	1	2
Paulo de Faria	6	1	1	3
Pedra Bela	4	1	1	4
Pedranópolis	2	1	1	3
Pedrinhas Paulista	2	1	1	3
Pedro de Toledo	6	1	0	1
Pereiras	5	1	0	1
Piacatu	3	1	0	2
Pinhalzinho	8	1	1	3
Piquerobi	2	1	1	2

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Pirangi	7	1	1	2
Pirapora do Bom Jesus	8	1	1	4
Piratininga	8	1	1	2
Planalto	2	1	1	2
Pontalinda	2	1	0	2
Pontes Gestal	2	1	1	2
Porangaba	5	1	1	2
Pratânia	3	1	0	1
Presidente Alves	3	1	0	2
Quadra	2	1	1	2
Quatá	9	1	0	4
Queiróz	1	1	1	2
Queluz	7	1	1	3
Redenção da Serra	3	1	1	3
Reginópolis	3	1	1	2
Ribeira	2	1	1	4
Ribeirão Corrente	2	1	0	1
Ribeirão Grande	5	1	1	2
Riversul	4	1	0	0
Rifaina	3	1	0	2
Rincão	7	1	1	2
Rinópolis	7	1	1	2
Roseira	6	1	0	2
Sabino	4	1	1	2
Sagres	1	1	1	3
Sales	3	1	0	4
Salmourão	3	1	0	3
Saltinho	5	1	0	2
Santa Albertina	4	1	0	4
Santa Cruz da Conceição	2	1	1	4
Santa Cruz da Esperança	1	1	1	1
Santa Ernestina	3	1	0	0
Santa Maria da Serra	3	1	1	3
Santa Mercedes	2	1	0	2
Santa Rita d'Oeste	2	1	1	2
Santo Antonio do Aracanguá	5	1	1	0

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Santo Antonio do Pinhal	5	1	0	2
Santo Expedito	2	1	1	2
São Bento do Sapucaí	7	1	0	3
São João do Pau d'Alho	1	1	1	4
São Lourenço da Serra	8	1	0	3
São Luís do Paraitinga	8	1	1	3
Sarapuí	6	1	0	1
Sarutaiá	2	1	1	4
Sebastianópolis do Sul	2	1	0	2
Serra Azul	6	1	1	2
Silveiras	4	1	0	3
Sud Menucci	5	1	1	4
Suzanópolis	2	1	0	1
Tabapuã	8	1	1	3
Taciba	4	1	0	1
Taguaí	5	1	0	1
Taiapuçu	4	1	0	2
Tapiraí	6	1	1	2
Tapiratiba	9	1	1	2
Taquaral	2	1	1	1
Taquarivaí	3	1	1	2
Tarabaí	4	1	1	2
Tejupá	3	1	1	4
Torrinha	6	1	0	0
Três Fronteiras	4	1	1	2
Tupi Paulista	9	1	0	3
Turiúba	1	1	0	2
Ubarana	3	1	1	2
Uchoa	7	1	1	2
Uru	1	1	1	1
Urupês	9	1	1	5
Vera Cruz	8	1	0	3
Vista Alegre do Alto	3	1	0	1
Vitória Brasil	1	1	0	5
Alfredo Marcondes	3			1
Altair	3			1

Alto Alegre	3		2
Alvinlândia	2		1
Arandu	4		2
Arco Íris	1		4
Areias	3		1
Barão de Antonina	2		2
Barbosa	4		1
Boa Esperança do Sul	9		2
Bom Sucesso de Itararé	2		1
Boracéia	2		1
Borebi	1		3
Buritizal	3		2
Cajobi	7		1
Canitar	3		2
Catiguá	4		1
Chavantes	9		2
Clementina	4		3
Coroados	3		2
Cosmorama	4		2
Cruzália	2		3
Divinolândia	9		3
Echaporã	5		3
Estrela do Norte	2		3
Fernão	1		2
Flora Rica	1		2
Floreal	2		3
Florinéia	2		2
Guaiçara	6		2
Guaraci	7		2
Guareí	7		3
Holambra	7		1
Iaras	2		1
Ibirá	7		2
Irapurã	5		1
Itaoca	2		1
Itariri	7		1

Itirapuã	3		1
Jaborandi	5		1
Jaci	3		1
Jambeiro	3		1
Joanópolis	8		1
Julio Mesquita	3		3
Lindóia	4		3
Luisiânia	3		1
Lupércio	3		2
Lutécia	2		2
Macaubal	5		3
Manduri	6		4
Marinópolis	1		1
Mesópolis	1		2
Mira Estrela	2		1
Monções	1		2
Monte Alegre do Sul	5		1
Murutinga do Sul	2		2
Nipoa	2		1
Nova Independência	1		2
Nuporanga	5		1
Oleo	2		1
Oriente	4		1
Oscar Bressane	2		1
Ouroeste	5		2
Palestina	7		1
Paraiso	4		4
Parapuã	2		1
Patrocínio Paulista	8		1
Poloni	3		1
Pongai	2		2
Potirendaba	9		1
Pracinha	1		1
Quintana	4		1
Rafard	6		2
Restinga	4		2

Ribeirão do Sul	3			1
Ribeirão dos Índios	1			1
Riolândia	6			1
Rubiacea	1			3
Sales Oliveira	3			2
Sandavalina	2			2
Santa Clara D Oeste	1			2
Santa Salete	1			2
Santo Antonio Do Jardim	4			2
Santópolis Do Aguapei	2			1
São João Das Duas Pontes	2			2
São José Da Bela Vista	5			2
São Pedro do Turvo	5			1
São Sebastião Da Grama	7			1
Sete Barras	9			1
Taruma	8			1
Terra Roxa	6			1
Timburim	2			2
Tuiuti	4			1
Turmalina	1			2
Ubirajara	3			2
União Paulista	1			1
Vargem	5			3
Zacarias	1			2
TOTAL		198	103	601

2004 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Adamantina	25	1	0	3
Aguai	21	1	0	3
Águas de Lindóia	11	1	0	3
Agudos	25	1	0	0
Álvares Machado	14	1	1	5

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Amparo	44	1	0	1
Andradina	40	1	0	2
Apiáí	19	1	0	0
Araçoiaba da Serra	14	1	0	1
Arujá	49	1	0	0
Bariri	21	1	1	3
Barra Bonita	27	1	1	1
Bastos	16	1	0	2
Biritiba-Mirim	19	1	1	2
Boituva	27	1	0	1
Bom Jesus dos Perdões	11	1	0	0
Borborema	11	1	0	0
Brotas	15	1	1	2
Buri	12	1	0	0
Buritama	11	1	0	1
Cabreúva	24	1	0	1
Cachoeira Paulista	21	1	1	4
Caconde	12	1	1	3
Cafelândia	12	1	0	1
Caieiras	49	1	1	4
Cajuru	15	1	0	3
Campo Limpo Paulista	49	1	1	1
Campos do Jordão	33	1	0	1
Capela do Alto	11	1	1	1
Caraguatatuba	59	1	1	3
Castilho	13	1	1	1
Cerqueira César	11	1	1	3
Cerquilha	22	1	0	3
Cesário Lange	11	1	0	1
Charqueada	11	1	0	1
Conchal	17	1	0	2
Conchas	11	1	0	3
Cravinhos	20	1	1	1
Cunha	17	1	0	2
Descalvado	22	1	1	2

Dois Córregos	16	1	1	1
Dracena	32	1	1	2
Eldorado	11	1	1	4
Elias Fausto	11	1	1	2
Embu-Guaçu	42	1	0	3
Espírito Santo do Pinhal	30	1	0	2
Fartura	11	1	0	3
Fernandópolis	45	1	0	2
Garça	31	1	1	2
Guapiaçu	12	1	1	2
Guapiara	14	1	1	1
Guará	13	1	1	4
Guararapes	22	1	0	0
Ibaté	18	1	0	0
Ibitinga	34	1	1	4
Igaraçu do Tietê	17	1	1	0
Iguape	21	1	0	2
Ilhabela	15	1	0	0
Ilha Solteira	19	1	0	0
Iperó	14	1	1	2
Iracemópolis	12	1	1	2
Itaberá	12	1	0	3
Itajobi	12	1	0	1
Itanhaém	54	1	1	3
Itapira	47	1	0	1
Itápolis	28	1	1	3
Itaporanga	11	1	0	1
Itararé	33	1	1	3
Itatinga	11	1	1	5
Ituverava	28	1	1	3
Jaboticabal	47	1	0	0
Jacupiranga	12	1	0	0
Jales	35	1	0	3
Jarinu	13	1	1	3
Junqueirópolis	13	1	1	2

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Juquitiba	21	1	1	2
Laranjal Paulista	16	1	0	1
Leçóis Paulista	38	1	1	2
Lins	49	1	1	2
Louveira	20	1	1	1
Lucélia	14	1	0	2
Mairinque	31	1	0	3
Mairiporã	42	1	1	4
Martinópolis	16	1	1	3
Miguelópolis	14	1	1	2
Miracatu	15	1	1	3
Mirante do Paranapanema	12	1	0	3
Mirassol	35	1	0	0
Mongaguá	29	1	1	3
Monte Aprazível	14	1	0	3
Monte Mor	28	1	1	3
Morro Agudo	17	1	0	2
Nazaré Paulista	11	1	0	2
Nova Odessa	32	1	0	0
Olímpia	34	1	0	0
Orlândia	26	1	1	2
Oswaldo Cruz	23	1	0	1
Palmital	15	1	0	2
Paraguaçu Paulista	28	1	1	4
Paraibuna	12	1	1	1
Paranapanema	12	1	0	2
Paulínia	47	1	0	0
Pederneiras	26	1	0	3
Pedregulho	12	1	1	4
Pedreira	27	1	0	0
Pereira Barreto	19	1	1	2
Peruibe	41	1	0	0
Piedade	32	1	1	3
Pilar do Sul	16	1	1	2
Pindorama	11	1	0	1
Piracaia	17	1	0	0

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Piraju	21	1	0	1
Pirapózinho	17	1	0	2
Pirassununga	48	1	1	2
Pitangueiras	22	1	0	0
Porto Feliz	31	1	0	0
Porto Ferreira	34	1	0	2
Pradópolis	11	1	1	1
Presidente Bernardes	11	1	0	2
Rio Grande da Serra	30	1	1	4
Rosana	17	1	0	0
Salto de Pirapora	22	1	0	0
Santa Cruz das Palmeiras	19	1	0	3
Santa Cruz do Rio Pardo	30	1	1	3
Santa Fé do Sul	21	1	0	2
Santa Isabel	32	1	1	1
Santa Rosa de Viterbo	17	1	1	1
São João da Boa Vista	57	1	0	1
São Joaquim da Barra	30	1	0	1
São José do Rio Pardo	35	1	1	2
São Miguel Arcanjo	21	1	1	2
São Pedro	21	1	1	2
São Roque	47	1	1	0
São Sebastião	42	1	0	1
São Simão	11	1	1	2
Serrana	25	1	0	0
Severínia	11	1	1	2
Socorro	24	1	1	3
Tambaú	15	1	0	0
Taquaritinga	37	1	1	1
Teodoro Sampaio	15	1	1	2
Tietê	22	1	0	3
Tremembé	21	1	0	2
Tupã	46	1	1	3
Ubatuba	49	1	0	1
Valparaíso	13	1	0	3
Vargem Grande do Sul	25	1	1	2

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Vargem Grande Paulista	27	1	1	3
Vinhedo	41	1	0	3
Viradouro	12	1	0	0
Altinópolis	12			1
Alumínio	11			2
Américo Brasiliense	22			2
Angatuba	14			2
Aparecida	24			1
Araçariguama	11			2
Brodowski	13			2
Cajamar	38			1
Cajati	20			1
Cândido Mota	22			2
Capão Bonito	33			2
Casa Branca	18			1
Colina	13			2
Cordeirópolis	13			1
Guáira	26			2
Guararema	12			2
Guariba	17			2
Ibiuna	46			1
Itupeva	15			2
Jaguariuna	23			2
Maracaí	11			2
Mirandópolis	19			2
Mococa	48			2
Monte Alto	29			1
Monte Azul Paulista	14			1
Nova Granada	13			2
Pariquera-Acu	13			3
Penápolis	40			2
Pirajuí	13			1
Pompeia	14			1
Pontal	20			1
Promissão	21			2
Rancharia	22			1

Regente Feijó	12			1
Registro	38			3
Ribeirão Branco	13			2
Rio das Pedras	20			2
Salesópolis	12			2
Santa Branca	11			1
Santa Gertrudes	13			2
São Manuel	24			1
Serra Negra	17			2
Tabatinga	11			3
Tanabi	18			2
Taquarituba	16			2
Valparaíso	13			3
TOTAL		150	69	351

2004 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Araras	77	1	0	0
Assis	62	1	0	2
Avaré	52	1	0	2
Barretos	75	1	0	2
Bebedouro	52	1	0	0
Birigui	67	1	0	2
Bragança Paulista	93	1	0	0
Catanduva	73	1	1	4
Francisco Morato	79	1	1	3
Franco da Rocha	74	1	1	2
Guaratinguetá	77	1	0	2
Hortolândia	97	1	0	4
Itapeçerica da Serra	89	1	0	4
Itapetininga	84	1	0	2
Itapeva	57	1	0	2
Itatiba	57	1	0	0

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Itu	96	1	0	1
Jandira	67	1	0	2
Jaú	81	1	1	3
Leme	57	1	0	2
Matão	54	1	0	1
Mogi Guaçu	91	1	0	2
Mogi-Mirim	56	1	0	2
Ourinhos	67	1	1	3
Poá	71	1	0	0
Ribeirão Pires	77	1	0	2
Santana de Parnaíba	51	1	0	0
Sertãozinho	67	1	1	2
Tatuí	66	1	1	4
Votorantim	67	1	0	2
Votuporanga	55	1	1	2
Cruzeiro	53			1
Cubatão	87			1
Ferraz de Vasconcelos	92			2
Lorena	56			1
Pindamonhangaba	69			2
Valinhos	66			2
TOTAL		31	8	68

2004 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Cotia	110	1	1	0
Embu	146	1	0	2
Itapevi	105	1	0	2
Jacareí	136	1	0	4
Marília	141	1	1	1
Praia Grande	133	1	1	5
Presidente Prudente	144	1	0	2
Rio Claro	120	1	0	0

Santa Bárbara d'Oeste	113	1	1	5
São Carlos	140	1	0	3
Sumaré	128	1	0	3
Americana	145			2
Araçatuba	125			3
Indaiatuba	109			3
Itaquaquetuba	117			2
TOTAL		11	4	37

2004 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Franca	193	1	1	3
Guarujá	189	1	0	0
Limeira	171	1	0	2
Suzano	160	1	0	3
Taubaté	169	1	1	2
São Vicente	178			2
Taboão Da Serra	161			2
TOTAL		5	2	14

2004 - Prefeitos e Vereadores - PSDB				
Município	Mil Eleitores	Prefeito		Vereadores Eleitos
		Disputaram	Venceram	
Bauru	218	1	0	4
Campinas	672	1	0	10
Carapicuíba	229	1	1	5
Diadema	276	1	0	4
Guarulhos	650	1	0	2
Jundiaí	241	1	1	3
Mogi das Cruzes	231	1	1	3
Osasco	478	1	0	7

Piracicaba	230	1	1	4
Ribeirão Preto	359	1	1	3
Santo André	513	1	0	4
Santos	276	1	0	2
São José dos Campos	377	1	1	5
São Paulo	7.771	1	1	13
Sorocaba	348	1	1	5
Mauá	253			2
São Bernardo do Campo	423			4
São José do Rio Preto	213			3
TOTAL		15	8	83

Nº de Eleitores por Município	Prefeito		Veredores Eleitos
	Disputaram	Venceram	
0 - 10.000	198	103	601
11.000 - 50.000	150	69	351
51.000 - 100.000	31	8	68
101.000 - 150.000	11	4	37
150.000 - 200.000	5	2	14
Acima 200.000	15	8	83
Total	410	194	1.154

NOTA:

Nas eleições do ano de 2004, o PSDB obteve cargos de vereador em 516 municípios.

Quadro 32 (A e B) – Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2006 (disputa para os cargos de presidente, governador, deputado federal e estadual) por microrregião

MICRORREGIÃO	Nº MUNICÍPIOS	
	PRESIDENTE	GOVERNADOR
Adamantina	14	14

Amparo	8	8
Andradina	10	10
Araçatuba	7	7
Araraquara	15	15
Assis	17	17
Auriflama	9	9
Avaré	8	8
Bananal	5	5
Barretos	3	3
Batatais	6	6
Bauru	20	20
Birigui	18	18
Botucatu	7	7
Bragança paulista	11	11
Campinas	16	16
Campos do Jordão	4	4
Capão Bonito	10	10
Caraguatatuba	4	4
Catanduva	13	13
Dracena	10	10
Fernandópolis	11	11
Franca	10	10
Franco da rocha	4	4
Guaratinguetá	11	11
Guarulhos	3	3
Itanhaem	5	5
Itapecerica da Serra	8	8
Itapetininga	5	5
Itapeva	12	12
Ituverava	5	5
Jaboticabal	16	16
Jabuticabal	1	1
Jales	23	23
Jau	11	11
Jundiaí	5	5
Limeira	8	8

Lins	7	7
Marília	13	13
Mogi das Cruzes	8	8
Moji-Mirim	7	7
Nhandeara	9	9
Novo Horizonte	6	6
Osasco	8	8
Ourinhos	17	17
Paraibuna	7	7
Piedade	5	5
Piracicaba	12	12
Pirassununga	4	4
Presidente Prudente	30	30
Registro	12	12
Ribeirão Preto	16	16
Rio Claro	6	6
Santos	6	6
São Carlos	6	6
São João da Boa Vista	14	14
São Joaquim da Barra	9	9
São Jose do Rio Preto	29	29
São José dos campos	8	8
São Paulo	8	8
Sorocaba	15	15
Tatuí	9	9
Tupã	7	7
Votuporanga	9	9

MICRORREGIÃO	Nº VOTOS –		Nº VOTOS –	
	DEP.	FED.	DEP.	EST.
	MAIS	MAIS	MAIS	MAIS
	VOTADOS	VOTADOS	VOTADOS	VOTADOS
Adamantina	19718	19	14275	21
Amparo	14206	8	22091	13
Andradina	4728	9	8871	13
Araçatuba	6476	6	18659	10

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Araraquara	14051	15	69256	16
Assis	19430	20	16316	24
Auriflama	9358	15	5136	16
Avaré	12977	13	16760	15
Bananal	1012	3	2447	6
Barretos	2769	2	488	2
Batatais	12554	8	4586	7
Bauru	11825	16	140863	24
Birigui	11473	20	52442	28
Botucatu	4314	7	20914	14
Bragança Paulista	15483	7	27789	14
Campinas	248532	18	117504	13
Campos do Jordão	5889	6	3386	6
Capão Bonito	18924	16	25568	16
Caraguatatuba	17678	7	37251	5
Catanduva	11684	19	1212	3
Dracena	5148	11	5083	7
Fernandópolis	19261	15	5164	14
Franca	5118	9	12717	12
Franco da Rocha	12037	4	26818	6
Guaratinguetá	11137	12	13041	8
Guarulhos	7660	2	7066	4
Itanhaem	20861	5	18682	7
Itapecerica da serra	22084	7	62268	8
Itapetininga	12783	9	17989	10
Itapeva	19754	13	15878	17
Ituverava	11884	9	10100	8
Jaboticabal	18214	23	11765	6
Jabuticabal	1313	1	603	1
Jales	24669	36	25996	46
Jau	7232	9	53967	16
Jundiaí	44199	6	8065	3
Limeira	18043	8	38066	7
Lins	8084	7	14093	9
Marília	9682	14	7733	15
Mogi das Cruzes	22013	5	4959	2

Raiane Patrícia Severino Assumpção – Análise Organizacional do PSDB-SP (1988-2006)

Moji-Mirim	28632	10	53719	13
Nhandeara	4270	10	6246	13
Novo horizonte	10391	11	1816	2
Ourinhos	96527	4	131068	7
Osasco	15565	16	32060	26
Paraibuna	9567	7	6103	9
Piedade	26017	9	13526	8
Piracicaba	92942	18	29381	16
Pirassununga	21327	6	18760	5
Presidente Prudente	15414	33	70986	36
Registro	27324	16	67301	17
Ribeirão Preto	104280	25	68563	18
Rio Claro	13358	11	12486	9
Santos	22377	4	107216	9
São Carlos	74035	8	36394	6
São João da boa vista	84730	19	82248	19
São Joaquim da barra	16617	9	10389	10
São José do Rio Preto	33252	30	43717	22
São José dos Campos	278492	9	123376	11
São Paulo	248369	8	426753	13
Sorocaba	173466	26	104083	21
Tatuí	28554	15	28313	14
Tupã	14545	8	10674	12
Votuporanga	20417	14	8541	8

Mapas do Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo (1988 a 2006)

Os mapas abaixo correspondem à localização geográfica do desempenho eleitoral dos candidatos do PSDB (SP) no período de 1988 a 2006 – para os cargos de vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal e senador.

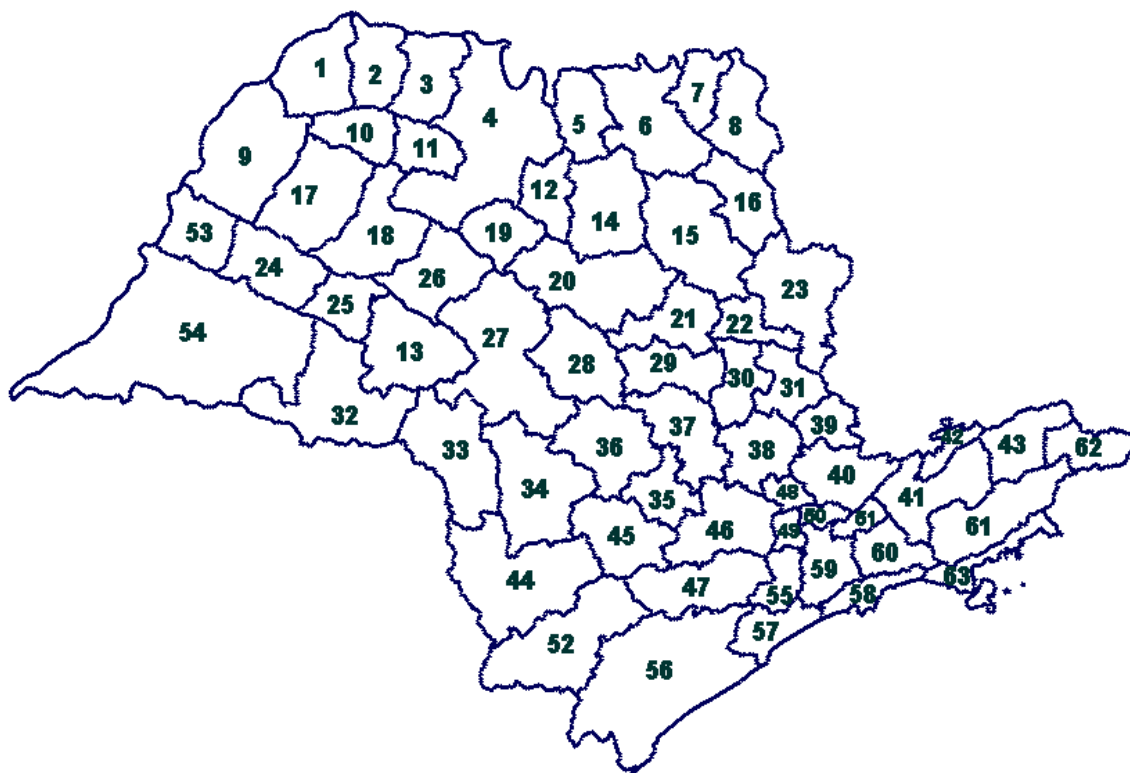
Os dados eleitorais foram obtidos por um levantamento nos *sites* do TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo), TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e Banco de dados eleitorais da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo); posteriormente foram tabulados e geoprocessados²⁶⁷.

Nas eleições municipais foram representados os locais onde foram lançados candidatos pelo partido ao cargo de prefeito e os municípios em que obteve vitória eleitoral para os cargos de prefeito e vereadores²⁶⁸. Nas eleições para os cargos de senador, deputado estadual e federal foram georeferenciados os municípios onde os candidatos eleitos pelo partido obtiveram melhor desempenho²⁶⁹.

²⁶⁷ Utilização do programa *Spring*. O acesso e utilização dos dados estão explicados no Anexo H - Banco de Dados 1.

²⁶⁸ Para os cargos a prefeito identificou-se apenas se houve lançamento de candidaturas pelo partido e se o candidato foi eleito. Quanto ao cargo a vereador a análise seguiu o critério populacional e, conseqüentemente, o número de cadeiras existentes em cada município. Como parâmetro para análise estabeleceu-se que nos municípios com menos de 10.000 habitantes os número de vereadores eleitos pelo partido seria 3; entre 10.000 e 20.000 habitantes seria 4; entre 20.000 e 40.000 habitantes seria 5; entre 40.000 e 80.000 habitantes seria 6; entre 80.000 e 120.000 habitantes seria 7; entre 120.000 e 200.000 habitantes seria 8; entre 200.000 e 1.000.000 habitantes seria 9; entre 1.000.000 e 1.700.000 habitantes seria 10; entre 1.700.000 e 4.000.000 habitantes seria 12; e acima de 4.000.000 habitantes seria 15.

²⁶⁹ Observou-se se existiam candidatos do PSDB entre os 5 mais votados nos municípios com menos de 200.000 habitantes e entre os 10 mais votados para os municípios acima de 200.000 habitantes.



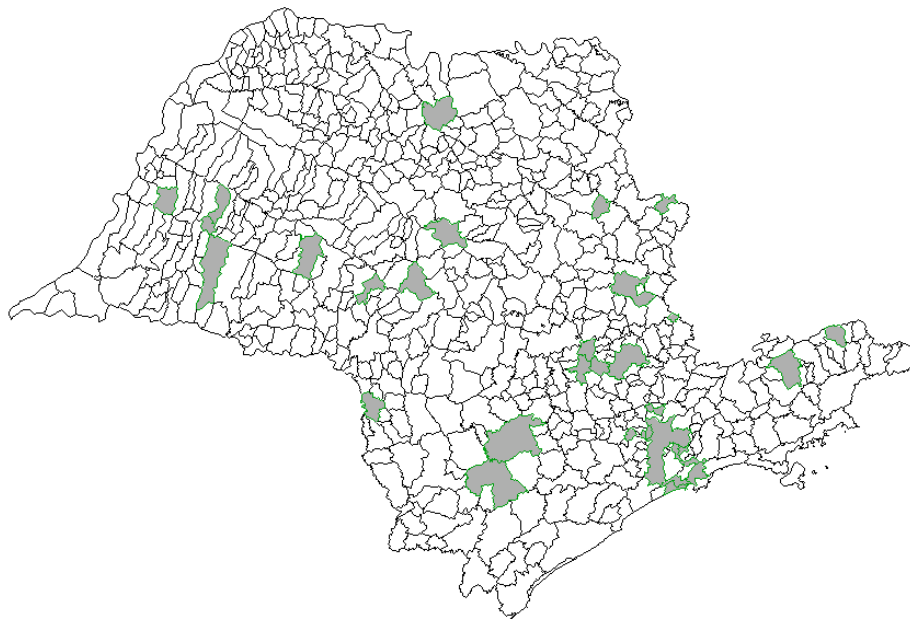
Mapa 1 – Representação da unidade de análise dos resultados eleitorais do PSDB no estado de São Paulo (1988 a 2006): microrregiões

1	Jales	24	Adamantina	47	Piedade
2	Fernandópolis	25	Tupa	48	Jundiaí
3	Votuporanga	26	Lins	49	Osasco
4	S José do Rio Preto	27	Bauru	50	Franco da Rocha
5	Barretos	28	Jau	51	Guarulhos
6	S Joaquim da Barra	29	Rio Claro	52	Capão Bonito
7	Ituverava	30	Limeira	53	Dracena
8	Franca	31	Miji-Mirim	54	Presidente Prudente
9	Andradina	32	Assis	55	Itapeçerica da Serra
10	Auriflâma	33	Ourinhos	56	Registro
11	Nhandeara	34	Avare	57	Itanhaém
12	Catanduva	35	Tatuí	58	Santos
13	Marília	36	Botucatu	59	São Paulo
14	Jaboticabal	37	Piracicaba	60	Moji das Cruzes
15	Ribeirão Preto	38	Campinas	61	Paraibuna
16	Batatais	39	Amparo	62	Bananal
17	Aracatuba	40	Bragança Paulista	63	Caraguatatuba
18	Birigui	41	S José dos Campos		
19	Novo Horizonte	42	Campo do Jordão		
20	Araraquara	43	Guaratingueta		
21	São Carlos	44	Itapeva		
22	Pirassununga	45	Itapetininga		
23	S João da Boa Vista	46	Sorocaba		



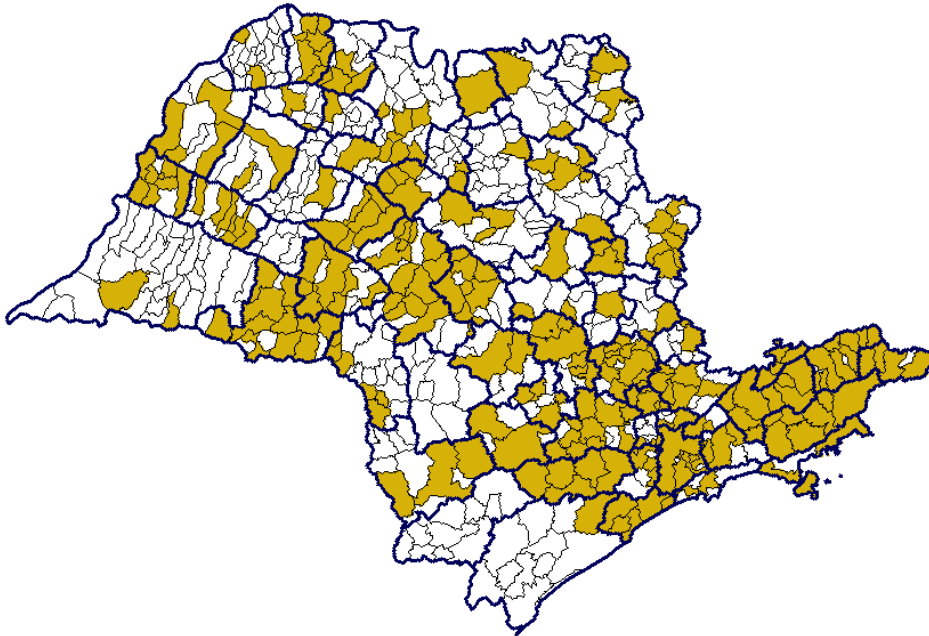
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 2 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1988 para o cargo de prefeito: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos



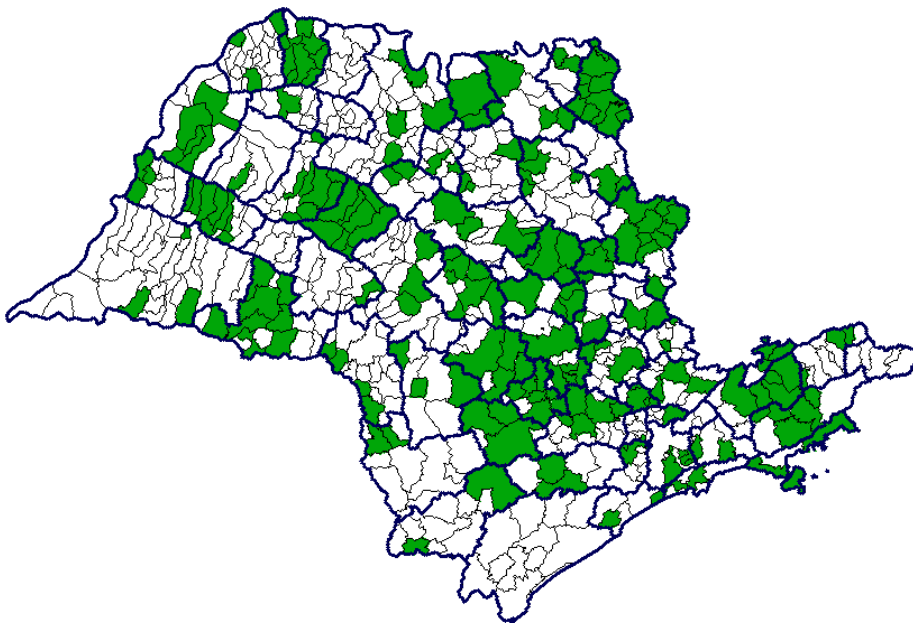
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 3 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1988 para o cargo de vereador: municípios e microrregiões em que candidatos do partido foram eleitos



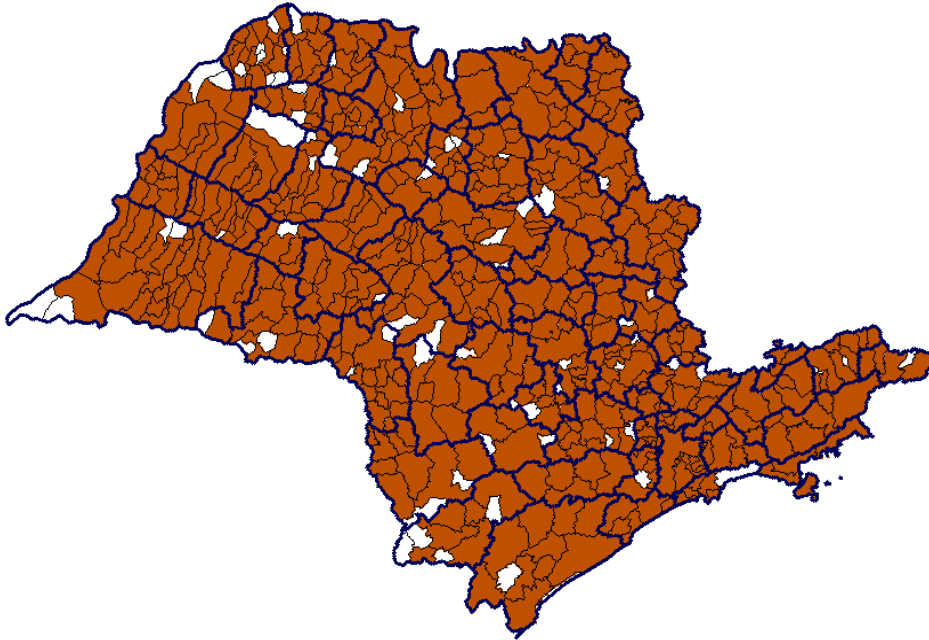
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 4 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1990 para o cargo de deputado federal: municípios e microrregiões em que candidato do partido esteve entre os mais votados



Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 5 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1990 para o cargo de deputado estadual: municípios e microrregiões em que candidato do partido esteve entre os mais votados



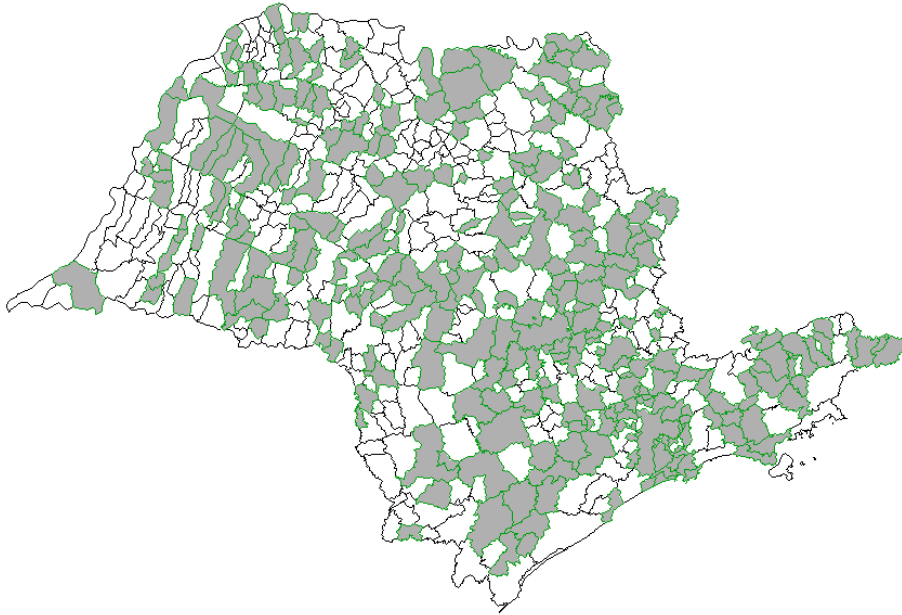
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 6 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1990 para o cargo de senador: municípios e microrregiões em que candidato do partido esteve entre os mais votados



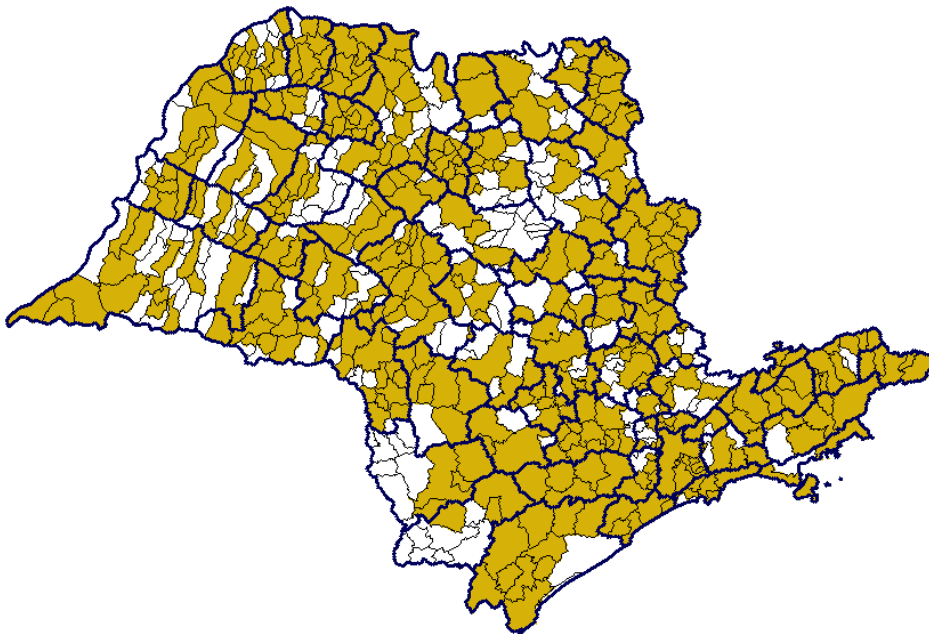
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 7 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1992 para o cargo de prefeito: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos



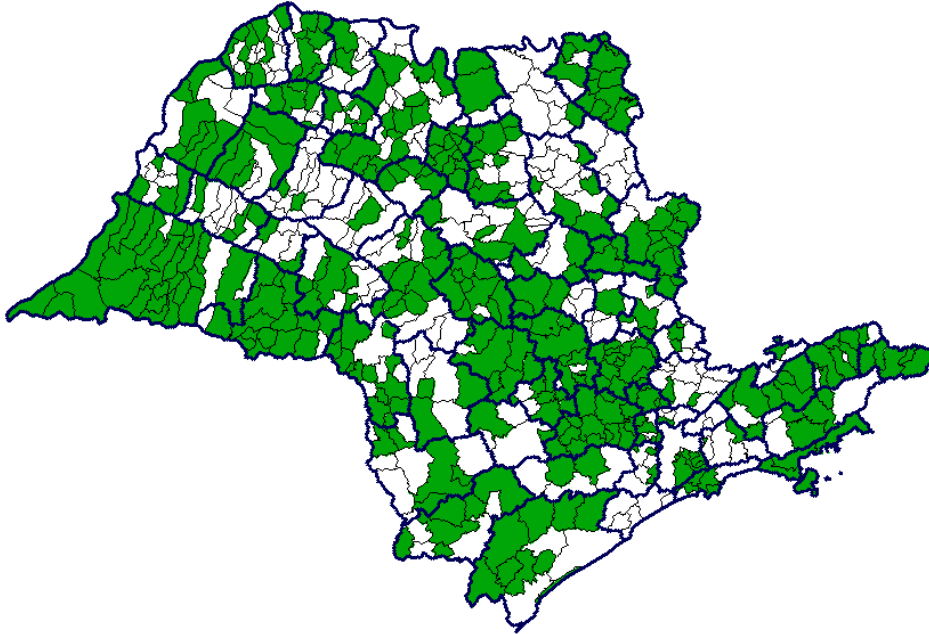
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 8 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1992 para o cargo de vereador: municípios e microrregiões em que candidatos do partido foram eleitos



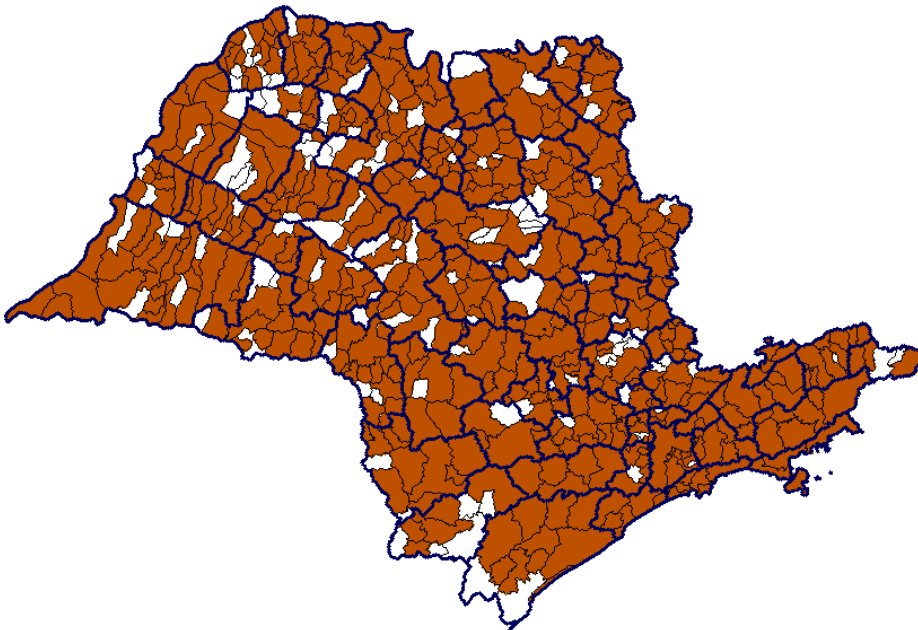
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 9 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994 para o cargo de deputado federal: municípios e microrregiões em que candidato do partido esteve entre os mais votados



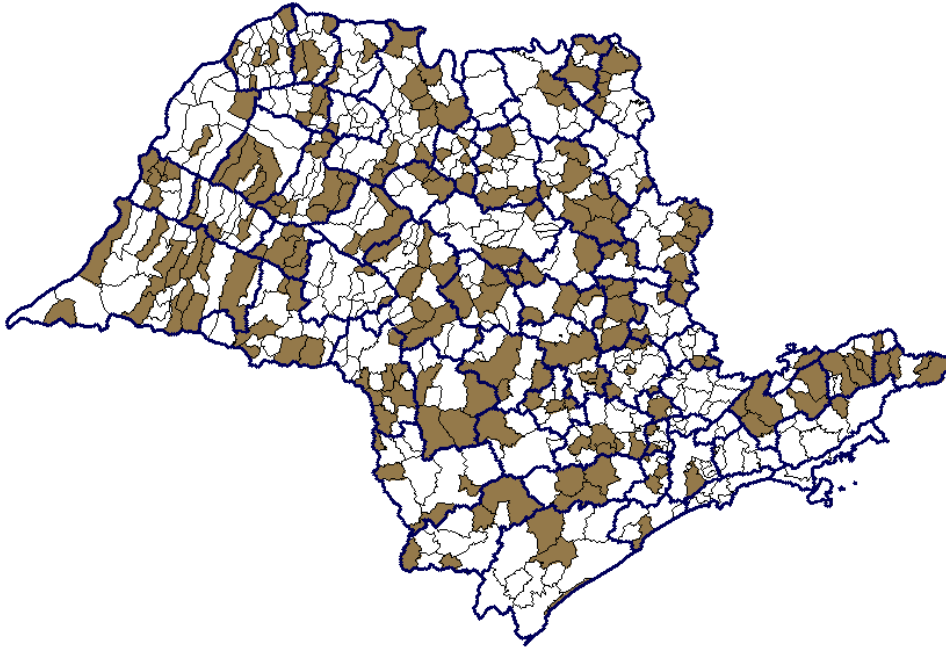
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 10 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994 para o cargo de deputado estadual: municípios e microrregiões em que candidato do partido esteve entre os mais votados



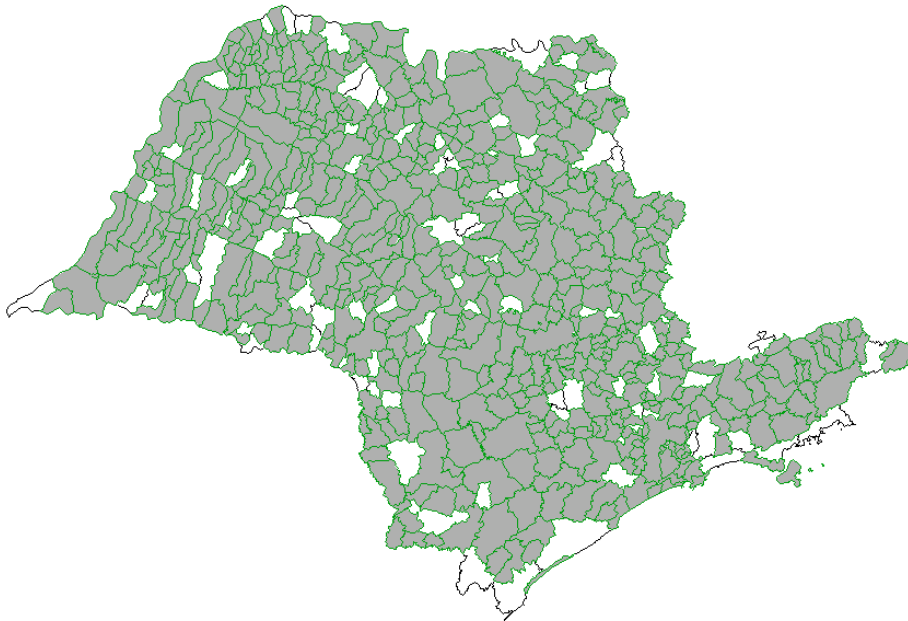
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 11 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1994 para o cargo de senador: municípios e microrregiões em que candidato do partido esteve entre os mais votados



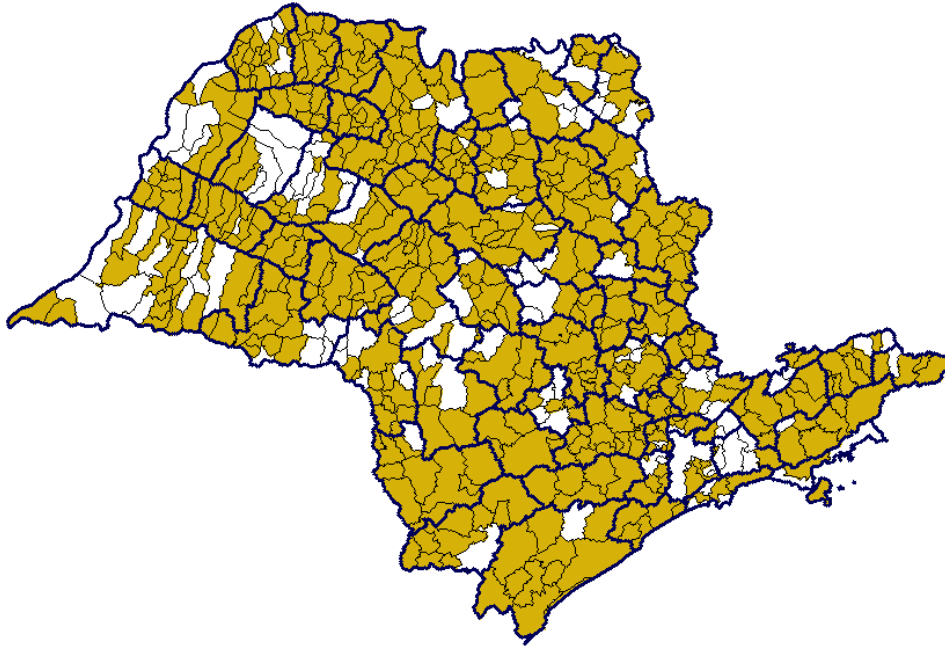
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 12 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1996 para o cargo de prefeito: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos



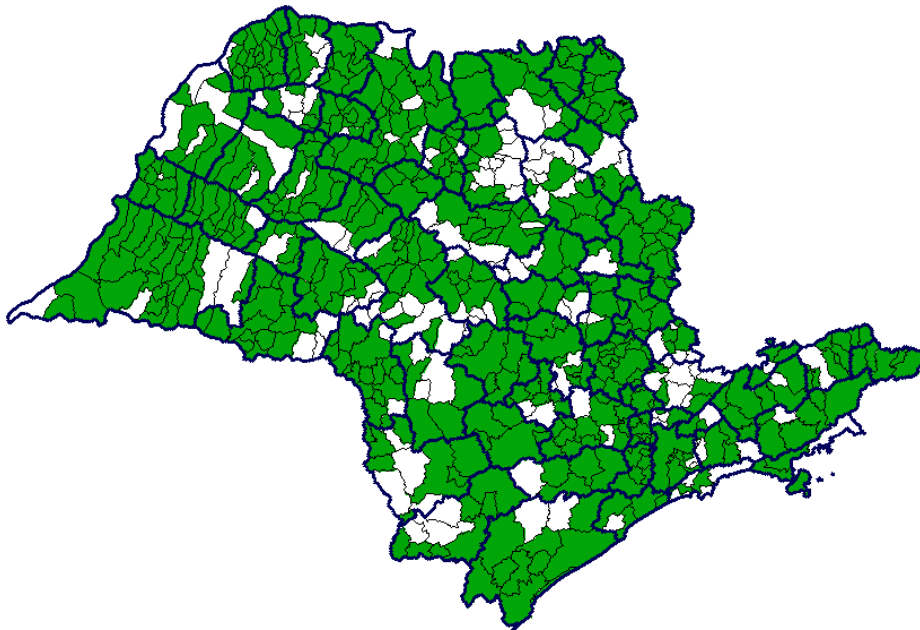
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 13 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1996 para o cargo de vereador: municípios e microrregiões em que candidatos do partido foram eleitos



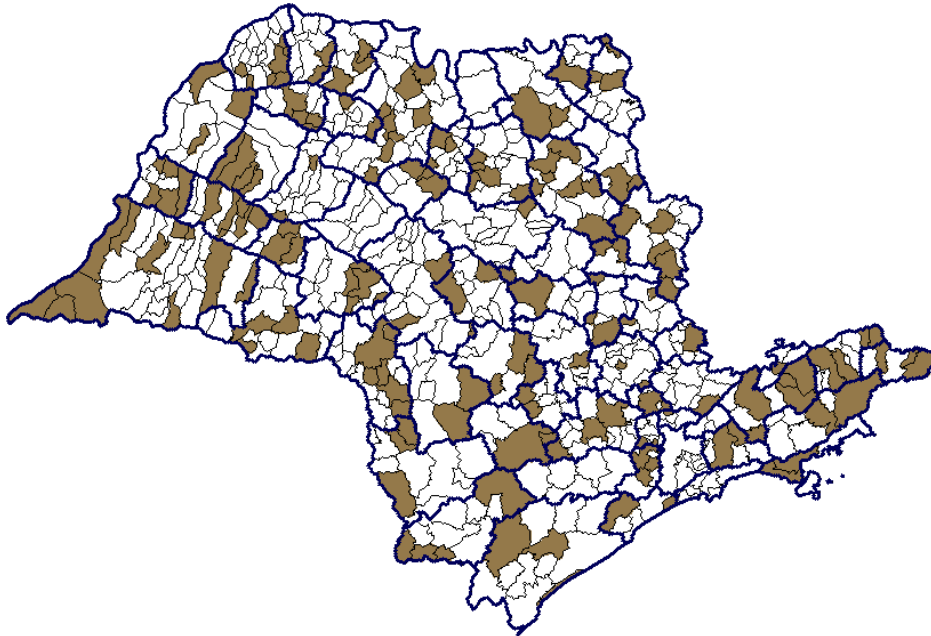
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 14 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1998 para o cargo de deputado federal: municípios e microrregiões em que candidato do partido esteve entre os mais votados



Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 15 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 1998 para o cargo de deputado estadual: municípios e microrregiões em que candidato do partido esteve entre os mais votados



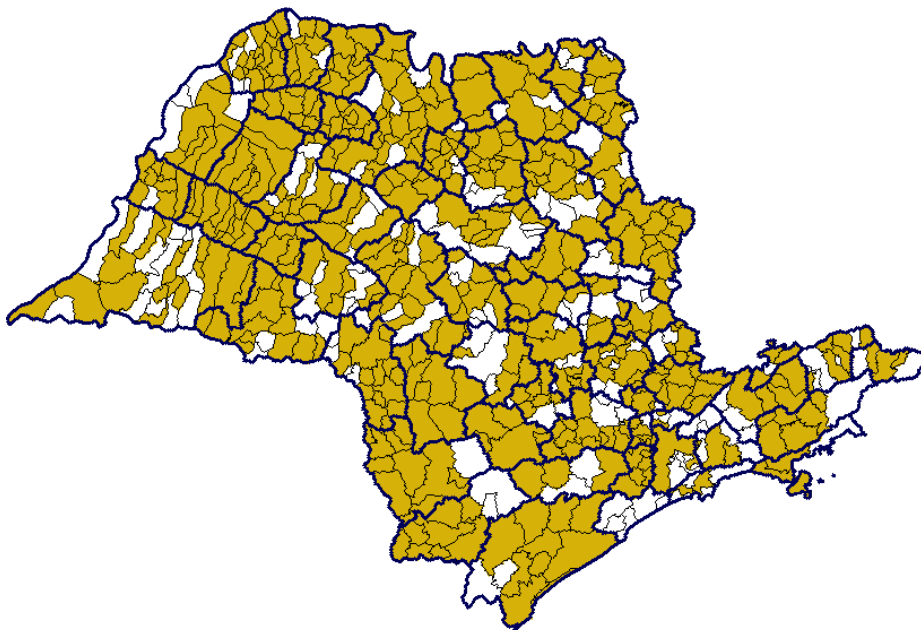
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 16 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2000 para o cargo de prefeito: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos



Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 17 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2000 para o cargo de vereador: municípios e microrregiões em que candidatos do partido foram eleitos



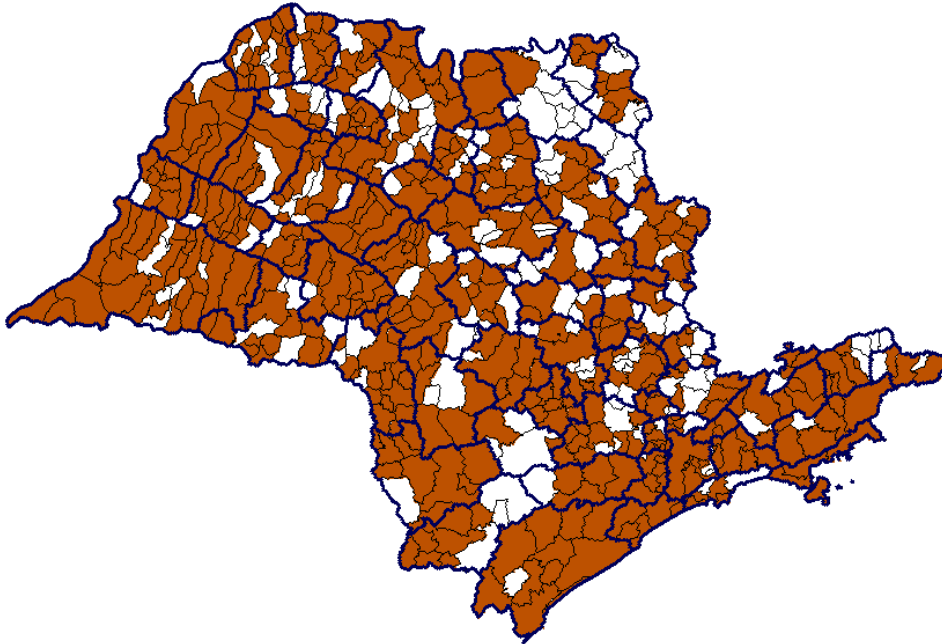
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 18 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2002 para o cargo de deputado federal: municípios e microrregiões em que candidato do partido esteve entre os mais votados



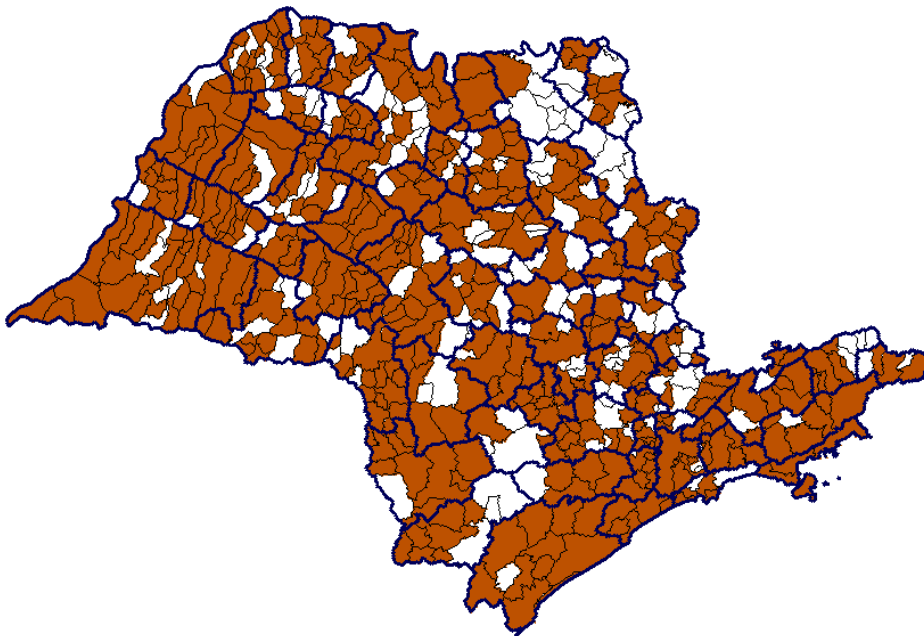
Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 19 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2002 para o cargo de deputado estadual: municípios e microrregiões em que candidato do partido esteve entre os mais votados



Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 20 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2002 para o cargo de senador: municípios e microrregiões em que candidato do partido esteve entre os mais votados



Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 21 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2004 para o cargo de prefeito: municípios e microrregiões em que os candidatos do partido foram eleitos



Fonte: TRE-SP e Seade.

Mapa 22 - Resultado Eleitoral do PSDB no estado de São Paulo em 2004 para o cargo de vereador: municípios e microrregiões em que candidatos do partido foram eleitos

Quadro 43: Lista de fundadores do partido político PSDB provenientes de São Paulo, conforme ata da reunião realizada em 24 e 25 de junho de 1988:

<p>André Franco Montoro</p>	<p>Vereador em São Paulo pelo Partido Democrata Cristão (PDC) em 1947, deputado estadual em 1950 e deputado federal em 1958, 1962 e 1966. Ministro do Trabalho e Previdência Social no gabinete parlamentarista de Tancredo Neves de 1961 a 1962. Ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) após a queda de João Goulart e a instauração do Regime Militar de 1964. Eleito senador em 1970 e 1978. Filiou-se ao PMDB e foi eleito governador de São Paulo em 1982. Após a vitória de Orestes Quéricia na eleição para governador em 1986, Montoro foi um dos artífices da criação do PSDB em 1988 e primeiro presidente da Executiva Nacional. Foi derrotado na eleição para senador em 1990, mas eleito deputado federal em 1994 e 1998. Faleceu em 1999.</p>
<p>Antonio Carlos Tonca Falseti</p>	<p>Deputado Estadual, 1971-1975, SP, Aliança Renovadora Nacional (ARENA); Deputado Federal, 1979-1983, SP, ARENA; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB. Diretor da Divisão de Relações Públicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 1966. Foi Secretário Municipal de Esportes São Paulo, SP, 1975-1978; assumiu o cargo de Chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo em 1983. Filiações Partidárias: ARENA, 1967-1979; PP, 1980-1982; PMDB, 1983-1988; PSDB a partir da fundação, 1988.</p>
<p>Antonio de Pádua Perosa</p>	<p>Ex-militante estudantil - interior do estado, região de Catanduva. Foi Deputado Federal (1987-1990) pelo PMDB. Participou da fundação do PSDB. Em 1994, tornou-se secretário nacional de saneamento, ligado ao Ministério do</p>

	<p>Bem Estar Social. No ano seguinte, assumiu como superintendente do DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo e secretário adjunto da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Entre 1999 e 2002 presidiu a Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo (CODASP). Assumiu a Subprefeitura Vila Maria /Vila Guilherme em São Paulo no início da gestão José Serra/Gilberto Kassab (1995-1998).</p>
<p>Antonio Rubens Costa de Lara</p>	<p>Foi indicado por Mário Covas, que era deputado federal, para fazer parte do primeiro diretório municipal do MDB em Santos. Foi vereador em Santos de 1968 a 1979. Em 1984 concorreu pelo PMDB para prefeito (ficou em segundo lugar). Foi eleito deputado estadual em 1987. Foi articulador do PSDB. Em 1990, depois de três mandatos como deputado estadual, candidatou-se a deputado federal, mas não foi eleito. Foi superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em São Paulo e, com Geraldo Alckmin no Governo do Estado, assumiu, em 2002, a Secretaria da Casa Civil. Um ano depois, assumiu a presidência da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e em 2007 se tornou diretor-executivo da Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem).</p>
<p>Caio Pompeu de Toledo</p>	<p>Vereador entre 1968-1970, São Paulo, SP, ARENA; Deputado Estadual, 1971-1975, SP, ARENA; Deputado Federal, 1979-1983, SP, ARENA; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB. Assumiu o cargo de Secretário Municipal de Esportes de São Paulo-SP, 1975-1978; Secretário de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, 1983; Diretor da</p>

	Divisão de Relações Públicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 1966. Filiações Partidárias: ARENA, 1967-1979; PP, 1980-1982; PMDB, 1983-1988; PSDB a partir da fundação, 1988.
Claudio de Sena Martins ²⁷⁰	Participou da criação do PSDB e compôs a primeira Comissão Executiva Nacional como suplente.
Clóvis Barros Carvalho	Foi ministro da Casa Civil no governo FHC (entre 1995 e 1999) e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, em 1999.
Dirce Tutu Quadros	Deputada Federal (Constituinte) 1987-1991, SP, PSC. Filiações Partidárias: PSC; PFL, 1985-1986; PTB, 1987-1988; PSDB, 1988-1990; PMDB a partir de 1990.
Eliézer Rizzo de Oliveira	Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas (aposentado em novembro de 2003), Ciência Política, docente desde 1976. É pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos, tendo sido seu Diretor Científico em duas gestões. Foi diretor do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL – Memorial da América Latina), São Paulo, entre 2004 e 2007. Tem os títulos acadêmicos de Bacharel em Ciências Sociais (USP, 1972), Mestre em Ciências Políticas (Unicamp, 1976), Doutor em Ciências Políticas (<i>Fondation Nationale des Sciences Politiques</i> , Paris, França, 1980), Livre Docente em Instituições Políticas Brasileiras (Unicamp, 1994), Adjunto (Unicamp, 2000) e Titular (Unicamp, 2003) em Ciências Políticas. Exerceu as funções de Chefe de Gabinete da Reitoria da Unicamp (1986-90), Diretor de Políticas de Ensino Superior do Ministério da

²⁷⁰ Devido ao ator político não ter tido destaque no cenário político e partidário as informações obtidas a seu respeito foram restritas.

	<p>Educação (1992), Secretário Executivo do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (1994-1996), Coordenador de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp (1994-1996) e Assessor da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados (1996-1997).</p>
<p>Fábio Feldmann</p>	<p>É administrador de empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas em 1977 e advogado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1979. Atualmente dirige seu escritório de consultoria em questões relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade. Foi eleito Deputado Federal por três mandatos consecutivos (1986-1998) e participou como Deputado Constituinte na elaboração da Constituição de 1988. Era membro do PMDB e é um dos fundadores do PSDB. Em 1992 foi o candidato do PSDB a prefeitura de São Paulo. Em 1995 assumiu o cargo de Secretário Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, no qual atuou até 1998. Em 2000, em uma iniciativa conjunta com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, criou o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.</p>
<p>Fernando Henrique Cardoso</p>	<p>Foi professor de Ciências Sociais na USP. Durante o regime militar esteve exilado e lecionou no Chile, na França, Inglaterra e nos Estados Unidos. Nos anos 70 foi pesquisador e diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e se aproximou do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), colaborando na reelaboração do programa do partido. Participou do processo de transição do MDB para o PMDB. Em 1978, saiu candidato ao Senado por São Paulo, mas não foi eleito. Tornou-se suplente de Franco Montoro. Em 1980, quando se extinguiu o bipartidarismo e autorizou-se o multipartidarismo, filiou-se ao PMDB. Assumiu cadeira no Senado em 1983 quando Montoro renunciou ao mandato</p>

	<p>de senador para assumir o governo de São Paulo. Foi um dos grandes articuladores das "Diretas-já", amplo movimento social e político que reivindicou eleições democráticas para presidente no final do governo do presidente João Figueiredo. Por ter prestígio junto a Tancredo Neves e Ulysses Guimarães e trânsito entre os militares participou na formação do governo democrático. Com a morte de Tancredo Neves, seguida da ascensão de José Sarney, sua área de influência foi reduzida. Durante o governo Sarney exerceu apenas o cargo de líder do governo no Congresso Nacional. Em 1985 foi derrotado na disputa eleitoral para a prefeitura de São Paulo. Em 1986 foi reeleito senador (o PMDB teve uma grande vitória em todo o Brasil devido à popularidade do Plano Cruzado). Naquele ano Mário Covas e FHC tornaram-se os senadores mais votados da história brasileira. Este fato tornou-os os principais líderes nacionais do PMDB. Em 1988 participou da fundação do PSDB e da Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a constituição de 1988. No Governo Itamar Franco, de 1992 a 1993, foi ministro das Relações Exteriores. Em 1993, assumiu o ministério da Fazenda e implantou o Plano Real, um plano de estabilização econômica. Em outubro de 1994 foi eleito presidente da República em primeiro turno, tendo sido fundamental para a sua eleição o sucesso do Plano Real. A política de estabilidade e da continuidade do Plano Real foi o principal apelo da campanha eleitoral de 1998 para a reeleição de FHC. Foi reeleito já no primeiro turno. Teve apoio total do PSDB, do PFL, do PTB, do Partido Progressista Brasileiro-PPB (em 2008 o PP) e de parte do PMDB.</p>
<p>Fernando Leça</p>	<p>Foi deputado estadual em dois mandatos (1983 e 1991); secretário-chefe da Casa Civil (gestão Mário Covas 1994-1998) e secretário do Emprego e Relações do Trabalho</p>

	<p>(gestão Geraldo Alckmin 2001-2006). Atuou como presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Diretor presidente da Fundação Memorial da América Latina (em 2006). Foi membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP).</p>
<p>Geraldo Alckmin Filho</p>	<p>Filiou-se ao antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), elegendo-se vereador no município de Pindamonhangaba em 1972. No primeiro mandato foi escolhido presidente da Câmara Municipal. Em 1976, foi eleito prefeito de Pindamonhangaba, exercendo mandato de seis anos. Nas eleições de 1982 foi eleito deputado estadual de São Paulo (1983-1987). Em 1986, concorreu a deputado federal constituinte (1987-1990). Em 1988 participou da fundação do PSDB. Em 1990 foi reeleito deputado federal por São Paulo. Foi candidato a vice-governador em 1994 na chapa de Mário Covas para a disputa ao governo de São Paulo, sendo vitoriosos. Entre 1991 e 1994 foi presidente estadual do PSDB em São Paulo. Em 2000 foi o candidato do PSDB à Prefeitura de São Paulo, tendo ficado em terceiro lugar. Tornou-se governador interino de São Paulo em 2001 com o falecimento de Mário Covas, reelegeu-se em 2002. Em 2006 saiu como candidato às eleições presidenciais brasileiras, mas não venceu.</p>
<p>Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa</p>	<p>Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1967), mestrado em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (1971) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Fez Pós-Graduação na <i>Cornell</i></p>

	<p><i>University</i>, nos Estados Unidos (1971-1974). Professora Doutora da Universidade Estadual de Campinas e Assessora Especial da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: teorias sociológicas clássicas e contemporâneas, educação, administração e políticas públicas. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1984-1985), da Secretaria de Governo do Estado de São Paulo (1985-1987), Delegada do Ministério da Educação em São Paulo (1995-1999) e Assessora Especial do Ministro da Educação (1999/2002), Paulo Renato de Souza.</p>
<p>Guiomar Namo de Mello</p>	<p>Formada em Pedagogia pela USP em 1966, fez mestrado e doutorado em educação na PUC/SP em 1976 e 1980 respectivamente, e pós-doutorado no <i>Institute of Education</i> da <i>London University</i> em 1991-1992. Foi professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) de 1969 a 1985 em Educação. Trabalhou como professora visitante na Universidade de Campinas (UNICAMP), na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou como Pesquisadora na Fundação Carlos Chagas, Departamento de Pesquisas Educacionais. Em 1982 foi nomeada Secretária Municipal de Educação de São Paulo, cargo que ocupou até o final do mandato do Prefeito Mário Covas, em 1985. Em 1986, elegeu-se Deputada Estadual de São Paulo e em 1988 contribuiu com seu mandato para a formação do PSDB. No Legislativo Paulista foi Presidente da Comissão de Educação e coordenou os trabalhos de elaboração da Constituição do Estado de São Paulo na área de políticas sociais e educação. Nesse período foi assessora</p>

	<p>para assuntos educacionais do Senador Mário Covas, líder da Constituinte Nacional. Em 1990 e 1991 foi consultora da preparação de projetos do Banco Mundial de investimento em educação na região Nordeste e no Estado de Minas Gerais. De 1992 a 1996, trabalhou no exterior como Especialista Senior de Educação no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em 1997 regressou ao Brasil para assumir a Direção Executiva da Fundação Victor Civita. Também em 1997 foi nomeada pelo Presidente Fernando Henrique para o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Educação-Câmara de Educação Básica. De 1998 a 2000 deu consultoria a vários projetos educacionais do Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação do Estado de São. Atualmente é Diretora Executiva da Fundação Victor Civita, membro do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica e responsável pela Direção de Conteúdos da Redeensinar - uma empresa dedicada à produção de conteúdos para iniciativas educacionais que utilizam recursos multimídia.</p>
<p>João Bastos Soares</p>	<p>Professor licenciado em Pedagogia, Filosofia e Educação Física. Foi vereador por duas vezes, prefeito de Cruzeiro-SP por dois mandatos (1992-96 pelo PSDB), deputado estadual e federal (1982-1987 pelo PMDB), duas vezes Secretário de Estado. Foi membro do PSDB até 1998.</p>
<p>Joaquim dos Santos Andrade²⁷¹</p>	<p>Participou da criação do PSDB.</p>

²⁷¹ Devido ao ator político não ter tido destaque no cenário político e partidário as informações obtidas a seu respeito foram restritas.

<p>José Afonso da Silva</p>	<p>Professor Titular da Faculdade de Direito da USP, de 1975 a 1995. Procurador do Estado de São Paulo aposentado, além de ter sido Professor Livre-Docente de Direito Financeiro, de Processo Civil e de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFMG. É membro de diversos institutos, como o Instituto dos Advogados do Pará e da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democráticos, na condição de Presidente e fundador.</p>
<p>José Carlos Grecco</p>	<p>Arquiteto e empresário - Construtora Grecco. Filho do ex-prefeito de Mauá-SP, Edgar Grecco, iniciou sua vida política em 1975, como assessor eleitoral de Leonel Damo. Foi Secretário de Obras na gestão de Damo. Elegeu-se deputado federal constituinte, 1987-1991, SP, PMDB e PSDB a partir 1988. Foi eleito prefeito em Mauá-SP, na sua segunda tentativa, na gestão de 1993-1996.</p>
<p>José Freitas Nobre</p>	<p>Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Doutor em Direito e Economia da Informação pela Faculdade de Direito da Universidade de Paris, França. Foi professor titular de "Direito da Informação" e "História da Imprensa", da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, ainda no tempo em que a escola integrava a PUC-SP. Foi membro da AIERI (<i>Association Internationale des Etudes et Recherches sur Information</i>). Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo e da Federação Nacional dos Jornalistas. Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Foi Vice-Prefeito do Município de São Paulo e Vereador pelo Partido Socialista Brasileiro, mas o golpe militar de 1964 interrompeu sua ascensão política. Retornou à política nos anos 70, incorporando-se às fileiras do partido oposicionista MDB,</p>

	<p>embrião do atual PMDB. Foi eleito vereador e depois deputado federal por São Paulo, ocupando a liderança da oposição e a vice-presidência da Câmara dos Deputados. Teve ainda participação decisiva no processo de redemocratização nacional, sendo um dos principais colaboradores de Tancredo Neves. Depois de rápida passagem pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), ele participou da criação do PSDB.</p>
<p>José Maria Guimarães Monteiro</p>	<p>José Maria Guimarães Monteiro é ligado ao ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira. Em pelo menos dois anos (1997 e 98) o ex-coordenador da campanha de reeleição do governador de São Paulo, Mário Covas, José Maria Monteiro, levantou dinheiro com estatais e fornecedores do governo para financiar projetos de sua empresa, a ZMM. Na ocasião, Monteiro era diretor financeiro da então estatal Telebrasil e usou o cargo para conseguir anúncios publicados nas duas primeiras edições da "Revista de Carnaval", de sua propriedade. As publicações têm, na capa, o selo da Lei de Incentivo à Cultura, que permite ao anunciante abater o gasto no Imposto de Renda. Foi presidente da Companhia de Seguros Gerais do Estado de São Paulo (Cosesp).</p>
<p>José Roberto Magalhães Teixeira</p>	<p>Iniciou a carreira política em 1968, com candidatura para vereador pelo MDB. Foi eleito vice-prefeito de Campinas em 1976. Em 1982, elegeu-se prefeito de Campinas pelo PMDB. Em 1988 ajudou a fundar o Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB. Em 1990 foi eleito deputado federal. Na eleição de 1992 voltou a ser eleito prefeito de Campinas. Em 1994 coordenou a campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso em todo o Estado de São Paulo.</p>

<p>José Serra</p>	<p>Foi presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1963. Com o golpe militar de 1964, exilou-se na Bolívia, Uruguai e, em seguida, no Chile, onde fez o curso de economia da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU), e foi professor entre 1968 e 1973. Em 1974, fez mestrado e doutorado em ciências econômicas na <i>Cornell University</i>, nos Estados Unidos. Foi também membro do <i>Institute for Advanced Study</i>, da Universidade de Princeton (1978-1979). Retornou ao país em 1978 e tornou-se professor da Universidade de Campinas. Iniciou sua carreira pública assumindo a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (1983-1986), durante a gestão de André Franco Montoro. Foi eleito deputado federal em 1986 e reeleito em 1990. Em 1988, foi candidato à prefeitura de São Paulo, mas não venceu. Em 1994 foi eleito senador. Licenciou-se do Senado Federal, para tornar-se ministro do Planejamento e Orçamento (1995-1996). Em 1996, concorreu novamente à prefeitura de São Paulo, mas foi derrotado. Retornou ao Senado por dois anos. Assumiu o Ministério da Saúde (1998-2002). Disputou a Presidência da República em 2002. Em 2003 assumiu a presidência nacional do PSDB e em 2004 foi eleito prefeito da cidade de São Paulo. Em 2006 renunciou ao cargo de prefeito da cidade de São Paulo para disputar a candidatura ao cargo presidente, mas saiu candidato a governador do estado. Venceu essa eleição.</p>
<p>Koyu Iha</p>	<p>Vereador, 1969-1975, São Vicente-SP, MDB; Deputado Estadual, 1975-1977, SP, MDB; Prefeito, 1977-1981, São Vicente-SP, MDB; Deputado Estadual, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP,</p>

	<p>PMDB. Deputado Federal, 1991-1999, SP, PSDB. Filiações Partidárias: MDB, 1968-1979; PMDB, 1980-1988; PSDB a partir 1988. Atividades Partidárias: Presidente, MDB, São Vicente, SP, 1970-1972; Vice-Líder, PMDB; Membro, Diretório Estadual do PMDB, SP, 1983; Membro, Executiva Estadual do PSDB, SP, 1990; Tesoureiro, Executiva Nacional do PSDB, 1995. Atividades Profissionais e Cargos Públicos: Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA).</p>
<p>Luiz Benedicto Máximo</p>	<p>Vereador em Jacareí-SP entre 1954 e 1960; Deputado estadual pelo PMDB em 1983-1987 e 1987-91. Participou da fundação do PSDB. Foi candidato a deputado federal pelo PSDB em 1998, obteve a suplência.</p>
<p>Luiz Carlos Bresser Pereira</p>	<p>Cursou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, é mestre em administração de empresas pela <i>Michigan State University</i>, doutor e livre docente em economia pela Universidade de São Paulo. Ensinando na Fundação Getulio Vargas de São Paulo desde 1959, foi o primeiro professor a receber o título de professor emérito, em 2005. É presidente do Centro de Economia Política e editor da Revista de Economia Política desde 1981 quando a fundou. Lecionou, em nível de pós-graduação, Desenvolvimento Econômico na Universidade de Paris I, e Teoria Política no Departamento de Ciência Política da USP, e desde 2003 ministra curso de um mês na <i>École d'Hautes Études en Sciences Sociales</i> de Paris. É membro do conselho diretor do CEBRAP, de cuja fundação participou em 1970, e do conselho consultivo do Grupo Pão de Açúcar, do qual foi diretor administrativo entre 1965 e 1983. Foi visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP, e, duas vezes, do Centro de Estudos Brasileiros da</p>

	<p>Universidade de Oxford (<i>Nuffield College</i> e <i>St. Anthony's College</i>). Foi ministro da Fazenda do Brasil durante o governo José Sarney (1987). Foi ministro da Administração Federal e Reforma do Estado em todo o primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e Ministro da Ciência e Tecnologia nos primeiros seis meses do segundo mandato, julho de 1999. Na administração pública, além dos cargos citados acima, foi presidente do Banco do Estado de São Paulo (1983-85) e secretário de Governo do Estado de São Paulo (1985-87) na gestão André Franco Montoro. Foi ainda presidente do Consejo Latinoamericano de Administración para el Desarrollo – Clad (1995-97) e presidente do seu Conselho Científico (1998-2005).</p>
<p>Maria Silvia Elias Lauandos²⁷²</p>	<p>Participou da criação do PSDB.</p>
<p>Mário Covas Júnior</p>	<p>Iniciou a militância política na USP, eleito em 1955 vice-presidente da União Nacional dos Estudantes. Foi candidato derrotado à prefeitura de Santos. No ano seguinte conseguiu eleger-se deputado federal pelo PST. Com a dissolução dos partidos políticos em 1965, foi um dos fundadores do MDB, único partido político de oposição existente durante o Regime Militar. Foi cassado em 1969 com a outorga do Ato Institucional nº 5 (AI-5), pelo governo militar. Em 1979, reconquistados os direitos políticos, tornou-se presidente do MDB. Foi reeleito Deputado Federal em 1982, pelo PMDB. No ano seguinte, foi nomeado pelo Governador André Franco Montoro para a</p>

²⁷² Devido ao ator político não ter tido destaque no cenário político e partidário as informações obtidas a seu respeito foram restritas.

	<p>prefeitura de São Paulo até 1986. Em 1986 Covas foi eleito Senador. Foi líder da bancada do PMDB no Senado durante a Assembléia que elaborou a Constituição de 1988. Covas foi co-fundador do PSDB, e o primeiro presidente. Nas eleições presidenciais de 1989 foi candidato, ficando em quarto lugar. No ano seguinte, foi candidato derrotado ao cargo de governador de São Paulo, ficando em terceiro lugar. Em 1994, Covas foi novamente candidato a governador e venceu, sendo reeleito em 1998. Faleceu antes de terminar o segundo mandato.</p>
<p>Ricardo Furlan Rodrigues ²⁷³</p>	<p>Participou da criação do PSDB.</p>
<p>Robson Marinho</p>	<p>Vereador São José dos Campos 1969-75 pelo MDB, Deputado Estadual 1975-1979 pelo MDB, prefeito São José dos Campos 1983-1987 pelo PMDB; deputado federal (Constituinte), 1987-1991 pelo PMDB e PSDB a partir 1988. Foi Secretário da Casa Civil na gestão do governo Covas.</p>
<p>Ruth Corrêa Leite Cardoso</p>	<p>Doutora em antropologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), atuou como docente e pesquisadora na USP e em várias instituições universitárias de diferentes países - Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso/Unesco), Universidade do Chile (Santiago do Chile), <i>Maison des Sciences de L'Homme</i> (Paris), Universidade de Berkeley (Califórnia) e Universidade de Columbia (Nova Iorque). Era membro associado do Centro para Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge (Inglaterra) e membro da equipe de</p>

²⁷³ Devido ao ator político não ter tido destaque no cenário político e partidário as informações obtidas a seu respeito foram restritas.

	<p>pesquisadores do Cebrap. Foi casada com Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil. Criou e presidiu, durante o mandato de seu marido, o programa Comunidade Solidária, de combate à exclusão social e à pobreza. Em 2000, criou a Comunitas, organização não-governamental, visando dar continuidade às atividades do Comunidade Solidária. Faleceu em junho de 2008.</p>
<p>Sérgio Roberto Vieira da Motta</p>	<p>Formou-se engenheiro industrial em 1967 pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Foi nesse efervescente período político que iniciou sua militância política, participando ativamente da Organização Estadual dos Estudantes (OEE) e depois do grupo político denominado Ação Popular (AP). Paralelamente a essa atuação política, sempre atuou como empresário na área de engenharia e consultoria técnica. Trabalhou nas empresas Organiza (Planejamento e Organização Ltda.), GPI (Grupo de Planejamento Integrado) e Sociplan (Sociedade Civil de Planejamento Ltda.). Em 1973 entrou na sociedade da empresa Hidrobrasileira S/A (Engenharia e Consultoria Técnica). Desde então, até a venda da empresa em 1994, assumiu e trabalhou na construção da Hidrobrasileira, dirigindo projetos principalmente nas áreas de transporte e infraestrutura de saneamento. Em 1980 assumiu seu primeiro cargo em empresa pública. Assumiu entre 1980 e 1984 a empresa Coalbra (Coque e Álcool da Madeira S/A). Entre 1984 e 1987, durante a gestão do governador Franco Montoro, assumiu a vice-presidência executiva da Eletropaulo (Eletricidade de São Paulo S/A). Nesse período também iniciou sua participação na coordenação política e operacional de diversas campanhas políticas. Em 1994, coordenou a campanha presidencial de Fernando</p>

	Henrique Cardoso. A partir de 1995 até 19 de abril de 1998, quando faleceu, esteve à frente do Ministério das Comunicações.
Vanderlei Macris	Iniciou sua carreira política em 1972 ao ser eleito, com 22 anos, vereador pelo MDB na cidade de Americana, interior de São Paulo. Foi deputado estadual por sete mandatos. Participou ativamente da fundação do PSDB. Foi fundador do partido em Americana e cidades da região. Após a fundação do PSDB, Macris assumiu a liderança do partido no Legislativo Paulista. Foi escolhido pelo governador Mário Covas para ser o líder do governo na Assembléia Paulista, em 1997. Em 1999 foi eleito presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo para o biênio 1999/2001. De 2002 a 2005 foi líder do Governador Geraldo Alckmin na Assembléia Legislativa. Foi eleito, em 2006, deputado federal.
Waldir Alceu Trigo	Foi eleito prefeito de Sertãozinho pelo MDB – Movimento Democrático Brasileiro - em 1976. Participou da frente de prefeitos pró-redemocratização do País que apoiou a candidatura de Franco Montoro para o governo do estado de São Paulo. Em 1982 foi eleito Deputado Estadual e reeleito em 1986. Retornou a Sertãozinho, em 1992, como prefeito e posteriormente como vereador a partir de 2002.

Banco de Dados da Pesquisa Empírica

Banco de Dados 1 - Resultados eleitorais do PSDB no estado de São Paulo (1988 a 2006) (vide CD anexo)

Composto por dados eleitorais e localização geográfica do desempenho dos candidatos do PSDB (SP) em todos os pleitos e cargos eletivos no período de 1988 a 2006 – vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal, senador e presidente.

Os dados eleitorais foram obtidos por um levantamento nos *sites* do TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo), TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e Banco de dados eleitorais da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo), tabulados e geoprocessados²⁷⁴.

Procedimentos para acessar o banco de dados:

Instalação e execução do *Spring*

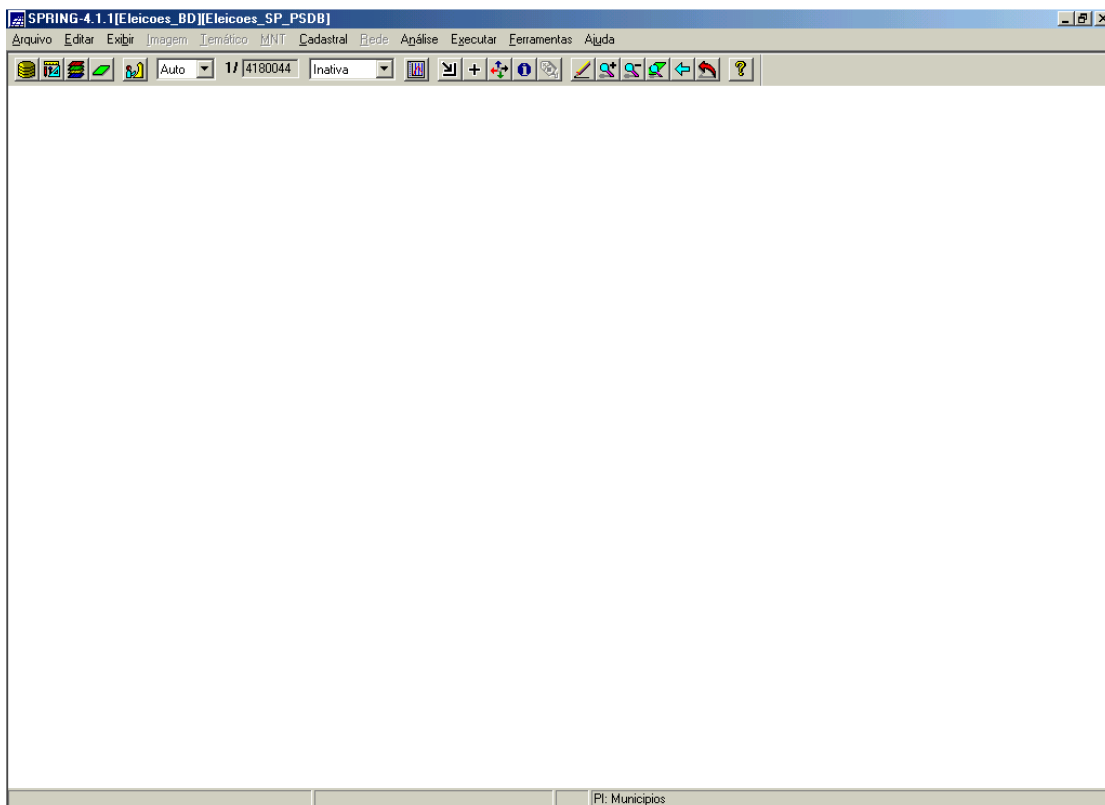
Para instalar o Spring de um duplo clique sobre o arquivo instala_spr411.exe.

Basta seguir o que é pedido dando próximo para as perguntas, aceitando-se assim as opções padrões.


Após o programa instalado, são gerados na área de trabalho 4 novos ícones (Spring 4.1.1 [Portugues], lplot 4.1.1 [Portugues], Scarta 4.1.1[Portugues] e Imprima 4.1.1[Portugues]), que também são encontrados no menu iniciar – programas. Basta um duplo clique no ícone Spring 4.1.1 [Portugues].

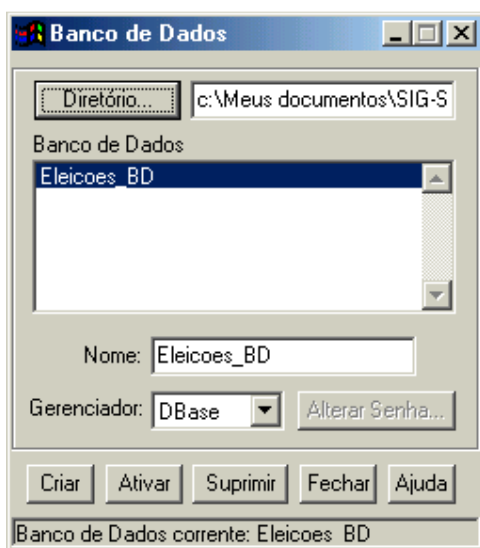
É apresentada a tela seguinte:


²⁷⁴ Utilização do programa *Spring*.

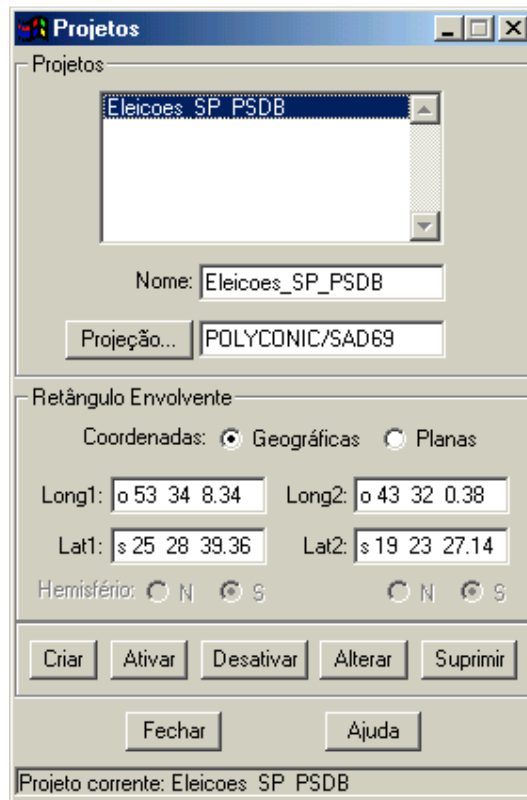


Para iniciar o acesso ao Banco de Dados: **Resultados Eleitorais do PSDB no estado de São Paulo (1988-2006)**.

- Clique no primeiro ícone da barra de ferramentas 
- É apresentada a tela seguinte:



- Clique no botão Diretório... (da tela acima) e então procure o local onde o banco de dados do Spring está localizado.
- Encontrado o banco de dados clique no botão Ativar (da tela acima).
- Clique agora no segundo botão da tela inicial do Spring 
- É apresentada a tela seguinte:



- Ative este projeto clicando no botão Ativar (da tela acima).
- Aparecerá o painel de controle do Spring na tela principal.

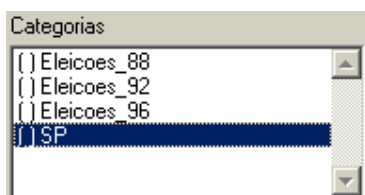


Operações no Painel de Controle

O Painel de Controle está dividido (para fins didáticos) em 4 partes:

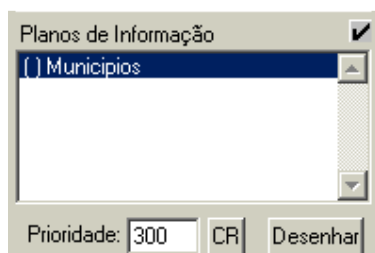
1. Categorias
2. Planos de Informações
3. Objetos do Plano de Informações
4. Controle de Telas

Categorias:



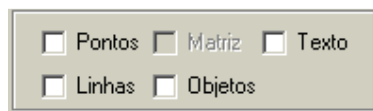
Clique sobre a categoria que se deseja mostrar a informação, podendo combinar informações na mesma tela de diferentes categorias. Por exemplo, montar um mapa com todas as cidades destacadas cujos prefeitos do PSDB foram eleitos nas eleições de 88, 92 ou 96.

Planos de Informações:



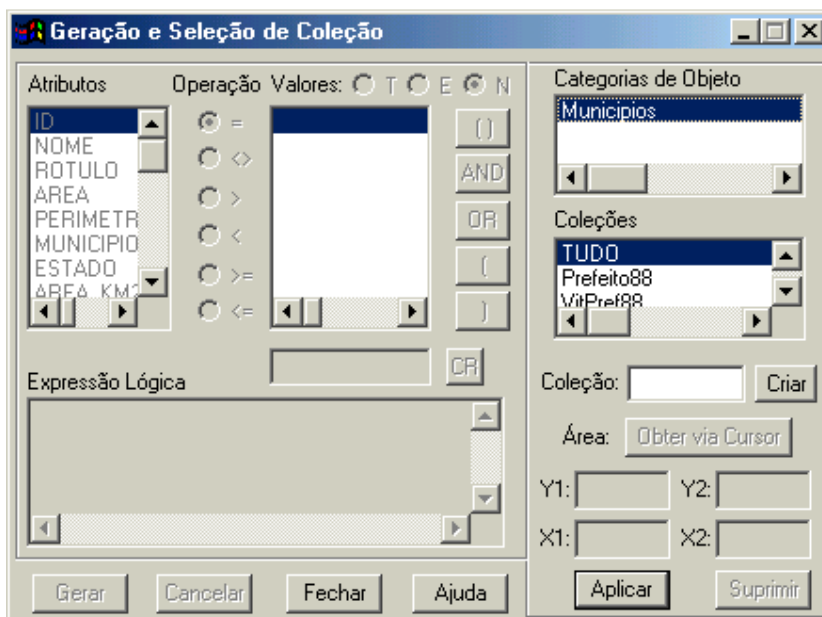
Mostra as informações disponíveis da categoria selecionada. A categoria SP tem apenas o Plano de Informação Municípios.

Objetos do Plano de Informação:



Os objetos disponíveis no Plano de Informação Municípios são: Pontos, Texto (apresenta o nome das cidades do estado de SP), Linhas (desenha o contorno do estado de São Paulo e dos municípios pertencentes a este estado) e Objetos (os municípios são coloridos conforme o dado solicitado).


Observação: o objeto quando ativado possibilita consultas em uma tabela, podendo fazer seleções e filtros referentes ao que se quer mostrar na tela.



Esta tela acima é apresentada quando se clica em consultas no Painel de Controle do Spring. É nesta tela que se pode fazer a seleção de dados a serem exibidos na tabela que será mostrada em seguida. Para que a tabela seja mostrada basta clicar no Botão Aplicar da tela acima.



ROTULO	MUNICIPIO	AREA_KM2	POPULACAO	DENS_POPUL	N_P_88
1 3500105	ADAMANTINA	0.00000000	34218.00000000	0.00000000	
2 3500204	ADOLFO	0.00000000	3895.00000000	0.00000000	
3 3500303	AGUAI	0.00000000	30674.00000000	0.00000000	
4 3500402	AGUAS DA PRATA	0.00000000	7396.00000000	0.00000000	
5 3500501	AGUAS DE LINDOIA	60.00000000	13542.00000000	225.71791000	
6 3500550	AGUAS DE SANTA BARBARA	409.00000000	4319.00000000	10.57273000	
7 3500600	AGUAS DE SAO PEDRO	4.00000000	1720.00000000	471.91424000	
8 3500709	AGUDOS	968.00000000	31311.00000000	32.36046000	
9 3500758	ALAMBARI	159.00000000	3444.00000000	21.63192000	
10 3500808	ALFREDO MARCONDES	120.00000000	3630.00000000	30.37385000	
11 3500907	ALTAIR	316.00000000	3509.00000000	11.10034000	
12 3501004	ALTINOPOLIS	929.00000000	13888.00000000	14.94169000	
13 3501103	ALTO ALEGRE	318.00000000	4382.00000000	13.77023000	
14 3501152	ALUMINIO	84.00000000	13260.00000000	158.37348000	
15 3501202	ALVARES FLORENCE	362.00000000	4546.00000000	12.56478000	
16 3501301	ALVARES MACHADO	346.00000000	21431.00000000	61.89199000	
17 3501400	ALVARO DE CARVALHO	153.00000000	3103.00000000	20.33074000	
18 3501509	ALVINLANDIA	85.00000000	2661.00000000	31.29531000	
19 3501608	AMERICANA	134.00000000	167945.00000000	1256.96045000	
20 3501707	AMERICO BRASILIENSE	123.00000000	23993.00000000	194.34659000	
21 3501806	AMERICO DE CAMPOS	254.00000000	5582.00000000	21.98670000	
22 3501905	AMPARO	446.00000000	55457.00000000	124.33686000	
23 3502002	ANALANDIA	327.00000000	3446.00000000	10.55080000	
24 3502101	ANDRADINA	960.00000000	53600.00000000	55.82877000	

Tabela contendo as informações de cada município de SP.


Para cada mapa que se deseje apresentar na tela do Spring clique sempre no botão desenha do Painel de Controle o no ícone . Exemplo: para desenhar um mapa só com o contorno dos municípios de SP (painel de controle, clique na categoria SP, posteriormente plano de informação Municípios e depois em Linha, ativando-as. Agora clique no botão Desenhar). Observe que foi considerado neste exemplo que nada estava desenhado na tela anterior.

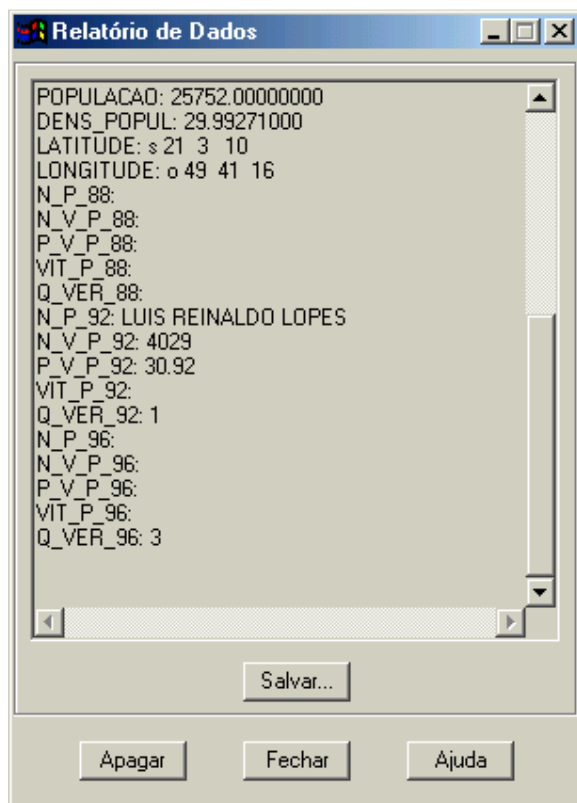
Outros ícones do Spring e suas respectivas funções:

Apresentação de mapa na tela:

-  Clique sobre este ícone, clique na tela do mapa e depois clique mais uma vez formando a área que se quer apresentar na tela (dando um zoom no mapa), clique em .

Apresentação de informações na tela:

 clique sobre este ícone e depois no objeto (município) que se deseja obter informações, apresentadas numa tela como a seguinte:



Obs.: para isto o “Objetos” deve estar ativado.



clicando sobre este ícone o tamanho do mapa volta ao original, ou seja, se estiver com um zoom sobre uma determinada área o mapa volta a ser exibido por completo.

Banco de Dados 2 - Mapeamento dos vínculos políticos e dos atributos dos membros das várias gestões da Comissão Executiva estadual do PSDB (SP) e dos membros que compuseram a rede interna do partido - *sociogramas* e medidas estatísticas da análise de rede²⁷⁵ (vide CD anexo).

²⁷⁵ Utilizou-se o *software* de análise de redes "*Ucinet*" e "*Netdraw*".